



SÍNODO PARA
AMAZÔNIA:
Mapeamento das intervenções do Brasil

Expediente

SÍNODO PARA AMAZÔNIA: Mapeamento das Intervenções do Brasil

1º Edição - Outubro de 2024

Publicação Digital e Impresso

Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil

Presidente: Dom Evaristo Pascoal Spengler

Vice-presidente: Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário: Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Secretária Executiva: Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Grupo Editorial

Coordenação e elaboração

Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Arlete Gomes dos Santos

Elisangela Barbosa

Gabriela da Silva Santos

Apoio editorial

Revisão: Elisangela Barbosa

Projeto Gráfico e Diagramação: Raul Benevides

Imagens: Arquivos da REPAM-Brasil e Shutterstock

Contato:

www.repam.org.br

repambrasil@repam.org.br

Sumário

“NÃO EXTINGAIS O ESPÍRITO, NÃO DESPREZAI AS PROFECIAS.	2
OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO	28
MAPEAMENTO.....	30
PALAVRAS-CHAVES EMERGENTES.....	31
DIMENSÃO SOCIAL.....	33
DIMENSÃO CULTURAL.....	35
DIMENSÃO ECOLÓGICA	36
DIMENSÃO ECLESIAL.....	37
PALAVRAS-CHAVES RELACIONADAS COM OS SONHOS DE PAPA FRANCISCO..	39
LISTA DOS INTERVENTORES E PALAVRAS-CHAVES EMERGENTES	41
INTERVENÇÕES.....	45
DIRETÓRIO DAS INTERVENÇÕES BRASILEIRAS NO SÍNODO	221





**“Não extingais o Espírito,
não desprezais as profecias.
Discerni tudo e ficai com o que é bom”**

(1 Tes 5,19-21)

*Dom Erwin Kräutler
domerwin@mac.com*

Cinco anos passaram...

Já passaram cinco anos desde que nos encontramos por várias semanas no Vaticano para participarmos, a convite do nosso Papa Francisco, da “Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica” de 6 a 27 de outubro de 2019. Foram dias de intenso trabalho, de debates e discussões, de trabalhos em grupos, mas também de celebrações inesquecíveis que tocaram nossos corações. Imensamente importantes foram as oitenta e duas intervenções das e dos participantes porque revelaram as preocupações e inquietudes, mas também as alegrias dos filhos e filhas de Deus que vieram da Pan-Amazônia para, junto com o Papa, ouvirem e discernirem “o que o Espírito diz às igrejas” (Ap 2 e 3¹) que estão na Amazônia.

¹ No capítulo 2 e 3 do Apocalipse de São João Deus se dirige aos anjos das sete Igrejas. As sete cartas têm a mesma estrutura: Deus conhece as Igrejas, faz elogios ao que é bom e censura condutas improcidentes. No final da carta sempre se repete a mesma recomendação: “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às suas Igrejas” (Ap 2,7.11.17.29; 3,6.15.22).

Nestes cinco anos que passaram a conjuntura eclesial e eclesiástica na Amazônia mudou consideravelmente. Foram nomeados novos bispos, ordenados novos padres e diáconos (ainda da “reserva masculina”) e até criadas novas circunscrições. O quadro de religiosas e religiosos a serviço do Povo de Deus também mudou. Irmãs e Irmãos vieram ajudar-nos na evangelização. Sua contribuição teológica e pastoral à Amazônia é inestimável! E, que Deus seja louvado, muitas novas e apaixonadas lideranças leigas surgiram em toda parte, mulheres e homens, jovens e idosos/os, que dão à Igreja na Amazônia um sempre maior brilho.

Na praça em frente à aula sinodal se encontraram durante o Sínodo também tradicionalistas extremamente agressivos que combateram a nossa Igreja na Amazônia. Chegaram ao excesso de jogar no rio Tibre, que banha a cidade de Roma, uma imagem de mulher grávida, esculpida por um artista manauara, que representava Nossa Senhora Maria Santíssima, grávida de seu filho: Nosso Senhor Jesus Cristo! Um ato como esse ou reportagens discriminadoras e preconceituosas não conseguiram diminuir a magnitude deste marco histórico para a Igreja na Pan-Amazônia.

A REPAM-Brasil oferece essa publicação a nós que participamos do Sínodo, mas também às e aos que vieram depois de nós e, não tenho dúvida, ficam agradecidos por ter agora acesso direto aos mais variados temas abordados nas intervenções durante o Sínodo.

*“Eis o sinal da aliança que estabeleço entre mim e vós
e todos os seres vivos que estão convosco,
por todas as gerações futuras.
Ponho meu arco nas nuvens,
como sinal de aliança entre mim e a terra.”*

(Gen 9,12-13)

Em 15 de outubro de 2017 o Papa Francisco se dirigiu aos fiéis e peregrinos na Praça de São Pedro no Vaticano e anunciou a convocação de uma Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Pan-Amazônia com o objetivo de buscar novos caminhos para a evangelização, com um enfoque especial dos povos indígenas “frequentemente esquecidos e sem perspectivas de um futuro sereno”, e para enfrentar a crise da Floresta Amazônica “de capital importância para o nosso planeta”².

2 O Papa Francisco anuncia no Angelus em 15 de outubro de 2017 após a canonização dos protomártires do Brasil de Cunhaú e Uruaçu a convocação do Sínodo para a Pan-Amazônia.

A preparação para o Sínodo

“Buscai, em primeiro lugar o Reino de Deus e sua justiça”

(Mt 6,33)

A preparação específica do Sínodo começou com o encontro dos povos indígenas com o Papa Francisco em Puerto Maldonado, no Peru, em 19 de janeiro de 2018. As lideranças indígenas Yésica Patiachi e Héctor Sueyo se dirigiram ao Papa em nome dos povos indígenas peruanos e denunciaram a exploração dos recursos naturais, a derrubada da floresta, a mineração e as companhias petrolíferas nas regiões onde vivem. Pediram ao Papa: “nos defenda”.

O Papa Francisco lembrou São Toríbio³ que dizia “não só nos tempos passados se fizeram a estes pobres tantos agravos e violências com tantos excessos, mas ainda hoje muitos continuam a fazer as mesmas coisas”⁴ E acrescentou: “Infelizmente, depois de cinco séculos, estas palavras continuam a ser atuais. As palavras proféticas daqueles homens de fé – como nos lembraram Héctor e Yésica – são o grito destas pessoas, muitas vezes constrangidas ao silêncio ou a quem tiraram a palavra. Esta profecia deve continuar presente na nossa Igreja, que nunca cessará de levantar a voz pelos descartados⁵ e os que sofrem.”⁶

O Papa me nomeou membro do órgão preparatório do Sínodo. Por isso participei dos encontros em Roma (12 a 15 de abril de 2018 e 14 a 15 de maio de 2019) e em outros lugares onde preparamos os questionários para uma consulta abrangente do “Povo de Deus” nas Igrejas locais da Pan-Amazônia. Mais de 87 mil pessoas participaram de assembleias, foros e encontros para responder o questionário. Comunidades, homens e mulheres do campo e da cidade, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, cientistas e até líderes de comunidades não católicas fizeram questão de manifestar sua opinião. Na segunda reunião foi elaborado o *Instrumentum Laboris* para o Sínodo propriamente dito que foi celebrado no Vaticano de 6 a 27 de outubro de 2019.

3 São Toribio (1538 – 1606), espanhol de nascimento, desde 1579 arcebispo de Lima, grande benfeitor dos povos indígenas. Dezesete de seus vinte e cinco anos de bispo dedicou às visitas pastorais. Morreu em Zaña, Peru, em 23 de março de 1606, com 67 anos de idade.

4 III Concílio Provincial de Lima, convocado pelo arcebispo Toribio de Mogrovejo em 1581, reuniu-se de 15 de agosto de 1582 a 18 de outubro de 1583, O Concílio ditou muitos regulamentos e princípios, centrados na evangelização dos indígenas e no seu tratamento justo “não como escravos, mas como homens livres”, Terceira Sessão, c. 3.

5 O Papa Francisco usa o termo do Documento de Aparecida, n. 65, referindo-se à “exclusão social”: “Os excluídos não são somente “explorados”, mas “supérfluos” e “descartáveis”.

6 Viagem Apostólica do Papa Francisco ao Chile e Peru, 15 – 22 de janeiro de 2018, Encontro com os Povos da Amazônia, Discurso do Santo Padre, Puerto Maldonado – Coliseu Madre de Dios, 19 de janeiro de 2018.

Ver/Escutar – Julgar/Discernir – Agir/Avaliar – Celebrar

“...ensinando o que se refere ao Senhor Jesus Cristo,
com toda a liberdade e sem impedimento
com toda a parrhesia”
(At 28,31)

A decisão do Papa Francisco de convocar um Sínodo especial para a Amazônia foi saudado entusiasticamente como a alvorada de um novo Pentecostes para a Amazônia, de modo especial por causa da consulta ao Povo de Deus nas bases. Tantas questões candentes precisam de uma resposta! E a pesquisa “oficial”, incentivada pelo próprio Papa como convite sem precedentes na história da Igreja, deu às pessoas a coragem de “abrir o verbo”, expressar com toda coragem – parrhesia⁷ – o que realmente pensam e o que esperam do Sínodo. O Papa Francisco já havia feito um apelo aos bispos, padres, religiosos, jovens, indígenas e pobres das periferias das cidades: “Sean corajudos”, “Sejam corajosos”. E esse apelo sempre foi entendido como pedido de desembaraço na formulação de sugestões e expectativas em relação à Igreja na Amazônia e no mundo. Até então um sínodo nunca teve tamanha participação da base, pelo menos na sua preparação.

O questionário, largamente distribuído em toda Pan-Amazônia junto com um texto introdutório, seguiu o esquema VER – JULGAR – AGIR.⁸ O papa não quis satisfazer-se com uma requintada análise científica de conjuntura, mas insistiu que o povo falasse, expressasse, à viva voz, suas “alegrias e esperanças, tristezas e angústias”⁹.

O tradicional VER se torna mais um ESCUTAR. Na Constituição Apostólica *Episcopalis Communio* o Papa Francisco pede que o Sínodo dos Bispos seja “um instrumento privilegiado de escuta do Povo de Deus.”¹⁰ É um OUVIR no sentido bíblico que vai além do fenômeno de fonemas atingirem o nosso tímpano. O “shema” na Bíblia significa “ouvir com o coração” no amor a Deus, ao próximo e à natureza.

7 O termo “parrhesia” é usado no Novo Testamento principalmente nos Atos dos Apóstolos, mas tem sua origem na antiga literatura grega, de modo especial em Eurípides. É composto por “παῖν” + “ῥῆμα” que significa literalmente “toda a palavra”. Parrhesia é assim a decisão corajosa de dizer “tudo”, “toda a verdade” sem reter ou esconder nada. Há várias traduções. Somente todas juntas conseguem dar o verdadeiro sentido da palavra “parrhesia”: intrepidez, ousadia, firmeza, audácia, destemor, coragem, fé, confiança, paixão, ardor, fervor. (cfr. At 4,13; 4,29; 4,31; 9,27; 13,46; 14,3; 19,8; 26,26; 28,31).

8 Há quem pensa que o ver-julgar-agir, subjacente à maioria dos documentos do CELAM e das Conferências Episcopais da América Latina, tenha nascido na Igreja da América Latina. Na realidade, foi o padre belga Joseph Cardijn (1882-1967), 1965 criado cardeal pelo Papa Paulo VI, o fundador da Juventude Operária Cristã (JOC), que começou a usar o ver-julgar-agir nas reuniões da JOC. Os três passos foram posteriormente complementados pela avaliação periódica e pela dimensão da celebração, tão importante para a América Latina.

9 Concílio Vaticano II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo de Hoje, n. 1.

10 Papa Francisco, Constituição Apostólica *Episcopalis Communio* sobre o Sínodo dos Bispos, de 15 de setembro de 2018: “O Bispo que vive no meio dos seus fiéis mantém os ouvidos abertos para escutar ‘o que o Espírito diz às Igrejas’ (Ap 2, 7) e a ‘voz das ovelhas’, também através daqueles organismos diocesanos que têm a tarefa de aconselhar o Bispo, promovendo um diálogo leal e construtivo. Também o Sínodo dos Bispos deve tornar-se cada vez mais um instrumento privilegiado de escuta do Povo de Deus: ‘Para os Padres sinodais, pedimos, do Espírito Santo, antes de mais nada o dom da **escuta**: escuta de Deus, até ouvir com Ele o grito do povo; escuta do povo, até respirar nele a vontade de Deus que nos chama’” (n. 5 e 6).

O JULGAR é um DISCERNIR no sentido de identificar novos caminhos de Evangelização para plasmar uma Igreja com rosto amazônico e rosto indígena. É contribuir, ao mesmo tempo, para uma Ecologia humana¹¹ que examina as causas da progressiva destruição da Amazônia e assume a defesa deste macro bioma contra as agressões perniciosas do latifúndio pecuarista e monocultor, das grandes empresas mineradoras e madeireiras, da garimpagem e das hidrelétricas.

O questionário teve o objetivo de servir de base para elaborar o *Instrumentum laboris*, um tipo de vade-mécum para as deliberações e votações dos “padres sinodais”¹² na aula sinodal ou nos grupos temáticos. Também no âmbito da Igreja, qualquer pesquisa por meio de questionário, especialmente quando se trata de assuntos de evangelização e ação pastoral, deveria ser respeitada por quem a encomendou, em seu valor quantitativo e qualitativo.

Seguem as perguntas mais significativas do questionário:

Primeira parte:

- Quais são os problemas mais importantes em sua comunidade: as ameaças e dificuldades para a vida, o território e a cultura?
- Em sua opinião, o que é que os povos tradicionais e povos indígenas da Amazônia podem ensinar ao resto da população e a nosso País?
- Se esses povos amazônicos pudessem mudar alguma coisa de nossa Igreja, o que é que mudariam, em sua opinião?

Segunda parte:

- Que esperança oferece a presença da Igreja às comunidades amazônicas em relação à vida, ao território e à cultura?
- Que esperança oferece a presença da Igreja às comunidades amazônicas em relação à vida, ao território e à cultura?

11 O Papa Bento XVI já havia desenvolvido o tema da *Ecologia humana*. Numa das suas mensagens para o Dia Mundial da Paz: “Ao lado da ecologia da natureza existe uma ecologia que podemos designar ‘humana’, a qual, por sua vez, requer uma ‘ecologia social’. E isto requer que a humanidade, se tem a peito a paz, tome consciência cada vez mais das ligações existentes entre a ecologia natural, ou seja, o respeito pela natureza, e a ecologia humana. A experiência demonstra que toda a atitude de desprezo pelo ambiente provoca danos à convivência *humana*, e vice-versa. Surge assim com mais evidência um nexo incindível entre a paz com a criação e a paz entre os homens. Uma e outra pressupõem a paz com Deus. A poesia-oração de S. Francisco, conhecida também como « Canção do Irmão Sol », constitui um admirável exemplo — sempre atual — desta variegada ecologia da paz.” (Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, 1º de janeiro de 2007).

12 No Sínodo para a Pan-Amazônia só os bispos e superiores maiores tinham direito a voto, embora houvesse muitas mulheres, mormente indígenas dos diversos países e povos que compõem a Pan-Amazônia. Essa supremacia masculina causou muito desgosto entre os participantes do Sínodo, de modo que, para o Sínodo sobre a Sinodalidade, o Papa Francisco alterou essa praxe sinodal.

- Quais são as características das culturas da Amazônia que podem facilitar o anúncio do Evangelho?
- Quais são as características dos sacramentos e das celebrações de nossa Igreja que em sua opinião estão mais distantes da cultura e do modo de viver dos povos da Amazônia? O que poderia mudar ou melhorar em nosso jeito de celebrar?

Terceira parte:

- Que Igreja sonhamos para a Amazônia?
- Como viver uma “Igreja em saída” e com rosto amazônico e que características ela deveria ter?
- Um dos grandes desafios pastorais da Amazônia é a impossibilidade de celebrar a Eucaristia com frequência e em todos os lugares. Que propostas você faria para que as comunidades tenham o direito de celebrarem mais vezes a Eucaristia?
- Como reconhecer e valorizar o papel dos leigos e leigas nos diferentes âmbitos pastorais (na dimensão catequética, litúrgica e social)?
- Que características devem ter os missionários e missionárias que levam o anúncio da Boa-Nova na Amazônia?
- De que maneira a vida consagrada pode contribuir com seus carismas para a construção de uma Igreja com rosto amazônico?
- A participação das mulheres em nossas comunidades é de suma importância. Como reconhecer, valorizar e fortalecer a participação delas nos novos caminhos para a Igreja da Amazônia?
- Como se integram e como podem contribuir a religiosidade popular e, em particular, a devoção mariana para os novos caminhos da Igreja na Amazônia?
- Como favorecer na realidade da Amazônia processos de diálogo inter-religioso, sobretudo com as comunidades quilombolas e os povos indígenas?
- Como construir uma comunicação amazônica que contribua para a transformação da realidade?
- Em que poderia consistir a contribuição dos meios de comunicação para a edificação de uma Igreja com rosto amazônico?

As respostas que vieram de toda as partes da Pan-Amazônia foram agrupadas numa síntese organizada pela REPAM, de 1.200 páginas, e enviadas à Secretaria Geral do Sínodo no Vaticano. Entraram, não apenas no *Instrumentum laboris*, mas também no Documento final do Sínodo sobre os dois objetivos do Sínodo: caminhos para uma Igreja pastoralmente reorientada para



uma Evangelização com um novo ardor na Amazônia e na busca de caminhos de um decidido empenho em favor de “nossa Casa Comum”.

O *Instrumentum laboris*, graças a Deus, captou bem os anseios manifestos nas tantas reuniões pela Amazônia afora. Tornou-se um valioso Vade-mécum para os Padres (e Madres) Sinodais. Ninguém podia ficar indiferente. A causa da Amazônia não dá trégua. Não só uma ou outra Igreja local é desafiada, mas a “Igreja católica”, isto é, a Igreja do mundo inteiro que quer ser edificada em todas as culturas. Foi esta também uma das razões, porque o Papa Francisco convocou o sínodo para Roma e não para uma das metrópoles da Pan-Amazônia. O Sínodo terá que ser um verdadeiro kairós para a Amazônia que convoca e provoca toda a Igreja, “um tempo de graça e libertação, de memória e de conversão, de desafios e de esperança (n. 34). A responsabilidade da Igreja “católica” não pode mais ser postergada. “A Amazônia clama por uma resposta concreta e reconciliadora” (n. 3).

O Secretário Geral do Sínodo dos Bispos foi o cardeal Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico no Brasil de 2002 a 2012. Dom Baldisseri coordenou, ao lado do Papa (pelo menos no primeiro dia), as duas reuniões do Conselho Pré-sinodal. Nessas reuniões já se revelou muito cético a qualquer inovação no que diz respeito, por exemplo, ao Sacramento da Ordem. Sempre, quando alguém falou da expectativa que se tem na Amazônia, em relação ao diaconato feminino, logo puxou de sua pasta – ele se preparou muito bem “para o que der e vier” – edições passadas de *L’Osservatore Romano* e leu trechos de falas do Papa para comprovar que o Santo Padre se opunha a tais anseios. Sobre qualquer proposição mais arrojada de que nós sabíamos que constava das solicitações e sugestões da base, foi difícil discutir ou argumentar. O Cardeal nunca conseguiu disfarçar seu “dispiacere”, seu descontentamento. Sua mímica sempre o traiu. Sentíamos imediatamente o seu “non placet” pairar na atmosfera da sala de reuniões na Via della Conciliazione, 34.

Confesso que às vezes tive pena dele. Toca maravilhosamente piano. Ouvi-o várias vezes e o aplaudi, impressionado que eu ficava. Podia conversar-se com ele sobre Mozart, Beethoven, Franz Liszt, Frédéric Chopin, mas discutir assuntos de ação pastoral ou problemas nossos no chão concreto dos campos e das cidades da Amazônia, das selvas e águas ameaçadas, das aldeias indígenas e quilombolas agredidos, enfim, do nosso empenho em favor da vida, em toda a sua abrangência, e do povo disperso pela Amazônia, muitas vezes entregue à própria sorte, não valia a pena. E assim, naquelas reuniões do Conselho Pré-sinodal, me perguntei como um secretário de sínodo, sem ou apenas um bem superficial conhecimento da Amazônia e com uma notória aversão às inovações almejadas por muitas Igrejas locais dessa região, como um secretário de sínodo, sem ter nenhuma

empatia para com os bispos e delegadas/os que “vêm da grande tribulação” (Ap 7,14), poderá dirigir, coordenar e supervisionar os trabalhos na aula sinodal durante 21 dias?¹³

O Documento Final

“... no qual colaboraram muitas pessoas conhecem melhor do que eu e do que a Cúria Romana a problemática da Amazônia, porque vivem lá, por ela sofrem e a amam apaixonadamente” (QA, n. 3)
“Convertei-vos e crede no Evangelho”
 (Mc 1,15)

O Documento Final do Sínodo é considerado resposta “concreta e reconciliadora”¹⁴ às propostas e sugestões que o *Instrumentum laboris* colheu da “escuta” do Povo de Deus na Amazônia. Que é uma resposta “concreta”, ninguém duvida, pois quer atender ao que os povos da Pan-Amazônia esperaram. O adjetivo “reconciliadora” é enigmático. Quais são as “facções” que precisavam reconciliar-se? Os bispos da Amazônia com os cardeais da Cúria Romana sentados na aula sinodal na primeira fileira? Ou com os previsíveis vários “desmandos” do Secretário Geral do Sínodo? Ou então com aquela mulher indígena que ousou desafiar os homens presentes na aula sinodal, falando que todos são nascidos de mulher...?

Foi um parto difícil e por um triz escapou de uma fatal “eclâmpsia”, fazendo morrer a mãe e a prole. Pouco tempo antes do final do Sínodo foi distribuída uma proposta de Documento Final que causou um alvoroço entre os participantes, pois o texto não satisfaz de modo algum à grande maioria dos bispos e outros membros do Sínodo. Houve uma imensa frustração a ponto de alguns já vaticinarem o fracasso total do Sínodo. Alguns bispos e assessores cercamos o dom Claudio no hall embaixo da aula sinodal e manifestamos a nossa decepção e mágoa, pedindo sua intervenção junto ao Secretário Geral para “salvar o Sínodo”. Dom Claudio comungou de nosso compreensível desgosto e sensibilizou-se com a preocupação de tantos membros do Sínodo. Nos dias subsequentes trabalhávamos em grupo e finalmente nasceu o documento, pronto para ser votado no plenário. E recebeu uma maciça aprovação.

“Eis que faço novas todas as coisas”
Depois, ele me disse: “Escreve, pois, estas palavras
são dignas de fé e verdadeiras”
 (Ap 21,5)

¹³ Não quero, em absoluto, ignorar os grandes méritos do Núncio Baldisseri no “Acordo Santa Sé – Brasil”, Decreto Nº 7.107 de 11 de fevereiro de 2010. Estou convicto de que sem seu empenho diplomático não teria sido alcançada essa vitória tão importante para a nossa Igreja. Cf. “Diplomacia Pontifícia – Acordo Brasil – Santa Sé – Intervenções”, livro de Dom Lorenzo Baldisseri, lançado dia 16 de fevereiro de 2011.

¹⁴ *Instrumentum laboris*, n. 3.

O Documento Final denuncia todas as formas de ameaça à vida das pessoas e do mundo que nos rodeia e apela a uma “metanoia” ecológica e cultural, a uma mudança de vida, de atitudes, de comportamento e conduta. Rejeita a devastação inescrupulosa, condena a destruição da floresta tropical e a poluição da água e do ar. O apelo à metanoia e a denúncia das agressões à vida em toda a sua abrangência não são novidades, pois já constam da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in America* após o Sínodo de 1997 (n. 25), do Documento final da Assembleia Geral da Conferência Episcopal Latino-Americana em Aparecida, Brasil (2007) (nn. 85, 86; 475) e especialmente da Encíclica *Laudato Si'* (2015).

“Não matarás!”
(Ex 20,13)

A novidade é a classificação de todos os crimes contra o habitat dos povos amazônicos como “pecado ecológico”. Pecado é um conceito religioso. Na América Latina e especialmente na Amazônia, o “pecado ecológico” significa uma injúria, uma ofensa moralmente gravíssima ao quinto mandamento: “Não matarás!” A destruição da Amazônia resultará na destruição da vida em todas as suas formas. O “pecado ecológico” pode ser um delito pessoal, mas também, e muito mais, um “pecado estrutural”, como a Teologia da Libertação já há décadas tem demonstrado: o crescimento econômico à custa da natureza e das oportunidades de vida das pessoas e povos da Amazônia é, teologicamente falando, um “pecado estrutural”.

Na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* o Papa Francisco escreveu “Esta economia mata” e acrescentou: “Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são somente ‘; mas resíduos, ‘sobras’ (n. 53).

“Sabeis discernir o aspecto da terra e do céu.
Como é que não sabeis
discernir o tempo presente?”
(Lc 12,56)

Declara o Documento Final do Sínodo para a Amazônia: “Nas muitas consultas realizadas na Amazônia, o papel fundamental da mulher religiosa e leiga na Igreja da Amazônia e em suas comunidades foi reconhecido e enfatizado, devido aos múltiplos serviços prestados. Em grande parte destas consultas, o diaconato permanente foi solicitado para as mulheres. Por esse motivo, o tema



também esteve muito presente no Sínodo. Já em 2016, o Papa Francisco havia criado uma ‘Comissão de Estudo sobre o Diaconato das Mulheres’ que, como Comissão, alcançou um resultado parcial sobre como era a realidade do diaconato das mulheres nos primeiros séculos da Igreja e suas implicações hoje. Por isso, gostaríamos de compartilhar nossas experiências e reflexões com a Comissão e aguardamos os seus resultados” (n. 103).

O texto obteve uma votação muito além de dois terços dos que tinham direito a voto. E qual é a razão desse voto em favor do diaconato feminino? Nas comunidades da Amazônia são majoritariamente as mulheres que assumem a coordenação, animam a catequese, preparam pais e padrinhos para o batismo de crianças, organizam grupos de crisma, presidem os cultos dominicais em que não leem apenas o Evangelho, mas fazem verdadeiras homilias. Em muitas prelazias e dioceses recebem autorização do bispo para ministrar o sacramento do batismo e presidir, como testemunhas qualificadas, o sacramento de matrimônio. Na prática essas mulheres já exercem as mesmas funções (e até muito mais!) previstas para os diáconos. Servem ao “Povo de Deus na diaconia da Liturgia, da Palavra e da Caridade” como prevê a Constituição dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II n. 29 e é repetido agora no Cânon 1009 § 3 do *Direito Canônico*. Por que se nega a mulheres a graça sacramental para o seu ministério exercido com tanto amor e inegável competência? Simplesmente por que são mulheres, portadoras não de cromossomos XY, mas do par XX?

*“A Igreja vive da Eucaristia”
- Palavras iniciais da
Encíclica ‘Ecclesia de Eucharistia’
do Papa João Paulo II*

Também o n. 111 recebeu uma votação para além de dois terços. Não nega ao celibato seu valor, mas sugere “estabelecer critérios e disposições” para a ordenação presbiteral de “homens idôneos e reconhecidos da comunidade, que tenham um diaconato fecundo e recebam uma formação adequada para o sacerdócio, podendo ter uma família legitimamente constituída e estável, para sustentar a vida da comunidade cristã através da pregação da Palavra e da celebração dos Sacramentos nas zonas mais remotas da região amazônica”. O Povo de Deus tem o direito à Eucaristia. Mesmo que o celibato sacerdotal seja um dom precioso, na Amazônia muitos candidatos às ordens sagradas desistem porque não se sentem em condições de optar por uma vida celibatária e assim se perdem preciosas vocações.

Penúria eucarística! Defender o celibato como única e exclusiva condição de acesso à ordem presbiteral equivale concordar com a penúria eucarística e banir milhares de comunidades de comungar, pelo menos, aos domingos do “Corpo e Sangue de Cristo”.



No memorável *Angelus* de 26 de junho de 2011 o Papa Bento XVI falava da “Missa dominical” como “força de comunhão (...) sobretudo nas épocas mais difíceis, de prova”. E lembra o grito dos mártires de Abitínia¹⁵: “Sine Dominico non possumus” – sem o ‘Dominicum’, isto é, sem a Eucaristia dominical não podemos viver”. Na Amazônia nenhum imperador proíbe celebrar a Eucaristia dominical, mas leis canônicas impedem que tantas comunidades cristãs espalhadas por esta vasta região que se encontram todos os domingos, possam realmente “viver” a partir da Eucaristia. Muitas vezes já lembramos em nossos documentos o que o Concílio Vaticano II definiu no Decreto *Presbyterorum Ordinis* sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros: “Nenhuma comunidade cristã se edifica sem ter a sua raiz e o seu centro na celebração da santíssima Eucaristia, a partir da qual, portanto, deve começar toda a educação do espírito comunitário” (PO 6)¹⁶.

O Pacto das Catacumbas 2019

*“Amados, exorto-vos,
Como a peregrinos e forasteiros...”
(1 Pd 2,11)*

No contexto sinodal e recordando os passos dados pelos bispos da Amazônia na defesa do meio ambiente nasce o Segundo Pacto das Catacumbas, celebrado em 26 de outubro de 2019. Cinquenta e quatro anos passaram desde o primeiro pacto. Bispos-Padres-sinodais e dezenas de religiosas, religiosos, padres, diáconos, leigas e leigos se encontram para assinar o “Pacto das Catacumbas pela Casa Comum”. O saudoso Cardeal Dom Claudio Hummes presidiu a Eucaristia.

Celebrar a Eucaristia num lugar santo como as Catacumbas é uma experiência singular. Aqui o Sangue do Senhor derramado por nós, erguido no cálice, não deixa de recordar também o sangue derramado por milhares de mártires de ontem e de hoje que, a exemplo de Jesus, doaram a sua vida porque amaram “até o fim” (cf. Jo 13,1 e 19,30). A assinatura do documento por todos os participantes se torna um ato solene e emocionante. Nos dias seguintes vários bispos que não puderam participar da celebração nas Catacumbas fizeram questão de firmar o pacto na Aula Sinodal.

O subtítulo do pacto é *“Por uma Igreja com rosto amazônico, pobre e servidora, profética e samaritana”*.

¹⁵ No ano de 304, durante a perseguição do imperador romano Diocleciano, era proibido celebrar a Eucaristia na Abitínia, atual Tunísia.

¹⁶ Cito apenas dois documentos: Já nas “Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia” definidas pelos bispos da Amazônia no Encontro de Santarém “Cristo aponta para a Amazônia” (Paulo VI), de 24 a 30 de maio de 1972, se ressalta: “Nenhuma Comunidade Cristã se edifica sem ter sua raiz e centro na celebração da Santíssima Eucaristia, por onde deve ser iniciada toda educação do espírito de Comunidade (Medellín 9,3)”. E na Carta do Primeiro Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal em Manaus entre os dias 28 e 31 de outubro de 2013 lemos: “Causa-nos uma profunda dor ver milhares de nossas comunidades excluídas da eucaristia dominical. A maioria delas só têm a graça de celebrar o Memorial da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor uma, duas ou três vezes ao ano. O Senhor, na véspera de sua morte, não deu um bom conselho, mas um mandato explícito: “Fazei isto em minha memória” (1 Cor 11,24; Lc 22,19). O Decreto *Presbyterorum Ordinis* do Concílio Vaticano II declara que a Eucaristia é fonte e, ao mesmo tempo, ápice de toda a Evangelização (cf. PO 5).

O Conselho pós-sinodal que nunca se reuniu...

*“Há tempo de buscar,
e tempo de perder”
(Ecl 3,6)*

Em 25 de outubro 2019, dois dias antes do encerramento do Sínodo, foram eleitos treze membros do Conselho pós-sinodal. O papa nomeou mais três: a nossa Irmã Laurinha (Laura Vicuña Pereira Manso), a líder indígena do Equador Sra. Patrícia Gualinga e o indígena do Peru, Sr. Delio Siticonatzi Camaiteri.

Quatro membros do Conselho são eleitos do Brasil, o saudoso Dom Cláudio Hummes, o arcebispo de Belém, dom Alberto Taveira Corrêa, o arcebispo de Porto Velho, dom Roque Paloschi e o bispo emérito do Xingu, dom Erwin Kräutler. Os outros nove eleitos são dos demais países da Pan-Amazônia¹⁷.

Em 23 de novembro de 2019 a Sala de Imprensa da Santa Sé publicou os nomes dos 16 membros do Conselho pós-sinodal do Sínodo especial para a Região Pan-Amazônica. Esperávamos todos ser convocados ainda no mês de dezembro ou então no decorrer do mês de janeiro de 2020. Nada disso aconteceu. E em 2 de fevereiro – Festa da Apresentação do Senhor – do ano 2020, o Papa Francisco promulgou a Exortação Apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia*. Com isso o Conselho pós-sinodal deixou de existir sem nunca ter sido convocado para uma reunião. Os motivos, razões ou causas de dispensar qualquer contribuição “pós-sinodal” do Conselho eleito e em parte nomeado pelo próprio Papa não foram revelados até hoje.

Quem sabe, a Conferência Eclesial da Amazônia (Ceama), criada em 29 de junho de 2020, está substituindo o Conselho pós-sinodal pois atende à proposta dos Padres sinodais de “criar um organismo episcopal que promova a sinodalidade entre as Igrejas da região, que ajude a delinear o rosto amazônica desta Igreja e que continue a tarefa de encontrar novos caminhos para a missão evangelizadora” (Documento Final, n. 115).

¹⁷ Dois da Bolívia (o bispo de Potosí dom Ricardo Ernesto Centellas Guzmán e o vigário apostólico de Pando, dom Eugenio Coter; dois da Colômbia (o vigário apostólico de Puerto Leguizamo-Solano, dom Joaquín Humberto Pinzón Güiza e o vigário apostólico de Inírida, dom Joselito Carreño Quiñónez); dois do Peru (o arcebispo de Huancayo, cardeal Pedro Ricardo Barreto Jimeno e o vigário apostólico de Puerto Maldonado, dom David Martínez De Aguirre Guinea); um da Guiana Francesa (o bispo de Cayenne, dom Emmanuel Lafont); um da Venezuela (o vigário apostólico de Puerto Ayacucho, dom Jonny Eduardo Reyes Sequera) e um do Equador (o vigário apostólico de Puyo, dom Rafael Cob García).



A Exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia*

O Sínodo para a Amazônia gerou muitas esperanças nas comunidades da Igreja na Amazônia. O *Documento Final* e a Exortação apostólica pós-sinodal do Papa Francisco *Querida Amazônia* são grandes impulsos para a nossa ação pastoral e evangelizadora. Mesmo que haja quem considere *Querida Amazônia* o fecho papal do Sínodo e exista até quem fale que “graças a Deus, isso já passou”, estou convicto de que o Sínodo intensificou o processo de conscientização de toda a Igreja católica a respeito da Amazônia que não pode ser mais freado. Deduzo isso já dos primeiros parágrafos da exortação.

O Papa, a partir das “ressonâncias que provocou” nele “este percurso de diálogo e discernimento” (n. 2) apresenta “de maneira oficial” o *Documento Final*, o que quer dizer, como documento de seu magistério petrino, ressaltando que nele “colaboraram muitas pessoas que conhecem melhor do que eu e do que a Cúria Romana a problemática da Amazônia, porque vivem lá, por ela sofrem e a amam apaixonadamente” (QA n. 3). A Cúria Romana certamente não apreciou muito esse “coup de bec” do Papa Francisco.

Miguel de Cervantes Saavedra (+ 1616), cunhou no seu livro *Don Quixote de la Mancha* (1605), a frase que por muitos é atribuída a dom Hélder Câmara: “Sonho que se sonha sozinho é apenas um sonho. Sonho que se sonha junto é o começo da realidade”. O Papa Francisco, quem sabe, pensou nestas palavras quando formulou seus “quatro grandes sonhos que a Amazônia” lhe “inspira”:

Sonho com uma Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que a sua voz seja ouvida e sua dignidade promovida.

Sonho com uma Amazônia que preserve a riqueza cultural que a caracteriza e na qual brilha de maneira tão variada a beleza humana.

Sonho com uma Amazônia que guarde zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e as suas florestas.

Sonho com comunidades cristãs capazes de se devotar e encarnar de tal modo na Amazônia, que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos. (QA n. 6-7).

Aí está o convite para todos sonharmos, junto com o Papa, com a fé arraigada no Evangelho da Vida, para que surja e se esparja uma nova realidade baseada na justiça e na paz, no amor e na solidariedade, no respeito e na sobriedade, no cuidado e no carinho com nossos irmãos e irmãs e o mundo que Deus nos presenteou para ser cultivado e preservado.



Um sonho social

“Todas as vezes que fizestes isso a um destes mais pequenos, que são meus irmãos, foi a mim que o fizestes!”
(Mt 25,40)

Durante séculos questões sociais não foram temas tratados pelo magistério da nossa Igreja. Isso não quer dizer que não existiam as “obras de misericórdia” ou “obras de caridade”; exemplos edificantes da preocupação da Igreja com os pobres e sofredores. Quantas instituições de caridade, hospitais, orfanatos, hospícios, albergues e tantos outros organismos surgiram ao longo dos séculos para mitigar o sofrimento de pobres e abandonados. E inúmeros santos fizeram de suas vidas uma contínua e abnegada dedicação aos pobres e sofredores, vendo neles a imagem do Senhor dos Passos, pobre, abandonado, flagelado e crucificado. Mas não era praxe na Igreja procurar desuendar as causas da pobreza, da miséria, do sofrimento, da entrega à própria sorte de pessoas e povos. Raramente foram denunciadas injustiças, mesmo que fossem exatamente essas injustiças que geraram pobreza, exclusão e sofrimento.

Foi em 1891 que um papa, Leão XIII (+ 1903) pela primeira vez publica uma Encíclica que trata de questões sociais, a *Rerum Novarum*, que denunciava as condições dos operários e exigia justiça em nome do Evangelho. Quarenta anos depois (1931) o Papa Pio XI (+ 1939) publica a *Quadragesimo Anno* sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica. O Papa João XXIII (+ 1963) surpreendeu 1961 o mundo com sua *Mater et Magistra* sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã.

O Concílio Vaticano II nos brindou com a maravilhosa Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, assinada e promulgada “para a Glória de Deus” pelo Papa Paulo VI em 7 de dezembro de 1965. Paulo VI subscreveu o documento com “Ego Paulus Catholicae Ecclesiae Episcopus”¹⁸. Fala dos problemas do mundo contemporâneo, das injustiças sociais, e, já naquele tempo, do perigo de uma guerra nuclear.

Do mesmo Papa Paulo VI (+ 1978) é a Encíclica *Populorum Progressio* (1967) em que ele assina-la: “O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento” (PP, n. 1). E ainda em 1971, no marco dos 80 anos da *Rerum Novarum*, dirige a Carta Apostólica *Octogesima Adueniens* ao Cardeal Maurício Roy, presidente do conselho dos leigos e da pontifícia comissão “Justiça e Paz”, ressaltando que a Encíclica de Leão XIII “continua a inspirar a ação em ordem à justiça social, anima-nos a retomar e a pros-

18 Eu, Paulo, bispo da Igreja Católica, simplesmente “bispo”!

seguir o ensino dos nossos predecessores, em resposta às necessidades novas de um mundo em transformação” (OA, n. 1).

O Papa João Paulo II (+ 2005) lembra na Encíclica *Laborem Exercens* (1981) o nonagésimo aniversário da *Rerum Novarum*. Em 1987 publica sua Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* recordando os vinte anos da Encíclica de Paulo VI *Populorum Progressio*. Assevera que “todos as pessoas têm o direito de participar “no banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus” (SRS, n. 39). Por ocasião do centenário da *Rerum Novarum* deplora na Encíclica *Centesimus Annus*: “O homem é reduzido a uma série de relações sociais, e desaparece o conceito de pessoa como sujeito autônomo de decisão moral, que constrói, através dessa decisão, o ordenamento social. Desta errada concepção da pessoa, deriva a distorção do direito, que define o âmbito do exercício da liberdade” (CA, n. 13).

Todos esses e muitos outros documentos, mormente as conclusões das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, são o “pano de fundo” para o “sonho social” do Papa Francisco a respeito da Amazônia: “O nosso é o sonho duma Amazônia que integre e promova todos os seus habitantes, para poderem consolidar o ‘bem viver’” (n. 8). É o “Sumak Kawsay” dos índios andinos que já foi lembrado no *Instrumentum Laboris* como “harmonia consigo mesmo, com a natureza, com os seres humanos e com o Ser supremo, dado que existe uma intercomunicação entre o cosmo inteiro, onde não há excludentes nem excluídos, e que entre todos nós podemos forjar um projeto de vida plena” (IL n. 12). Essa harmonia está sendo brutalmente agredida e o povo grita: Estamos “ameaçados por agentes econômicos que implementam um modelo alheio em nossos territórios” (n. 11).

“É preciso indignar-se (...) Não é salutar habituarmo-nos ao mal” (n. 15), mas só indignar-se não basta. O Papa desce até a detalhes quando afirma que “podem-se encontrar alternativas de pecuária e agricultura sustentáveis, de energias que não poluem, de fontes dignas de trabalho que não impliquem a destruição do meio ambiente e das culturas. Simultaneamente é preciso garantir, para os indígenas e os mais pobres, uma educação adequada que desenvolva as suas capacidades e empoderamento” (n. 17). “E, nos dias de hoje, a Igreja não pode estar menos comprometida, chamada como está a ouvir os clamores dos povos amazônicos, ‘para poder exercer com transparência o seu papel profético’ (IL n. 7)” (n. 19).

Importa um “diálogo social, especialmente entre os diferentes povos nativos, para encontrar formas de comunhão e luta conjunta” e estes povos devem ser “os principais interlocutores, dos quais primeiro devemos aprender, a quem temos de escutar por um dever de justiça” (n. 26). Jamais



podemos impor aos povos tradicionais projetos ou esquemas de vida alheios à sua cultura secular, no intuito de torná-los mais “brasileiros” (ou mais “nacionais” nos outros países da Pan-Amazônia). Sua alteridade (seu ser diferente) merece todo respeito da sociedade majoritária. São eles os “protagonistas” de seu porvir, de “seu modo de viver e trabalhar” (n. 27).

Um sonho cultural

*“O Verbo se fez carne
E armou sua tenda entre nós”
(Jo 1,14)*

O termo “inculturação” ainda não consta dos documentos do Concílio Vaticano II. Apareceu em 1974, na 32ª Congregação geral da Companhia de Jesus.¹⁹ Os jesuítas que trabalharam na Índia sentiram cada vez mais a necessidade de abandonar o “eurocentrismo” cultural da Igreja e insistiram que a fé, se ela é realmente “católica”, devia poder ser vivida e expressada nos moldes culturais autóctones.

Nas Igrejas da América Latina e do Caribe o tema adquiriu especial relevância na Quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Santo Domingo, em outubro de 1992. Junto com o saudoso Dom José Maria Pires (+ 2017 com 98 anos) fiz parte da Comissão 26: “Unidade e pluralidade das culturas indígenas, afro-americanas e mestiças”. Nossa Comissão redigiu uma bem fundamentada contribuição para o Documento Final. Infelizmente nosso texto foi adulterado em vários pontos que considerávamos de suma importância. Insistimos no respeito à “alteridade” dos povos, no seu direito de serem “diferentes”.

Entendemos a cultura como “o lugar específico da existência humana, o lugar, onde cada grupo social constrói coletiva e historicamente sua vida, o lugar da resistência permanente contra a morte e da luta pela vida, o lugar da identidade de cada grupo social, o lugar do reconhecimento da alteridade e, portanto, da pluralidade de possibilidades de vida. A cultura se constrói pelo trabalho e pelo descanso, pela celebração e a contemplação. Ela está marcada tanto pela eficiência como pela gratuidade e tem por objetivo a plena realização da pessoa e da comunidade.”²⁰

19 A 32.ª Congregação Geral dos Jesuítas desde a sua fundação, convocada pelo Padre Geral, Padre Pedro Arrupe, realizou-se em Roma de 2 de dezembro de 1974 a 7 de março de 1975. Participaram os superiores maiores e delegados das então 85 províncias num total de 237 membros.

20 Redação Final da Comissão 26, Introdução.

As Conferências de Medellín e Puebla não fizeram referência à realidade multiétnica e pluricultural do Continente. Puebla lembra os indígenas e afro-americanos somente quando fala das feições sofredoras de Cristo e considera-os “os mais pobres dentre os pobres” (DP, n. 34), mas não aponta as causas profundas da pobreza: a marginalização e discriminação destes povos em razão de sua “alteridade” cultural.

A “novidade” que se esperava da Conferência em Santo Domingo foi que a Evangelização finalmente não desprezasse as culturas dos povos oprimidos, mas, pelo contrário, partisse das culturas destes povos indefesos e marginalizados. A comissão de redação não entendeu (ou não quis entender) o nosso raciocínio ou então se opôs à nossa reflexão. Alterou simplesmente a nossa proposta “Evangelização a partir da cultura” para “Evangelização da cultura” (DSD n. 253). A cultura dos povos autóctones tem que ser purificada ou, na pior das hipóteses, abolida e substituída por uma cultura “superior”, única via possível para transmitir as verdades da fé católica. Nós recomendamos “privilegiar as culturas de todos os povos oprimidos”. No documento aparece: “A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos” (DSD, n. 243). E qual é a instância que define os valores “autênticos” de todos os povos?

Quanto à inculturação da liturgia formulamos a seguinte proposta: “Queremos promover uma inculturação de liturgia, acolhendo com apreço seus (= dos povos indígenas) símbolos, ritos e expressões religiosas como também suas estruturas sociais e comunitárias, renunciando a todo etnocentrismo, colonialismo pastoral e todo tipo de discriminação racial”. Em vez de acatar nosso texto, o Documento Final fala em “promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja” (DSD, n. 248). Quem define e como se define o que é compatível com “o claro sentido da fé”? Quais os símbolos que podem ser considerados “universais”?

Vinte e sete anos depois da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo o Papa Francisco escreve na *Querida Amazônia* que “na Amazônia, encontram-se milhares de comunidades de indígenas, afrodescendentes, ribeirinhos e habitantes das cidades que, por sua vez, são muito diferentes entre si e abrigam uma grande diversidade humana. Deus manifesta-Se, reflete algo da sua beleza inesgotável através dum território e das suas características, pelo que os diferentes grupos, numa síntese vital com o ambiente circundante, desenvolvem uma forma peculiar de sabedoria” (n. 32).

Não são ditados autoritários, eivados de um arrogante etnocentrismo, a partir de uma cultura que se autodefine como superior, que se convive com os povos autóctones da Amazônia, mas é “a



partir das nossas raízes que nos sentamos à mesa comum, lugar de diálogo e de esperanças compartilhadas. Deste modo a diferença, que pode ser uma bandeira ou uma fronteira, transforma-se numa ponte. A identidade e o diálogo não são inimigos. A própria identidade cultural aprofunda-se e enriquece-se no diálogo com os que são diferentes, e o modo autêntico de a conservar não é um isolamento que empobrece” (n. 37). E o Papa cita ainda o Documento de Aparecida, afirmando que “na Amazônia, mesmo entre os distintos povos nativos, é possível desenvolver ‘relações interculturais onde a diversidade não significa ameaça, não justifica hierarquias de um poder sobre os outros, mas sim diálogo a partir de visões culturais diferentes, de celebração, de inter-relacionamento e de reavivamento da esperança (DAp, n. 97)’” (n. 38).

Em vez de “evangelizar as culturas” e procurar definir os “autênticos” valores, o Papa Francisco cita sua Encíclica *Laudato Si*: “Em qualquer projeto para a Amazônia, ‘é preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento dum grupo social (...) requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais a partir da sua própria cultura. Nem mesmo a noção da qualidade de vida se pode impor, mas deve ser entendida dentro do mundo de símbolos e hábitos próprios de cada grupo humano’ (LS, n. 144)”. E acrescenta que “se as culturas ancestrais dos povos nativos nasceram e se desenvolveram em estreito contacto com o ambiente natural circundante, dificilmente podem ficar ilesas quando se deteriora este ambiente” (n. 40). O Papa Francisco já se havia pronunciado a esse respeito na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* almejando que o anúncio do Evangelho, “comunicado com categorias próprias da cultura onde é anunciado, provoque uma nova síntese com essa cultura” (EG 129).

Um sonho ecológico

*“Deus viu tudo quanto havia feito,
e era muito bom”
(Gen 1,31)*

Quando em 2014 o Papa Francisco me recebeu em audiência particular como secretário da Comissão Episcopal para a Amazônia da CNBB, falei com ele de três assuntos que na realidade se complementam entre si. Falei da Amazônia como bioma cada vez mais desrespeitado, agredido, arrasado pelo agronegócio, empresas mineradoras, garimpeiros, madeireiras e pelas gigantescas hidrelétricas já construídas ou projetadas. Denunciei ao Papa uma política irresponsável, escandalosa, inescrupulosa que fecha os olhos diante dessa destruição ou, pior, a incentiva. São incalculáveis e irreversíveis os prejuízos para os povos da Amazônia, sobretudo os povos indígenas, muitos deles isolados por sua própria decisão e por

isso mais vulneráveis e ameaçados em sua sobrevivência física. Por fim me referi a um enorme problema de cunho eclesial que considero até uma grande injustiça para a imensa maioria das comunidades amazônicas: a ausência da Eucaristia, centro, âmago, cume de nossa Fé.

O Papa me confidenciou então que estava a escrever uma Encíclica Ecológica e acrescentou logo: “pero de una ecología humana”. Ele repetiu o que seu predecessor Bento XVI havia escrito em sua Encíclica *Caritas in Veritate*: “quando a ‘ecologia humana’ é respeitada dentro da sociedade, também a ecologia ambiental é favorecida” (Civ, n. 51).

O meio-ambiente não é algo fora de nós. Nós do lado de cá e o meio-ambiente como aglomeração de seres animados irracionais ou inanimados, do lado de lá. Nós vivemos nesse meio-ambiente e sem ele não sobrevivemos. “Tudo está interligado!” Daí a nossa imensa responsabilidade. Foi neste momento que observei: “Mas aí não podem faltar a Amazônia e os Povos Indígenas nela existentes”. Pediu-me simplesmente que enviasse subsídios ao Cardeal Peter Turkson do Pontifício Conselho Justiça e Paz.²¹

A *Laudato Sí* é a primeira abordagem da questão ecológica feita por um Papa em forma de encíclica. A partir da publicação deste documento a Ecologia deixou de ser mero assunto de partidos chamados verdes, de ambientalistas e de ONGs, mas tornou-se uma questão refletida e defendida na Igreja em nome de nossa fé arraigada nas Sagradas Escrituras, de nossa fé “em Deus Pai todo-poderoso, Criador do Céu e da Terra”.

A frase no Documento Final que mais explicita o apelo à conversão está no n. 81: “A defesa da vida da Amazônia e de seus povos requer uma profunda conversão pessoal, social e estrutural. A Igreja está incluída neste apelo a desaprender, aprender e reaprender, e superar assim qualquer tendência a modelos colonizadores que causaram tantos danos no passado”. O sonho ecológico do Papa, de fato, tem sua origem no *Instrumentum Laboris*. O conteúdo dos itens ecológicos votados na aula sinodal aparece na Exortação com todo o vigor e de uma forma até mística, contemplativa. “A poesia ajuda a expressar uma dolorosa sensação que muitos compartilhamos hoje” (n. 47).

Mais uma vez ele denuncia “o impacto ambiental dos projetos econômicos de indústrias extrativas, energéticas, madeireiras e outras que destroem e poluem” (n. 49). “O interesse de algumas empresas poderosas não deveria ser colocado acima do bem da Amazônia e da humanidade inteira” (n. 48), sentencia.

E logo se refere ao bem vital para todos os seres vivos, a flora e a fauna. “A água, que abunda na Amazônia, é um bem essencial para a sobrevivência humana, mas as fontes de poluição vão aumentando cada vez mais” (n. 49). O Papa apela numa conjugação “da sabedoria ancestral com os conhecimentos técnicos contemporâneos” (n. 51). Gosta de citar a *Laudato Sí* onde já havia formulado com singular beleza a dimensão contemplativa que aplica agora para a exuberância ma-

21 Enviei minhas contribuições que tiveram seu reflexo na Encíclica *Laudato Sí* nos números 37/38 (Amazônia) e 145/146 (Povos Indígenas).

ravilhosa, lamentando que de ano em ano “desaparecem milhares de espécies vegetais e animais” (n. 54). Recomenda que aprendamos “com os povos nativos ... contemplar a Amazônia e não apenas analisá-la”. “Podemos amá-la e não apenas usá-la ... sentir-nos intimamente unidos a ela... Assim tornar-se-á nossa como uma mãe” (n. 55).

Esse lindo parágrafo faz explicitar mais uma vez o título que o Papa escolheu para a sua Exortação: *Querida Amazônia*. Quem ama, cuida com carinho e zelo o ser amado e o defende contra qualquer agressor. E nem sequer hesita doar sua própria vida. Foram tantos que chegaram até ao amor extremo de sacrificar sua vida pela Amazônia e seus povos, tornando-se mártires, testemunhas que derramaram o próprio sangue seguindo o exemplo de Jesus “Tendo amado os seus, amou-os até o fim” (Jo 13,1).

O primeiro passo para o amor radical é ouvir o grito da Amazônia. Não tapar os ouvidos diante desse clamor surdo que brota das selvas e águas, dos campos, das vilas, aldeias e cidades! “Deus Pai, que criou com infinito amor cada ser do universo, chama-nos a ser seus instrumentos para escutar o grito da Amazônia” (n. 57).

Finalmente, o Papa repete mais uma vez o apelo que havia feito na sua Encíclica *Laudato Si'*, a uma vida mais simples, mais frugal, mais sóbria. O consumismo desenfreado, uma cultura do descarte é ainda mais perniciosa para o planeta terra do que catástrofes que sempre mais frequentes se tornam consequência da mudança climática. A análise desta alteração climática e a função reguladora da Amazônia do clima planetário tolhida cada vez mais pela deflorestação é um outro capítulo importante neste contexto. “Não haverá uma ecologia sã e sustentável, capaz de transformar seja o que for, se não mudarem as pessoas, se não forem incentivadas a adotar outro estilo de vida, menos voraz, mais sereno, mais respeitador, menos ansioso, mais fraterno.” (n.58).

Um sonho eclesial

“Fazei isto em memória de mim”
(Lc 22,19; 1 Cor 11,24)

Neste quarto capítulo o Papa cita logo no início São Paulo “Ai de mim, se eu não evangelizar” (1 Cor 9,16). Como o Universo tem quatro dimensões: comprimento, largura, profundidade e tempo, como o ser humano é composto por quatro dimensões, a física, a mental (ou cognitiva), a emocional e a espiritual, o verbo “evangelizar” abriga também quatro dimensões. Depreciando-se uma, as outras três são comprometidas. A primeira dimensão é “anunciar” a Boa Nova. É o anúncio



(κήρυγμα – kérigma)! Jesus, depois da prisão de João, veio à Galileia “pregando o evangelho do reino de Deus” (Mc 1,14). Mas, já a prisão e o martírio de João Batista comprovam que não existe pregação convincente, anúncio válido, sem a segunda dimensão, o testemunho: “Vós sereis minhas testemunhas (no original grego: μάρτυρες – mártires) (...) até os confins da terra” (At 1,8). As e os mártires da Amazônia confirmaram com seu sangue derramado o Evangelho. A terceira dimensão é “dialogar”. Só pode existir comunhão (κοινωνία – koinonia) entre nós, se aceitarmos o diálogo, a fim de nos tornarmos próximos (cf. Lc 10,36). E quem não lembra aqui o mais famoso diálogo (διάλογος) de Jesus com a samaritana junto ao poço de Jacó (Jo 4.4-42)! Jesus, cansado e com sede! Para nós, na Amazônia, esse degaste físico depois de quilômetros e mais quilômetros a pé para chegar a uma comunidade no meio do mato, não é desconhecido. E é, exatamente neste momento, que se trava o encontro dialogante que transforma a Samaria! Quem na Amazônia não poderia também contar histórias em condições semelhantes de fadiga e abatimento. No contexto do “sonho social”, o Papa já se havia referido à necessidade do diálogo “para encontrar formas de comunhão e luta conjunta” (n. 26). E, finalmente, “evangelizar” é “servir”. É a diaconia (διακονία)! E nesta quarta dimensão Jesus define o que caracteriza realmente os seus seguidores: “Vós sabeis que os chefes das nações as dominam e os grandes as oprimem. Entre vós não deverá ser assim. Quem quiser ser o maior no meio de vós, seja aquele que serve e quem quiser ser o primeiro, no meio de vós, seja vosso servo, da mesma forma que o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida como resgate em favor de muitos” (Mt 20,25-28). A mais incisiva exigência de “servir” que Jesus fez a seus discípulos se encontra após o lava-pés (Jo 13,1-15): “Se eu, o Senhor e Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis também lavar os pés uns dos outros. Dei-vos o exemplo para que também vós façais assim como eu vos fiz” (Jo 13,14-15). O Papa insiste que “se dermos a vida por eles (pelos pobres e abandonados), pela justiça e a dignidade que merecem, não podemos ocultar-lhes que o fazemos porque reconhecemos Cristo neles e porque descobrimos a imensa dignidade a eles concedida por Deus Pai que os ama infinitamente” (n. 63).

E mais uma vez a *Querida Amazônia* se refere à inculturação. “Os povos indígenas da Amazônia expressam a autêntica qualidade de vida como um ‘bem viver’, que implica uma harmonia pessoal, familiar, comunitária e cósmica e manifesta-se no seu modo comunitário de conceber a existência, na capacidade de encontrar alegria e plenitude numa vida austera e simples, bem como no cuidado responsável da natureza que preserva os recursos para as gerações futuras. Os povos aborígenes podem



ajudar-nos a descobrir o que é uma sobriedade feliz e, nesta linha, ‘têm muito para nos ensinar’(citando aqui a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, n. 198) (n. 71).

Dá especial importância à “inculturação do ministério” e lembra que “é necessário conseguir que o ministério se configure de tal maneira que esteja ao serviço duma maior frequência da celebração da Eucaristia, mesmo nas comunidades mais remotas e escondidas”. O Papa recorda o “lamento” na Conferência de Aparecida “de tantas comunidades na Amazônia ‘privadas da Eucaristia dominical por longos períodos de tempo’ (Dap 100-e). Mas, ao mesmo tempo, há necessidade de ministros que possam compreender a partir de dentro a sensibilidade e as culturas amazônicas” (n. 86).

E logo fala da necessidade de “encontrar um modo para assegurar” a celebração da Eucaristia “nas circunstâncias específicas da Amazônia, especialmente nas suas florestas e lugares mais remotos” porque a Eucaristia “faz a Igreja”.²² E prossegue: “Se acreditamos verdadeiramente que as coisas estão assim, é urgente fazer com que os povos amazônicos não estejam privados do Alimento de vida nova e do sacramento do perdão” (n. 89).

É aqui, entre o n. 89 e 90, que lamentavelmente acontece um rompimento no “ductus” do raciocínio, um racha, uma cisão no texto. Tem-se a impressão de que o autor do texto que segue, já não é mais o Papa Francisco. Não fala mais em favorecer vocações autóctones, mas volta ao velho adágio de “promover a oração pelas vocações sacerdotais”. E se pede aos bispos “a ser mais generosos, levando aqueles que demonstram vocação missionária a optarem pela Amazônia mais generosos, levando aqueles que demonstram vocação missionária a optarem pela Amazônia” (n. 90).

Pergunto, onde é que mais se reza por vocações sacerdotais e religiosas que no Brasil? Ninguém nega o valor e a necessidade da oração, mas só rezar não basta! Santo Tomás de Aquino já enfatizou: “*Gratia supponit naturam*” (a graça supõe a natureza)²³. As condições favoráveis não são iguais em todo o orbe terrestre. Se não criarmos condições favoráveis, a graça sacramental não encontra um terreno propício (a “natureza”) para surgirem vocações promissoras. Fontes bastante confiáveis relatam que muitos curiais fizeram protesto, preocupados que o Papa pudesse atender a insistência de muitos padres sinodais, permitindo, dentro de critérios estabelecidos, o acesso de diáconos casados à ordenação presbiteral (cf. DF n 111). Na exortação sinodal *Querida Amazônia*, o Papa Francisco, de fato, em nenhum momento retoma este tema. Do mesmo modo não se refere ao diaconato feminino, mesmo que tenha recebido uma sensacional votação de mais de dois terços dos padres sinodais.

22 *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1396; cf. Papa João Paulo II, Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, n. 26.

23 Santo Thomas de Aquino, *Summa Theologiae* I, 1, 8 ad 2.

Ofereço aqui a reflexão do grupo de bispos brasileiros online “Diaconia” por ocasião dos dois anos desde o Sínodo: “Ainda nos angustia a imensidão dos territórios amazônicos, o grande número de comunidades e pessoas distantes e a impossibilidade que estas celebrem a Eucaristia. As dimensões geográficas são enormes; por vários meses as comunidades sentem-se isoladas e esquecidas por seus pastores, privadas da celebração eucarística. Continuamos privilegiando o centro em lugar das periferias.

Além disso, devido à desproporção entre o número de comunidades e os poucos presbíteros, a missão destes se faz extremamente desafiadora, sendo submetidos a ritmos muito intensos de visitas, podendo dedicar pouco tempo por cada comunidade e correndo até o perigo de reduzir a celebração eucarística a uma mera “distribuição do sagrado”.

Paradoxalmente, estes ritmos em função do serviço às comunidades acabam isolando o presbítero ainda mais delas, impedindo uma partilha mais profunda e demorada da vida e do mistério de Deus. A solidão dos padres é, também, consequência do desafio pastoral desproporcional que o modelo atual de Igreja lhes exige.

Em outros casos, percebemos que a resistência à busca de novos caminhos se deve à preservação de uma visão extremamente clerical. A impressão é que a Igreja não esteja colocando ao centro de suas preocupações a vida das comunidades, mas sim a figura em destaque do ministro ordenado, com sua autoridade. Aqui temos uma inversão de perspectivas: a comunidade tem que se adequar ao modelo ministerial, quando não à subjetividade do ministro.

Parece que estejam se antepondo argumentos dogmáticos a necessidades pastorais estruturais inegáveis e até agora não solucionadas. Não se trata de um debate teológico-dogmático sobre a identidade do presbítero, sobre a essência do sacramento da ordem, mas de uma exigência teológico-pastoral sobre a ministerialidade da Igreja e a celebração do memorial da Morte e Ressurreição do Senhor (cf. *Sacrosanctum Concilium*, n. 47) na comunidade dos batizados.

É necessária uma conversão pastoral profunda, que inclusive respeite a dimensão essencial da inculturação do ministério e da celebração, valorizando a vida cotidiana de tantas comunidades que, apesar do isolamento, ainda não perderam a fé. A presença do ministro ordenado em meio à comunidade faz uma grande diferença para os cristãos. Vê-se nisso um dos principais motivos do sucesso das igrejas evangélicas na Amazônia.”

Qual é a diferença? Nós visitamos as comunidades de tempo em tempo (as vezes se passam anos!) obedecendo a uma agenda abarrotada de compromissos. Chegando numa comunidade já pensamos na próxima, calculando o tempo de viagem até lá. Celebramos a Santa Missa, ministramos os sacramentos, dispomo-nos até a fotos que relembram a visita do bispo ou do padre. Mas não convivemos com a comunidade! Na despedida ouvimos o povo falar: “E agora, quando vem de novo?” e meio desajeitados



respondemos: “Numa próxima oportunidade, se Deus quiser!” Sabe-se lá quando! Os pastores evangélicos não se despedem! São membros da comunidade “na alegria e na tristeza, na saúde e na doença”²⁴. Estão presentes e vivem no meio do povo! Não foi assim nas primeiras comunidades cristãs? No início foram só os bispos que presidiam a Eucaristia. De repente deram-se conta de que as comunidades necessitavam da “presença” do Senhor e encarregaram os presbíteros para garantir a Eucaristia nas comunidades.

Conclusão

*“Para que todos tenham vida”
(Jo 10,10)*

Ontem, dia 26 de outubro de 2024, terminou no Vaticano o Sínodo “Por uma Igreja sinodal: Comunhão, Participação, Missão” com a promulgação o Documento Final. No n. 17 lemos: “Nos diversos contextos em que estão enraizadas cada uma das Igrejas, o Povo de Deus anuncia e testemunha a Boa Nova da salvação; vivendo no mundo e para o mundo, caminha junto com todos os povos da terra, dialoga com as suas religiões e as suas culturas, reconhecendo nelas as Sementes do Verbo, avançando rumo ao Reino.”²⁵

Nem o Sínodo da Sinodalidade nem o Sínodo Pan-amazônico foram eventos estanques, encerrados com a promulgação de um Documento Final, mas são processos deslanchados em vista de uma sempre mais acentuada concretização do Reino de Deus no mundo. Somos chamados a anunciar e testemunhar este Reino, a uma Evangelização sempre renovada “no seu entusiasmo, nos seus métodos, na sua expressão”²⁶. Somos chamados a dialogar com o mundo de hoje, a respeitar as culturas autóctones e a servir de modo abnegado e generoso aos nossos irmãos e irmãs para que “todos tenham vida e a tenham em plenitude” (Jo 10,10).

Nós na Amazônia continuamos a defender a vida de nossos povos contra todas as situações de morte, impostas pela ganância e pelas agressões inescrupulosos ao mundo que Deus criou e nos presenteou. Prosseguimos na luta pela dignidade e os direitos humanos e nos empenhamos pela preservação do meio ambiente.

*Altamira, 27 de outubro de 2024
Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Altamira,
Padroeira do Xingu
Dom Erwin Kräutler
Bispo em. do Xingu*

24 Cf. Fórmula sacramental emitida pelos noivos na celebração do matrimônio.

25 Tradução ainda não oficial do original italiano.

26 Discurso do Papa João Paulo II, na abertura da 19ª Assembleia do CELAM, Catedral de Porto Príncipe, Haiti, 9 de março de 1983.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO

Objetivo Geral

Sistematizar as reflexões e propostas do grupo brasileiro presente no Sínodo para a Amazônia, a partir das intervenções pessoais, ordenando-as por palavras-chaves identificadas.

Objetivos Específicos

1. Identificar as palavras-chaves emergentes nas 83 intervenções do Brasil.
2. Nuclear as palavras-chaves por temas relacionados com os sonhos de Papa Francisco.





Apresentação das palavras-chaves

Sistematização das principais reflexões e propostas do grupo brasileiro presente no Sínodo, organizando um documento que recupere as partes mais relevantes das intervenções de cada pessoa, ordenando-as a partir das principais palavras-chaves identificadas, como: mulheres, ministerialidade, ordenação de homens casados, território, entre outras.

MAPEAMENTO



PALAVRAS-CHAVES EMERGENTES

TOTAL: 70 palavras-chaves

- | | |
|---------------------------------|----------------------------------|
| 1. INDÍGENAS (17) | 22. RELIGIOSAS/OS (3) |
| 2. MINISTERIALIDADE (13) | 23. MISSÃO (2) |
| 3. MULHERES (10) | 24. ÁGUA (2) |
| 4. ORDENAÇÃO PADRES CASADOS (9) | 25. EXTRATIVISMO PREDATÓRIO (2) |
| 5. FORMAÇÃO (7) | 26. HIDRELÉTRICAS (2) |
| 6. DIÁLOGO INTERCULTURAL (7) | 27. DIREITOS HUMANOS (2) |
| 7. DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO (6) | 28. CONSULTA PRÉVIA (2) |
| 8. PRESBITEROS (6) | 29. CRIMINALIZAÇÃO (2) |
| 9. PASTORAL DE PRESENÇA (5) | 30. CONFLITOS (2) |
| 10. DIACONATO DE MULHERES (6) | 31. QUILOMBOLAS (1) |
| 11. LITURGIA (4) | 32. SERINGUEIROS (1) |
| 12. EUCARISTIA (4) | 33. EQUIPE ITINERANTE (1) |
| 13. MIGRAÇÃO (1) | 34. RITO AMAZÔNICO (1) |
| 14. FUNDO FINANCEIRO (4) | 35. CATEQUESE (1) |
| 15. ECUMENISMO (3) | 36. PIEDADE POPULAR (1) |
| 16. MÁRTIRES (3) | 37. PEQUENAS COMUNIDADES (1) |
| 17. PROFECIA (3) | 38. ENCARNAÇÃO (1) |
| 18. JUVENTUDES (3) | 39. VOCAÇÃO (1) |
| 19. CIDADES (3) | 40. CELIBATO (1) |
| 20. ECOLOGIA INTEGRAL (3) | 41. DIACONATO PERMANENTE (1) |
| 21. TERRITÓRIO (3) | 42. MINISTÉRIO DA CASA COMUM (1) |



- 43. IGREJA EM SAÍDA (1)
 - 44. SINODALIDADE (1)
 - 45. DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA (1)
 - 46. PECADO ECOLÓGICO (1)
 - 47. CANÔNE ECOLÓGICO (1)
 - 48. BEM VIVER (1)
 - 49. URGÊNCIA CLIMÁTICA (1)
 - 50. DIÁLOGO (1)
 - 51. DIREITOS DA NATUREZA (1)
 - 52. BIOECONOMIA (1)
 - 53. COOPERATIVAS (1)
 - 54. REFLORESTAMENTO (1)
 - 55. AGRICULTURA (1)
 - 56. RESERVA EXTRATIVISTA (1)
- 57. GRANDES PROJETOS (1)
 - 58. TRABALHO (1)
 - 59. EDUCAÇÃO (1)
 - 60. POLÍTICAS PÚBLICAS (1)
 - 61. CONSELHOS (1)
 - 62. TRÁFICO DE MULHERES (1)
 - 63. ABUSO SEXUAL DE MENORES (1)
 - 64. REDES (1)
 - 65. CORRUPÇÃO (1)
 - 66. SAÚDE INTEGRAL (1)
 - 67. PENTECOSTALISMO (1)
 - 68. URBANIZAÇÃO (1)
 - 69. NOSSA SENHORA APARECIDA (1)



DIMENSÃO SOCIAL



“Sonho com uma Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que a sua voz seja ouvida e sua dignidade promovida.”

(Papa Francisco, QA)

1. INDÍGENAS- 16
2. MULHERES - 10
3. FUNDO FINANCEIRO - 4
4. MIGRAÇÕES - 4
5. JUVENTUDES - 3
6. CIDADES - 3
7. ECOLOGIA INTEGRAL -3



8. TERRITÓRIO -- 3
9. ÁGUA - 2
10. EXTRATIVISMO PREDATÓRIO - 2
11. HIDRELÉTRICAS - 2
12. DIREITOS HUMANOS - 2
13. CONSULTA PRÉVIA - 2
14. CRIMINALIZAÇÃO - 2



15. CONFLITOS - 2

16. QUILOMBOLAS - 1

17. SERINGUEIROS - 1

18. URGÊNCIA CLIMÁTICA - 1

19. DIREITOS DA NATUREZA - 1

20. BIOECONOMIA - 1

21. COOPERATIVAS - 1

22. REFLORESTAMENTO - 1

23. AGRICULTURA - 1

24. RESERVA EXTRATIVISTA - 1

25. GRANDES PROJETOS - 1

26. TRABALHO - 1

27. EDUCAÇÃO - 1

28. POLÍTICAS PÚBLICAS - 1

29. CONSELHOS - 1

30. TRÁFICO DE MULHERES - 1

31. ABUSO SEXUAL DE MENORES - 1

32. REDES - 1

33. CORRUPÇÃO - 1

34. SAÚDE INTEGRAL - 1

35. PENTECOSTALISMO - 1

36. URBANIZAÇÃO - 1



DIMENSÃO CULTURAL



“Sonho com uma Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que a sua voz seja ouvida e sua dignidade promovida.”

(Papa Francisco, QA)

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| 1. INDÍGENAS (16) | 10. QUILOMBOLAS (1) |
| 2. MULHERES (9) | 11. SERINGUEIROS (1) |
| 3. DIÁLOGO INTERCULTURAL (7) | 12. EQUIPE ITINERANTE (1) |
| 4. MIGRAÇÕES (4) | 13. RITO AMAZÔNICO (1) |
| 5. JUVENTUDES (3) | 14. PIEDADE POPULAR (1) |
| 6. CIDADES (3) | 15. BEM VIVER (1) |
| 7. ECOLOGIA INTEGRAL (3) | 16. DIÁLOGO (1) |
| 8. TERRITÓRIO (3) | 17. DIREITOS DA NATUREZA (1) |
| 9. CONSULTA PRÉVIA(2) | 18. SAÚDE INTEGRAL (1) |

DIMENSÃO ECOLÓGICA



“Sonho com uma Amazônia que guarde zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e as suas florestas.”

(Papa Francisco, QA)

- | | |
|---|------------------------------|
| 1. FUNDO FINANCEIRO (4) | 14. QUILOMBOLAS (1) |
| 2. MIGRAÇÕES (4) | 15. SERINGUEIROS (1) |
| 3. ECUMENISMO (3) | 16. BEM VIVER (1) |
| 4. CIDADES (3) | 17. URGÊNCIA CLIMÁTICA (1) |
| 5. ECOLOGIA INTEGRAL (3) | 18. DIREITOS DA NATUREZA (1) |
| 6. TERRITÓRIO (3) | 19. BIOECONOMIA (1) |
| 7. ÁGUA (2) | 20. COOPERATIVAS (1) |
| 8. EXTRATIVISMO PREDATÓRIO (2) | 21. REFLORESTAMENTO (1) |
| 9. HIDRELÉTRICAS (2) | 22. AGRICULTURA (1) |
| 10. DIREITOS HUMANOS (2) | 23. RESERVA EXTRATIVISTA (1) |
| 11. CONSULTA PRÉVIA/DIREITO A DIZER NÃO (2) | 24. GRANDES PROJETOS (1) |
| 12. CRIMINALIZAÇÃO (2) | 25. POLÍTICAS PÚBLICAS (1) |
| 13. CONFLITOS (2) | |

DIMENSÃO ECLESIAL



“Sonho com comunidades cristãs capazes de se devotar e encarnar de tal modo na Amazônia, que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos.”

(Papa Francisco, QA)

- | | |
|---------------------------------|------------------------------|
| 1. MINISTERIALIDADE (13) | 8. PASTORAL DE PRESENÇA (5) |
| 2. MULHERES (10) | 9. DIACONATO DE MULHERES (5) |
| 3. ORDENAÇÃO PADRES CASADOS (9) | 10. LITURGIA (4) |
| 4. FORMAÇÃO (7) | 11. EUCARISTIA (4) |
| 5. DIÁLOGO INTERCULTURAL (7) | 12. MIGRAÇÕES (4) |
| 6. DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO (6) | 13. ECUMENISMO (3) |
| 7. PRESBITEROS (6) | 14. MÁRTIRES (3) |

15. PROFECIA (3)
16. JUVENTUDES (3)
17. ECOLOGIA INTEGRAL (3)
18. RELIGIOSAS/ÓS (3)
19. MISSÃO (2)
20. EQUIPE ITINERANTE (1)
21. RITO AMAZÔNICO (1)
22. CATEQUESE (1)
23. PIEDADE POPULAR (1)
24. ENCARNAÇÃO (1)
25. PEQUENAS COMUNIDADES (1)

26. VOCAÇÃO (1)
27. CELIBATO (1)
28. DIACONATO PERMANENTE (1)
29. MINISTÉRIO DA CASA COMUM (1)
30. IGREJA EM SAÍDA (1)
31. SINODALIDADE (1)
32. DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA (1)
33. PECADO ECOLÓGICO (1)
34. CANÔNE ECOLÓGICO (1)
35. PENTECOSTALISMO (1)



PALAVRAS-CHAVES RELACIONADAS COM OS SONHOS DE PAPA FRANCISCO

TRANSVERSALIDADE DAS PALAVRAS-CHAVES		
DS = Dimensão Social		
DC = Dimensão Cultural		
D Ecológica = Dimensão Ecológica		
D Eclesial = Dimensão Eclesial		
PALAVRAS-CHAVES		INTERFACE COM AS DIMENSÕES
1	INDÍGENAS (17)	DS, DC
2	MINISTERIALIDADE (13)	D eclesial
3	MULHERES (10)	DS, DC, D eclesial
4	ORDENAÇÃO PADRES CASADOS (9)	D eclesial
5	FORMAÇÃO (7)	D eclesial
6	DIÁLOGO INTERCULTURAL (7)	DC, D eclesial
7	DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO (6)	D eclesial
8	PRESBITEROS (6)	D eclesial
9	PASTORAL DE PRESENÇA (5)	D eclesial
10	DIACONATO DE MULHERES (6)	D eclesial
11	LITURGIA (4)	D eclesial
12	EUCARISTIA (4)	D eclesial
13	FUNDO FINANCEIRO (4)	DS, D Ecológica
14	MIGRAÇÕES (4)	DS, DC, D Ecológica, D Eclesial
15	ECUMENISMO (3)	D Ecológico, D eclesial
16	MÁRTIRES (3)	D eclesial
17	PROFECIA (3)	D eclesial
18	JUVENTUDES (3)	DS, DC, D eclesial
19	CIDADES (3)	DS, DC, D ecológica
20	ECOLOGIA INTEGRAL (3)	DS, DC, D Ecológica, D Eclesial
21	TERRITÓRIO (3)	DS, DC, D ecológica
22	RELIGIOSAS/OS (3)	D eclesial
23	MISSÃO (2)	D eclesial
24	ÁGUA (2)	DS, D Ecológica
25	EXTRATIVISMO PREDATÓRIO (2)	DS, D Ecológica
26	HIDRELÉTRICAS (2)	DS, D Ecológica

27	DIREITOS HUMANOS (2)	DS, D Ecológica
28	CONSULTA PRÉVIA/DIREITO A DIZER NÃO (2)	DS, DC, D ecológica
29	CRIMINALIZAÇÃO (2)	DS, D Ecológica
30	CONFLITOS (2)	DS, D Ecológica
31	QUILOMBOLAS (1)	DS, DC, D ecológica
32	SERINGUEIROS (1)	DS, DC, D ecológica
33	EQUIPE ITINERANTE (1)	DC, D eclesial
34	RITO AMAZÔNICO (1)	DC, D eclesial
35	CATEQUESE (1)	D eclesial
36	PEQUENAS COMUNIDADES (1)	D eclesial
37	PIEIDADE POPULAR (1)	DC, D eclesial
38	ENCARNAÇÃO (1)	D eclesial
39	VOCAÇÃO (1)	D eclesial
40	CELIBATO (1)	D eclesial
41	DIACONATO PERMANENTE (1)	D eclesial
42	MINISTÉRIO DA CASA COMUM (1)	D eclesial
43	IGREJA EM SAÍDA (1)	D eclesial
44	SINODALIDADE (1)	D eclesial
45	DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA (1)	D eclesial
46	PECADO ECOLÓGICO (1)	D eclesial
47	CANÔNE ECOLÓGICO (1)	D eclesial
48	BEM VIVER (1)	DC, D ecológica
49	URGÊNCIA CLIMÁTICA (1)	DS, D Ecológica
50	DIÁLOGO (1)	DC
51	DIREITOS DA NATUREZA (1)	DS, DC, D ecológica
52	BIOECONOMIA (1)	DS, D Ecológica
53	COOPERATIVAS (1)	DS, D Ecológica
54	REFLORESTAMENTO (1)	DS, D Ecológica
55	AGRICULTURA (1)	DS, D Ecológica
56	RESERVAS EXTRATIVISTA (1)	DS, D Ecológica
57	GRANDES PROJETOS (1)	DS, D Ecológica
58	TRABALHO (1)	DS
59	EDUCAÇÃO (1)	DS
60	POLÍTICAS PÚBLICAS (1)	DS, D Ecológica
61	CONSELHOS (1)	DS
62	TRÁFICO DE MULHERES (1)	DS
63	ABUSO SEXUAL DE MENORES (1)	DS
64	REDES (1)	DS

65	CORRUPÇÃO (1)	DS
66	SAÚDE INTEGRAL (1)	DS, DC
67	PENTECOSTALISMO (1)	DS, D eclesial
68	URBANIZAÇÃO (1)	DS, DC, D ecológica

LISTA DOS INTERVENTORES E PALAVRAS-CHAVES EMERGENTES

INTERVENÇÕES	NOME	PALAVRAS-CHAVES EMERGENTES
Intervenção 1	Frei Valmir Ramos, OFM	Mulheres; Diaconato mulheres
Intervenção 2	Ir. Maria Irene Lopes dos Santos	Mulheres; Ministerialidade; Diaconato mulheres
Intervenção 3	Dom Armando Gutiérrez	Mulheres; Ministerialidade
Intervenção 4	Ir. Mariluce dos Santos Mesquita	Indígenas; Diálogo intercultural; Ministerialidade
Intervenção 5	Não identificado	Diaconato mulheres
Intervenção 6	Dorismeire Almeida de Vasconcelos	Consulta prévia; Direitos Humanos; Mulheres; Ministerialidade
Intervenção 7	Não identificado	Indígenas; Território; Direito a dizer não
Intervenção 8	Dom Adriano Ciocca Vasino	Formação; Presbíteros
Intervenção 9	Pe. José Boeing	Criminalização; Conflitos
Intervenção 10	Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira	Criminalização; Conflitos
Intervenção 11	Dom Pedro Conti	Pequenas comunidades; Laicato; Ministerialidade; Cooperativas
Intervenção 12	Dom Canísio Klaus, Eduardo Viveiros, Márcia Oliveira, Pe. Damiano	Reservas extrativistas
Intervenção 13	Dom Edimilson Tadeu Canavarros	Juventude
Intervenção 14	Dom Flávio Giovenale	Eucaristia; Ministerialidade; Mulheres; Ordenação homens casados

Intervenção 15	Dom Vilson Basso	Juventude; Ecologia Integral
Intervenção 16	Dom Philip Dickmans	Indígenas; Liturgia; Rito Amazônico; Diálogo intercultural
Intervenção 17	Dom Protógenes Luft	Mártires
Intervenção 18	Dom Joaquin Pertiñez	Mártires; Profecia; Seringueiros
Intervenção 19	Dom Pedro Brito Guimarães	Pecado ecológico
Intervenção 20	Dom Antônio de Assis Ribeiro	Juventude
Intervenção 21	Dom Alberto Tavera	Presbíteros; Vocação
Intervenção 22	José Altevira da Silva	Indígenas; Território; Grandes Projetos
Intervenção 23	Tapi Yawalapity	Indígenas; Território
Intervenção 24	Dom Francisco Merkel	Ministerialidade; Presbíteros; Fundo Financeiro
Intervenção 25	Dom Dominique You	Celibato; Formação; Presbíteros
Intervenção 26	Carlos Nobre	Bioeconomia; Ecologia Integral
Intervenção 27	Dom Sebastião Bandeira Coelho	Presbíteros; Ordenação homens casados
Intervenção 28	Dom Irineu Roman	Profecia; Diálogo; Encarnação
Intervenção 29	Dom Teodoro Mendes Tavares	Ecumenismo; Diálogo Inter-religioso
Intervenção 30	Dom José Belisário da Silva	Liturgia; Formação; Ministerialidade; Diálogo Intercultural
Intervenção 31	Ir. Francinete Noronha	Indígenas; Diálogo intercultural
Intervenção 32	Pe. Orsolin	Piedade popular
Intervenção 33	Felício Pontes Jr.	Direitos da natureza
Intervenção 34	Dom José Albuquerque de Araújo	Religiosas; Formação; Ministerialidade; Ordenação homens casados
Intervenção 35	Dom Giovane Pereira de Melo, Dom Francisco Lima Soares e Pe. Benedito Ferraro	Trabalho; Migrações; Cidade
Intervenção 36	Dom José Maria Chaves dos Reis	Igreja em saída
Intervenção 37	Dom João Kot	Presbíteros; Religiosos/as; Formação; Diálogo Inter-religioso
Intervenção 38	Dom Zenildo da Silva	Pastoral de presença; Diaconato mulheres; Ordenação homens casados; Fundo financeiro

Intervenção 39	Dom Derek Byrne	Eucaristia; Ordenação casados
Intervenção 40	Ir. Carmelita Conceição	Educação; Formação
Intervenção 41	Pe. Corrado Dalmônego	Diálogo intercultural; Diálogo Inter-religioso; Indígenas
Intervenção 42	Diac. Francisco Andrade de Lima	Mulheres; Liturgia; Diálogo Inter-religioso; Ministerialidade
Intervenção 43	Ir. João Gutemberg Mariano	Ministério da Casa Comum; Ecologia Integral
Intervenção 44	Diac. Francisco Pontes Filho	Diaconato permanente; Ordenação homens casados
Intervenção 45	Pe. Guillermo Cadrona Grisales	Diálogo intercultural; indígenas; Bem viver; Fundo financeiro
Intervenção 46	Judite da Rocha e Yuri Paulino Bezerra	Hidrelétricas
Intervenção 47	Dom Fernando Barbosa dos Santos	Ecumenismo
Intervenção 48	Maria Petronilla Neto	Diálogo inter-religioso; Diálogo Intercultural, indígenas
Intervenção 49	Pe. Raimundo Vanthuy Neto	Indígenas
Intervenção 50	Dom Rubival Cabral Britto	Pastoral de presença; indígenas; Ordenação homens casados
Intervenção 51	Dom Vital Corbellini	Indígenas
Intervenção 52	Dom José Valdeci dos Santos Mendes	Quilombolas; Diálogo Inter-religioso
Intervenção 53	Dom Neri José Tondello	Sinodalidade; Indígenas; Pastoral de presença
Intervenção 54	Dom Carlo Verzelletti	Ordenação homens casados; Eucaristia
Intervenção 55	Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante	Abuso sexual de crianças e adolescentes
Intervenção 56	Pe. José Amarildo da Silva	Missão; Formação
Intervenção 57	Pe. Sidnei Dornelas	Migrações
Intervenção 58	Dom Vital Chitolina	Água; Catequese
Intervenção 59	Dom Elio Rama	Ministerialidade; Mulheres; Liturgia
Intervenção 60	Dom Erwin Krautler	Eucaristia; Ordenação homens casados
Intervenção 61	Dom Bernardo Bahlmann	Saúde integral; Reflorestamento; Agricultura
Intervenção 62	Dom Francisco Lima Soares, Dom Giovane, Pe. Benedito	Cidade

Intervenção 63	Pe. Odirley Sousa Maya	Cânone ecológico
Intervenção 64	Raimundo Da Silva	Profecia
Intervenção 65	Ir. Arizete Miranda Dinelly	Equipe itinerante
Intervenção 66	Pe. Giovanni Mometti	Água
Intervenção 67	Moema Marquez de Miranda	Urgência climática; Diaconato mulheres
Intervenção 68	Marcivana Sateré Maué	Indígenas; Cidade
Intervenção 69	Pe. Zenildo Lima da Silva	Corrupção; Conselhos; Fundo financeiro; Doutrina Social da Igreja
Intervenção 70	Pe. José Celestino dos Santos	Missão; Pastoral de presença
Intervenção 71	Dom Mário Antonio da Silva	Indígenas; Migrações
Intervenção 72	Rosilene Bertoldo	Tráfico mulheres; Migrações; Redes
Intervenção 73	Dom João Muniz Alves	Mártires; hidrelétricas
Intervenção 74	Dom Sebastião Lima Duarte	Diaconato mulheres
Intervenção 75	Dom Adolfo Zon Pereira	Pastoral de presença; Ministerialidade
Intervenção 76	Dom Wellington de Queiroz Vieira	Presbíteros
Intervenção 77	Dom Benedito Araújo	Pentecostalismo; Ministerialidade
Intervenção 78	Pereira Manso	Extrativismo predatório; Políticas Públicas; Direitos Humanos
Intervenção 79	Pr. Moab César Carvalho Costa	Ecumenismo
Intervenção 80	Pe. Dário Bossi	Extrativismo predatório; indígenas
Intervenção 81	Pe. Pedro Saul Ruiz Alvarez	Indígenas
Intervenção 82	Dom Sérgio Eduardo Castriani	Nossa Senhora Aparecida; mulheres
Intervenção 83	Dom Wilmar Santin	Urbanização; religiosos/asv



The background is a solid green color. At the top and bottom, there are horizontal bands with a repeating white geometric pattern of small triangles. On the left side, there are large, faint, stylized outlines of leaves. On the right side, there are two smaller, more detailed green leaves with white veins and small white droplets. A thin white line runs diagonally from the bottom right towards the center.

INTERVENÇÕES

Tema: **papel da mulher na Igreja**
IL 129c

Frei Valmir Ramos, ofm
SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
12 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N-104

Irmãos e irmãs,
Eminências e Excelências,
Sua Santidade, Papa Francisco,

Gostaria de expressar minha gratidão por este Sínodo que é um sinal dos tempos para a nossa Igreja e a nossa "casa comum".

Quero trazer mais uma vez a esta assembleia o tema do **papel da mulher na Igreja** que trata o número 129 do Instrumento de Trabalho. (IL 129 c)

Em um tempo em que as mulheres eram discriminadas e excluídas, Jesus as acolheu como discípulas derrubando preconceitos e abrindo novos caminhos para a Palavra de Deus. Ao pé da cruz lá estavam algumas delas como vemos em Mc 15,40.

Conhecendo a realidade difícil de muitas comunidades no território amazônico, sabemos que a maioria delas são coordenadas por mulheres, sejam elas missionárias religiosas ou leigas, mães de família ou jovens que seguem Jesus Cristo em nossa Igreja. Sabemos também que a maioria das pessoas que frequentam as comunidades são mulheres, como são elas também a maioria das catequistas, a maioria engajada nas mais diversas pastorais da Igreja. As mulheres estão ainda ao pé da cruz servindo Aquele que as chamou e entregou sua vida a serviço da humanidade.

Hoje precisamos olhar para o momento em que a Igreja primitiva se difundia e se organizava em comunidades e contava com as diáconas:

- foi quando o autor do capítulo 16 da carta aos Romanos registrou a existência da diácona da Igreja de Cencreia. Era Febe, que os Romanos deveriam recebe-la "*no Senhor de modo digno, como convém a santos*".
- foi quando o autor das Cartas Pastorais, me refiro particularmente à 1Tm 3,11, fez referência às mulheres na sequência da descrição de como deveriam ser os diáconos. O contexto é o da organização das comunidades onde homens e mulheres estão a serviço de Jesus Cristo e dos irmãos e irmãs.
- um testemunho extra-bíblico, foi quando, durante a perseguição aos cristãos, Plínio o Jovem era governador da Província de Bitínia, na Ásia Menor e, tendo recebido ordem de prender os cristãos em 112, escreveu ao imperador Trajano dizendo que tinha torturado duas mulheres cristãs honradas com o título de ministras (carta 96,8). Era para arrancar delas a confissão de que eram cristãs e para saber quem eram seus irmãos e irmãs de comunidade.

Papa Francisco, nossa Igreja precisa ouvir mais a voz das mulheres, precisa refletir teologicamente também a partir do horizonte feminino. Vossa Santidade, na Exortação *Evangelii Gaudium* 103, expressou o prazer de ver *"como muitas mulheres partilham responsabilidades pastorais juntamente com os sacerdotes"*. E ao mesmo tempo afirmou claramente que *"ainda é preciso ampliar os espaços para uma presença feminina mais incisiva na Igreja"* e fez referência ao âmbito da tomada de decisões.

Por isso, pedimos que a Igreja viabilize o diaconato feminino para a região amazônica internacional, para encontrar novos caminhos que reconheçam e deem espaços igualitários para homens e mulheres para que possam também contribuir com a participação no campo formativo sacerdotal, religioso e laical.

Este Sínodo é uma oportunidade para refletir e discernir juntos para que a Igreja dê mais um passo na inclusão das mulheres neste ministério e no âmbito das decisões seja nas paróquias, nas Dioceses e Conferências episcopais, seja nas esferas políticas e sociais para o presente e para o futuro da Igreja.

Muito obrigado!



Frei Valmir Ramos, ofm
Frei Valmir Ramos, ofm

Temática: PAPEL DAS MULHERES NA IGREJA DA PAN-AMAZÔNIA (IL129 a3)

Proponente: Ir. Maria Irene Lopes dos Santos (REPAM Brasil)

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
12 OTT. 2019
ARCHIVIO: VD-30

Reconhecendo que:

O Instrumentum Laboris, 129 (a3) nos propõe "identificar o tipo de ministério oficial que pode ser conferido à mulher, tendo em consideração o papel central que hoje ela desempenha na Igreja amazônica".

Considerando:

- 1) As "sugestões das comunidades recuperam aspectos da Igreja primitiva, quando ela respondia a suas necessidades criando os ministérios oportunos" (cf. At 6, 1-7; 1 Tm 3, 1-13): a necessidade de se identificar "novos ministérios para responder de modo mais eficaz às necessidades dos povos amazônicos".
- 2) As escutas (conforme a síntese da REPAM, pág. 78) revelaram que "no campo eclesial, a presença feminina no seio das comunidades nem sempre é valorizada. Reclama-se o reconhecimento das mulheres a partir de seus carismas e talentos. Elas pedem para recuperar o espaço que Jesus reservou às mulheres, "onde todos/todas cabemos".
- 3) Que se propõe "inclusive que às mulheres seja garantida sua liderança, assim como espaços cada vez mais abrangentes e relevantes na área da formação: teologia, catequese, liturgia e escolas de fé e de política".
- 4) Que "também se pede que a voz das mulheres seja ouvida, que elas sejam consultadas e participem nas tomadas de decisões e, deste modo, possam contribuir com sua sensibilidade para a sinodalidade eclesial".
- 5) Que a Igreja acolha cada vez mais o estilo feminino de atuar e de compreender os acontecimentos.
- 6) Que a história está carregada de experiência de mulheres engajadas em serviços pastorais estáveis, definidos desde a época neotestamentária "diakonos", "diakonai", "diakonissai", "diaconae", "ministrae", "

diaconissae" dedicadas às funções literárias, canônicas, epígrafes funerárias e ritos litúrgicos, de tradição oriental e ocidental.

Sugerimos:

Dada a realidade muito específica da Pan-Amazônia, na perspectiva da ministerialidade e à luz da sinodalidade, propomos ministérios não ordenados para as mulheres leigas de forma ampla, com a finalidade de oficializar o papel das mulheres nas comunidades e igrejas locais, entendendo o ministério como serviço e toda ação pastoral que já ocorre em praticamente todo território Pan-Amazônico, de maneira a garantir a dignidade e a igualdade da mulher, leiga ou religiosa, na esfera pública, privada e eclesial (IL 146):

- 1) Ministério da presidência da celebração da palavra;
- 2) Ministério da Coordenação ("*moderari*") a quem exerce serviços de proclamação e catequese, animação pastoral de comunidades sem presbítero;
- 3) Ministério das atividades social-caridosas, reconhecidas como verdadeiros ministérios diaconais;
- 4) Ministério da Pastoralidade (coordenações de pastorais);
- 5) Diaconato de mulheres na perspectiva do Vaticano II (LG 29; AG 16; IL 129 c2), "fortalecido pela imposição das mãos, transmitido desde o tempo dos apóstolos, e mais intimamente unido ao altar" (altares arctius coniuncti).

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	11 OTT. 2019
IL.129/c	
ARCHIVIO:	IN - 086

Tema: **A organização das comunidades (Cap. IV)**
- Os ministérios e o papel da mulher -

Sua Santidade,

o tema já foi apresentado e bem fundamentado aqui por vários padres sinodais e irmãs presentes. Eu me uno a eles para testemunhar que também na Diocese que eu sirvo se tirássemos uma foto das quase 800 comunidades que a compõe, o rosto que apareceria dessas comunidades seria, em sua maioria, um rosto feminino. Não somente porque quem participa são maioria mulheres, mas sobretudo porque quem dirige ou administra essas comunidades são prevalentemente mulheres; quem coordena a maior parte das pastorais e movimentos são elas; quem celebra o culto da Palavra, exerce o ministério da Sagrada comunhão, visita aos doentes, está mais disponível ao serviço da comunidade são as mulheres.

Por isso acredito que o texto do decreto Conciliar *Ad Gentes 16* referido a homens *“que exercem de fato um ministério verdadeiramente diaconal, quer pregando a Palavra de Deus como catequistas, quer dirigindo em nome do pároco o do bispo comunidades cristas dispersas; quer exercendo a caridade em obras sociais ou caritativas, sejam fortificados pela imposição das mãos, transmitida desde o tempo dos apóstolos....”* pode se aplicar com igual motivo às mulheres porquê de fato o estão já vivenciando.

Sua Santidade, já levantou a questão na EG:

103. “Vejo, com prazer, como muitas mulheres partilham responsabilidades pastorais juntamente com os sacerdotes, contribuem para o acompanhamento de pessoas, famílias ou grupos e prestam novas contribuições para a reflexão teológica. Mas ainda é preciso ampliar os espaços para uma presença feminina mais incisiva na Igreja. Porque «o gênio feminino é necessário em todas as expressões da vida social; por isso deve ser garantida a presença das mulheres também no âmbito do trabalho» e nos vários lugares onde se tomam as decisões importantes, tanto na Igreja como nas estruturas sociais.

104. As reivindicações dos legítimos direitos das mulheres, a partir da firme convicção de que homens e mulheres têm a mesma dignidade, colocam à Igreja questões profundas que a desafiam e não se podem eludir superficialmente...”

Essas questões profundas foram aparecendo nas escutas de preparação ao Sínodo fazendo sentir a urgência de valorizar, garantir e institucionalizar os vários ministérios e serviços da mulher na Igreja (IL. 129,c).

Por isso incentivado por essas suas palavras e pela experiência concreta e pela necessidade gostaria de sugerir uma proposta para encaminhar de um modo efetivo

o tema dos ministérios na mulher. Assim como as outras questões levantadas aqui na Assembleia Sinodal e que fazem referência em algum modo al sacramento da Ordem.

Proposta:

1 – Que as mulheres sejam de fato equiparadas a mesma dignidade de homens no âmbito dos ministérios não ordenados, reformulando a redação do cânon 230&1 do CIC, o quanto antes.

2- Que o tema sobre “**Os ministérios consagrados**” nos seus vários graus seja o assunto específico de um próximo Sínodo ou Assembleia Geral Ordinária.

Sou consciente que nós da igreja Amazônica somos somente uma parte da Igreja Católica; que estamos interligados numa comunhão maior e os ministérios consagrados fazem referência a estrutura desta comunhão eclesial, por isso é um tema de vital importância para a Igreja toda. Com o possível anúncio dum Sínodo sobre este tema, teríamos um tempo para avaliar e conhecer melhor as várias situações no mundo inteiro; um tempo de estudo sobre os importantes valores que estão em jogo, e de preparação para poder caminhar juntos de um modo Sinodal, de modo que possamos chegar a um maior consenso possível e as decisões não sejam causa de divisão interna.

Quero lembrar o que Papa São Paulo IV dizia: “*Quando a Igreja dá um passo, uma metade dos fiéis cristãos acha que foi um passo muito curto e outra metade acha que foi cumprido demais*”. Vamos fazer o possível para caminhar juntos e que o Espírito Santo nos acompanhe.

+Armando Martín Gutiérrez

Bispo de Bacabal - MA

MINHA VIDA DE INDÍGENA E RELIGIOSA NA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
09 OTT. 2019
ARCHIVIO: UD - 17

Desde o início da minha vida, os meus pais me ensinaram a cuidar e respeitar a vida das pessoas, do ambiente onde nós vivemos, com as sabedorias e conhecimentos que os nossos ancestrais nos deixaram como rica herança. Recebemos essas forças através das cerimônias rituais ao longo de todos os ciclos de nossas vidas interligados com o cosmo.

Com a chegada dos salesianos e salesianas em nossa região recebemos e acolhemos a evangelização e a educação escolar. Desta maneira fomos evangelizados e educados, aprendemos outros conhecimentos e outros valores ocidentais. Dentro desse contexto eu tornei-me cristã e aprendi a viver a vida indígena cristã. Já sendo jovem ouvi a voz de Deus que chamava para segui-lo. Eu quis servir aos meus irmãos e meus parentes, como o meu pai fazia, pois era catequista. Eu escolhi entrar na Vida Religiosa Consagrada para servir, ser missionária para trabalhar com os povos indígenas e onde precisasse de mim. Ao assumir essa vocação tive que deixar para trás alguns costumes do meu povo, como o casamento. Porém, não deixei de viver a minha identidade de mulher indígena, vivo a espiritualidade indígena, essa espiritualidade é enriquecida pela espiritualidade cristã. Tudo isso eu aprendi no berço da minha família. Quando eu entrei professei na Vida Religiosa Consagrada assumi viver o carisma da família salesiana. Assim, outros jovens, moças e rapazes seguem vivendo a sua identidade em diversos carismas de vida religiosa na Amazônia. É dessa forma que na Amazônia a Vida Religiosa ganha o rosto indígena. Somos religiosas e religiosos, pois foi Deus que nos criou, nos chamou e nos envia em missão, em meio aos nossos parentes e outras vezes em meio a outros povos. Somos indígenas missionárias e missionários vivendo o Dom de Deus dentro da Igreja. Os nossos pais e parentes aceitam a nossa liberdade de responder ao chamado de Deus e ficam felizes com a realização do nosso Sim. Eles se sentem felizes quando estamos presentes nas comunidades com eles, assessorando as pastorais, colaborando na escola, procurando construir as celebrações inculturadas, inserindo algumas cerimônias indígenas dentro das nossas celebrações cristãs. Lutamos juntos pelos direitos dos nossos povos e procuramos organizar os projetos sociais em benefícios de nossas comunidades.

Porém, sentimos que devemos aprofundar continuamente a nossa espiritualidade indígena e a espiritualidade cristã através da formação contínua. Há necessidade de formação de nossos parentes para os ministérios dos leigos e leigas, para a formação dos diáconos permanentes masculinos e femininos. Na nossa região, diocese mais indígena, São Gabriel da Cachoeira, não temos, ainda nenhum diácono permanente. Temos, sim diversos ministros da Palavra e da Eucaristia.

A presença de ministros e ministras ordenados irá fortalecer e ajudar muito no atendimento às comunidades espalhadas ao longo de grandes e pequenos rios da Amazônia. Assim os povos indígenas e outros povos serão estimulados a viver com alegria a sua vida cristã e celebrando a Eucaristia. A Igreja pode ter certeza de que com as diversidades de povos da Amazônia será muito enriquecida. Os povos dessas regiões precisam também contribuir com os sonhos do Santo Padre Papa Francisco e do próprio Jesus, concretizar uma Igreja em Saída e Missionária, evangelizando, catequizando e celebrando com as nossas próprias riquezas culturais, com as nossas línguas. Vamos ensinar aos povos os saberes de nossos ancestrais enriquecidos pela sabedoria da boa nova de Jesus. A Igreja que nasce desse Sínodo da Amazônia deve confiar em nós indígenas, pois nós somos membros da Igreja, somos povo de Deus. Que o Sínodo não tenha medo de nós, mas aposte em nós!

Irmã Mariluce dos Santos Mesquita - Filha de Maria Auxiliadora Salesiana - Bará/ Nome de Benzimento Diatoh .- Brasileira Indígena da Amazônia



SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
07 OTT. 2019
ARCHIVIO: 14-027

TEMA: As comunidades, os serviços prestados pelas mulheres e o diaconato feminino

Querendo precisar o que o IL escreve, porém de forma muito genérica, a respeito “de conferir os ministérios oficiais para as mulheres” (IL129.3)

Considerando que

*70-80% das comunidades, na ausência de ministro ordenado, são animadas por mulheres;

*40% das consultas organizadas pela REPAM pedem a ordenação de mulheres;

*O IL pede para se passar de uma “pastoral de visita”, para uma “pastoral de presença” (IL128). Esta pastoral da presença é garantida pela prática pastoral cotidiana das mulheres nas comunidades;

*As igrejas pentecostais são *presença* nas comunidades com seus pastores e pastoras, enquanto a Igreja Católica consegue, com seus ministros ordenados, só uma pastoral de visita, em média, uma ou duas vezes a cada ano.

Reconhecendo

*Em Rm 16, todo o capítulo dessa carta paulina, menciona mulheres cooperadoras com Paulo na missão e, entre elas, Febe (Rm16,1-2), irmã na fé, *diácona* de uma comunidade (Cencreia) e “aquela que protege” aquelas e aqueles que se encontram em dificuldade;

* O mesmo que aconteceu com os padres do Vaticano II a respeito da restauração do diaconato permanente, pode ser significativo também para uma decisão a favor da ordenação diaconal das mulheres. Em particular, é pertinente e relevante Ad Gentes 16, no parágrafo dedicado à constituição do clero local, quando afirma “*iuvat enim viros, qui ministerio vere diaconali fungantur*”, (em português é traduzido de forma discutível “para exercer” que exercitam...no presente)

Onde parecer oportuno às Conferências Episcopais, restaure-se a ordem do diaconato como estado permanente de vida, a teor da Constituição *De Ecclesia*⁴¹. Os que desempenharem uma função verdadeiramente diaconal – ou como catequistas pregando a palavra divina, ou em nome do bispo e pároco dirigindo longínquas comunidades cristãs, ou praticando a caridade nas obras de assistência social – será útil corroborá-los e ligá-los mais intimamente ao altar pela im- posição das mãos, tradição que nos vem desde os Apóstolos.

Destarte desempenharão mais eficazmente o seu ministério, mediante a graça sacramental do diaconato (AG 16 - 923)¹

Uma reflexão similar podemos fazer a respeito das mulheres, pois muitas exercitam estes mesmos ministérios “verdadeiramente diaconais” indicados em AG16. Não deveríamos, então, nos perguntar se não seria bom e útil para a Igreja que também as mulheres sejam ordenadas diáconos? A realidade nos interpela porque, como diz o Papa Francisco em EG, é superior à ideia e nos interpela e, na linha da Tradição, nos sugere uma via possível;

*Segundo o Vaticano II, o diaconato não é um ministério ordenado em grau sacerdotal (LG29...ordenados “non ad sacerdotium sed ad ministerium”). É possível, então, pensar a ordenação de mulheres diáconas, respeitando plenamente quanto afirmado por João Paulo II na *Ordinatio Sacerdotalis* 4, de que não é possível a ordenação das mulheres nos graus sacerdotais do episcopado e do presbiterado reservados exclusivamente aos varões. O diaconato não é mencionado, nem está contemplado na *Ordinatio Sacerdotalis*.

*Não existem obstáculos de tipo jurídico à ordenação de mulheres diáconas, na recepção do *motu próprio* de Bento XVI *Omnium in mentem* (modifica os cânones 1008-1009 do CDC 1983).

Por isto propomos: A ordenação ministerial das diáconas.

Esta escolha garantiria e, nesse sentido, seria bom para a Igreja, cf. “*iuvat*” AG 16):

*O reconhecimento das mulheres na própria vocação e no aporte de diferentes ministérios, que já desempenham nas comunidades.

*O guardar a fé apostólica no anúncio do Evangelho com um ministério ordenado, também onde não é possível a presença de um presbítero, graças a um anúncio público de fé com voz de mulher.

*O ministério ordinário do Batismo, como é estabelecido no Vaticano II para o diácono.

Assim testemunhamos e edificamos uma Igreja de homens e mulheres, Corpo de Cristo capaz de vivenciar profundamente o que nos diz Gal 3,28 “não há judeu nem grego, nem escravo e nem livre, nem homem e mulher, porque todos somos um em Cristo”. Ecologia integral, novos caminhos NA igreja da Amazônia.

¹ “*iuvat enim viros, qui ministerio vere diaconali fungantur vel verbum divinum tanquam catechistae praedicantes, vel nomine parrochi et episcopi dissitas comunidades christianas moderantes, vel caritatem exercentes in operibus socialibus seu caritativis, per impositionem manuum inde ab apostolis traditam corroborari et altari arctius coniungi, ut ministerium suum per gratiam sacramentalem diaconatus efficacius expleant*” (AG 16 - 923)¹.

EMA: A importância do Direito a Consulta Prévia aos Povos Amazônicos e os novos ministérios para evangelização uma ecologia Integral.		
Responsáveis:	Dorismeire Almeida de Vasconcelos	
Função	Coordenadora de Pastoral e de Movimentos de Direitos Humanos e ambientais- Prelazia do Xingu (Brasil)	
Contatos:	dorismeirevasconcelos@hotmail.com	SYNODUS EPISCOPORUM

Santo Padre,
Fraternas irmãs e frateros irmãos,

PROT.
14 OTT. 2019
ARCHIVIO: UD - 38

Gratidão por participar do Sínodo para Amazônia como mulher leiga, batizada e consagrada da Ordem Franciscana Secular. Represento a voz dos povos do Xingu. Trago o sofrimento das 800 Comunidades Eclesiais de Base, dos Movimentos Sociais, das nove etnias indígenas, dos povos tradicionais e do imenso território Trans-Xingu impactados pela destruição da natureza. Violados em seus direitos humanos e ambientais por imposição e implantação de grandes projetos de extrativismo predatório (estradas, hidrelétrica, mineração e agronegócio).

Ecoo as alegrias e esperanças da defesa da vida dos povos e de seus territórios. Caminho construído na presença ativa e efetiva da Igreja samaritana, orante, comunitária, profética através das exigências da evangelização na interculturalidade conduzindo-nos ao encontro pessoal e comunitário com Cristo: Caminho, Verdade e Vida.

Estes povos possuem direitos específicos internacionais e constitucionais (cito conversão 169 da OIT e Constituição Nacional), dando-lhes o direito de serem consultados e informados previamente antes de qualquer obra seja implantada em seus territórios alterando seu modo de viver. É uma consulta livre que respeite a cultura, o território e a vontade desses povos e repassar todos os informes positivos e negativos da obra.

Os governos locais e certos grupos econômicos violam esse direito ocasionando grandes impactos socioambientais aos povos e seus territórios, é um sofrimento indescritível como nos diz uma mulher ribeirinha Raimunda: *"Após a hidrelétrica, nós ficamos doentes. Olhe o nosso rio, ele está tão doente quanto nós. Será que ainda deixaremos que a Mineração venha para finalizar o processo e nos matar? É isso ser cristã e cristão?"*.

As famílias vivem sua fé organizando-se desde a piedade, a catequese, a celebração da Palavra, organização litúrgica afim de que possam receber a eucaristia quando o padre puder visitá-los devido às distâncias geográficas.

Santo Padre, 90% das nossas comunidades são coordenadas por mulheres leigas e por religiosas consagradas. Guerreiras corajosas que realizam a iniciação a vida cristã, a vivência dos sacramentos, o fortalecimento da vida comunitária, cuidam de suas famílias e ainda vão às ruas, aos sindicatos, aos movimentos pela defesa da vida e na luta pela garantia dos direitos humanos e ambientais para que haja vida plena às futuras gerações.

Considerando o Magistério da Igreja: documentos da Igreja do Concílio Vaticano II ; O documento Aparecida; A Evangelii Gaudium; A Encíclica Laudato Si o Instrumento Labore 44 a 46, 52 e nº129 (a,b,c,d,f) ;

A problemática da violação dos direitos humanos e ambientais na Pan Amazônia; a Eucaristia como fundamento à vida cristã e às comunidades eclesiais; as mulheres que constituem os membros mais presentes, ativos e dedicados nas comunidades assumindo serviços importantes e, que conferir os ministérios eclesiais às mulheres é reconhecer a sua habilidade e autorizá-las a atuar em nome da Igreja, valorizando-as, perante o contexto social, muitas vezes patriarcal e machista;

Santo Padre, Santa Teresinha disse que a maior das vocações é o amor, Deus é AMOR. E amor é doação sem fim. Nossa missão é por excelência Amá-lo e amar ao próximo em suas dores.

Por isso *Santo padre, nossos povos do Xingu clamam e recomendam:*

1. *Incidir junto ao poder responsável a verificação da viabilidade das obras que ocasionam impactos socioambientais aos povos Pan Amazônico;*
2. *Posicionar profeticamente na defesa e garantia dos direitos humanos e ambientais dos povos da Pan Amazônia através da criação de Observatório e de Centros de Direitos Humanos e Ambientais, denunciando as violações de direitos e a destruição extrativista predatória.*
3. *Incidir para a garantia do direito a Consulta Prévia dos Povos Pan Amazônicos em todas as obras e projetos a ser implantada na Pan Amazônia;*
4. *Incentivar a economia solidária: a etnoecologia, agricultura familiar e os extrativismos não predatórios. Práticas do Bem Viver;*
5. *Confirmar a Igreja com Rosto Amazônico, recuperando os aspectos da Igreja primitiva. Novos ministérios para responder de forma eficaz a evangelização junto aos povos Pan Amazônicos conforme nº 129 Intrumento Labore: vocações autóctones de homens e mulheres; assegurar os sacramentos que acompanham e sustentam a vida cristã, em especial o pedido pelo acesso a Eucaristia, centralidade de nossa vida cristã; envolver novamente alguns padres que deixaram o exercício do ministério; Valorizar, ampliar e institucionalmente reconhecer e os ministérios das mulheres nas comunidades nos âmbitos da Palavra, do Culto e da Caridade; Constituir “Equipes ministeriais” formadas por um grupo ministerialmente diversificado: padres “comunitários”, diáconos e diáconas, ministros e ministras leigas; introduzir o diaconato das mulheres, com rosto próprio, com características inspiradas nas culturas locais; prosseguir, com toda liberdade, na reflexão teológica, sobre a possibilidade de ordenação presbiteral de mulheres, com reverente respeito aos dados da fé e em profunda comunhão com o Magistério.*

Santa Teresa D'Ávila disse: *Quem Ama faz sempre comunidade, nunca sozinho!*

Santo Padre é a hora!



DEFESA DOS MODOS DE VIDA

- Número 14 do Instrumento de Trabalho

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
14 OTT. 2019
ARCHIVIO: UD - 45

1. Reconhecendo que:**a) Fundamentação bíblica**

A importância dos territórios na vida dos povos tem fundamentação bíblica. As doze tribos de Israel buscaram a terra prometida, mas o formato de ocupação da terra era por tribos, portanto, territórios comunitários, não áreas individuais. Na conquista desses territórios Deus se revelou a essas tribos (Êxodo).

Nos capítulos 21 e 22 do Apocalipse está a metáfora da Nova Jerusalém. Ela é citada como uma cidade, mas é um território enorme, que tem rios, árvores, frutos, praças e a multidão dos filhos de Deus. Na verdade, é a metáfora da plenitude da Criação, o paraíso definitivo.

Por isso, ainda hoje, para muitos povos o espaço territorial continua fundamental, porque ali está sua cultura, seu espaço de produção, de reprodução, seus cultos, suas memórias e, para muitos, seus ancestrais. Arrancar um povo de seu território, ou arrancar o território de um povo, inevitavelmente é conduzi-los a um exílio, regra geral à desintegração total de seu “modus vivendi”.

b) Fundamentação científica

Hoje se fala em Terra, com T maiúsculo, como nome próprio de um planeta, a nossa Casa Comum. Também se fala em terra, com t minúsculo, para designar um espaço de exploração comercial e mercantilista. Mas, também se fala em território, espaço ocupado comunitariamente para facilitar a vida, em todas as dimensões, de seus membros.

É preciso ainda saber e reconhecer que a Amazônia é um bioma que abrange parcelas territoriais de nove países, portanto, é um imenso território de muitos territórios.

É preciso reconhecer que são esses povos, particularmente os indígenas, que preservam esse bioma para a Terra e toda a humanidade, como autênticos guardiões da Amazônia.

Portanto, a defesa dos territórios desses povos é a pedra angular da preservação do bioma Amazônia para as atuais e futuras gerações e, ainda mais, para a defesa de seus modos de vida.

2. Considerando que:

No entanto, a vida na Amazônia está ameaçada pela destruição e exploração ambiental, pela violação sistemática dos direitos humanos elementares da população amazônica. De modo especial a violação dos direitos dos povos originários, como o direito ao território, à autodeterminação, à demarcação dos territórios e à consulta e ao consentimento prévios.

Segundo as comunidades participantes nesta escuta sinodal, a ameaça à vida deriva de interesses econômicos e políticos dos setores dominantes da sociedade atual, de maneira especial de empresas extrativistas, muitas vezes em conivência, ou com a permissividade dos governos locais, nacionais e das autoridades tradicionais (dos próprios indígenas).

Como afirma o Papa Francisco, quem persegue tais interesses pareceria estar desligado, ou ser indiferente aos clamores dos pobres e da terra (cf. LS, 49 e 91). (N.14 do I.T)

3. Recomendamos:

A defesa intransigente dos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e demais comunidades tradicionais.

O direito à sua cultura, à sua teologia, às suas religiões, ao seu modo de produção e reprodução que beneficiam não só os próprios povos amazônicos, mas toda a comunidade de vida, dentro e fora da Amazônia, que depende do ciclo das águas, da biodiversidade, da contribuição ao ciclo do carbono, da regulação do clima que a Amazônia proporciona.

O direito desses povos de dizer “não” a projetos que destruam a floresta, seus territórios, seus modos de vida, a biodiversidade e demais dádivas que a Amazônia oferece a eles, ao continente latino-americano, a toda humanidade e a todo o planeta Terra.

REFERÊNCIAS

CNBB. Os Biomas Brasileiros e a Defesa da Vida. Campanha da Fraternidade de 2017. Edições CNBB, pg. 5.

IBGE, Educa. BIOMAS BRASILEIROS. < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>> Acesso 31/07/19

<i>Formação para os ministérios ordenados</i> <i>Dom Adriano Ciocca Vasino</i> cf. IL nº 119 c (Parte III, Cap. 2 [Sugestões])		SYNODUS EPISCOPORUM	
		PROT.	
		07 OTT. 2019	
		ARCHIVIO: IN- 016	

Reconhecendo que a maioria das pessoas que assumem compromissos nas nossas comunidades amazônicas, inclusive os candidatos aos ministérios ordenados, são homens e mulheres que não tiveram oportunidades de formação aprofundada na caminhada de fé;

Reconhecendo que «há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; há diferentes atividades, mas é o mesmo Deus que é tudo em todos» (1 Cor 12,4-6; cf. LG 9-10; Conf. de Puebla 804);

Considerando a diversidade de modelos de Igreja que encarnam o Evangelho da Vida nos territórios e nas diferentes realidades da Amazônia, nasce a exigência de uma formação para os ministérios ordenados que seja consciente da missão evangelizadora dentro dos crescentes desafios contemporâneos enfrentados pela Igreja no contexto amazônico (cf. IL 119 c; Documento de Santarém 9-15)¹;

Considerando que a formação assume hoje uma importância crucial para o gênero humano, conforme constata a Conferência de Aparecida: «Vivemos uma mudança de época, e seu nível mais profundo é o cultural» (Conf. de Aparecida 44);

Recomendamos que os candidatos aos ministérios ordenados se insiram numa formação continuada em três níveis:

1.1. Formação capilar através de subsídios próprios para encontros semanais nas comunidades, nos grupos de rua, cenáculos, de oração, etc..., dando destaque à leitura e à meditação da Palavra de Deus ligada à vida;

1.2. Formação para animadores e animadoras de comunidades através de períodos de formação intensiva em tempo integral, com temas específicos (leitura popular da Bíblia, aconselhamento, espiritualidade, liturgia popular, comunicação social, análise de conjuntura, etc.).

1.3. Formação teológica com estrutura sistemática (cf. Constituição apostólica Veritatis gaudium nº 1) para os candidatos aos ministérios ordenados- e para homens e mulheres já engajados na vida das comunidades que se disponham a assumir ministérios laicais e o trabalho da formação permanente das mesmas.

¹ IL 129 c) Superar qualquer clericalismo, para viver a fraternidade e o serviço como valores evangélicos que animam o relacionamento entre a autoridade e os membros da comunidade.

Recomendamos, portanto, que os candidatos aos ministérios ordenados entrem na ótica eclesial de um plano de formação continuada ligada às comunidades da Igreja local (Formação capilar e

Formação para animadores e animadoras de comunidades, constituindo «uma espécie de providencial laboratório cultural onde a Igreja se exercita na interpretação performativa da realidade que brota do evento de Jesus Cristo» [cf. Constituição apostólica *Veritatis gaudium* 3)].

Recomendamos para os candidatos aos ministérios ordenados uma formação teológica com estrutura sistemática (cf. Constituição apostólica *Veritatis gaudium* 1; IL 98b)² juntamente a homens e mulheres engajados na vida das comunidades e que queiram se colocar à serviço da formação permanente das mesmas. Se queremos que os ministros ordenados sejam pastores e missionários, é necessário que o estudo da teologia, mantendo a estrutura sistemática, ao mesmo tempo nunca desligue os candidatos da realidade concreta da vida do povo. A teologia deve preparar ministros ordenados que saibam responder à pergunta: como Deus está presente na vida do nosso povo no tempo de hoje? E, interpelando a Palavra de Deus, o magistério da Igreja e a opinião dos teólogos, sejam capazes de falar ao povo desta Presença numa linguagem que fale ao coração.

Se queremos que os ministros ordenados para a Amazônia não se desliguem da realidade concreta em que o povo vive, é necessário que a formação teológica não se realize em seminários, que muitas vezes parecem hotéis de quatro ou cinco estrelas hospedando por anos a fio jovens provenientes em sua grande maioria das camadas mais pobres do nosso povo. É necessário pensar numa formação teológica rigorosa e ao mesmo tempo encarnada concretamente na vida e na realidade dos povos da Amazônia.

Recomendamos que estes aspectos sejam considerados na elaboração do texto final do Sínodo onde se trata a *Educação para uma ecologia integral* (cf. IL 98b) e na parte onde se considera a possibilidade da ordenação de pessoas idosas e indígenas (cf. IL 129 a2)³.

2 98 b) A formação dos ministros ordenados:

1. Os planos de formação devem responder a uma cultura filosófico-teológica adequada às culturas amazônicas, capaz de ser compreendida e, portanto, de estimular a vida cristã. É por isso que se sugere a integração da teologia indígena com a ecoteologia, que os prepare para a escuta e o diálogo aberto, onde tem lugar a evangelização.
2. Propõe-se a reforma das estruturas dos seminários, para favorecer a integração dos candidatos ao sacerdócio nas comunidades.

3 129 a) Novos ministérios para responder de modo mais eficaz às necessidades dos povos amazônicos:

2. Afirmado que o celibato é uma dádiva para a Igreja, pede-se que, para as áreas mais remotas da região, se estude a possibilidade da ordenação sacerdotal de pessoas idosas, de preferência indígenas, respeitadas e reconhecidas por sua comunidade, mesmo que já tenham uma família constituída e estável, com a finalidade de assegurar os Sacramentos que acompanhem e sustentem a vida cristã.

EM DEFESA DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DA VIDA

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
07 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N - 019

RECONHECENDO QUE:

A luta em defesa da vida no Brasil se tornou perigosa pelo fato de haver tantos assassinatos e impunidades que a ONU estabeleceu uma política de Defesa dos Defensores de direitos Humanos. Em 2006 reunidos em Brasília, as defensoras e defensores de direitos humanos, que militam e lutam todos os dias nas suas entidades, movimentos sociais e religiosas manifestaram a necessidade de serem respeitados e protegidos pelo Estado. A proteção e segurança pública para as mulheres e homens, crianças, jovens e idosos, povos indígenas, ribeirinhos, migrantes, trabalhadores e trabalhadoras rurais, urbanos e domésticos, pessoas com deficiência. Por isso, O Estado deve valorizar e proteger os defensores e defensoras dos direitos humanos para o avanço da democracia e da cidadania no Brasil.

CONSIDERANDO QUE:

Diante de tantas ameaças e violência contra pessoas lutadoras do povo contra as injustiças e muitos casos assassinato, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração sobre os Defensores Universal dos Direitos Humanos(ONU, 2012) “reconhece a defesa dos direitos humanos com um direito em si, bem como reconhece as pessoas que fazem isso como defensores de direitos humanos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Dez faces da luta pelos Direitos Humanos no Brasil**. Brasília: SDH; EU, 2012. Disponível em: <<http://onu.org.br/docs/defensoresdh.pdf>>). A omissão, impunidade e a inoperância das diversas esferas do Poder Público que tratam com descaso ou conivência o avanço da violência aos líderes sindicais, das associações dos assentamentos e das Igrejas, o Estado deve ocupar seu espaço de garantir a segurança pública e a promoção dos direitos humanos.

RECOMENDAMOS QUE:

Seja incluído no número 15 e 61 do Instrumento de Trabalho a seguinte redação:

1. Combater toda ação de criminalização dos Movimentos Sociais, organizações dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, das Pastorais Sociais e todas as entidades que lutam em defesa da vida;
2. Fazer ações permanentes de solidariedade nas Dioceses, Paróquias e sociedade aos defensores humanos ameaçados por causa de sua luta em defesa da vida e da justiça social.
3. Criar espaço de articulação em rede de uma política eficiente, exigindo que o Estado, através do Programa de Defesa dos Defensores de Direitos Humanos cumpra seu papel de proteção integral dos Defensores de Direitos Humanos.

Pe. José Boeing, svd. - Brasil

TEMA: Criminalização de lideranças sociais, comunidades e movimentos sociais.		SYNODUS EPISCOPORUM
Responsáveis:	Dom Ionilton e Daniel Seidel	PROT.
Contatos:	<u>ioniltonsdv@bol.com.br</u>; <u>seideltutor@gmail.com</u>	07 OTT. 2019
		ARCHIVIO: IN - 015

Reconhecendo, conforme IL nº 14, que “a vida na Amazônia está ameaçada pela destruição e exploração ambiental, pela violação sistemática dos direitos humanos elementares da população amazônica”; que essas ameaças à vida derivam “de interesses econômicos e políticos dos setores dominantes da sociedade atual, de maneira especial de empresas extrativistas, muitas vezes em convivência, ou com a permissividade dos governos locais e nacionais” (IL 14), gerando uma cultura da impunidade.

Reconhecendo, também, conforme IL nº 15, que existe criminalização e assassinato de líderes e defensores do território, incluindo as comunidades tradicionais e os movimentos sociais.

Reconhecendo, ainda, conforme IL nº 61, ao falar da falta de “reconhecimento dos direitos territoriais dos indígenas e dos PIAV”, que existe “a criminalização dos protestos de seus aliados e a redução dos pressupostos para a proteção de suas terras” favorecendo “a invasão de seus territórios, com a consequente ameaça contra suas vidas vulneráveis”.

Reconhecendo, conforme o Caderno Conflitos no Campo Brasil 2018, lançado em abril deste ano pela CPT – Comissão Pastoral da Terra, que “os conflitos no campo (terra, água, trabalho, garimpo e violências contra a pessoa – assassinatos, ameaças, agressões, prisões, etc.) aumentaram em 4% em relação a 2017, sendo a maioria conflitos por terra. Perto de um milhão de pessoas foram envolvidas no total dos conflitos, 36% a mais que em 2017, sendo que 51,6% foram na região Norte, na Amazônia brasileira. Outros índices alarmantes confirmam a Amazônia como foco principal. (...) Em 2018, em 73,5% dos casos de conflito de terra e água em todo o Brasil predominaram as populações tradicionais. Mais visível vai sendo a presença das mulheres nos conflitos no campo, uma vez que são também elas, quase sempre, quem sustenta a resistência de suas famílias e comunidades nos territórios ameaçados (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, Conflitos no Campo Brasil 2018, Goiania: abril 2019).

Reconhecendo que um estudo feito na Colômbia, onde os indígenas somam 4% da população, revela que o número de indígenas mortos são da ordem de 20% dos assassinatos (cfr. www.bussineshumanrights.org).

Reconhecendo que o número de mártires na Amazônia é alarmante, chegando a 1119 indígenas assassinados entre 2003 e 2017, por defenderem seus territórios (cfr. IL, n. 145).

Considerando que desde o primeiro testamento Deus se revela como um Deus que vê a opressão de seu povo, ouve seus clamores e desce para libertá-lo (Ex 3,5-7);

Considerando que Deus pelos Profetas toma a defesa dos marginalizados e excluídos, como relata o livro de Neemias 5, 6-7: “Fiquei muito indignado ao ouvir esses protestos e relatos. Cada um de vós está extorquindo juros do próprio irmão... E convoquei contra eles uma grande assembleia”;

Considerando que Jesus, conforme o Evangelho de João 8, 1-11, tomou a defesa da mulher adúltera injustamente condenada à morte, segundo a lei vigente e em João 10, 10 declara de forma contundente que veio para que todos tivessem vida em abundância;

Recomendamos:

Que a Igreja assuma a defesa intransigente da vida daquelas pessoas, comunidades, pastorais e movimentos sociais que assumem a defesa dos direitos humanos e socioambientais, denunciando as violações que sofrem os seus responsáveis, e contribua para forjar uma rede de autoproteção, cobrando do poder público, políticas de proteção para as pessoas ameaçadas.

Que sejamos uma Igreja profética que ouve os gritos e cantos de dor (...) que inspira e intui possibilidades de solução e transformação (...), que a partir de uma opção pelos pobres e de seu testemunho de vida, busca propostas concretas a favor de uma ecologia integral... com capacidade de discernimento e audácia face aos atropelos dos povos e à destruição de seus territórios, que responda sem demora ao clamor da terra e dos pobres (cf. IL 42), que levante a voz diante dos projetos que afetam o meio ambiente e promovem a morte, que se alie aos movimentos sociais de base em defesa de uma profunda reforma agrária, bem como incentive a agricultura orgânica, agroflorestal e agroecológica, que assuma sem medo a aplicação da opção pelos pobres na luta dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, dos migrantes, dos jovens e que colabore com a criação de espaços de incidência política, onde os próprios povos possam manifestar suas denúncias contra a violação de seus direitos (cfr. IL 146).

Que se fortaleça onde existe e que se crie aonde não existe, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Pastoral da Ecologia Integral, que promova o Cuidado da Casa Comum.

+ José Imilton Lisboa de Oliveira, SDV

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
07 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N-014

Sínodo da Amazônia

– Fala de D. Pedro José Conti – bispo de Macapá – Amapá - Brasil

3 assuntos: Pequenas Comunidades – Laicato – Trabalho em Associações e Cooperativas

1. Ref. Inst.Lab. II Parte - Cap. V: Família e Comunidade

III Parte – Cap. IV: A organização das Comunidades

Uma das experiências mais marcantes da convivência com os povos da Amazônia) Pará e Amapá) é a vida em Comunidade. Sempre trabalhei em lugares onde a presença da Igreja Católica estava junta com às Comunidades. Comunidade cristã e comunidade social se identificavam. Dizer “Comunidade” significava dizer o povoado, a Vila, o conjunto de casas e famílias daquele lugar. Em geral estas Comunidades se reconheciam como CEBs, as Comunidades Eclesiais de Base, e seguiam a organização delas, com lideranças, dirigentes, coordenações e, sobretudo, Conselhos Comunitários. Em muitos lugares – pobres e afastados – na beira dos rios, nas ocupações de áreas cultiváveis, mas também nas periferias de pequenas cidades – isso era expressão de participação e de identidade católica para o nosso povo. Hoje não é mais assim. Por muitas causas. Entre outras, a presença dos irmãos evangélicos pentecostais, com seus templos e pastores, acabou dividindo, inevitavelmente as Comunidades. No entanto a questão não me parece ser simplesmente de número de participantes – se antes os católicos eram ou não mais numerosos - quanto no valor que o “ser” e se sentir comunidade representa para a própria vida humana, antes de ser expressão de uma fé que tem como modelo nada menos que a comunidade perfeita que é a Santíssima Trindade.

Estou convencido que o caminho da perseverança e pertença na Igreja passa pela Comunidade e, cada vez mais, talvez, pelas pequenas comunidades de famílias e de pessoas que acreditam e investem na própria comunidade da qual se sentem parte vital. Isso vale para os cristãos espalhados no interior, que moram no campo ou na beira dos rios, às vezes aglomerados em pequenas vilas ou povoados, outras isolados no próprio terreno agrícola. Na Pequena Comunidade é possível fazer a experiência da fraternidade e da solidariedade. É possível experimentar o valor do “Capital Social” entre as pessoas: tradições, histórias, jeito de sobreviver, música, danças, alimentos. Vale, sobretudo, porém, aquilo que mais lhe dá valor que é a confiança recíproca. As pessoas se conhecem bem e confiam umas nas outras.

Tudo isso vale também para a cidade. Face o anonimato da convivência urbana é urgente resgatar os relacionamentos interpessoais. As pessoas têm que voltar a si falar, se comunicar, vencer o medo de se encontrar, também em horários considerados perigosos, por causa da insegurança e da violência nas nossas ruas. É impossível fazer uma verdadeira experiência comunitária numa “grande paróquia urbana” de 20 -30 - 40.000 habitantes! A Igreja Matriz e as relativas celebrações litúrgicas só em parte e, às vezes nunca, oferecem uma participação ativa e consciente. O exemplo mais visível, neste caso audível, são os cantos e as “bandas” que tocam e cantam. Na comunidade do interior se cantam os cantos que todos conhecem e todos cantam. Nas grandes aglomerações é inevitável que cante somente um grupo com músicas seletas. A grande maioria fica só ouvindo. Às vezes, as chamadas “Capelas” poderiam ser, numericamente, consideradas como verdadeiras paróquias, com e pelos serviços que podem de fato oferecer (formação, catequese, acompanhamento das pequenas comunidades. Os grandes eventos, os grandes aglomerados, em grandes celebrações, talvez, ajudem a sentir o calor e a força, da fé, mas somente os laços de amizade

comprometem as pessoas e as tornam responsáveis umas das outras, num relacionamento de estima, respeito, colaboração, confiança, até chegar ao amor fraterno, expressão visível da autêntica vida cristã.

Para isso, talvez, seria interessante resgatar o serviço de “animador de comunidade” ou pensar num novo ministério de “animação” das pequenas Comunidades, sem muita burocracia, onde seja possível por exemplo: em primeiro lugar encontrar-se ao redor da Palavra de Deus, preparar para os sacramentos do Batismo das crianças pequenas (até antes do nascimento, indo nas casas das mães grávidas) e o matrimônio – através da vida exemplar de casais e famílias – festejar os eventos das famílias (nascimentos, aniversários...), viver a solidariedade nos momentos difíceis da vida pessoal e familiar, chegar a um pequeno caixa comum, sinal de partilha e colaboração. Em parte tudo isso já acontecia nas Comunidades do interior onde a força da pertença à Igreja ajudava. É urgente resgatar ou relançar tudo isso, agora também nas periferias das cidades.

O passo seguinte seria conseguir articular as pequenas comunidades de um bairro para que, por sua vez, formassem uma “comunidade” maior que aproveitasse das estruturas da Capela, ou outras, para se encontrar sobretudo aos domingos para celebrar o Dia do Senhor, do cristão, da Comunidade, da vida e da criação, tudo dom de Deus!

Acredito que a experiência das Pequenas Comunidades da Amazônia seria um sinal interessante, positivo e animador para outras Igrejas em outros países, onde a vida cristã está se reduzindo às celebrações litúrgicas (Missas) e aos serviços que a paróquia oferece (os demais sacramentos).

2. Ref. Inst.Lab. Cap. IV letra b): Papel dos Leigos

É impensável hoje uma Igreja de comunhão, participação e missão que não inclua cada vez mais os leigos e as leigas, maioria absoluta do Povo de Deus, nas decisões e nos compromissos a serem assumidos por todos, valorizando o seu papel profético e inovador. É urgente uma iniciação à vida cristã e uma catequese que ensinem e deixem bem claro o valor e o sentido do Batismo para todos os cristãos. De maneira especial quando os “catecúmenos”, ou os que voltam a procurar a Comunidade, são adultos. Como clero, insistimos demais sobre a necessidade dos leigos e leigas ajudarem na organização e nas obras da Igreja. Graças a Deus não faltam pessoas generosas que colaboram gratuitamente e sem reservas. No entanto, ainda não conseguimos convencer os nossos irmãos e irmãs leigos e leigas que o caminho de santificação próprio deles é nas atividades do mundo.

Falta coragem em propor uma “espiritualidade laical” que valorize o amor conjugal e familiar, o trabalho, a honestidade e competência profissional. A família, em primeiro lugar, deve cumprir o seu papel de educadora na fé e nos valores cristãos. Depois vem a profissionalidade e a competência. A complexidade da sociedade e da vida atual exige cada vez mais conhecimentos específicos e, às vezes, nós, clero, pretendemos dar pareceres e juízos sobre tudo, quando, se tivéssemos um pouco mais de humildade, poderíamos pedir conselho e explicações mais aprimoradas a quem conhece muito mais do assunto por profissão, estudo e experiência. De maneira especial estamos carentes de cristãos educadores, comunicadores, cientistas, economistas, etc. que expressem o seu pensamento baseado seja nos princípios éticos e morais do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, seja nas competências próprias do saber, arte ou ciência, que dominam.

De nossa parte (clero), precisamos aprender a consultar e escutar mais as vozes e os gritos dos nossos irmãos leigos e leigas que partilham com os demais cidadãos os desafios e as contradições da sociedade atual. Mais ainda, é urgente preparar, formar e confiar em leigos e leigas que assumam cargos políticos e nas organizações populares

não governamentais (sindicatos, associações...). Por causa da utopia, ou esperança, do Reino de Deus que nos anima, Reino “perfeito” da justiça, do amor e da paz, não podemos ser omissos na busca de caminhos novos que respeitem a democracia, a dignidade da vida e das pessoas, os direitos dos pobres e excluídos e, hoje, dizemos, também do planeta.

Estamos conscientes que nenhum modelo humano encarnado numa pontual e limitada situação histórica poderá satisfazer plenamente todas as qualidades e exigências do “Reino de Deus”. Neste sentido a experiência das pequenas comunidades, de pequenas organizações populares da base, alicerçadas na solidariedade e na partilha, algumas em funcionamento nas nossas Comunidades e povoados da Amazônia poder ser sinais proféticos de uma política mais participativa e de uma economia solidária, alternativas à política representativa afastada do povo e à cultura dominante do consumo, do lucro e do descarte.

3. Inst. Lab. III parte: Igreja profética na Amazônia – uma proposta

Faço referência ao desemprego maciço nas cidades e a carência na organização dos agricultores, pescadores, etc. do interior. De outro lado o “emprego” estável que dê garantias de vida digna, não pode vir dos chamados Grandes Projetos seja porque em nome do “progresso” destroem a floresta e desvirtuam a natureza, seja porque, quando acabam, deixam sempre lastros de abandono e pobreza. Igualmente, não é possível esperar trabalho rentável para as novas gerações simplesmente do emprego público. No caso da Diocese de Macapá ainda cerca de 80% do dinheiro circulante vem além das aposentadorias e da Bolsa Família, do emprego público em todos os seus âmbito e serviços. É urgente encontrar outros caminhos não só de sobrevivência, mas também de ocupação. Com efeito, a falta de “trabalho” em jovens e adultos gera frustração e sentimentos de inutilidade. Estou convencido que, em primeiro lugar, como cristãos, devemos resgatar o valor do trabalho, inclusive manual e artesanal, como capaz de dar dignidade à pessoa e como primordial gerador de renda real. No cuidado com a criação a humanidade é chamada a “cultivar” o jardim que Deus lhe entregou e não simplesmente a usar dos bens fornecidos pela generosidade da natureza. O “homo sapiens” é tal se também é o “homo faber”, porque aprende pensando, criando, construindo e desfrutando dos resultados do trabalho das suas mãos e da sua inteligência. Em época de Inteligência Artificial estas considerações parecem discursos saudosistas de outros tempos. No entanto, cada pessoa humana precisa se sentir útil e admirar os frutos das suas mãos – nem que seja um programa de computador ou o resultado de uma semente plantada – sente a necessidade de ser reconhecida, de colaborar com os outros, de fazer parte de um projeto humanizador. Já foram apontados os enganos dos mitos de um mercado dominador ou de uma economia livre que se auto sustenta e se auto regula. É possível imaginar, sustentar e propor uma economia alternativa?

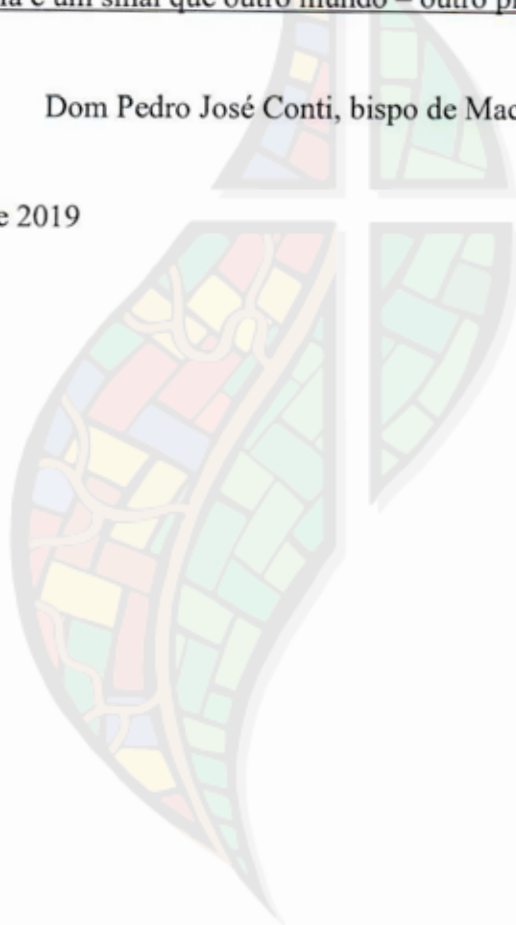
Neste sentido a experiência das Cooperativas de Produção pode ser exemplar e significativa. Simplesmente pelo fato de utilizar, transformar e comercializar os produtos da floresta ou da natureza, deixando a floresta em pé e os rios em condições de sobrevivência. São urgentes mais pesquisas nas Universidades e em Centros próprios para isso (Embrapa?) para que o povo possa organizar esta economia alternativa. Os produtos da floresta, produtos, por exemplo, nas Cooperativas das Reservas Extrativistas (Resex) poderiam ser elaborados por outras Cooperativas nas cidades. O poder público junto com o privado poderiam garantir a comercialização destes produtos. Nas cidades também é possível pensar Cooperativas de Consumo seja para comercializar diretamente os produtos agrícolas, sem passar pela grande distribuição, a

preços competitivos, seja para oferecer outros produtos a condições mais favoráveis aos idosos, às famílias numerosas, aos desempregados, aos que sobrevivem da Bolsa Família. Por Lei os Municípios deveriam comprar parte da produção agrícola do seu território para a merenda escolar e outros serviços alimentares dos quais as Prefeituras são responsáveis.

Um economia mais simples e mais direta não só ajudaria, talvez, a segurar as pessoas no campo, como talvez seria um incentivo para as famílias melhorar as suas plantações e os jovens também acreditar mais na vida sacrificada, mas mais saudável, da roça. Do ponto de vista evangélico a Igreja poderia ajudar na substituição da busca de bem estar individual com algo mais comunitário e fraterno. Uma forte economia “alternativa” dos pequenos organizados seria uma esperança de trabalho e sobrevivência para os povos da Amazônia e um sinal que outro mundo – outro planeta – é possível.

Dom Pedro José Conti, bispo de Macapá – AP - Brasil

Macapá 23 de setembro de 2019



TEMA: Comunidades extrativistas IL 14-15	
Responsáveis:	Dom Canísio, Eduardo Viveiros, Márcia Oliveira e Pe. Damiano
Contatos:	<u>bispo@diocesedesinop.com.br</u> ; <u>eviveirosdecastro@gmail.com</u> ; <u>marcia.oliveira@unir.br</u> ; <u>damiano.raspo@gmail.com</u>

Reconhecendo que: O Instrumentum Laboris considera apenas a dimensão do extrativismo predatório colonial;

Considerando que: O Instrumentum Laboris não menciona a experiência das assim chamadas Comunidades Extrativistas da Amazônia brasileira vinculadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000);

Considerando que as comunidades das Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais protegidos, cujo objetivo é a preservação dos meios de vida e da cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área habitada por seringueiros-camponeses extrativistas. O sustento destas populações se baseia no extrativismo e, de modo complementar, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

Considerando que a terra é um bem comum de todos que dela vivem e nela vivem (Laudato Si);

Considerando ainda a experiência das primeiras comunidades, que tinham tudo em comum, cuidavam da terra e cultivavam nela os alimentos e os compartilhavam, e que não haviam necessitados entre eles (Atos, 2: 42-47);

Propomos: apresentar a pluralidade do entendimento das comunidades das reservas extrativistas na Amazônia e insistimos que, na experiência brasileira, as comunidades extrativistas compartilham do modo de vida dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e trazem importantes contribuições para o entendimento da Ecologia Integral e por isso devem ser consideradas e respeitadas neste itinerário sinodal.

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
07 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N - 021

TEMA: Juventudes e Amazônia		SYNODUS EPISCOPORUM
Responsável	Dom Edmilson Tadeu Canavarros dos Santos – Manaus AM	PROT.
		07 OTT 2019
		ARCHIVIO: 1N-024

Uma das maiores riquezas da Amazônia é sua imensa população jovem, composta por indígenas, afrodescendentes, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, migrantes, estudantes, moradores das zonas rurais e das realidades urbanas.

Reconhecendo que a juventude é um dos grupos mais afetados pelas ameaças, que dia a dia excluem, matam e agredem a vida dos povos da Amazônia, tais como: desemprego, marginalização, narcotráfico, tráfico humano, exploração sexual, prostituição, suicídio, violência e extermínio dos jovens (Escuta das juventudes da Amazônia brasileira, 2017; IL 67)¹.

Reconhecendo que uma igreja com rosto amazônico, também é uma igreja com rosto jovem (Cf. 1Tm 4, 12) vemos os jovens como grandes vítimas e alvo dos interesses econômicos e políticos que atuam hoje na Amazônia. A juventude indígena se apresenta como um dos grupos mais afetados pelos “efeitos da degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas” (LS 43), a exemplo do que nos apresenta o *Instrumentum Laboris*, ao destacar a fala de um dos jovens indígenas que participou das escutas sinodais: “Nós, jovens, estamos perdendo nossa identidade cultural e em especial nossa língua. Esquecemos que temos nossas raízes, que pertencemos a um povo originário, e nos deixamos levar pela tecnologia” (Doc. Escuta do Equador)².

¹ 67. Este fenômeno desestabiliza, entre outros, as famílias, quando um dos pais parte para lugares distantes em busca de trabalho, permitindo que as crianças e os jovens cresçam sem a figura paterna e/ou materna. Também os jovens se deslocam à procura de um emprego ou subemprego para ajudar a manter o que resta da família, abandonando seus estudos primários e submetendo-se a todos os tipos de abuso e de exploração. Em muitas regiões da Amazônia, estes jovens são vítimas do tráfico de drogas, do tráfico de pessoas ou da prostituição (masculina e feminina). [31]

² Capítulo VIII - Educação Integral

“Nós, jovens, estamos perdendo nossa identidade cultural e em especial nossa língua. Esquecemos que temos nossas raízes, que pertencemos a um povo originário, e nos deixamos levar pela tecnologia. Não é mau caminhar com os dois pés, conhecer o moderno e também cuidar do tradicional. Onde você estiver, tenha sempre em conta estas duas coisas, tenha em consideração suas raízes, de onde quer que você venha, e não se esqueça disto” (Slendy Greff, Doc. Consulta, Equador).

Considerando que “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (LS, 139). Considerando que “esta crise atinge sobretudo os jovens nos contextos urbanos, que perdem as sólidas raízes da tradição” (IL 27)³, na constatação de “serem vítimas da sedução do dinheiro, dos subornos e da corrupção por parte de agentes do modelo tecnoeconômico da “cultura do descarte” (cf. LS, 22; IL, 53)⁴.

Considerando que a igreja fez uma opção preferencial pelos pobres a partir do Concílio Vaticano II e a igreja da América Latina confirmou a opção preferencial pelos jovens, nas seguidas conferências (Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida). O documento de Aparecida resgata que “em seu discurso aos jovens, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, o Papa Bento XVI chamou a atenção sobre a “devastação ambiental da Amazônia e as ameaças à dignidade humana de seus povos” e pediu aos jovens “um maior compromisso nos mais diversos espaços de ação” (Ap. 85).

Recomendamos que, a exemplo de Jesus que caminhou com os discípulos de Emaús (Lc. 24, 15), a igreja caminhe junto com os jovens, se fazendo presente em suas vidas e compartilhando seus sonhos e desafios (IL 129 e)⁵. É necessário que a Igreja

³ 27. Tanto as cosmovisões amazônicas como a cristã estão em crise por causa da imposição do mercantilismo, da secularização, da cultura do descarte e da idolatria do dinheiro (cf. EG, 54-55). Esta crise atinge sobretudo os jovens e os contextos urbanos, que perdem as sólidas raízes da tradição.

⁴ 53 O drama dos habitantes da Amazônia não se manifesta somente na perda de suas terras por causa do deslocamento forçado, mas também na constatação de serem vítimas da sedução do dinheiro, dos subornos e da corrupção por parte de agentes do modelo tecnoeconômico da “cultura do descarte” (cf. LS, 22), especialmente em relação aos jovens.

⁵ 129 e) Papel dos jovens:

1. É urgente um diálogo com os jovens, para ouvir suas necessidades.
2. É necessário acompanhar processos de transmissão e aceitação da herança cultural e linguística nas famílias,[62] para superar as dificuldades na comunicação intergeracional.
3. Os jovens se encontram entre dois mundos, entre a mentalidade indígena e a atração da mentalidade moderna, sobretudo quando migram para as cidades. Por um lado, são necessários programas para fortalecer sua identidade cultural face à perda de seus valores, idiomas e relação com a natureza; por outro lado, programas para ajudá-los a entrar em diálogo com a cultura urbana moderna.
4. Urge enfrentar o problema da migração de jovens para as cidades.[63]
5. É necessária uma maior ênfase à defesa e à recuperação de quantos são vítimas das redes de narcotráfico e do tráfico de pessoas, assim como da dependência das drogas e do álcool.

reconheça, valorize, apoie e fortaleça a participação das juventudes da Amazônia nos espaços eclesiais, socioambientais e políticos, acreditando na beleza da novidade que a juventude traz, com o mesmo carinho e cuidado que o Papa Francisco apresenta, ao se dirigir à juventude como “profetas da esperança”.

Recomendamos que, nos novos caminhos para a igreja e para uma ecologia integral, as orientações presentes nos documentos já construídos pela própria Igreja: Concílio Vaticano II, Civilização do Amor – CELAM, Doc. 85 – CNBB, Doc. De Aparecida, Christus Vivit, entre outros, sejam assumidos de forma afetiva e efetiva em conjunto com as juventudes. Que sejam caminhos de vida plena, de garantia de direitos e de protagonismo das juventudes da Amazônia.



129 (PARTE III – A organização das comunidades)

Reconhecendo que, na região amazônica, há milhares de comunidades que por falta de presbíteros próprios, são impossibilitadas de acesso, ~~em mesmo frequente~~

- a) à celebração dominical da Eucaristia;
- b) ao sacramento da Reconciliação
- c) ao sacramento da Unção dos doentes
- d) ao matrimônio

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
07 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN - 025

1.1. Considerando que todos os sacramentos, mas especialmente a Eucaristia é fundamental para a vida cristã e para as comunidades eclesiais, porquanto:

- A Eucaristia é “cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, fonte da qual promana toda a sua virtude” (*Sacrosanctum Concilium* 11; *Lumen gentium* 10)
- “Uma comunidade cristã não pode formar-se senão tendo como raiz e como centro a celebração da santíssima Eucaristia, na qual deve inspirar-se toda a educação ao espírito comunitário. A celebração eucarística, por sua vez, para ser sincera e plena deve conduzir seja às diversas obras de caridade e à recíproca ajuda, seja à ação missionária e às várias formas de testemunho cristão”. (*Presbyterorum ordinis* 6,5)
- “O domingo significa ao longo da vida da Igreja, o momento privilegiado do encontro das comunidades com o Senhor ressuscitado. É necessário que os cristãos sintam que não seguem uma personagem da história passada, mas Cristo vivo, presente no *hoje* e no *agora* de suas vidas. Ele é o Vivente que caminha ao nosso lado, mostrando-nos o sentido dos acontecimentos, da dor e da morte, da alegria e da festa, entrando nas nossas casas e permanecendo nelas, alimentando-nos com o Pão que dá a vida. Por isso a celebração dominical da Eucaristia tem que ser o centro da vida cristã. O encontro com Cristo na Eucaristia suscita o compromisso da evangelização e o impulso à solidariedade; desperta no cristão o forte desejo de anunciar o Evangelho e de o testemunhar na sociedade para que seja mais justa e humana. No decorrer dos séculos da Eucaristia brotou um imenso caudal de caridade, de participação nas dificuldades dos outros, de amor e de justiça.” (Bento XVI, Discurso Inaugural, V Conferência, 4)

1.2. considerando as enormes distâncias entre as comunidades presentes na região amazônica e a dificuldade de locomoção entre uma comunidade e outra (na média de padre por Km² da Amazônia Brasileira a Alemanha deveria ter 73 padres e a Itália 62)

1.3. considerando que a vida cristã se realiza em comunidades, com uma boa caminhada de fé e vida, que vivem e evangelizam em seus ambientes sociais e culturais, nas funções da Palavra, da Liturgia e da Caridade,

1.4. Considerando

- Que as mulheres constituem os membros mais presentes, ativos e dedicados nas comunidades, assumindo serviços importantes em sua vida e missão;

- a importância das mulheres na vida e no ministério público de Jesus, na vida e na missão das primeiras comunidades cristãs e ao longo da história da Igreja;
- que a conferição oficial em forma pública e litúrgica de ministérios eclesiais às mulheres são uma forma de reconhecer publicamente sua habilidade e de autorizá-las a atuar em nome da Igreja, valorizando-as, consequentemente, perante o contexto social, muitas vezes patriarcal e machista;

Precisamos marcar presença, ocupar espaços, ir onde o povo está, tanto nas periferias geográficas, quanto existenciais. Por isso recomendamos:

1. ordenar homens, solteiros ou casados, pertencentes às próprias comunidades, para presidirem a comunidade e a Eucaristia: “padres comunitários” (como já propunham Dom Fritz Lobinge e Dom Walfredo Tepe no Brasil), isto é padres diocesanos com atuação comunitária, que vivam nas próprias comunidades, com uma profissão “secular”, e que exerçam a
2. valorizar, ampliar e institucionalmente reconhecer os ministérios das mulheres nas comunidades nos âmbitos da Palavra, do Culto e da Caridade;
3. reconhecer que tanto homens como mulheres podem ser instituídos oficialmente como leitores e acólitos, revendo o cânon 230, § 1;
4. introduzir o diaconato das mulheres, com rosto próprio, com características inspiradas nas culturas locais;
5. com isso, constituir em cada comunidade, “Equipes ministeriais” formadas por um grupo ministerialmente diversificado: “padres comunitários”, diáconos e diáconas, ministros e ministras leigas; estas equipes serão acompanhadas pelos padres diocesanos e/ou religiosos; com a equipe se procurará evitar o “clericalismo”, a dominação de uma pessoa sobre a comunidade (1 Pedro 5) e a mentalidade de que a ordenação é minha propriedade: é um dom, um presente para a vida da comunidade (Papa ontem na homilia de abertura do Sínodo)
6. envolver novamente alguns padres que deixaram o exercício do ministério;
7. prosseguir, com toda liberdade, na reflexão teológica, sobre a possibilidade de ordenação presbiteral de mulheres, com reverente respeito aos dados da fé e em profunda comunhão com o Magistério.

Não podemos perder os pobres, porque perder os pobres é perder Cristo!

+ Flavio Giovenale, SDB

Bispo de Cruzeiro do Sul – AC – Brasil

flavio@semeando.org.br

Whatsapp: +55 – 68 – 98421.7556

Celular: +39 – 349 884 0767

Posizione III – C 6

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
05 OTT. 2019
IN - 001

PREPOSITIO 1 – O PROTAGONISMO JUVENIL NA ECOLOGIA INTEGRAL

Santo Padre. Há 40 anos tenho a graça de acompanhar grupos de jovens e trabalhar com as juventudes nas comunidades eclesiais de base, com a pastoral da juventude, com a pastoral juvenil.

Esta paixão pelas juventudes começou em 1979, quando os bispos da América Latina, em Puebla, fizeram a histórica opção preferencial pelos pobres e pelos jovens.

O número 17 do Instrumentum Laboris fala do cuidado da vida, que se opõe à cultura do descarte, e os jovens são convocados por vossa Santidade a irem contra esta cultura do descarte.

O número 18 do Instrumentum Laboris fala em lugar teológico dos pobres; os jovens também são lugares teológicos.

O número 37 do Instrumentum Laboris fala da opção pelos pobres, e eu recorro a opção pelos jovens aprovada nesta sala sinodal, no ano passado, número 119 do Documento final do Sínodo.

O número 42 do Instrumentum Laboris fala de uma Igreja que dialoga; os jovens têm grande capacidade de tolerância e de diálogo.

O número 55 do Instrumentum Laboris fala em cultivar e guardar. A Laudato si, o documento final do sínodo de 2018 e a Cristo Vive nos apresentam a sensibilidade ecológica juvenil

O número 129 do Instrumentum Laboris mostra o papel dos jovens 1.2.3.4.5.

No número 46 do Documento Final do Sínodo e 170 da Exortação Cristo Vive se diz: “Ainda que de modo diferente das gerações passadas, o engajamento social é um traço específico dos jovens de hoje.”

O número 76 do Documento Final do Sínodo diz: “Os jovens estão comprometidos em cultivar a sobriedade e o respeito pelo meio ambiente.”

Documento Final diz no número 153: “Os jovens impelem a Igreja a ser profética neste campo, com palavras, mas sobretudo com escolhas que mostrem ser possível uma economia amigável à pessoa e ao meio ambiente. Juntos com eles podemos fazer isso.”

Diz a Cristo Vive no número 169: “Proponho aos jovens ir além dos grupos de amigos e construir a amizade social, buscar o bem comum.” (Número 169)

E no número 174: “Quero animar-te a este compromisso, porque sei que teu coração, coração jovem, quer construir um mundo melhor.” (Número 174)

Santo Padre

Vós perguntastes aos jovens na JMJ em Cracóvia: “As coisas podem mudar?” E eles responderam: “Sim.” E dissestes: “É hora de sair do sofá e calçar as sandálias.”

E Vós escrevestes no prefácio do DOCAT. **“Mas o meu sonho é maior: eu espero que um milhão de jovens, mais ainda, que uma geração inteira, seja, para os seus contemporâneos, uma Doutrina Social em movimento.”**

Vossa Santidade escreve na Laudato Si: **“Os jovens têm uma nova sensibilidade ecológica e espírito generoso, e alguns deles lutam admiravelmente pela defesa do meio ambiente”** (n. 209).

Santo Padre, **um lugar especial em que a juventude pode exercer seu protagonismo é no campo da ecologia integral.**

A adolescente/jovem sueca Greta Thunberg, com seu empenho por Fridays For Future, é um exemplo da força das juventudes.

Sim Santo Padre. Nós acreditamos no protagonismo juvenil.

Proponhamos, também aos jovens, o cuidado da Casa Comum, a ecologia integral.

Obrigado.

**Dom Vilsom Basso –scj
Bispo de Imperatriz – Maranhão – Brasil**



Compartilhar experiências entre os indígenas amazônidas de celebrações
inculturadas da fé cristã em vistas a elaborar
um “rito amazônico católico”

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
07 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN- 013

Reconhecendo que

No Documento de Trabalho do Sínodo se fala que,

- “A celebração da fé deve realizar-se de maneira inculturada, a fim de ser expressão da própria experiência religiosa e vínculo de comunhão da comunidade que celebra” (parágrafo 125).
- “Constata-se a necessidade de um processo de discernimento em relação aos ritos, símbolos e estilos celebrativo das culturas indígenas em contato com a natureza, os quais devem ser assumidos no ritual litúrgico e sacramental” (parágrafos 126 a.),
- “Os sacramentos devem ser fonte de vida e remédio acessível a todos (EG. N.47)”, (parágrafo 126 b.),
- “Em vista de uma ‘salutar descentralização’ da Igreja (EG. N.16), as comunidades pedem que as Conferencias Episcopais adaptem o ritual eucarístico às suas culturas” (parágrafo 126 d.).

Considerando que

- O mandato de Jesus Cristo a seus apóstolos foi de “ide, pois, ensinai a todas as nações e batizai-as em Nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mateus 28, 19).
- Na Constituição Dogmática “Sacrosanctum Concilium” do Concílio Vaticano II afirma:
“D. Normas para a adaptação da Liturgia à índole e tradições dos povos”
“A adaptação da Igreja”
“37. Não é desejo da Igreja impor, nem mesmo na Liturgia, a não ser quando está em causa a fé e o bem de toda a comunidade, uma forma única e rígida, mas respeitar e procurar desenvolver as qualidades e dotes de espírito das várias raças e povos. A Igreja considera com benevolência tudo o que nos seus costumes não está indissoluvelmente ligado a superstições e erros, e, quando é possível, mantém-no inalterável, por vezes chega a aceitá-lo na Liturgia, se se harmoniza com o verdadeiro e autêntico espírito litúrgico.

Propomos

Na Panamazônia se comece um processo de partilha de experiências das comunidades indígenas que tem celebrações inculturadas da fé nos sacramentos do batismo, do matrimônio, da ordenação de presbíteros e na posse de bispos, a fim de fazer um discernimento teológico, litúrgico e pastoral, para estabelecer com o tempo “ad experimentum” um “rito amazônico” católico de viver e celebrar a fé em Jesus Cristo, como Único Senhor e Salvador.

Rodolfo Lunkenbein, SDB e Simão Bororo, mártires na defesa do território indígena.

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
08 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N - 045

A referência aos mártires da Igreja com rosto amazônico e missionário no capítulo primeiro da terceira parte do Instrumentum laboris, “a Igreja profética na Amazônia: desafios e esperanças”, nos ajudam também a resgatar um pouco a riqueza da história, tanto do trabalho, quanto da missão evangelizadora de tantos missionários, bem como o envolvimento dos destinatários neste processo de inculturação e interculturalidade.

Pe. Rodolfo Lunkenbein, SDB, missionário salesiano vindo da Alemanha, juntamente com Simão Koge Ekudugodu, ou simplesmente Simão Bororo foram sacrificados, martirizados em defesa da terra de seu povo Bororo.

Pela acelerada perda de seus territórios e com o perigo de sua extinção e de sua cultura, os missionários sentem a necessidade de se organizar e no compromisso evangélico de salvação, ajudar as populações indígenas a reverter esta situação da venda das terras indígenas por antigos posseiros para fazendeiros vindos de outros Estados. A atuação do Diretor da Missão foi lutar pela demarcação de seus territórios, apoiados no Estatuto do Índio e na promulgação da lei federal de 1973 que defendia os direitos das populações indígenas, que em um de seus artigos estabelece a demarcação dos territórios indígenas, no prazo de 5 anos a partir de sua promulgação.

Enquanto acontecia a demarcação da Reserva, no dia 15 de julho de 1976, mais de 60 pessoas, em oito viaturas, dirigiram-se para a Missão Salesiana de Meruri. Pediram para falar com o Diretor e como o Pe. Rodolfo estivesse ainda trabalhando na roça com os bororo, atendeu-os Pe. Gonçalo Ochoa, que foi tratado mal, exigindo satisfações pelo fato de que a demarcação tivera início, apesar das ameaças anteriores. Logo chegou Padre Rodolfo com alguns bororos e dirigiram-se a ele com atitudes de provocação. Ele não perdeu a calma e serenamente tentou persuadi-los de que, se sentissem lesados em seus direitos, deveriam recorrer à FUNAI ou à justiça. Ofereceu-se para ser intermediário deles. Um pequeno grupo o cercou, começaram a insultá-lo e empurrá-lo. Alguns bororos tentaram defender o padre. Lourenço, o chefe foi alvejado com um tiro. Três outros tiros atingiram diretamente o Padre Rodolfo, que morreu dez minutos após. Seguiu-se um tiroteio em que ainda foram feridos outros quatro

bororo. Os atacantes fugiram imediatamente nas viaturas. O índio Simão Cristino veio a falecer no avião que levou os feridos para Barra do Garças.

Dom Pedro Casaldáliga, Bispo Emérito de São Felix do Araguaia assim se manifesta sobre o martírio destes mártires: “15 de julho é uma data histórica na história da nova Igreja Missionária. Rodolfo e Simão são mais dois mártires, desfeitos no amor, segundo a palavra de Cristo: o índio deu a vida pelo missionário. O missionário deu a vida pelo índio. Para todos nós, índios e missionários, este sangue de Meruri é um compromisso e uma esperança. O índio terá terra! O índio será livre! A Igreja será índia!

De Meruri, aldeia bororo onde os dois Servos de Deus derramaram o seu sangue, o testemunho de amor a Cristo, à vida, à causa do Evangelho estão se tornando mensagem viva de uma Igreja na América Latina comprometida com a causa dos mais pobres, inspirada no evangelho da Vida.

A Causa do Martírio dos dois Servos de Deus aberto pela Diocese de Barra do Garças e assumida pela Congregação Salesiana está crescendo na Igreja, despertando interesse dos jovens e respondendo ao apelo do Papa Francisco na Exortação Apostólica *Gaudete et Exultate*: somos todos chamados à santidade, conforme carta dirigida a mim pelo Inspetor da Inspetoria Salesiana de Campo Grande, Pe. Gildásio Mendes dos Santos.

Acrescenta ainda que “esta causa de Martírio, como dom de Deus, chegou em um momento muito importante, um fruto de santidade que vem coroar tantos outros testemunhos de bispos, leigos, religiosos, religiosas, indígenas e sacerdotes que entregam suas vidas pelo amor do Reino e dos mais pobres ao ponto de derramar o próprio sangue”.

Infelizmente os nossos indígenas continuam sendo ameaçados nos seus direitos fundamentais de viverem dignamente nos seus territórios, protegerem a sua cultura e os seus valores.

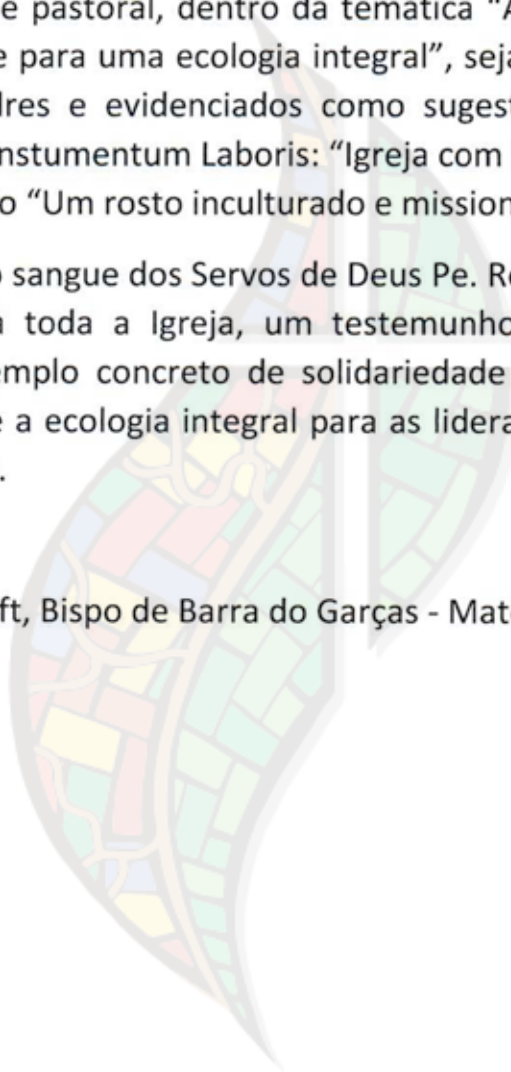
Pe. Gildásio continua em sua carta a enfatizar que “Pe. Rodolfo e Simão Bororo deram-nos um grande exemplo. Este gesto representa a aliança de sangue em favor da vida: o sacerdote entrega a sua vida pelo indígena, e o indígena pelo sacerdote, testemunhando o que Jesus Cristo nos ensinou: ‘Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância’” (Jo 10,10).

Neste momento especial do Sínodo da Amazônia, o grito dos mártires é a mensagem mais forte e profética para toda a Igreja e para o Mundo que a entrega da vida a serviço dos outros é o coração do Evangelho.

Motivado por este testemunho de fé entrega da vida a serviço do Reino, peço que a questão do martírio na Igreja e a santidade, evidenciando o seu aspecto evangélico e pastoral, dentro da temática “Amazônia, novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”, sejam devidamente considerados pelos Padres e evidenciados como sugestão no Primeiro Capítulo proposto pelo Instrumentum Laboris: “Igreja com rosto amazônico e missionário” e subtítulo “Um rosto inculturado e missionário”.

O exemplo de aliança no sangue dos Servos de Deus Pe. Rodolfo e Simão é um dom de Deus para toda a Igreja, um testemunho de fé para as comunidades é um exemplo concreto de solidariedade e compromisso com a pessoa humana e a ecologia integral para as lideranças das nossas sociedades e das nações.

Dom Protogenes José Luft, Bispo de Barra do Garças - Mato Grosso.
Regional Oeste 2.



COMUNICAÇÃO AO SÍNODO

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
08 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N - 043

Santo Padre: Muito obrigado por olhar com especial carinho para nossos povos e para nossa sofrida terra, através deste Sínodo!

“Existem povos que cantam sua história e também seu presente, para que os que ouvem este cântico possam vislumbrar seu futuro” (n. 42).

Também (n. 42) “Uma Igreja profética é aquela que ouve os gritos de dor e de júbilo”. Eu diria que se escutam poucos cantos de júbilo, quando deveriam ser muitos mais, se a Amazônia fosse o paraíso imaginado e criado por Deus...

Cada povo é filho da sua história. Ninguém pode, nem deve esquecer seu passado e sua história. Infelizmente essa história, na região amazônica não se conhece, nem permanece viva no presente de nosso povo, pois pertencemos à cultura da madeira, onde não existe nem pedra, onde tudo apodrece e não fica nada. Que futuro podemos oferecer, ou que futuro nosso povo pode vislumbrar?

Devemos fazer memória e, como dizia o teólogo católico alemão, Jean Baptist Metz, essa memória é perigosa, para que nunca mais volte a acontecer.

Eu venho de uma terra de mártires, onde muito sangue foi derramado. Alguns deles bastante conhecidos entre nós, e outros, a maioria, totalmente anônimos e desconhecidos para a humanidade.

No passado houve vários deuses na Amazônia que levaram os poderosos à uma contínua prática idolátrica.

Primeiro foi Eldorado famoso e procurado por todos, quando o ouro era o deus dos colonizadores, que mataram e acabaram com muitas raças, povos e culturas.

Depois foi o deus do “ouro branco”, o deus da borracha (caucho), quando milhares de seres humanos, os seringueiros, foram sacrificados em prol da ganância e do lucro desmedido dos seringalistas.

E, hoje, é o capitalismo selvagem, que continua exigindo, sem piedade, o sacrifício dos filhos de nosso povo.

A história é cíclica e se repete com diferentes personagens, mas sempre os pobres, os mesmos de sempre, que sofrem as consequências do egoísmo desumano, que primeiro explora, escraviza e depois mata.

Gostaria de fazer um pouco de história, para que seja também conhecida no nosso Sínodo e possa aparecer também no Documento final, como um dever nosso de consciência e de reconhecimento para todos os que derramaram suor, lágrimas e sangue naquele chão.

Porque na Amazônia brasileira aconteceram casos inéditos e insólitos na história da humanidade. Um escritor brasileiro, Euclides da Cunha, chegou a escrever: “O seringueiro é o único caso na história da humanidade, que trabalha para escravizar-se”.

Na história da Amazônia, há fatos históricos que marcaram cruelmente a história do povo. A história dos seringais está composta de páginas de muita dor, sacrifício, abandono, escravidão, morte...

A floresta amazônica, fonte de vida, deixou espaço para o seringal, fonte de trabalho escravo, do lucro desenfreado, de morte lenta e esquecida. O seringal, infelizmente, passou a ser considerado também como um “lugar teológico do sofrimento humano”.

O seringal, além de ser esse lugar teológico onde se vivia a fé, à sua maneira, pois a Igreja instituição também não estava presente, porém, foi uma peculiar fonte de revelação de Deus.

Esses espaços são lugares epifânicos para nós, onde, ainda hoje, manifesta-se a reserva de vida e de sabedoria para o planeta, uma vida e sabedoria que falam de Deus, e que o mundo não quer escutar. Na Amazônia se manifestam as “carícias de Deus” que se encarna na história (LS, 84).

No seringal muitas vidas foram ceifadas e a esperança de milhares de brasileiros, heróis anônimos, povoadores da terra que sem resistência a ocuparam, que por ela lutaram, que aprenderam a amá-la, que a conservaram e que a preservaram, para que, em seu nome, hoje, nós pudéssemos lamentar sua odisséia e celebrar também sua epopeia.

Na nossa teologia, devemos nos perguntar, que lugar ocupa nela essa história de aflição do ser humano? Conhecer a verdade exige de nós que deixemos falar ao sofrimento do seringueiro em toda sua dureza e crueldade.

A borracha, o “ouro branco”, marcou a vida do nosso povo e da sua história, sendo considerada a Amazônia como “o maior xadrez do mundo, pois quem entrava nele, não saía vivo”.

E, outro caso insólito na humanidade acontecido na nossa terra: ninguém sabe nem o número, nem os nomes de todos os que morreram na Amazônia, cobiçada e explorada por tantos que por ali passaram, mas que não ficaram. Alguém chegou a dizer: “Deixamos um cadáver embaixo de cada seringueira”.

Todos os seres humanos têm direito a honrar seus mortos, de saber, ao menos, onde estão enterrados. Nosso povo não sabe nada de seus antepassados e se perguntam: “Cadê os nossos mortos?” E ninguém sabe responder.

Deus se faz presente no povo crucificado, despojado de vida, embora varie a forma de sua crucificação. A condição humana ficou totalmente desfigurada no seringueiro, sem ter semelhança com qualquer ser civilizado, como o servo sofredor do profeta Isaías.

Se Cristo foi índio, como falam algumas teologias, por comparação, também podemos dizer que Cristo foi seringueiro.

Portanto, não podemos, nem devemos esquecer, essa história de sofrimento, escravidão, dor e morte dos seringueiros da Amazônia, identificados com o “Cristo sofredor”. Portanto, devemos fazer memória de nossos antepassados.

Deixemos constância por escrito dessa história, para que nunca aconteça mais entre nós, e nosso povo tenha a vida em abundância, que Deus quer para todos seus filhos e filhas.

Muito obrigado!

Dom Joaquín Pertíñez
Bispo de Rio Branco - AC - Brasil

REDEFINIÇÃO DO CONCEITO E DA CONSCIÊNCIA DE PECADOS ECOLÓGICOS

Santo padre,

"Deus não nos deu um espírito de timidez, mas de fortaleza, de amor e sobriedade" (2Tm 1, 7).

O Instrumento de Trabalho do Sínodo para a Pan-Amazônia fala, diversas vezes, de "conversão ecológica" (IL 99-104). Uma nomenclatura nova e, por isto, ainda pouco conhecida, mas muito empenhativa.

Hoje em dia a opinião pública é bem informada sobre os problemas ecológicos, mas tal sensibilidade não atingiu ainda a consciência cristã e esta ainda não acordou para uma moral ecológica que faça perceber a gravidade do pecado contra a criação de Deus.

Não obstante se considere que os pecados contra o meio ambiente sejam implicitamente transgressões contra os princípios da interdependência e da solidariedade entre as criaturas (Catecismo da Igreja Católica nn. 340 e 344) e contra a virtude da Justiça; e que a raiz destes pecados, como refletiu o vosso predecessor Bento XVI, seja a marginalização e negação de Deus, tendo na avidez humana o ponto de partida de toda ação (cf. Audiência Geral de 26/08/2009), ainda é escarça, ou mesmo inexistente, na literatura teológica, nos manuais de teologia e nos rituais de liturgia do sacramento da penitência, nos penitentes e nos confessores, uma relação explícita para um exame de consciência destes tipos de pecados.

Tal desordem causa uma ruptura entre o homem e a natureza, fruto da ganância desenfreada e da busca individual da felicidade. É preciso fazer ver a dimensão social da ecologia. Na natureza tudo está integrado e em perfeita harmonia. O pecado ecológico é uma ação contra Deus e contra o próximo, um pecado contra as futuras gerações, uma vez que estas receberão um mundo danificado pela maldade do coração humano.

Se existe a necessidade da conversão ecológica, é necessário haver também a consciência de pecados ecológicos. Faltam na literatura teológica: jogar lixo em locais inadequados; poluir as fontes de águas e os rios; derrubar árvores e desmatar florestas; queimar terras; colocar venenos no ar e pesticidas e agrotóxicos cancerígenos nos alimentos que consumimos; matar a fauna e a flora; destruir os berços e os ninhos da vida da nossa casa comum.

Desde os seres que julgamos mais úteis e até dos que duvidamos do por que de suas existências, tem a sua importância no equilíbrio ecológico. Todos tem o seu sentido de existir. Nada está sobrando na natureza.

Cada ser e cada criatura de Deus que matamos é um pecado contra o Criador. Além de ser um problema teológico, pois, ofenda a Deus, é um problema cristológico, pois, Jesus, ao se incarnar, redimiu a criação, fazendo novas todas as coisas. Tudo está intimamente interligado.

Eu nunca confessei estes pecados e nem nunca confessei ninguém sobre estes pecados.

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
09/09/2019
ARCHIVIO: 1N - 042

Estamos praticando para com o meio ambiente um verdadeiro ecocídio: a terra está morrendo. Nós estamos destruindo a nossa casa comum. Não matar é um mandamento da lei de Deus. Matar é pecado.

Desta forma, a minha humilde sugestão é que a catequese e os rituais do sacramento da penitência sejam revistos, de maneira a se definir expressamente o que sejam os pecados ecológicos, bem como acrescentá-los no exame de consciência. Uma consciência reta e bem formada neste campo é capaz de gerar ações positivas para o cuidado de nossa casa comum. Ao contrário, a ignorância sobre o mal que podemos fazer ao meio ambiente é também uma ferramenta que acelera a sua destruição. Creio firmemente que este Sínodo seja um meio oportuno, fruto da Divina Providência, para se proclamar a misericórdia de Deus e promover a reconciliação entre o homem e a natureza mediadora de sua existência.

Hoje, mais do que nunca, a Igreja deve falar, com incisiva precisão, do pecado ecológico. Para tanto, deve assumir um discurso profético que denuncie a chamada "civilização industrial" que em nome do progresso submete a dignidade humana ao útil econômico, invertendo a hierarquia dos valores e as leis que regem a convivência humana.

O Papa Francisco, na *Laudato Si*, nos fez ver a interdependência que existe entre o ser humano e o criado nos seus vários aspectos quando nos falou de uma ecologia integral.

O pecado ecológico é, portanto, quebra da comunhão que existe entre Deus, o ser humano e o mundo criado como um todo.

É dentro deste quadro dramático e desalentador que quero dar minhas humildes sugestões:

Que a Igreja possa ampliar a compreensão de pecado incluindo esta dimensão ecológica integral. Para tanto, indico algumas atividades-meio:

1. Sejam revistos os manuais e os rituais do sacramento da penitência para com estes tipos de pecados. E dar aos pecadores a oportunidade de se reconciliarem com Deus e com suas criaturas. Em outras palavras, é preciso refazer a lista de pecados e acrescentar os pecados ecológicos.
2. Elaboração de uma "teologia ecológica" consistente capaz de fazer aflorar na consciência dos cristãos o pecado ecológico como sendo quebra das relações com Deus, com o próximo e com a natureza.
3. Os planos de pastoral das Igrejas Particulares devem incluir ações capazes de provocar sensibilização ecológica; uma catequese que ajude as crianças a crescer na admiração, respeito e amor pelo criado como nossa casa comum;
4. A ação evangelizadora das Igrejas Particulares devem organizar conferência, simpósios e seminários para despertar a consciência ecológica da comunidade cristã;

5. Elaboração de uma teologia moral e de catecismos capazes de evidenciar os pecados ecológicos leves e graves, bem como suas implicações nas relações humanas e com todo e criado, no qual Deus se manifesta;
6. Elaborar roteiros de celebrações penitências ecológicas nas quais de destaque o amor e o respeito pela criação; bem como um roteiro de exame de consciência mostrando os pecados ecológicos que atentam contra Deus e contra o próximo.

Obrigado!

Dom Pedro Brito Guimarães, arcebispo metropolitano de Palmas - Tocantins
Roma, 08 de outubro de 2019



TEMA: JUVENTUDE NA AMAZÔNIA - PASTORAL JUVENIL

INSTRUMENTO LABORIS: N. 16, 27, 53, 78, 140

Mons. Antônio de Assis Ribeiro, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belém

Santo Padre e estimados irmãos,

JUVENIL EPISCOPORUM	
140	
Cidade de Belém	
ARCHIVIO:	1N - 041

A população da Amazônia é jovem, portanto, demograficamente é a região da Esperança. Todavia, somos chamados a contemplar a realidade infanto-juvenil na Amazônia. A situação é muito delicada e isso deve fazer eco no coração da Igreja Missionária.

Uma triste realidade é vivida por centenas de milhares de jovens amazônidas marcados pela pobreza, violência, doenças, prostituição infanto-juvenil, vícios, tráfico de drogas, gravidez precoce, desemprego... Por outro lado, temos ainda fenômenos como o vazio existencial, a automutilação, o suicídio, a inadequada formação profissional, a pouca afeição dos jovens para com valores tradicionais, a perda das raízes...

Lamentavelmente, nos últimos anos, houve um forte aumento da população juvenil encarcerada, bem como cresceu a criminalidade organizada entre os jovens. Esses dramas juvenis nos chamar a atenção e nos tocam profundamente porque os jovens são parte do nosso rebanho e merecem o nosso afeto e cuidado criativo.

Por detrás dessa realidade temos uma **série de causas**: a fragmentação da família, a ineficiência de políticas públicas preventivas, a fragilidade da educação, a insuficiente atenção do Estado à educação, a pressão sedutora das ideologias (cultura secularista, tecnicista, presentista, imediatista, economicista e hedonista).

Contudo, é importante reconhecermos que a maioria dos jovens amazônidas são sadios, tem bons ideais, estão comprometidos com a construção de um mundo melhor, são críticos diante dos graves problemas sociais, como a corrupção e a violência; muitos jovens católicos em nossas comunidades dão um profundo testemunho de vida cristã, de amor à Igreja, de sensibilidade humana e sereno protagonismo juvenil. Mas é urgente uma dinâmica e renovada Pastoral Juvenil seguindo os horizontes da Exortação Apostólica *Christus vivit*.

A evangelização dos jovens ainda está muito atrelada às atividades religiosas e litúrgicas; a renovação da pastoral juvenil parece ainda muito lenta e distante da psicologia juvenil; também há carência de visão de processos que supere a pastoral de eventos e manutenção.

É necessária uma urgente ampliação da visão do mundo juvenil e das suas necessidades, pois, ainda não há uma clara opção pela evangelização da juventude através de meios como, o esporte, as artes (música, dança,

teatro), lazer e entretenimento; precisamos dar atenção para a dimensão lúdica dos jovens (cf. *Christus Vivit*, N. 218, 226).

Constatamos uma profunda carência de sacerdotes com especialização em pastoral juvenil nas dioceses e prelazias; muitos jovens acusam certa “carência de paternidade espiritual” nos sacerdotes, porque os percebem com pouco tino pedagógico e carentes de empatia.

Os jovens da Amazônia esperam da Igreja uma decidida opção preferencial e um forte relançamento da Pastoral Juvenil em todas as dioceses formando jovens líderes, incentivando o protagonismo juvenil, reforçando a catequese, propondo o voluntariado missionário, etc.



SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
07 OTT. 2019
IN - 006

**INTERVENÇÃO DE DOM ALBERTO TAVEIRA CORRÊA, ARCEBISPO DE
BELEM DO PARÁ - BRASIL, A PARTIR DO NÚMERO 129 DO
INSTRUMENTUM LABORIS**

1. Um dos pontos centrais desse Sínodo é repensar a Evangelização na Amazônia. Muitas pessoas, ao se referirem ao Sínodo, logo perguntam sobre a questão do celibato ou a ordenação dos dos *virī probatī*, como se o Sínodo só tratasse desse assunto. É verdade que a Evangelização na Amazônia envolve também a questão dos ministérios ordenados. Um alerta: corremos o risco de imaginar que a falta de presbíteros na Amazônia esteja ligada ao celibato sacerdotal, quando, na verdade, diz respeito à fé cristã. Assim, a ordenação presbiteral de pessoas casadas não resolverá o nosso problema, aliás, criará muitos outros.
2. A respeito das vocações escassas, o Evangelho possui uma passagem que responde diretamente a essa questão: “Pedi ao Senhor da messe que envie operários para a sua messe” (Mt 9,38). O Papa Francisco alertou os integrantes da Pastoral Vocacional da Conferência Episcopal Italiana, em 05 de janeiro de 2017: “Jesus nos disse que o primeiro método para obter vocações é a oração e nem todos são convencidos disso”.
3. Uma proposta concreta a partir dessa frase do Evangelho: fazer da Amazônia um grande “Santuário Espiritual”, que peça incessantemente e com intensidade ao Senhor da Messe por todas as vocações na Igreja. Nós que estamos aqui somos fruto da oração de nossos familiares e do povo. Já o documento de Puebla nos dizia: “A vocação é a resposta de Deus providente à comunidade orante” (Puebla, n. 882). E o Documento de Aparecida confirma: “É necessário intensificar de diversas maneiras a oração pelas vocações, com a qual também se contribui para criar maior sensibilidade e receptividade diante do chamado do Senhor (...). As vocações são dom de Deus; portanto, em cada diocese, não devem faltar orações especiais ao “Dono da messe” (DAP, n. 314).
4. Nessa expressão “Orações especiais”, Aparecida propõe bem mais do que fazer uma prece vocacional na missa, ou realizar atividades no mês das vocações. Trata-se de um engajamento sério, como nunca fizemos, organizado, contínuo, a exemplo do que já está se implantando em dezenas de dioceses do Brasil, a partir da iniciativa de Dom Mário Spaki, Bispo de Paranavaí, com a Ação Evangelizadora “Cada comunidade uma nova vocação”.
5. Além de rezar, faz-se necessário publicar testemunhos positivos de quem vive com alegria a sua vocação. No encontro já citado do Papa Francisco com a Pastoral Vocacional italiana, ele ressaltava que além da oração, outro elemento fundamental é o testemunho: “Quero me tornar como ele ou ela. Os testemunhos dos bons sacerdotes e das boas religiosas atraem os jovens”. Hoje só se divulgam escândalos e nós mesmos vivemos mergulhados em lamentações. Fala-se muito mal dos padres e consagrados e assim estamos matando o germen da vocação no coração das crianças comprometendo o futuro. É chegado o momento de levarmos a todos, mas sobretudo aos jovens, pelas redes sociais, o testemunho de milhares de leigos, padres, religiosos/as e bispos que doam a vida ao povo e que nunca serão de interesse da grande mídia. Está ao nosso alcance realizarmos isso.
6. Enfim, na *Evangelii Gaudium* o Papa Francisco diz que cada comunidade terá vocações se rezar e tiver a coragem de propor aos seus jovens um caminho de especial consagração” (EG, n. 107).

Proposição ao Sínodo para a Amazônia

Territórios

1. **Reconhecemos que** a relação dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia com seu território é diferente daquela trazida pelos conquistadores europeus. A definição simples e singela de uma amazônida, mas de imensa profundidade, ajuda a perceber a diferença: "Nós não negociamos direitos territoriais porque a terra, para nós, representa a nossa vida. A terra é mãe, e mãe não se vende, não se negocia. Mãe se cuida, mãe se defende, mãe se protege".

Essa declaração foi dada pela líder indígena Sônia Guajajara, do Brasil, em audiência pública na Câmara dos Deputados, em 2014. A definição não se aplica apenas aos indígenas, mas aos demais povos e comunidades tradicionais que possuem um modo peculiar de se relacionar com seu território na Amazônia.

Para essas comunidades, o território não é bem material. Não pode ser avaliado em dinheiro. Ele é o *habitat*, o espaço para viver costumes e tradições, para reproduzir sua cultura e para repassar aos descendentes. Há um vínculo espiritual tão profundo entre o território e esses povos e comunidades que alguns deles o reconhecem como uma divindade – a *Pacha Mama* (Mãe-Terra).

A *Laudato Si* (146) reconhece essa relação: "para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida".

O território é a fonte de todos os outros direitos. Sem território, não se pode falar em direito à educação, à saúde, à segurança alimentar, etc. Não se pode falar nem mesmo em direito à cultura, que diferencia esses povos e comunidades da sociedade hegemônica.

Hoje, os territórios tradicionais estão ameaçados. O *Instrumentum Laboris* constata que

NODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
07 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN - 037

a destruição múltipla da vida humana e ambiental, as enfermidades e a contaminação de rios e terras, o abate e a queima de árvores, a perda maciça da biodiversidade, o desaparecimento de espécies (mais de um milhão dos oito milhões de animais e vegetais estão em perigo), constituem uma realidade crua que interpela todos nós. Reinam a violência, o caos e a corrupção. O território se transformou em um espaço de desencontros e de extermínio de povos, culturas e gerações (IL, 23).

2. Consideramos que a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sustenta o direito de povos e comunidades tradicionais ao seu território, conforme indica em seu artigo 14:

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.
2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) vem, sistematicamente, condenando os países da Pan-Amazônia pela indevida ocupação de territórios tradicionais ou pelo impacto dos projetos de exploração de recursos naturais, como madeira, minérios e energia.

No caso *Saramaka Vs. Suriname* (2007), essa comunidade tradicional teve o seu território inundado pela construção da Usina Hidrelétrica Afobaka, causando seu deslocamento forçado. Houve redução dos recursos de subsistência, destruição de lugares sagrados e graves impactos ambientais. A Corte IDH decidiu que:

[...] a reclamação pela titularidade das terras dos integrantes dos povos indígenas e tribais deriva da necessidade de garantir a segurança e a permanência do controle e uso dos recursos naturais, que por sua vez mantêm esse estilo de vida. [...] Os recursos naturais presentes nos territórios dos povos indígenas [...] são aqueles usados tradicionalmente e que são necessários para a própria sobrevivência, desenvolvimento e continuidade do estilo de vida deste povo.
[...] quando se trate de projetos de desenvolvimento ou de investimento de grande escala que teriam um impacto maior dentro do território Saramaka, o Estado tem a obrigação não apenas de consultar os Saramaka, mas também deve obter seu consentimento livre, prévio e informado, segundo seus costumes e tradições. (Corte IDH, 122 e 134)

O *Instrumento Laboris* (7) considera ainda que “a Igreja tem a

oportunidade histórica de se diferenciar claramente das novas potências colonizadoras, ouvindo os povos amazônicos para poder exercer com transparência seu papel profético. A crise socioambiental abre novas oportunidades para apresentar Cristo em toda sua potencialidade libertadora e humanizadora”.

3. Propomos:

- 3.1.** reconhecer os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais como guardiões da Criação, diante de sua forma peculiar de lidar com os recursos naturais presentes no território;
- 3.2.** sensibilizar os ministros ordenados, religiosos(as) e leigos(as) a apoiar os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais pelo reconhecimento da propriedade de seus respectivos territórios;
- 3.3.** apoiar a defesa dos territórios de povos e comunidades tradicionais contra as ameaças transvestidas de “projetos de desenvolvimento”;
- 3.4.** promover debates, seminários e visitas aos povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de conhecer suas lutas, resistências e esperanças; e,
- 3.5.** apoiar os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais quanto ao direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado, todas as vezes em que medidas legislativas ou administrativas, como projetos de exploração dos recursos naturais, os afetem.



SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
09 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	UD-13

Tapi YAWALAPITI

Proteção do território Amazonas e povos originários

Santo Padre, é uma honra está aqui como jovem liderança para compartilhar, expressar o contexto real do território indígenas do Xingu-Amazonas. Estou representando 16 povos indígenas que tenham diferentes peculiaridades culturais, hábitos, línguas, crenças, rituais e organizações sociais.

Quero iniciar dizendo que a Constituição Federal de 1988, artigos 32-33 que garantem direitos dos povos indígenas de permanecerem em territórios dos seus ancestrais, reconhecimento territorial, organização social, cultural, línguas, crenças, rituais, contos, danças e usos exclusivos dos recursos naturais existentes em seu território. Também garantem direito de ocupar os espaços públicos, direito de opinar, direito de voz, manifestar e ter direito iguais a todos perante as leis.

A Convenção nº 169 sobre os povos Indígenas e Tribais em países, ela trata das consultas prévias dos povos indígenas. Portanto, nenhum momento fomos ouvidos, convocados a participar do debate sobre as questões dos nossos direitos e continuamos desprezados, desassistidos e excluídos.

A lei florestal foi estabelecida para assegurar preservação do meio ambiente, que evita destruições ilegais, que cita de manutenção das árvores, mata ciliares na beira dos rios e nas nascentes dos rios. Mesmo a lei que protege a natureza, a floresta continua sofrendo a degradação. Portanto, 80% das florestas já foram destruídas e restou 13% em território Amazonas, segundo os dados do Instituto Brasileira de Geografias de Estatísticas (IBGE).

As populações indígenas são culpadas de dificultar desenvolvimento do Brasil.

Necessitamos cuidar, preservar a floresta que restou nos nossos territórios, sabendo que ela é nosso mercado, nossa farmácia, nossa casa, nossa vida e nossas sobrevivências. Sem floresta, sem-terra, meu o povo passará fome e sem água meu o povo morrerá de sede. Santo Padre, queremos justiça, paz e não injustiças.

Atualmente, estamos angustiados vendo destruição da floresta aproximar do nosso Território, observando esgotos, agrotóxicos, lixos jogados nos rios poluídos as águas, matando peixes e animais aquático. Prejudicando também a saúde do meu povo, causando câncer, provocando óbitos das pessoas. Antes não havia essa doença.

Essa situação me deixe bastante preocupado, pensando o futuro do povo e do futuro das crianças.

O projeto do governo atual é analisar terras demarcadas, permitir mineração, construir BRs, ferrovias, hidrovias, retiradas de madeiras ou até mesmo reduções dos territórios.

Tem povos indígenas que precisam, reivindicam, solicitam homologação, reconhecimento territorial e demarcação das suas terras. Até o momento presente não foram atendidos solicitação de homologação e demarcação da seus territórios.

Santo Padre, conto muito com a colaboração das igrejas que atuam nos municípios, próximos dos territórios indígenas. Tenho muitas expectativas que as igrejas ouçam, protejam, valorizam socioculturais, promovam as conscientizações com as crianças, jovens, adultos ou façam denúncias contra as ameaças territoriais, discriminações raciais e sociais.

Junte-se a nós, venham somar a luta em defesa do território Amazonas, pois, o futuro da floresta amazônicas está nas nossas mãos e não deixar a vida da natureza desaparecer.



Caros Irmaos e Irmas,
(Estimado Papa Francisco)

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
09 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N-082

O Instrumentum Laboris tem como titulo: Amazonia: **Novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral**. Temos **o compromisso com todos os catolicos e com todos os habitantes deste bioma**. No entanto, nossas reflexoes se referem quase com exclusividade aos povos originarios, quando e preciso considerar toda a populacao.

Com esta observacao nao quero diminuir – nem de longe – o compromisso com os povos originarios. No entanto, ja foi tratado aqui com intensidade. Igualmente quanto a Ecologia Integral. O desafio da situacao ecologica merece uma Pastoral especifica e uma comissao episcopal pastoral propria para orientar a Igreja Particular em sua açao.

Diante da complexidade da Panamazonia torna-se urgente repassar mais competencia as conferencias nacionais, regionais e as proprias dioceses que tem uma visao mais real da situacao do povo amazonico.

Uma das **urgencias** para nossas dioceses e prelazias continua sendo a escassez de presbiteros.

Ex.: A Diocese de Humaita se estende sobre mais que 135.000 km², tem uma populacao de 140.000 habitantes (entre catolicos e nao catolicos). Entre 2 a 3 % da populacao se identifica como indigena. A Diocese conta com 14 Padres e 15 Religiosas e 12 Diaconos Permanentes. Apenas 1 padre e 'filho da terra'. Poderiamos ter mais padres se acolhessemos todos os que batem as nossas portas. (Mas, possivelmente, eu ja teria morrido de desgosto!) Observo que muitos padres jovens nao tem maturidade suficiente para exercer bem seu ministerio missionario. Apresentam as vezes atitudes de adolescentes ou jovens, quando o povo precisa de homens maduros. Ja pedi aos Papas Bento e Francisco a autorizacao de escolher entre os melhores diaconos permanentes um ou outro para ordena-lo ao menos para presidir a Eucaristia e conferir aos Enfermos a Unçao. Os Diaconos Permanentes evidenciam com certa naturalidade sua maturidade humana e espiritual

Manter uma dependencia excessiva de nossas Igrejas Particulares de Roma vai atrasar – e muito - a construcao destes novos caminhos na Amazonia. E preciso delegar poderes e funcoes a Conferencias Nacionais e Regionais. Entra aqui tambem a ordenacao de Diaconos Permanentes para o ministerio sacerdotal. Nao ira resolver todos os nossos problemas, mas amenizar a situacao de carencia. Alias, o proprio nome de **sinodo** diz que se trata de um caminho rumo a um destino. Ate chegar a Terra Prometida enfrentaremos problemas e desafios de toda a especie.

Para a formação dos nossos presbiteros sugiro um tipo de noviciado de alguns meses para desenvolver uma espiritualidade presbiteral – missionaria que motiva a seguir Jesus Cristo, em sua simplicidade e em sua dedicação total ao povo. - Evidentemente, a missiologia, antropologia, conhecimento da cultura dos povos indigenas presentes etc. devem constar da grade curricular.

Outra característica do presbitero (celibatario) na Amazonia deveria ser o convívio com outro sacerdote ou diacono. Todos temos experiencias das dificuldades de manter o equilibrio humano e as qualidades necessarias para bem acolher e confortar, ouvir e observar – vivendo so. Quantos padres tem problemas de alcool, de administração e da propria vida afetiva!

Ajudaria ainda se pudessemos conferir a Religiosas ou Leigos bem selecionados a administração de uma comunidade e ate de uma paróquia. Continuaria a reserva da presidencia na Eucaristia, no Sacramento da Penitencia e na Uncao dos Enfermos. (Cf IL 79 a)

Observando a aplicação do **rito breve da declaração de nulidade matrimonial** chego a conclusao que devemos simplificar este rito ainda mais, se quisermos regularizar tantos matrimonios visivelmente inconsistentes. (Cf IL 77 2 79 d)

Em vista da carencia de recursos financeiros seria urgente criar um Fundo de Solidariedade para cobrir os custos de um plano de saude e/ ou o equivalente ao INSS - para quem trabalha por tempo integral na evangelização e que nao tem outras fontes para arcar com estas despesas.

Enfim, ao meu ver, descentralização e fortalecimento das Conferencias e das Igrejas Particulares podem facilitar os novos caminhos que procuramos. Quem sabe, a criação de uma assembleia panamazonica que se reúne de cinco a cinco anos ajudaria a acompanhar as novas iniciativas. O processo de aprendizado nao pode parar. (Cf IL 5)



Intervenção- Dom Dominique M. J. D. YOU, Bispo titular de Sma Conceição do Araguaia – Brasile.

“Urgência de ouvir os jovens em suas necessidades”: na formação presbiteral para a castidade.

SYNODUS EPISCOPORUM

08 OTT. 2019

ARCHIVIO:

IN - 049

A minha intervenção está em relação com o **Instrumentum**, 3ª Parte, cap. IV, nº 129, e, 1.3. Deixo a palavra aos 42 seminaristas do nosso Seminário Regional, depois de 2 sessões de formação afetiva e sexual, neste ano. Eles receberam pela primeira vez este tipo de formação e, no final, destacaram aspectos consideráveis. Segue, então, o pronunciamento deles:

1. “Nós seminaristas somos **filhos feridos da ‘Revolução Sexual’** que tem transformado o mundo nos 50 últimos anos. Como homens desse tempo, carregamos feridas em nossa casa de formação”.
2. “O processo formativo propõe para o futuro-presbítero a vivência do celibato, mas **ninguém nos explicou o que é o celibato. Todos temos feridas e não somos ajudados verdadeiramente.** Passa-se um ‘verniz’ sobre essa realidade. Depois, esse mesmo futuro-presbítero terá que cuidar de um povo também ferido: como poderemos ser pastores de um povo ferido se nós também estamos feridos?”.
3. “Nos são apresentadas exigências para a vivência da sexualidade, mas não a sua mística e beleza. Aprendemos na antropologia que a sexualidade está além da genitalidade. Todavia, quando são propostos assuntos sobre sexualidade, **não partimos de uma transcendência de olhar**, isto é, uma sexualidade madura que vise as relações sadias”.
4. “**Queremos ser padres santos! Vivendo a verdade de nossos gestos.** Não apenas para possuímos certas vantagens como sermos olhados como castos, com aparência de casto e de celibatário. Queremos ser verdadeiros. Ser coerentes. Viver a castidade, o celibato. Sermos padres santos!”
5. “Infelizmente, durante muitos anos, aconteceram escândalos em nosso seminário. **O silêncio da Igreja nos preocupa. Há anos a Igreja se cala diante desta ‘revolução sexual’ e não oferece o seu tesouro.** Assim, como nós não somos preparados para viver bem o celibato, os casais, também, não são preparados para viver bem o matrimônio, [a fim de darem um testemunho que colabore na vivência digna destes sacramentos.]”
7. “A formação depende dos bispos e dos formadores, mas depende, também, de cada seminarista. Da maneira como nos abrimos e nos deixamos ser tocados por Cristo em nossas feridas humanas. **Precisamos caminhar juntos com um ‘laço de confiança’.** Sem esta confiança não existe protagonismo. Como seminaristas, precisamos ser sinceros e apresentar nossas fragilidades aos formadores para que eles possam fazer de nossas fragilidades, vitórias”.
9. “A Igreja é sinal de salvação para o mundo, **ela deve nos apresentar sua doutrina, que transforma os corações daqueles que querem deixarem-se transformar.** Buscando sempre ser coerentes com o caminho que é proposto”.

CIÊNCIA EM APOIO A UMA ECOLOGIA INTEGRAL PARA A AMAZÔNIA:
A URGENTE NECESSIDADE DE UMA NOVA BIOECONOMIA DE FLORESTA EM PÉ¹

CARLOS A. NOBRE²

SÍNODOS EPISCOPORUM	
PROT.	
07 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	SP - 01

A floresta Amazônica é um “coração biológico” para a Terra, mas encontra-se crescentemente ameaçada. O aproveitamento sustentável de produtos como açaí, castanha e cacau da floresta e de sistemas agroecológicos vem trazendo melhor qualidade de vida a milhares de agricultores familiares na Amazônia e até mesmo a alguns poucos povos indígenas.

Mas há uma oportunidade emergente de desenvolver um novo paradigma sustentável que garanta que a floresta valha muito mais em pé do que derrubada. Pela primeira vez na história recente, a tecnologia pode deixar de ser um entrave. Aparece a oportunidade de desenvolver bioindústrias na Amazônia em várias escalas, desde a local, em pequenas comunidades, até em cidades, para agregar valor aos produtos da floresta.

Utilizando a melhor ciência e avançadas tecnologias da Quarta Revolução Industrial, esta nova abordagem pode salvar a floresta, proteger os ecossistemas Amazônicos e os povos indígenas e populações tradicionais, e ainda possibilitar atividades economicamente sustentáveis em uma bioeconomia de floresta em pé e rios fluindo através do aproveitamento dos incomensuráveis ativos biológicos presentes na riquíssima biodiversidade da floresta tropical.

¹ Este texto é acompanhado por uma avaliação científica mais completa realizada por um grupo de cientistas da Amazônia: “Scientific Framework to Save the Amazon” (“Marcos Científicos para Salvar a Amazônia”).

² Carlos Nobre, natural de São Paulo, Brasil, graduou-se em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e trabalhou em Manaus no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Fez um doutorado em Meteorologia no Massachusetts Institute of Technology. Foi alto conselheiro científico do Painel de Sustentabilidade Global do Secretário-Geral das Nações Unidas. É membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Mundial de Ciências e membro estrangeiro da Academia de Ciências dos Estados Unidos da América. Foi um dos autores principais do Quarto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, pelo que recebeu, junto com toda a equipe envolvida, o Prêmio Nobel da Paz em 2007.”

Este novo paradigma de desenvolvimento sustentável deve pautar-se em ser socialmente inclusivo e justo, combinando conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais para empoderar comunidades tradicionais e indígenas, majoritariamente as mulheres, e fazer tais tecnologias servirem ao bem-estar humano e proteção das florestas. É fazer as tecnologias servirem a tais necessidades e não ao contrário, como no modelo tecnocrático atual de uso intensivo e insustentável dos recursos naturais: *“o fogo que destrói a floresta e seus povos”*.

Esta prática exige levar tecnologias modernas—que tornaram-se acessíveis, amigáveis, baratas e duráveis--às cadeias de inúmeros produtos da floresta em pé para as comunidades e povos da floresta e capacitá-los a utilizá-las—em pacífica combinação com os conhecimentos tradicionais--em um novo modelo de bioindústria para a Amazônia de modo que a agregação de valor lhes traga melhor qualidade de vida, passando a fornecer produtos industrializados e não somente produtos primários como é hoje. Exige igualmente urgente esforço da comunidade científica e dos governos dos países Amazônicos em apoio à busca de soluções plenamente sustentáveis.

O futuro da Amazônia está nas mãos de todos nós, mas principalmente depende de abandonarmos imediatamente o modelo corrente que destrói a floresta, não traz bem-estar e coloca este imenso tesouro natural e seus guardiões em risco de desaparecer. Devemos juntos—mas liderados pelos 30 milhões de habitantes da região—e com apoio do conhecimento, tornar a Amazônia a *“Potência Ambiental da Sociobiodiversidade”*, mantendo e valorizando a sabedoria dos povos indígenas e populações tradicionais, reduzindo o risco das mudanças climáticas com a manutenção dos serviços ecossistêmicos únicos com que ela nos brinda, priorizando a proteção da biodiversidade, em resumo, uma Amazônia de floresta em pé, rios fluindo e seus povos felizes...

Urgência de um novo modelo de sacerdote para Amazônia

Instrumentum Laboris n.126c e 129.2

D. Sebastião Bandeira Coelho – Diocese de Coroatá MA - Brasil

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
11 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N-107

Caro Papa Francisco, prezados irmãos e irmãs.

Questionam-me profundamente as palavras de Jesus quando ele disse: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Fechais aos outros o Reino dos céus, mas vós mesmos não entraís nem deixais entrar aqueles que o desejam” Mt.23,13.

Na tentativa de superar a falta de presbíteros na Amazônia, foram tomadas inúmeras iniciativas, entre as quais a implementação do Serviço de animação vocacional e a criação de seminários diocesanos e Regionais, mesmo com grandes sacrifícios para algumas dioceses. O Projeto Igrejas-Irmãs da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil, que existe desde o ano de 1972, favoreceu que Dioceses e até Regionais enviassem sacerdotes, religiosas e leigos para colaborar com às Igrejas necessitadas. Projetos como este devem ser incentivados como forma concreta de cooperação inter - eclesial no próprio país.

Estas medidas positivas foram, porém, insuficientes para resolver a grave situação da ausência de presbíteros nas comunidades.

Por isso, em uma região onde a figura do padre é tão procurada, onde a piedade popular é marcada pela busca de Deus e da mediação sacerdotal para vencer as dificuldades da vida, a presença do sacerdote na comunidade e no cotidiano faz a diferença.

A proposta apresentada por vários irmãos no episcopado, depois de terem ouvido amplamente o povo de Deus, de ordenar homens sábios e prudentes, comprovados discípulos missionários, testemunho positivo de vida familiar, com uma formação religiosa à altura de sua missão, respeitados pela comunidade eclesial e civil, não fere absolutamente a comunhão na nossa Igreja, não diminui o valor do celibato pelo Reino, não concorre com o modelo predominantemente vigente de ministério presbiteral, que continua plenamente válido.

Não seria esta atitude um passo concreto para um ministério presbiteral não de visita, mas de presença, mais encarnado na vida do povo, amadurecido com as dificuldades normais da vida conjugal e realmente inculturado?

Não seria este um dos casos onde praticar uma sadia sinodalidade, confiando ao bispo diocesano com o seu presbitério a responsabilidade de ouvir as comunidades, discernir na escolha dos candidatos, oferecer um projeto de formação, respeitando o seu estado de vida, fundamentados nas orientações da igreja e aprovadas pelo Santo Padre?

O direito da graça é maior que o direito da lei. Não privemos nossas comunidades de presbíteros que o Espírito já vem preparando para receberem a seu tempo o sacramento da ordem. Que este mesmo Espírito Santo nos faça enxergar qual será a melhor resposta que devemos dar neste momento, em vista ao presente e futuro de nossos povos para que tenham vida e vida em abundância.

Obrigado.



O DESAFIO DA PROFECIA DA PRESENÇA, DA ESCUTA E DO DIÁLOGO

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
16 OUT 2019
ARCHIVIO: 1N - 056

Introdução

Santo Padre Francisco! O Sínodo dos Bispos para a Amazônia nos pede novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral. *Refiro-me a III parte do Instrumento Laboris, ao Cap. VIII, nºs 143 e 144.* Sobre isso, o Pré – Sínodo realizado em Belém, no Brasil dizia que “é preciso passar de uma pastoral de mera visita, a uma pastoral da presença, da escuta e do diálogo”. A missão da Igreja é evangelizar. Isso significa apresentar ao mundo a pessoa de Jesus. Nós como discípulos e missionários, queremos e devemos proclamar o Evangelho, que é a manifestação do próprio Cristo. Anunciamos aos povos amazônicos que Deus nos ama. Que “nos ama com amor pessoal, atual, terno, eterno, infinito e Misericordioso” (São Leonardo Murialdo).

1. Encarnar-se para salvar

Para salvar Deus se faz humano sem renunciar a sua identidade divina (Jo 1,14). Encarnando-se, a divindade assumiu a totalidade das realidades humanas, todas as dimensões da vida da pessoa e da sociedade. A encarnação é o princípio e a condição fundamental da salvação da humanidade nos mais variados contextos e situações.

A encarnação do Verbo possibilitou-lhe a experiência do aproximar-se, acolher, ouvir, escutar, dialogar, sentir, aprender, propor e agir. Jesus estava sempre em saída: nas ruas, povoados, no meio do povo, nas cidades, nas periferias, no deserto, no campo, na praia, nas vilas, nos barcos, nas casas, nas famílias e no Templo! Sem a visão da realidade e sem a presença nela não se faz evangelização. A Igreja na Amazônia, seguindo o princípio da Encarnação é chamada a renovar esse desejo de ser presença significativa e encarnada em todos os contextos. É necessário sermos presença afetiva no meio do povo, agentes de escuta, de diálogo, anunciadores da esperança, proclamadores da ternura divina, sobretudo entre os mais pobres, nas periferias urbanas, na região das florestas promovendo o cuidado da Casa Comum, nas etnias e nas grandes instituições.

2. Acolher e dialogar para transformar

Trata-se do encontro com o outro, com o diferente e, este, por sua vez, nos oportuniza a possibilidade do diálogo, da escuta e da amizade. Somos chamados a olhar para Jesus que teve muitos interlocutores desde seu nascimento até o alto da cruz, antes e depois da ressurreição.

Jesus chamou todos à conversão; judeus e pagãos, de todas as classes e proveniências. Em seu universo de relações esteve aberto a todos: pobres e ricos, doentes e sadios, cultos e iletrados, crentes e pagãos, mulheres, crianças e pecadores. Ele viveu a experiência do diálogo, da escuta e da presença integral.

Também a Igreja na Amazônia tem muitos interlocutores: há aqueles bem próximos, amados e queridos, alguns vizinhos, outros um tanto distantes e uma parte ainda, para com a qual há muita distância. Qual a saída?

3. Promover a “Igreja em saída e a cultura do encontro”

O Santo Padre Francisco no início do seu Pontificado, no Dia Mundial das Comunicações Sociais escreveu e promoveu em toda a Igreja a temática da “cultura do encontro”. Por exemplo, é difícil hoje dialogar com os poderosos que promovem a injustiça, mas existe um desafio de evangelizá-los, educá-los para a partilha, para a acolhida dos pobres e o respeito incondicional pela dignidade humana. Essa é atitude verdadeiramente profética e sinal de caridade! Foi essa a atitude de Jesus diante do rico e desonesto Zaqueu (Lc 19,1-10); enquanto rico, egoísta e homem corrupto estava perdido; mas ao encontrar-se com Jesus, tudo mudou, por isso Jesus declarou: *“o Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido (Lc 19,10).*

4. A pedagogia do anúncio e da denúncia

Em alguns lugares da Amazônia já presenciei situações profundamente hostis entre ricos e pobres; infelizmente existe essa realidade que leva à violência e a morte. Como Igreja da presença, da escuta e do diálogo, precisamos repensar o dinamismo pedagógico de nossas “atitudes proféticas”. A defesa da justiça e dos valores do Reino de Deus

deve nos levar necessariamente a aprofundar a pedagogia de Jesus; uma pedagogia que não parte do princípio da condenação, nem pelo julgamento precoce, mas acolhe a fragilidade humana e evangeliza tendo em vista a conversão do pecador (Mt 18,15-17). A verdadeira atitude profética é aquela que estimula a esperança, que semeia no coração da pessoa a possibilidade da mudança de vida.

Conclusão

Enfim, somos chamados a imitar a atitude de São Paulo Apóstolo promovendo com delicadeza, a abertura do coração de Filêmon (Fm 9-17). A denúncia dos males sociais se torna ácida demais quando a fazemos sem a perspectiva do anúncio do amor e nem visando à educação do coração do denunciado. São Francisco de Sales nos adverte *“se pega mais moscas com uma gota de mel, do que com um barril de vinagre”*. O rosto profético Amazônico, do indígena, do ribeirinho, do caboclo e daquele que vive no meio urbano, tem esse perfil!

Dom Irineu Roman, CSI

Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belém



INTERVENÇÃO NO SÍNODO DA AMAZÔNIA DOM TEODORO MENDES TAVARES CSSp

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
10 OTT. 2019
IN - 055

Eu gostaria de me pronunciar sobre o *Instrumentum Laboris*, Parte I - Capítulo IV, n. 35-43 e propor que seja mais aprofundada esta parte, destacando a importância do diálogo e suas formas, dando algumas orientações e sugestões pastorais; diria o mesmo em relação à Parte III - Capítulo VI (n.136-139), que trata da questão do diálogo ecumênico e inter-religioso, que é tão relevante quanto urgente na nossa ação evangelizadora na Amazônia, que é também uma região de grande sociodiversidade.

Nestas últimas décadas houve um crescimento avassalador de Igrejas pentecostais e neo-pentecostais na Amazônia. Muitas delas são proselitistas, anti-ecumênicas e constituem um verdadeiro desafio pastoral para a Igreja Católica e até para outras igrejas históricas... Mais ainda: constatamos que a Amazonia é considerado “um mundo multiétnico, multicultural e multirreligioso” (IL n. 36). A Igreja na Amazonia está situada num contexto plural, diversificado e sente-se bastante interpelada e “quase obrigada” a conviver com esse pluralismo étnico, cultural e religioso; ela deve abrir-se ao diálogo com todos os povos da Amazônia, promover a “cultura do encontro” e assumir o diálogo como parte integrante da sua missão evangelizadora.

No documento *Instrumentum laboris* está escrito que “Jesus foi um homem de diálogo e de encontro” (IL, n. 36). O diálogo, de fato, não acontece apenas a nível das ideias, mas também da vida tecida de relações interpessoais, do serviço e da colaboração no bem comum, da experiência e da partilha fraterna.

O segredo do diálogo é Jesus crucificado, a nossa paz (cf. Ef 2,13-18). Ele derrubou o muro de separação no seu próprio corpo, realizando o que predisse de forma profética: “Quando serei levantado da terra atrairei todos a Mim” (Jo 12,32). Chiara Lubich (1920 - 2008), de saudosa memória afirmou: “É por Ele que nos procuramos; É por Ele que nos amamos; É por Ele que esperamos; É por Ele que não desistimos, apesar de ser um empreendimento árduo.”

É de suma importância que o diálogo seja assumido como caminho irrenunciável de evangelização na Amazônia, com suas exigências bíblicas, teológicas, eclesiológicas, espirituais, pastorais e culturais.

O Santo Padre nos ensina que: “A terra é a nossa casa comum, e todos somos irmãos” (EG 184); e acrescenta: “A evangelização implica um caminho de diálogo: diálogo com o Estado, com a sociedade – que inclui as culturas e as ciências - e com os outros crentes que não fazem parte da Igreja católica” (EG 238);

Todos os fiéis e comunidades cristãs são chamadas a

praticar o diálogo, ainda que não seja no mesmo grau e da mesma forma, mas é indispensável que seja um diálogo respeitoso e fecundo, e que aconteça a vários níveis (intraeclesial, e intereclesial, teológico, intercultural, inter-religioso...) com diversos interlocutores, nomeadamente com os povos indígenas ou originários, afrodescendentes, com as outras Igrejas e denominações religiosas, e o diálogo no interior da própria Igreja, pois há também “grupos fechados”, ultraconservadores e até cismáticos, no interior da nossa própria Igreja. O documento da última Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe afirma que “A Igreja precisa somar e não dividir. Importa cicatrizar as feridas, evitar maniqueísmos, perigosas exasperações e polarizações” (Dap 534). Positivamente, diz que “onde se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo, cresce o conhecimento recíproco e o respeito e se abrem possibilidades de testemunho comum” (Dap 333).

Mas além do diálogo ecumênico e inter-religioso, é preciso também manifestar abertura e dialogar com a sociedade, com os movimentos sociais, com as instituições e organizações que trabalham na Amazônia, especialmente com questões ambientais (e.g. órgãos do governo, ONGs, centros de pesquisas científicas e ambientais, entre outras...);

Sabemos da nossa responsabilidade moral na busca da paz e do bem comum, mas não o conseguimos sozinhos. Precisamos do apoio, talento e da

solidariedade de todos os interlocutores e pessoas de boa vontade... Podemos procurar parcerias e múltiplas formas de cooperação, com as autoridades constituídas, com os políticos responsáveis, governantes, cientistas, e peritos em diversas áreas ambientais, que possam ajudar a refletir e a resolver o problema da crise ambiental; enfim, temos que nos unir, em prol daquilo que contribui para o bem de todos, e é vital para o futuro da humanidade, como é a defesa da vida e da dignidade humana, da integridade de toda a criação, quer seja na Amazônia, quer seja em qualquer outro lugar do planeta, nossa Casa comum. Muito obrigado!

D. Teodoro Mendes Tavares, CSSp

Bispo da Diocese de Ponta de Pedras

TEMA: Igreja e liturgia com rosto amazônico (IL7, 107, 109-111, 116, 124, 125)		SYNODUS EPISCOPORUM
Responsáveis:		PROT
Contatos:		08 OTT. 2019
		ARCHIVIO: /N- 063

Reconhecemos (VER)

A Amazônia é caracterizada por uma pluralidade de grupos humanos, culturas e religiões. Esta pluralidade se traduz numa grande variedade de experiências espirituais, de relações com o transcendente, de espaços sagrados e símbolos que questionam a herança colonial e monocultural da Igreja e de suas liturgias de hoje. Para além da pluralidade de culturas, as distâncias causam um problema pastoral grave para a constituição de uma Igreja com rosto amazônico (cf. IL 128). Por conseguinte, reconhecemos três dificuldades para uma presença efetiva e inculturada não somente por visitas esporádicas, mas por estruturas e liturgias regionalizadas e descentralizadas que permitam emergir uma Igreja com rosto amazônico: a herança colonial, a diversidade cultural e as grandes distâncias geográficas.

Consideramos (JULGAR)

O Vaticano II abriu espaços para o pluralismo litúrgico, para “legítimas variações e adaptações para os diversos grupos, regiões e povos” (SC 38), desde que seja guardada “a unidade substancial do rito romano” (ibid.). É desnecessário “impor na Liturgia uma forma rígida e única para aquelas coisas que não dizem respeito à fé ou ao bem de toda a comunidade” (SC 37). Nos mais de 50 anos que se passaram desde o Vaticano II, essa abertura da Igreja face às culturas, foi assumida no paradigma da inculturação pelas Conferências do Episcopado Latino-Americano que se sucederam: Medellín/1968, Puebla/1979, Santo Domingo/1992 e Aparecida/2007. Em sua “Mensagem aos Indígenas”, na abertura da Conferência de Santo Domingo (13.10.1992), o Papa João Paulo II pede um “renovado esforço no que se refere à inculturação do Evangelho, pois ‘uma fé que não se torna cultura é uma fé não de modo pleno acolhida, não inteiramente pensada nem com fidelidade vivida’” (n. 6). E os delegados de Santo Domingo responderam:

- queremos “promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas” (DSD 248);

- queremos “promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones, mediante uma inculturação da Igreja para atingir uma maior realização do Reino” (DSD 248).

E Santo Domingo aponta para a finalidade dessa inculturação: “Uma meta da Evangelização inculturada será sempre a salvação e litertação integral de determinado povo ou grupo humano, que fortaleça sua identidade e confie em seu futuro específico [...] adotando a perspectiva de Jesus Cristo encarnado” (DSD 243; cf. tb. AG 6 e 19; RM 52s).

A mesma perspectiva foi adotada nos múltiplos encontros dos bispos e prelados da Amazônia, que foram realizados desde o Encontro Pastoral da Amazônia, em Santarém (1972) e que estabeleceu quatro “Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia”: encarnação na realidade, evangelização libertadora, formação de agentes de pastoral e comunidades cristãs de base (ver os Documentos desses encontros em: CNBB, *Desafio missionário. Documentos da Igreja na Amazônia*, Brasília, Ed. CNBB, 2014).

Propomos (AGIR)

Assumir o paradigma da inculturação em todas as suas dimensões já proposto pelas conferências latino-americanas e propomos:

1. Formar ministros e ministras autóctones em estruturas adequadas às respectivas culturas desde as paróquias, os seminários, as catequese e as doutrinas;
2. Implantar estruturas ministeriais descentralizadas capazes de atender todas as comunidades com os sacramentos essenciais: batismo, eucaristia, crisma, matrimônio, unção dos enfermos;
3. Avançar no trabalho de inculturação das liturgias assumindo a tradição autóctone sempre tomando em conta também a tradição eclesial;
4. Inculturar a liturgia com celebrações na língua dos respectivos povos, tomado-se em conta a realidade social e os costumes de cada lugar, e que o conhecimento desta língua seja também uma condição para o envio e a ordenação dos respectivos ministros e/ou ministras para um determinado lugar.

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
12 OTT. 2019
ARCHIVIO: UD - 32

A VIVENCIA DA FÉ CRISTÃ INDÍGENA

Neste tempo favorável que a nossa Igreja convoca o povo de Deus, em especial os nove países (09) pan-amazônicos. Somos privilegiados, pois somos vistos com o nosso modo de ser e viver na Amazônia por todo o mundo.

É um momento muito importante na vida da Igreja, mostra-se preocupada com os “excluídos” que vivem numa sociedade que pratica a exploração e desmatamento da Mãe Natureza. Não são somente os ambientalistas e as ONGS que se preocupam e defendem Amazônia. A Igreja está presente nos lugares mais longínquos através de homens e mulheres Consagrados que entregam suas vidas e vivem nessas terras.

Sinto-me convidada e contemplada como indígena para afirmar o meu jeito de ser, de viver, de pensar, de celebrar, de lutar, mas com um olhar de esperança e de vida. Por quê? Na maioria das vezes, nós indígenas somos vistos como se fossemos “incapazes” em todos os sentidos. Mas o nosso Papa Francisco rompe com essa visão, ao dizer: “Devemos aprender a escutá-los, a compreendê-los e a acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles (EG 198)”.

Cada povo indígena é diferente, não somos todos iguais. Cada povo vive em diferentes regiões amazônicas e cria o modo próprio de viver, de lutar, de celebrar. As nossas diferenças são as riquezas da Amazônia! Em diversos lugares estamos recuperando as nossas línguas, crenças, danças e outros valores que foram perdidos no processo da “civilização” e da “evangelização” da própria Igreja. Agora a Igreja procura entender que somos importantes na Igreja e no mundo! Dentro das comunidades cristãs, necessitamos de ministérios ordenados para homens e mulheres após realizarem boa formação teológica para que vivam com profunda espiritualidade dentro da Igreja.

Dizia meu avô falecido: *“Filha, nós que somos verdadeiros cristãos católicos por que partilhamos o que nós temos e oferecemos alimentos quando chega a visita; derrubamos árvores para ter roça e plantar o que é necessário para viver, e não para acumular e perder”!* Neste sentindo, afirmo que vivemos como as primeiras comunidades, partilhamos o que temos, rezando juntos, partilhando a palavra e o trabalho comunitário (ate hoje a minha comunidade de origem - Comunidade Santa Maria - IAUARETE - AMAZONAS faz isso e vive), e Jesus está presente na partilha junto com o povo e Deus presente na criação. *A ecologia integral se baseia no reconhecimento da relacionalidade como categoria humana fundamental. Isto significa que nos desenvolvemos como seres humanos com base em nossos relacionamentos conosco mesmos, com os outros, com a sociedade em geral, com a natureza/meio ambiente e com Deus. (Instrumento Laboris 47)*

Então, assim vamos caminhando, sempre lutando e não perdendo a esperança de ser uma Igreja Viva com celebrações animadas com cantos, ritos, benzimentos, isso nos alimenta, pois somos Filhos de Deus e cuidadores da nossa Casa Comum. Se a gente não cuidar,

proteger e lutar, quem é que vai lutar por nós? O mundo do consumismo, capitalismo está trazendo consequências negativas em muitos lugares, por isso, *“Proponho que nos detenhamos agora a refletir sobre os diferentes elementos de uma ecologia integral... ambiental, econômica e social”* (LS, 137-138).

Os conteúdos do Instrumento Laboris (livro Mártir como dizia o Papa) são desafios para aqueles e aquelas que ainda não conhecem a realidade indígena, a realidade amazônica.

Cardeais e bispos! Os Senhores estão aqui representando as vozes dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores, quebradeiras, quilombolas e também da Vida Religiosa Consagrada. Por isso, recomendo que não tenham medo de pisar no chão da Amazônia para se tornar uma Igreja em saída, samaritana, presente, acolhedora, amiga... que partilha a vida local com coração, cabeça e mãos; aprendendo as nossas línguas, culturas, tradições de sabedorias, cosmologias e mitologias autóctones (IL 129, d 3-4). Não fiquem somente na teoria, mas precisam viver na prática. Precisamos organizar a liturgia e catequese inculturadas, viver o Evangelho da Vida, da esperança e a fé. Acreditem em nós, povos indígenas e em outros povos da Amazônia. Queremos tornar-nos protagonistas e interlocutores principais em todos os níveis, como quis o nosso Papa Francisco. Nós vamos mostrar para o mundo que a nossa terra é sagrada, é merecedora de respeito. A vossa voz se torne a voz profética que se preocupa com seus filhos e filhas.

Para as pessoas que tem coração fechado, pedimos a Deus que tenha misericórdia e suscite a conversão pessoal. Que o Espírito Santo, protagonista da ação evangelizadora na Amazônia, faça escutar as vozes das comunidades, sejam valorizados e acolhidos. Assim vamos viver a Sinodalidade.

Como Igreja, somos chamados a fortalecer o protagonismo dos próprios povos. Precisamos de uma espiritualidade intercultural que nos ajude a interagir com a diversidade dos povos e suas tradições. Devemos somar forças para cuidarmos juntos de nossa Casa Comum. Animar uma Igreja com rosto amazônico implica, para os missionários, a capacidade de descobrir as sementes e frutos do Verbo já presentes na vida e na cosmovisão desses povos. Para isso, é necessária uma presença estável, o conhecimento da língua autóctone, de suas culturas e de sua experiência espiritual. Só assim a Igreja vai fazer presente a vida de Cristo nesses povos. (Documento preparatório do Sínodo para a Amazônia)

Ir. Francinete G. Noronha - Indígena da Etnia Tuyuka, nome de Benzimento Se'rã -
Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
09 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N - 077

Piedade Popular na Amazônia

Propomos que seja modificado e ampliado nº 126e

TEXTO ATUAL

As comunidades pedem maiores apreciação, acompanhamento e promoção da piedade com a qual o povo pobre e simples expressa sua fé, mediante imagens, símbolos, tradições, ritos e outros sacramentais. Tudo isto tem lugar através de associações comunitárias que organizam vários eventos, como orações, peregrinações, visitas a santuários, procissões e festas patronais. Trata-se da manifestação de uma sabedoria e espiritualidade que constitui um autêntico lugar teológico, dotado de um enorme potencial evangelizador (cf. EG, 122-126).

TEXTO MODIFICADO E AMPLIADO

Colocar-se-ia no lugar do Nº “126e” o título: **Piedade Popular na Amazônia** e se acrescentaria o texto abaixo:

O Magistério da Igreja reconhece o significativo valor da piedade popular, reconhecimento este autenticado em diversos documentos pontifícios e do episcopado latino-americano. São Paulo VI afirma que a religiosidade popular é “*um aspecto da evangelização a que não se pode ser indiferente*” (EN, 48). O Papa Francisco dedica alguns números (122-126) da *Evangelii Gaudium* sobre “*A força evangelizadora da piedade popular*”. Os Bispos latino-americanos em Puebla destacam: “*A religiosidade do povo, em seu núcleo, é um acervo de valores que responde com sabedoria cristã às grandes incógnitas da existência. ... Essa sabedoria é também para o povo um princípio de discernimento, um instinto evangélico pelo qual capta espontaneamente quando se serve na Igreja ao Evangelho e quando ele é esvaziado e asfixiado com outros interesses!*” (448). E acrescenta: “*A religiosidade popular não só é objeto de evangelização, mas também, enquanto contém encarnada a Palavra de Deus, é uma forma ativa com que o povo se evangeliza continuamente a si próprio*” (450). O Documento de Aparecida recomenda expressamente: “*é necessário cuidar do tesouro da religiosidade popular de nossos povos para que nela resplandeça cada vez mais ‘a pérola preciosa’ que é Jesus Cristo e seja sempre novamente evangelizada na fé da Igreja e por sua vida sacramental*” (DAp. n. 549).

A Religiosidade popular “*é uma característica fundamental dos povos da Amazônia*”

que necessita ainda ser valorizada como espaço de evangelização, libertação, consciência política e ecológica” (Documento do IX Encontro de Bispos da Amazônia - 2007) e tem uma grande influência na vida dos povos amazônicos. O exemplo principal desta influência é o Círio de Nazaré, que é a maior expressão religiosa da Amazônia e do Brasil. Não se pode ignorar a enorme importância que as festas dos santos padroeiros têm na vida povo e na manutenção da fé. Deve-se ressaltar “a forte referência mariana na vida dos nossos povos, que “tem sido capaz de fundir as diversas histórias latino-americanas em uma história compartilhada: aquela que conduz a Cristo, Senhor da vida, em quem se realiza a mais alta dignidade de nossa vocação humana” (Documento do IX Encontro de Bispos da Amazônia - 2007). As missas de 7º Dia são muito valorizadas e frequentadas. Há uma grande variedade de expressões não oficiais da piedade do povo, que alimentam a fé e ajudam na vida comunitária.

Porém, se de um lado a piedade popular exerce uma grande influência e ajuda na evangelização, de outro lado há aspectos que devem ser corrigidos e melhorados. São Paulo VI advertia: *“A religiosidade popular, pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se frequentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com frequência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial”* (EN, 48). Neste sentido deve-se recordar que na Amazônia as festas patronais em geral têm mais valor para o povo do que Natal, Páscoa e Pentecostes. É necessário recuperar na vivência popular o valor da celebração dos grandes mistérios de Cristo.

Devido à grande importância da piedade popular, recomenda-se que:

- a) As manifestações com a qual o povo expressa sua fé, mediante imagens, símbolos, tradições, ritos e outros sacramentais devem ser apreciadas, acompanhadas e promovidas;
- b) Sejam valorizados e organizados eventos, como orações, peregrinações, visitas a santuários, procissões e festas patronais;
- c) As festas patronais devem ser aproveitadas como momento privilegiado de evangelização e direcionadas para o mistério de Cristo;
- d) Sejam valorizadas as pessoas que exercem serviços e ritos próprios da religiosidade popular, como por exemplo, rezadores/as, abençoadores/as, curadores/as, puxadores/as de rosário, cantores/as sacros/as tradicionais, animadores/as de novenas, organizadores/as de procissões, promotores/as de festas patronais, etc. e também de maneira particular os pajés dentro da realidade indígena; Sugere-se organizar encontros com essas pessoas para ajudá-las no que for possível e também dar formação e orientações a partir da prática de Jesus;

- e) As devoções populares sejam valorizadas e iluminadas com a Palavra.
- f) “Deve ser dada uma catequese apropriada que acompanhe a fé já presente na religiosidade popular. Uma maneira concreta pode ser oferecer um processo de iniciação cristã ... que nos leva a nos assemelhar cada vez mais a Jesus Cristo, provoque a apropriação progressiva de suas atitudes” (DAp, n. 300);
- g) As missas de 7º Dia devem ser valorizadas e bem preparadas para que se tornem também uma ocasião de evangelização e não só simples devoção



INTERVENÇÃO NO SÍNODO PARA A AMAZÔNIA

DIREITOS DA NATUREZA (IL, n. 8 e 56)
(Resumo)

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
10 OTT. 2019
CHIVIO: UD - 19

Felício Pontes Jr. - Auditor

Caríssimo Santo Padre,
Caros Padres Sinodais,
Irmãs e Irmãos Auditores(as) e Peritos(as),

No Brasil, há uma expressão muito usada entre os profissionais da área jurídica quando não existe mais possibilidade de apelação: "vá recorrer ao Papa". Aqui estou.

Venho defender uma nova proposta. Trata-se do **Direito da Natureza**, mencionada *en passant* no *Instrumentum Laboris* (n. 8 e 56).

Quando os primeiros abolicionistas brasileiros do século XVIII proclamaram os **escravos como sujeitos de direitos** foram ridicularizados. No mesmo sentido, foram hostilizados os defensores do **direito ao voto para mulheres e pobres**, no século XX. Em todos os casos, a sociedade obteve incalculáveis ganhos.

Agora a humanidade caminha para o reconhecimento da Natureza como sujeito de direito. A visão **antropocêntrica utilitária** está superada, o que significa dizer que os humanos não podem mais submeter os recursos da Natureza a uma exploração ilimitada, que colocou em risco a própria humanidade. Daí a necessidade de impor **limitações éticas e ecológicas** à ação humana.

O ponto de inflexão, de onde não poderemos mais voltar em relação à Amazônia, é quando o desmatamento passar de 20% a 25%. Já chegou a 17% na Pan-Amazônia; e na parte brasileira, a 20%. A consequência será um processo de *savanização* do bioma.¹ Ou seja, um **ecocídio**.

A primeira menção sobre os "direitos da Natureza" foi em **1972**, quando foi publicado o artigo "As árvores devem ter direitos?" ("*Should Trees Have Standing?*"), do professor norte-americano Christopher Stone. Desde então, intensificaram-se debates entre juristas, teólogos, filósofos, biólogos...

Hoje, há o reconhecimento da Natureza como sujeito de direito em diversas legislações municipais nos Estados Unidos, e na Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, durante a ECO-92.

Nas **Constituições da Bolívia e do Equador**, esta tese já foi encampada: "A Natureza ou *Pacha Mama*, onde se reproduz e realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos" (art. 71, Constituição do Equador).

No campo da **jurisprudência**, destaco uma decisão da Corte Constitucional da Colômbia. No ano passado, em uma ação proposta por 25 jovens, o Governo foi condenado a apresentar um plano para **zerar o desmatamento da Amazônia colombiana**, que é responsável, dentre muitas outras coisas, pelo abastecimento de água da capital, Bogotá.

À luz da Palavra, há uma **aliança** fecunda de Deus com o ser humano e toda a criação, como está em Gn 9, 9-11, Jo 10,10, e outras passagens bíblicas que não vou declinar porque soaria como "ensinar o Pai-Nosso ao vigário" - outra expressão popular no Brasil.

Mas digo que a **Encíclica mais lida na História da humanidade** diz que "a Bíblia não dá lugar a um antropocentrismo despótico, que se desinteressa das outras criaturas" (LS, n. 68).

Diante desses fundamentos, solicito que a nossa Igreja estabeleça uma **opção preferencial pela Criação**, em nome da Mártir da Criação e da Ecologia Integral: Irmã Dorothy.

Obrigado.²

2 Baseado no artigo de PONTES JÚNIOR, Felício de Araújo; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. A natureza como sujeito de direitos: a proteção do rio Xingu em face da construção de Belo Monte. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. cap. 12, p. 427-442. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/426>.

INTERVENÇÃO de DOM JOSÉ ALBUQUERQUE DE ARAÚJO

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
09 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	1N - 092

Querido Papa Francisco,

Caríssimas irmãs e irmãos,

A minha humilde contribuição é baseada na **3ª parte do Instrumentum Laboris - Igreja Profética na Amazônia: desafios e esperanças**

Referindo-se ao N. 114 – Rosto Inculturado e Missionário

Há 3 anos e 6 meses fui chamado a servir de outra forma a Arquidiocese da qual pertencia desde a ordenação presbiteral como Bispo Auxiliar. Sou filho de migrantes, nasci e cresci em uma periferia da cidade mais populosa do norte do Brasil, no Estado do Amazonas. Atualmente a área metropolitana de Manaus abriga quase 2 milhões e meio de habitantes (a 7ª do país).

O chamado vocacional nasceu a partir de uma pergunta: Porque a comunidade da qual fazia parte não podia contar com a presença permanente de um padre? Nos dias atuais, a realidade melhorou um pouco: 155 presbíteros (destes somente 45 são diocesanos incardinados).

Assim como na minha comunidade de origem diversas outras eram confiadas a Congregações Religiosas Femininas. Estas consagradas, verdadeiras heroínas como as Amazonas (importante lembrar que o nome do meu estado recorda a luta das mulheres guerreiras que defendiam a floresta), estas contribuíram de forma extraordinária para o surgimento de comunidades vivas, participativas, missionárias em diversas partes da nossa região.

Sou consciente de que ainda tenho muito o que aprender no que se refere a ser “Epíscopo” junto aos meus conterrâneos, mesmo assim, neste pouquíssimo tempo percebo e me alegro com muitos sinais de esperança que nos anima diante de tantos desafios que enfrentamos.

Contudo trazemos para esta Assembleia Sinodal, em nossas mentes e corações, os sonhos e as esperanças de muita gente. Acreditamos que o desejo de avançarmos para “águas mais profundas” (cf. Lucas 5,1-11) e de trilharmos novos caminhos, nos impulse para tomarmos decisões corajosas – por exemplo, assumir o compromisso de formar um clero autóctone, inclusive de bispos da própria região. Sonhamos, em um tempo

não tão distante, de festejar nomeações episcopais também para as comunidades indígenas. Com todo o respeito e gratidão aos generosos e destemidos missionários e missionárias que nos ajudaram, ao longo de séculos, na Evangelização desta porção do Povo de Deus que nos foi confiada, e em obediência ao impulso missionário do Espírito Santo, precisamos fortalecer a ministerialidade, característica marcante da Igreja que “armou sua tenda” neste chão sagrado da Amazônia.

É urgente não perder de vista algumas questões que emergiram a partir do processo de escuta que o Sínodo nos possibilitou – da qual devemos fidelidade e respeito: * Precisamos discutir e repensar a formação presbiteral – inclusive com um programa de formação inculturado e itinerante; * rever e aprofundar o ministério de pároco em uma compreensão eclesiológica renovada; * assumir, formar e acompanhar o Diaconato Permanente – não como ministério litúrgico do altar, mas voltado prioritariamente para o serviço da caridade (como nos instruiu o nosso Papa na Audiência Geral no dia 25 de setembro deste ano); * continuar insistindo em uma maior valorização e maior visibilidade dos ministérios leigos, como o dos catequistas, por exemplo; * ousar iniciar experiências locais de ministérios temporários – para irmãs da vida consagrada, para lideranças femininas, para homens casados, desde que tenham reconhecimento e aprovação do Ordinário Local e da comunidade eclesial. Obrigado pela atenção!

		SYNODUS EPISCOPORUM	
		PROT.	
		09 OTT. 2019	
TEMA: TRABALHO, MIGRAÇÃO, CULTURA URBANA, IL 66, 76, 73		ARCHIVIO:	IN-098
Responsáveis:	Dom Giovane P. Melo (bispo de Tocantinópolis, Brasil, Dom Francisco Lima Soares (bispo de Carolina, Brasil, Pe. Benedito Ferrarro, Brasil		
Contatos:	giodemelo@terra.com.br; limajornalismo@hotmail.com; bferraro@terra.com.br		

"Não existe pior pobreza material – urge-me enfatizar isto –, não existe pior pobreza material do que a que não permite ganhar o pão e priva da dignidade do trabalho. O desemprego juvenil, a informalidade e a falta de direitos trabalhistas não são inevitáveis, são o resultado de uma prévia opção social, de um sistema econômico que coloca os lucros acima do homem, se o lucro é econômico, sobre a humanidade ou sobre o homem, são efeitos de uma cultura do descarte que considera o ser humano em si mesmo como um bem de consumo, que pode ser usado e depois jogado fora" (Discurso do Papa Francisco no terceiro encontro mundial com os movimentos populares 24 de outubro de 2014).

Reconhecemos (VER)

"O movimento migratório, desatendido tanto política como pastoralmente, contribuiu para a desestabilização social nas comunidades amazônicas. As cidades da região, que recebem permanentemente um elevado número de pessoas que migram nessa direção, não conseguem proporcionar os serviços básicos dos quais os migrantes necessitam (cf. Discurso do Papa Francisco no encontro com a população em Puerto Maldonado, 19 de janeiro de 2018). Isto tem levado numerosas pessoas a perambular e a dormir em centros urbanos, desempregados, sem comida nem alojamento. Entre elas, muitas pertencem aos povos indígenas forçados a abandonar suas terras. "As cidades parecem ser uma terra sem dono. Constituem o destino para o qual se dirigem as pessoas, depois de ter sido desalojadas de seus territórios. A cidade deve ser entendida a partir deste modelo de exploração, que esvazia os territórios para apropriar-se dos mesmos, desloca e expulsa as populações para a cidade" (IL n.66).

- A grave situação dos trabalhadores e trabalhadoras na realidade pan-amazônica frente ao desemprego, subemprego, precarização do trabalho, do desalento e perda de direitos trabalhistas.
- O desemprego juvenil, como a primeira e mais grave forma de exclusão e de marginalização dos jovens e que a impossibilidade de trabalho gera perda do sentido da vida e, consequentemente, leva à pobreza e à marginalização (cf. Christus vivit, 270). "Os jovens se deslocam à procura de um emprego ou subemprego para ajudar a manter o que resta da família, abandonando seus estudos primários e submetendo-se a todos os tipos de abuso e de exploração. Em muitas regiões da Amazônia, estes jovens são vítimas do tráfico de drogas, do tráfico de pessoas ou da prostituição (masculina e feminina)" (IL n. 67).
- O número de trabalhadores e trabalhadoras que ainda se encontram em regime de escravidão no campo e na cidade. "Sem trabalho não há dignidade", recorda o Papa Francisco, mas "nem todos os trabalhos são trabalhos dignos. Há trabalhos que humilham a dignidade das pessoas..." (vídeo mensagem para a Semana Social da Conferência Episcopal Italiana 26 de outubro de 2017).

Consideramos (JULGAR)

- Que "é com o seu trabalho que o homem sustenta de ordinário a própria vida e a dos seus; por meio dele se une e serve aos seus irmãos, pode exercitar uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina". "Mais ainda: sabemos que, oferecendo a Deus

o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré" (GS, 67).

- Que "o trabalho humano é *uma chave*, provavelmente *a chave essencial*, de toda a questão social" (LE,3).
- "Que o trabalho digno "constitui uma dimensão fundamental da existência do ser humano sobre a terra" e "de sua participação na obra do Criador" (LE.,4).
- Que "Trabalho quer dizer dignidade, trabalho significa trazer o pão para casa, trabalho quer dizer amar!" (visita pastoral a Cagliari, 22 de setembro de 2013).
- Que "O do trabalho é o primeiro dom dos pais e das mães aos filhos e às filhas, é o primeiro patrimônio de uma sociedade. É o primeiro dote com o qual os ajudamos a levantar voo para a vida adulta." (Discurso aos delegados da Confederação Italiana Sindical dos Trabalhadores, 28 de junho de 2017)
- Que o trabalho precário é uma ferida aberta para muitos trabalhadores que vivem o medo de perder o próprio emprego, é imoral, mata a dignidade, mata a saúde, mata a família, mata a sociedade" (videomensagem para a Semana Social da Conferência Episcopal Italiana 26 de outubro de 2017).

Propomos (AGIR)

- Assegurar o direito ao trabalhador e reafirmar a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras de modo a garantir seu justo sustento e de suas famílias, combatendo o desemprego, o trabalho escravo, a precarização das relações de trabalho e a perda de direitos trabalhistas, dentre outros problemas que tem causado tantos sofrimentos aos trabalhadores e trabalhadoras da região pan-amazônica (cf. Mensagem da CNBB do 1º. de Maio de 2019).
- Que "todo trabalhador, esteja ou não no sistema formal do trabalho assalariado, tem direito a uma remuneração digna, à segurança social e a uma cobertura de aposentadoria. Aqui há papeleiros, recicladores, vendedores ambulantes, costureiros, artesãos, pescadores, camponeses, construtores, mineiros, operários de empresas recuperadas, todos os tipos de cooperativados e trabalhadores de ofícios populares que estão excluídos dos direitos trabalhistas, aos quais é negada a possibilidade de se sindicalizar, que não têm uma renda adequada e estável" (pronunciamento do Papa Francisco no encontro mundial com os movimentos populares, 24 de outubro de 2014).
- Reafirmar o princípio da Doutrina Social da Igreja da Primazia do Trabalho e do Bem Comum sobre o lucro e o capital (cf. LE, 12).

CRISTO APONTA PARA A AMAZÔNIA

S. ECC. CHAVES DOS REIS

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
12 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N-113

"Cristo aponta para a Amazônia", essas palavras proféticas de São Paulo VI, certamente nos impulsionam a dizer que Cristo Jesus, ama e declara seu amor também pelas pessoas e por sua igreja que está na Amazônia.

Assim como o sol nasce todos os dias para trazer luz, ânimo sobre a mãe terra, uma multidão de pessoas; crianças, adolescentes, jovens de diversos movimentos e pastorais, catequistas, animadores de comunidades Cristãs, CEB's, Ministros Extraordinários da Sagrada Eucaristia e da Palavra, missionários das Santas Missões Populares, Religiosos e Religiosas, Diáconos Permanentes, Padres e Bispos, fazem a experiência contínua e diária de uma **"Igreja em saída"**, pelas estradas, ruas, periferias, rios e igarapés, levando aos lugares mais distantes a Palavra de Deus.

Tenho a certeza que esta força de ânimo vem do Espírito Santo de Deus que sopra como brisa suave e/ou como um vento impetuoso na missão diária e permanente da Igreja na Amazônia.

Um exemplo a oferecer: tenho muitas Paróquias com quase centenas de comunidades com capelas, espelhadas por uma dimensão enorme de quilômetros ... Uma das Paróquias na Diocese de Abaetetuba no Estado do Pará. Com 72 ilhas, e 64 comunidades cristãs, presentes nos povoados, vilas, pequenas e grandes comunidades atendidas por um único padre, portanto uma Paróquia sem Matriz, uma missão de fato itinerante.

Em cada comunidade tem uma equipe de leigos bem preparada que coordena e anima as atividades pastorais da mesma.

Um Conselho de Pastoral, muito envolvido, que acompanha a formação das comunidades.

Cada Domingo o padre celebra em duas ou três das 64 comunidades, na sua ausência, as celebrações dominicais da comunidade normalmente são animadas pelos seus ministros leigos e leigas.

Esta realidade que aqui partilho, pode ajudar-nos a compreender que a **"Igreja em saída"** já é uma realidade, e quem sabe que esta reunião Sinodal nos encoraja a sermos pessoas em saída, comunidades em saída, pequenas Paróquias em saída, Diocese e bispo em estado permanente de missão.

Que Nossa Senhora de Nazaré, mãe e rainha da Amazônia, a qual a sua imagem acompanha-nos, na capela aqui ao lado, intercedendo por nós! Assim como intercedeu no dia de Pentecostes pela igreja missionária que nascia.



*Dom João (Jan) Kot, OMI
Bispo de Zé Doca
Maranhão - Brasil*

"FIAT MISERICORDIA TUA"

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
12 OTT. 2019
ARCHIVIO: IN-114

Santidade, Papa Francisco. Meus Irmãos e minhas Irmãs na fé

Na terceira parte do "Instrumentum Laboris" se faz a reflexão sobre a missão profética da Igreja na Amazônia. Ninguém consegue fazer missão sozinho e nós bispos podemos contar com muitos colaboradores, homens e mulheres de fé extraordinária e dedicação exemplar, consagrados e leigos.

Gostaria de dedicar minha fala sinodal aos colaboradores imediatos do bispo, os presbíteros, religiosas e religiosos. Hoje muitos com abnegação, no dia a dia, enfrentam as realidades difíceis e dolorosas. Sem dúvida nenhuma, também saboreiam muitas conquistas e vitórias, junto aos seus povos, aquela alegria profunda que só Deus pode dar aos servos bons e fieis.

Todos eles e elas, merecem nosso apoio e reconhecimento, apesar de casos de contratestemunho evangélico ou infidelidades.

Se queremos fazer a missão profética, como Igreja na Amazônia, precisamos oferecer uma atenção especial a primeira formação e a formação permanente do clero. Nos ariscar, experimentar e sair em busca de enriquecimento da experiência missionária e de fé. Eu, como bispo naquela região, me preocupo com aqueles com quem estou convivendo e trabalhando.

Nossos seminaristas, não porque são da Amazônia, que não precisam conhecer novas experiências missionárias. Pelo contrário. Para serem bons em casa, quero dizer na diocese, que aprendam, não só no Instituto ou Faculdade, mas também praticamente, na frente de batalha. Fazendo, que Deus nos capacita e aperfeiçoa.

A inculturação e a interculturalidade podem ser estudadas com os melhores professores, mas nada ensina mais que a vida concreta, corpo a corpo. Saindo de sua zona de confronto, do espaço familiar, do ambiente conhecido, cada um se confronta consigo mesmo, suas forças e fraquezas. Também com as novidades: outros povos, outra religiosidade, outra cultura e língua.

E para que ninguém pense que estas palavras é puro desejo ou fantasia poética, reservo tempo para agradecimentos e testemunho.

A Diocese de São Raimundo Nonato, que no mês de julho de 2015 acolheu nossos seminaristas e estes precisavam descobrir como fazer higiene pessoal com um litro de água apenas.



Dom João (Jan) Kot, OMI
Bispo de Zé Doca
Maranhão - Brasil

"FIAT MISERICORDIA TUA"

A Comunidade Católica de Servos da Divina Misericórdia, que na sua casa em Guapimirim (no estado do Rio de Janeiro) recebeu nossos teólogos para a convivência com os que fazem tratamento de recuperação. Com eles os seminaristas compartilharam horas de oração, trabalho e refeições, e principalmente aprendendo a grandeza daqueles homens que diariamente enfrentam batalhas inimagináveis para sair das drogas.

Agradeço aos Senhores, Dom Oscar, o Arcebispo de Cochabamba e Dom Ricardo, Bispo de Potosí, da Bolívia. Por aceitar e permitir nas suas dioceses, atuação e trabalho dos nossos diáconos, entre fevereiro e junho do ano passado. Com isso temos hoje na diocese dois padres que sabem o que é outra cultura e religiosidade, e o sabem concretamente; que dominam outra língua bastante para se movimentar e chegar ao destino. E se Deus permitir, terceiro diácono está se preparando para fazer esta mesma experiência (Dom Ricardo, Bispo de Potosí, já concordou).

Os agradecimentos muito especiais a minha família religiosa, Missionários Oblatos de Maria Imaculada da Bolívia, que ofereceu a casa, a comida e o trabalho aos diáconos, do jeito que pedi. Que lhes ofereceu também acolhida fraterna e amizade sincera. E principalmente que acolhendo os nas suas casas religiosas em Cochabamba e LLallagua, respeitou sua condição de diáconos diocesanos.

Quero mostrar que é possível, que quando a gente quer vamos encontrar quem nos ajude, que não precisa só esperar, mas para ser profético, precisa ser criativo e astuto (prudentemente, com o Papa nos orientou).

Obrigado.

EUCARISTIA, UM DIREITO DAS COMUNIDADES, UM DEVER DA IGREJA

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
12 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N - 126

Instrumentum Laboris 126 c

Santo Padre, irmãos e irmãs, eu nasci na Irlanda. No século dezoito, o povo católico irlandês passou por uma grande perseguição. Foi, inclusive, proibida a celebração da Santa Missa. As Igrejas Católicas foram destruídas ou fechadas. Mesmo assim, havia padres que passavam pela zona rural celebrando Missas clandestinamente. Esses padres, se descobertos, eram condenados à morte. Também qualquer um que desse hospedagem ao padre no seu itinerário recebia sentença de morte. Mesmo assim, acontecia celebração da Eucaristia com a participação do povo, mas tudo de maneira escondida. Todos sabiam que corriam risco de vida, mas assumiam esse risco, para participar da Santa Missa.

A situação na região amazônica é outra. Temos pessoas com sede da Eucaristia, mas não há sacerdotes para celebrar a Missa. Outros padres Sinodais já trouxeram mais detalhes sobre a questão.

Em junho deste ano, completei 46 anos de ordenação sacerdotal. Posso dizer que eu estou muito feliz nesta vocação. O celibato não é fácil, mas com a graça de Deus, procuro ser fiel e vejo o celibato realmente como um dom de Deus na minha vida e na vida da Igreja. A missão da Igreja é de evangelizar, de partilhar o pão da Palavra e o pão da Eucaristia, de levar o povo a testemunhar o amor e justiça de Deus. Tudo isso é essencial na missão da Igreja.

Como criança e adolescente, aprendi com meu saudoso pai a ter um grande carinho pela Eucaristia. Depois de ele se aposentar cedo, por motivo de saúde, a Missa diária fazia parte da nossa vida familiar, na medida do possível. Com certeza, esta proximidade com a Santa Missa ajudou-me a reconhecer os sinais, quando Deus me chamou ao sacerdócio.

Fico muito triste ao saber que há pessoas que, apenas uma ou duas vezes por ano, podem ficar ao torno do altar e celebrar a Santa Eucaristia. Acredito que isto não se compagina com a responsabilidade da Igreja em assegurar a partilha da Eucaristia na mesa do Senhor. Em tais situações, este dever da Igreja deve se sobrepor à lei do celibato. Por isso, peço a aprovação do pedido de ordenação de "viri probati" nestas comunidades.

Observamos que já temos padres casados atuando na nossa Igreja do rito latino. Este é o caso dos padres que vieram recentemente da Igreja Anglicana com as suas esposas e famílias, durante o pontificado do Papa Bento XVI.

Essa é igualmente a praxe em todas as Igrejas de rito oriental em comunhão com Roma. Nelas, o celibato é assumido pelos bispos e pelos monges, mas é de livre escolha, antes da ordenação presbiteral, para os que são destinados à *cura animarum*, tornando-se responsáveis pelas paróquias.

Quero citar aqui o documento *Presbyterorum Ordinis* do Concílio Vat II, número 16.

1 "De si, [a continência perfeita e perpétua] não é exigida pela própria natureza do sacerdócio, como se deixa ver pela prática da Igreja primitiva (35) e pela tradição das Igrejas orientais, onde, além daqueles que, com todos os Bispos, escolhem, pelo dom da graça, a observância do celibato, existem meritíssimos presbíteros casados. Recomendando o celibato eclesiástico, este sagrado Concílio de forma nenhuma deseja mudar a disciplina contrária, legitimamente vigente nas Igrejas orientais, e exorta amorosamente a todos os que receberam o presbiterado já no matrimônio, a que, perseverando na sua santa vocação, continuem a dispensar generosa e plenamente a sua vida pelo rebanho que lhes foi confiado (36)" (PO 16).

Quero também falar sobre o papel da mulher na Igreja. Todos sabem como ele é essencial e que muitas comunidades não estariam de pé, se não fosse a dedicação de muitas mulheres. Algumas se tornam verdadeiras mães de sua Comunidade Eclesial. Este Sínodo precisa dar um grande passo na valorização dessas mulheres. Por isso, espero que a Igreja volte logo a ordenar diáconas, para que possam servir às suas comunidades, ainda com mais carinho, dedicação e amor, habilitando-as também para a celebração de alguns sacramentos, o que de fato já acontece em muitas de nossas dioceses, mas como diácona pode ser como ministra ordinária.

Obrigado!

Dom Derek J. C. Byrne

Bispo de Primavera do Leste-Paranatinga MT Brasil



TEMA: Educação Integral (Ref. IL 92-98)		SYNODUS EPISCOPORUM
Responsáveis:	Ir. Carmelita Conceição	PROT.
Contatos:	<u>fmamanaus@gmail.com</u>	10 OTT. 2019
		ARCHIVIO: UD-23

Com alegria agradeço ao Santo Padre pela iniciativa «Reconstruir o pacto educativo global»: em favor e com as gerações jovens, por uma educação mais aberta e inclusiva, e seu convite de “juntos, procurarmos encontrar soluções, iniciar sem medo processos de transformação e olhar para o futuro com esperança”. *Mensagem do Papa Francisco para o lançamento do pacto educativo-12.09.2019*

Reconhecendo que: O grito amazônico traduz-se no grito dos jovens indígenas, afrodescendentes, caboclos, brancos, mulatos, que precisam de uma oportunidade, respeito, dignidade, educação e evangelização e do conhecimento aprofundado da própria identidade cultural e histórica.

A educação integral valoriza a dimensão pedagógica intrínseca a toda cultura, na aprendizagem e aperfeiçoamento, sem imposição de parâmetros culturais estranhos, mas promove o diálogo entre os saberes tradicionais e as novas tecnologias a serviço do bem comum. (cf. IL 93).

Considerando

Que tudo, no mundo, está interligado e é necessário encontrar outros modos de compreender a dinâmica da vida, de estar presentes no mundo sem destruir os ecossistemas.

A ecologia integral coloca no centro a pessoa, sua relação com os outros, a realidade que a rodeia, e propõe-se um estilo de vida que rejeite a cultura do descarte.

Supõe uma educação integral que valorize o bem viver, o bem conviver e o bem fazer, para assim ter um impacto significativo na Casa comum, que beneficiará não somente os povos tradicionais, mas todo o planeta (cfr. IL, n. 97).

Venho propor:

1. Que a Igreja não renuncie a sua missão de educadora da fé, promovendo a formação dos cristãos, ao conhecimento da Palavra e anúncio;

adultos, valorizando as culturas e o respeito às línguas nativas, que supere o abandono escolar e o analfabetismo, principalmente feminino.

3. Que seja criada no Brasil, a exemplo de outros países da pan amazonia, uma universidade indígena, aberta aos não indígenas, visando o empoderamento das populações tradicionais, no intercambio de saberes com a tradição acadêmica.
4. Que a educação nos diversos ambientes promova o cuidado com a Casa Comum, formando criticamente os jovens diante da degradação do meio ambiente, o tráfico de pessoas, as situações análogas à escravidão, o garimpo e as mineradoras invasivas, o avanço do narcotráfico, muito forte na região.
5. Que, nos planos de formação dos seminários e casas religiosas, se aprofunde uma teologia índia para entender melhor a espiritualidade indígena e supere erros históricos que atropelaram culturas originárias (cfr. IL, n. 98, d,1).
6. Que a educação motive os jovens a construir o seu projeto de vida, comprometidos com a construção de um mundo mais justo e fraterno.

Obrigada.



Dalmonego, IMC. Corrado, Rev. P.

Uditore

TEMA: Diálogo inter-religioso e intercultural como evangelização.

REFERÊNCIA: 120, 136, 33, 36 do IL e muitos outros.

RECONHECENDO:

Que a Amazônia é “um mundo multiétnico, multicultural e multirreligioso” (IL 36; DAp. 86), que oferece à Igreja a possibilidade de “descobrir a presença encarnada e ativa de Deus: nas [...] manifestações da criação [e] na espiritualidade dos povos originários” (IL 33);

Que “existe um amplo e necessário campo de diálogo entre as espiritualidades, crenças e religiões amazônicas” (IL 39), suscitadas pelo “Espírito criador que enche o universo (cf. Sb 1,7)” (IL 120) mas que não estabeleceu a distinção entre “grandes ou pequenas religiões”;

Que “o respeito por este espaço [de diálogo] não significa relativizar as próprias convicções, mas sim reconhecer outros caminhos que procuram desvendar o mistério insondável de Deus” (IL 39), permitindo “crescer e aprofundar a própria fé” (IL 136), e possibilitando a “transformação de mentalidades estreitas” e a “conversão de corações endurecidos” (IL 40; Cfr.: LS 201; EG 250);

CONSIDERAMOS:

Que a diversidade contemplada, nos convida a escutar e acolher a perspectiva do “outro” – de quem nós missionários-cristãos somos “outros”, até sermos incluídos em outras categorias.

Que a violência contra os povos originários (genocídios, etnocídios, assassinatos, discriminação etc.) além de ser crime contra a humanidade, amputa a todos uma das possibilidades de acesso à comunicação divina.

Que missionários e missionárias na Amazônia – encarnando-se pela via da *kenosis* e prezando a convivência em lugar da “desobriga” – gestaram um novo caminho de anúncio junto aos Povos Indígenas, na Igreja do Brasil: ser irmão do outro sem esperar que o outro seja como eu; proclamar o Evangelho na amizade, na familiaridade, no serviço à defesa da vida, no respeito à história, na troca de saberes, no diálogo que abre caminhos inesperados, percorridos com “humilde ousadia” (o oposto do arrogante temor de quem teme o encontro). Às vezes respondendo a perguntas como: “o que diz o teu Deus, perante isso?”, “Você verdadeiramente vê Deus? Come é? Quero vê-lo”, ou “Posso eu falar com Deus?”;

Que muitas Sementes do Verbo já cresceram e deram frutos que (como caçadores e coletores das florestas tropicais) aguardam para serem reconhecidos, colhidos (não saqueados), partilhados e saboreados, na mesa do diálogo.

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
1 0 OTT. 2019
ARCHIVIO: VD - 24

PROPOMOS:

Assumir que o encontro e o diálogo entre a fé cristã e as espiritualidades indígenas – também com grupos que não se autodefinem e não são identificados como cristãos – resulta em um enriquecimento mútuo em que se aprofunda e purifica a própria experiência espiritual, se é “convertidos” e “evangelizados” pelos outros, reconhecendo a beleza de sua experiência (LS 62-63), bem como a fragilidade da própria;

Reforçar que a Igreja é, sim, samaritana-servidora, mas também precisa dos povos Indígenas – e estar ao lado deles – para se manter fiel à sua identidade e sair dos confins estreitos dentre dos quais define;

Enfatizar que a Igreja é coerente com o compromisso missionário e não “omissa”, quando anuncia o Evangelho entre o diálogo e a profecia, não condicionada à resposta e adesão: a articulação entre Reino de Deus e Projetos de Vida é a única possibilidade soteriológica para que o Evangelho se encarne no evangelho das culturas: “salvação integral”.

Destacar que tal anúncio se dá quando elementos da fé são compreensíveis, traduzíveis e, de alguma forma, significativos – se tornando vida, carne, corpo – mesmo que através de mediações diferentes: outras narrativas, experiências espirituais, rituais;

Davi Kopenawa – líder e xamã Yanomami – dizia aos missionários da Consolata: “*Eu entendo que vocês sendo religiosos e conhecendo a Deus, Ele vos mandou para defender a vida do nosso povo e da terra. Sei que, por muitos anos, a Igreja colocou-se na vereda do encontro com os povos indígenas. A Igreja sabe que o indígena [...] foi criado pela autoridade do céu, como também são criados os não indígenas. A tarefa da Igreja é de não deixar fazer guerras, de levar a paz, enquanto, do outro lado, existem inimigos muito fortes, aliados aos políticos que querem tomar posse das riquezas da terra. A Igreja deve ser diferente, pensar como pensa Deus: desejar a nossa vida! Vocês se aproximem com atitudes de amizade e empatia, sem a desconfiança de quem diz que o indígena deve permanecer longe, no seu lugar!*”.

PRESEÇA e Ministerialidade: (Instrumentum Laboris
Organização das Comunidades números 127-129)

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
III Parte - Capítulo IV -	10 OTT 2019
ARCHIVIO:	UD - 22

Diác. Francisco Andrade de Lima

Secretário Executivo Regional Norte 1 - CNBB

“Portanto, irmãos, escolhei entre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, para que lhes confiemos essa tarefa. (At 6,3)

Na história da Igreja, as primeiras comunidades, conforme lemos em Atos dos Apóstolos, cresciam e os Apóstolos já não estavam conseguindo mais acompanhar e atender-las. Chamaram o povo, membros das comunidades, os escutaram e decidiram criar um novo ministério. A partir da escuta das necessidades tomaram a decisão. Na Nossa Igreja hoje esta história se repete, não conseguimos atender as comunidades, não temos ministros suficientes para todos os serviços, o Santo Padre, convocou o povo, pediu para ouvi-los: quais as necessidades? que caminhos indicam? Temos o resultado. Os Apóstolos procuraram dar respostas concretas as necessidades, também hoje a Igreja precisa responder aos desafios ora apresentados.

Reconhecendo que todo o processo de escuta sinodal indica uma grande “ausência” da Igreja em muitas comunidades, e que estas mesmas comunidades pedem a Igreja que seja de fato uma presença permanente (IT 128), dando acesso aos sacramentos, e a todos os serviços inerentes.

Considerando que os cristãos leigos e leigas “estão incorporados a Cristo pelo batismo, que formam o povo de Deus e participam das funções de Cristo: sacerdote, profeta e rei. Realizam, segundo sua condição, a missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo” (Aparecida 209), estando os mesmos presentes nas comunidades, como afirma o Atlas Panamazônico da REPAM¹, são numerosos os agentes de pastoral leigos e leigas nas Igrejas dos Países Panamazônicos, **Este é o rosto da Igreja Amazônica: leigos e leigas**, sendo em sua grande **maioria mulheres**. O Mesmo Mapa, nos apresenta uma grande presença da vida religiosa masculina e feminina, sendo que a **maior presença é a feminina** e ainda uma significativa presença de Diáconos Permanentes.

Recomendamos e propomos: Igreja ousada, dialogal, inclusiva, pobre, solidária, mística, em saída. Uma Igreja que quer se expressar em uma liturgia e sacramentos inculturados, que assimila as culturas, dá valor à piedade popular e mariana, promove o diálogo inter-religioso, desde a escuta e a teologia indígena. Uma Igreja profética, que promove novos paradigmas de comunicação, com pauta nos povos

da Amazônia, que atua em rede e busca repercutir a vida da região. Igreja que promova o protagonismo social e eclesial laical, das mulheres, dos atores nativos, da Vida Religiosa e Missionária, de quem se espera disponibilidade, ousadia, perseverança, capacidade de acolhida, diálogo intercultural, leveza estrutural e incremento da vida das comunidades. Uma Igreja que insiste na ministerialidade, com os ministérios existentes, promovendo o diaconato permanente masculino e feminino, o ministério da presidência eucarística, para homens e mulheres, e os ministérios a partir das culturas locais, sobretudo no campo da ecologia integral.



SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
10 OTT. 2019
ARCHIVIO: VD - 20

Pastoral da Ecologia Integral

Proposição, Ir João Gutemberg Mariano, auditor

Instrumento Laboris 104 k : *Reconhecimento formal por parte da Igreja particular como ministério especial ao agente de pastoral promotor do cuidado da Casa Comum.*

A partir dos grandes gritos da Terra e povos, propomos que as Igrejas incentivem e promovam e acompanhem as pessoas vocacionadas à promoção específica da Ecologia Integral. Hoje presentes em grande parte de nossas comunidades, mas ainda em processo de articulação e reconhecimento. Já convido a todos(as) da assembleia sinodal a aguçarem seu olhar sobre essas pessoas para envolve-las nesse ministério nascente na Laudato Si'.

Esse ministério ou pastoral abre as portas para o diálogo tanto intra eclesial quanto com a sociedade.

Daí a importância de uma linguagem específica como Ecologia Integral, justiça sócio ambiental (Laudato Si'), Reino da vida (Aparecida).

Requer conhecimentos científicos e sócio-pastorais.

Propõe ações pessoais e grupais de cuidado com a vida humana e ambiental.

Tem por fundamento espiritual o Evangelho da Criação, proposto no capítulo 2 de Laudato Si'.

Usa a metodologia adaptada do método Ver-Julgar-Agir, baseada nos 3 olhares:

a) Olhar amoroso:

Que contempla e admira a vida das pessoas e da mãe natureza no contexto da Amazônia e do Planeta, louvando o Criador por cada nova descoberta.

A prática do olhar amoroso é um convite para louvar a criação que se manifesta de muitas formas. Aguçar esse olhar bonito, criativo que nos conecta com a nossa espiritualidade, com a Criação.

b) Olhar cuidadoso:

Nasce da experiência evangélica do bom Samaritano que se preocupa com os problemas encontrados na vida das pessoas e do ambiente natural, se enche de compaixão, pede perdão pelas fragilidades e busca soluções em favor da vida.

Tecer um olhar cuidadoso sobre as realidades humanas e ambientais que causam preocupação. O que precisa ser cuidado. O bem que foi perdido ou que pode ser perdido. Como recuperar? Como cuidar?

c) Olhar esperançoso:

Que acredita que é possível cuidar da qualidade de vida em todas as suas dimensões. Por isso organiza a esperança com ações de incidências pessoais e comunitárias de curto, médio e longo prazos pensando nas atuais e nas futuras gerações.

Como podemos organizar nossa esperança? Compromissos socioambientais a serem assumidos pessoal e/ou comunitariamente.

Embora a *Ecologia Integral* seja um tema que perpassa toda a estrutura eclesial, o (a) agente de pastoral da Ecologia integral se sente realizado em sua vocação específica de ser um cuidador da Casa Comum e dos seus habitantes.

Procura, portanto, envolver os processos formativos desenvolvidos pelas Congregações Religiosas, pelas pastorais eclesiais e pelas instituições parceiras em espírito de rede intercongregacional, intereclesial, interinstitucional procurando consolidar a intuição de *Laudato Sí'* para que o cuidado da Casa Comum seja um compromisso de *todos os habitantes do Planeta*.

SYNODUS EPISCOPORUM
PROL
09 OTT. 2019
ARCHIVIO: UD - 14

Diac. Francisco Salvador **Pontes Filho**.

SAUDAÇÃO DA CND PARA O SÍNODO DA AMAZÔNIA :

Amazônia: Novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral.

“A glória de Deus é o ser humano vivo e a vida do ser humano é a visão de Deus; se já a manifestação de Deus pela criação dá vida a todos os seres que vivem sobre a terra” (Santo Irineu, *Contra as heresias*, IV, 20,7)

Queridos irmãos e irmãs reunidos no Sínodo da Amazônia,

A Comissão Nacional dos Diáconos do Brasil (CND) manifesta o seu apoio ao Sínodo para Amazônia, que acontece neste mês de outubro, no Vaticano, sendo o Kairós que nos enche de esperança, mas também nos convoca.

Vivencia-lo como um caminho de profecia coletiva tem sido gratificante e ao mesmo tempo desafiador, neste tempo histórico de crises, incertezas e contradições, com cenários socioambientais, econômicos e políticos cada vez mais degradantes e destruidores da vida. Requer uma atitude de docilidade ao Espírito Santo, e grande abertura para acolher as novidades e vivências dos povos das florestas e das águas deste imenso continente amazônico com povos e nações de nove países.

Ao contemplar a formosura do território amazônico, descobrimos a obra mestra da criação do Deus da Vida. Seus intermináveis horizontes de beleza sem limites são um cântico, um hino ao Criador para em seguida defender que a Igreja na Amazônia seja uma “Igreja com uma clara opção pelos (e com os) pobres, e pelo cuidado da criação, levando inclusive a uma forma de conversão ecológica”, como afirma o Papa Francisco.

A Igreja tem uma presença importante no chão da Amazônia. Sua caminhada é um entrelaçar de mãos com os povos indígenas, com as populações ribeirinhas, com os pobres das periferias urbanas. Experimentamos a riqueza de conviver com uma diversidade que nos convoca ao diálogo e contemplação da diferença diante das danças, dos rituais, benzimentos, expressões da cultura e religiosidade de povos originários e populações locais. Não poderíamos ter outra atitude, senão o irrenunciável compromisso com a defesa da vida. Isto o fazemos em nome de Jesus, o Filho de Deus, de quem somos discípulos missionários e na força do Espírito Santo. A audácia e a determinação de Jesus de Nazaré para inaugurar o Reino de Deus inspira e impulsiona nossa ousadia para que este Reino aconteça nesta imensa Amazônia.

O papa Francisco nos pede que sejamos uma Igreja próxima, solidária, defensora da dignidade humana, profética, capaz de discernir o que nos pede o Espírito Santo, de denunciar as injustiças e alimentar a Esperança para os povos da Amazônia! O desejo do papa Francisco é uma Igreja impulsionada pela missionariedade, aberta, em saída, em estado permanente de missão. “Ajudem aos seus bispos, ajudem aos missionários e missionárias para que sejam um com vocês, e, dessa maneira, dialogando entre todos, possam plasmar uma Igreja com rosto amazônico e uma Igreja com rosto indígena. Com

este espírito convoquei o Sínodo para a Amazônia no ano de 2019” Papa Francisco em Porto Maldonado, 2017

A Comissão Nacional dos Diáconos do Brasil (CND), a partir da identidade do ser diaconal, participa em diferentes iniciativas que têm como objetivo principal o apoio ao Sínodo para Amazônia. No mesmo espírito de comunhão, o diácono é sinal sacramental de Cristo Servo, sendo discípulo missionário, consagrado para servir à unidade do Povo de Deus, vivendo à comunhão no ministério ordenado fazendo acontecer a boa nova do Evangelho entre todas as criaturas. O diácono recebe, através da ordenação sacramental, uma marca indelével que o configura a Cristo Servidor. Com este sinal, tem grande eficácia a sua ação pastoral, que, como afirma o Doc.de Puebla, n. 697, “O diácono, colaborador do bispo e do presbítero, recebe uma graça sacramental própria. O carisma do diácono, sinal sacramental de Cristo-Servo, tem grande eficácia para a realização de uma Igreja servidora e pobre, que exerce sua função missionária com vistas à libertação integral do homem”.

O diaconado permanente situa-se no contexto da vida e da ação pastoral da Igreja. “alguns discípulos missionários do Senhor são chamados a servir à Igreja como diáconos permanentes, fortalecidos, em sua maioria, pela dupla sacramentalidade do matrimônio e da ordem. São ordenados para o serviço da Palavra, da Liturgia e da Caridade, especialmente para os sacramentos do Batismo e do Matrimônio; também para acompanhar a formação de novas comunidades eclesiais, especialmente nas fronteiras geográficas e culturais, onde ordinariamente não chega a ação evangelizadora da Igreja” (DAP 205).

A CND na dimensão eclesial e em comunhão com a Igreja, tem seus olhos voltados para a Amazônia com uma visão de conjunto, que a faz descobrir os grandes desafios sociopolíticos, econômicos e eclesiais que ameaçam essa região, mas sem perder a esperança na presença de Deus, alimentada pela criatividade e perseverança tenaz de seus habitantes.

O diaconado permanente participa em animar todo o povo de Deus, que é partícipe da missão de Cristo, Sacerdote, Profeta e Rei (LG 9; CIC 783), para que não permaneça indiferente diante das injustiças da região e descubra na escuta do Espírito os novos caminhos almejados.

Sua missão encarnada exige repensar a presença escassa da Igreja em relação à imensidão do território e de sua diversidade cultural. Sabemos que a Igreja com rosto amazônico deve “Procurar um modelo de desenvolvimento alternativo, integral e solidário, baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana, que se fundamente no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens, e que supere a lógica utilitarista e individualista, que não submete os poderes econômicos e tecnológicos a critérios éticos” (DAP 474c). “Os novos caminhos exigem que a Igreja na Amazônia faça propostas determinadas, que devam ter “ousadia” e “não ter medo”, como nos pede o Papa Francisco. O perfil profético da Igreja, hoje, mostra-se através de seu perfil ministerial e participativo, capaz de fazer dos povos indígenas e das comunidades amazônicas “os principais interlocutores” (LS 146) em todos os assuntos pastorais e socioambientais no território. Para mudar a presença precária e transformá-la numa presença mais aprimorada e encarnada, faz-se necessário estabelecer uma

necessidade de uma “coerência eucarística” (Dap 436) para a região amazônica, ou seja, que não exista somente a possibilidade de que todos os batizados possam participar da Missa dominical, mas também que cresçam novos céus e nova terra como antecipação do Reino de Deus na Amazônia.

Nesse sentido, o Vaticano II nos lembra que todo o povo de Deus participa do sacerdócio de Cristo, embora distinguindo o sacerdócio comum, do sacerdócio ministerial (LG 10). Partindo daí, urge avaliar e repensar os ministérios que hoje são necessários para responder aos objetivos de “uma Igreja com rosto Amazônico e uma Igreja com rosto indígena” (Fr.PM). Uma prioridade é definir os conteúdos, métodos e atitudes para se constituir uma pastoral inculturada, capaz de responder aos grandes desafios. no território. Outra é propor novos ministérios e serviços para os diferentes agentes de pastoral que respondem pelas tarefas e responsabilidades da comunidade. amazônica. Também é necessário promover o clero indígena e os que nasceram no território, afirmando sua própria identidade cultural e seus valores. Contudo, é preciso repensar novos caminhos para que o Povo de Deus tenha melhor e frequente acesso à Eucaristia, centro da vida cristã (DAp 251).

Aprofundar o processo de mudança para o diaconado permanente na dimensão ministerial da Igreja e sem revisão desta dinâmica da ministerialidade não teremos a força para assegurar a presença da Igreja e do Cristo Eucarístico junto às comunidades. A Eucaristia é um dom que pertence a uma comunidade eclesial, não somente a um ministério!

Como Igreja, somos chamados a fortalecer o protagonismo dos próprios povos. Precisamos de uma espiritualidade intercultural que nos ajude a interagir com a diversidade dos povos e suas tradições. Devemos somar forças para cuidarmos juntos para uma ecologia integral

Somos chamados a entrar com o coração aberto nesse novo caminho eclesial. Todos são chamados a conviver com as comunidades e a comprometer-se com a defesa de suas vidas, a amá-los e amar as suas culturas. Os missionários autóctones, e também os que vieram de fora, devem cultivar a espiritualidade de contemplação e de gratuidade, sentir com o coração e ver com os olhos de Deus os povos amazônicos e indígenas. . A espiritualidade praticada com os pés na terra oferece a possibilidade de encontrar a alegria e o gosto de conviver com os povos amazônicos. Assim, pode-se valorizar as riquezas culturais nas quais Deus semeou as sementes da Boa-Nova. Devemos ser capazes também de perceber as coisas que estão presentes nas culturas, e que, por serem históricas, necessitam de purificação, e capazes de trabalhar pela conversão individual e comunitária, cultivando o diálogo nos diferentes níveis. Animando uma Igreja com rosto amazônico e com a capacidade de descobrir as sementes e frutos do Verbo já presentes na vida e na cosmovisão desses povos.

Sentindo que as comunidades que têm direito de serem alimentadas pelo pão da *Eucaristia*, da Palavra e pelos sacramentos. Crescemos muito nos ministérios leigos, nos quais destacamos a participação efetiva das mulheres, formamos catequistas, , animadores de comunidades, ministros e ministras da Palavra, das exéquias e da sagrada comunhão; são formados e ordenados um bom número de padres diocesanos e diáconos permanentes; nos últimos tempos, já temos um clero local que, se não é numeroso, tem identidade própria. Mas as necessidades ainda são grandes e as nossas características

TEMA: COMPREENDER A LÓGICA INTERNA DA PRODUÇÃO DOS POVOS DA AMAZÔNIA PARA DESCOLONIZAR A MENTE E ASSUMIR UMA ECOLOGIA INTEGRAL			
Responsáveis:	Pe. Guillermo Antonio CARDONA GRISALES, SJ	SCOPORUM	
Contatos:	+55 93 9112-5511	PROT.	
	gcardonasj.mao@gmail.com		
		09 OTT. 2019	
		ARCHIVIO:	UD - 11

Reconhecendo,

A experiência de vida e missão com os pobres na Amazônia e o processo sinodal de escuta e caminhada com os povos indígenas e comunidades tradicionais, nos tem levado a entender que estas populações tem construído uns modos de vida em convivência e interação com exuberância das florestas, das águas e da biodiversidade. Isto se encontra no Instrumento Laboris números 12 e 13, e 24 a 26, quando se fala do “bem viver” (entre aspas).

Para compreender Amazônia se convida desde o início do Instrumento Laboris a olhar a Amazônia desde dentro dela mesma, entender a sua lógica de vida, da interpelação das periferias geográficas e existenciais da Amazônia (3), de uma igreja sinodal que começa entrando em contato com a realidade contrastante da Amazônia (5).

Considerando que,

1. **Precisamos compreender a lógica com que os povos indígenas e as comunidades tradicionais que moram na Amazônia tem sabido construir uma forma de vida comunitária** que sabe conviver com a exuberância das florestas e das águas, e a multiplicidade de seres vivos. O seus modos de vida comunitário sabem articular a relação com a natureza, com as pessoas, com as forças espirituais, para cuidar da família, da produção ou recolhida de alimentos, cuidar da saúde do corpo e do espírito. São modos de vida diversos segundo os diversos habitats. Os modos de produção da floresta não são homogêneos. São diversas as “etno-ecologias” que existem.

2. Toda intervenção que tem vindo de fora da Amazônia, tem vindo com outra “lógica”, para se impor e dominar, seja na forma de colonialismo ou de neo-colonialismo, seja colonialismo econômico político o seja colonialismo ideológico e mental, com a ideia de que os modos de produção amazônicos são atrasados e precisam

modernizar-se, que os produtos nativos tem que ter valor agregado para entrar melhor nos mercados nacionais e internacionais. Precisamos “descolonizar” nossas mentes, e não chegar com esquemas mentais de produção e de desenvolvimento com lógica aleia as lógicas amazônicas. São essas lógicas aleias que propõem formas de intervenção que estão acabando com Amazônia e que já mostraram que são parte da desordem atual, e da grave crise socioambiental mundial que passamos. Estão terminam propondo um remédio que está produzindo a enfermidade atual.

Propomos que,

- 1. A Igreja promova, junto com movimentos sociais, as etno-ecologias, ou agroecologias, existentes na Panamazônia, e que se favoreça intercâmbios entre essas experiências.** Formas de produção que não estão pautadas pelo mercado, mas pela satisfação de necessidades locais e a partilha; que não é especializada ou de monocultura, mas biodiversificada; que não procura o lucro e a acumulação, mas a solidariedade; não procura a produtividade, mas os usos diversificados das diversas variedades que cultiva.
2. Propiciar um discernimento pastoral com a comunidade de fé nos lugares onde está presente o agronegócio, o uso dos agrotóxicos a grande escala, a mineração e os grandes projetos que estão destruindo a Panamazônia e apoiar e proteger a quem defende os direitos.
3. Reconhecer que existem umas tecnologias, uns modos de produzir que enriquecem a floresta e a vida. O registro destas formas de desenvolvimento estão presentes nos achados arqueológicos que comprovam a manutenção de uma imensa população humana na região, que nos presenteou com um ambiente preservado, contrariando a lógica do colapso das civilizações, pois compreendeu uma verdade fundamental: a natureza é parceira, fonte de vida, e não inimiga a ser combatida.
4. Criar um centro de pesquisa e formação sobre as formas do “bem viver” dos povos indígenas e comunidades tradicionais desde a lógica dos amazônidas.
- 5. Criar nas Igrejas na Amazônia um fundo de apoio às iniciativas de etno-ecologia ou agroecologia e segurança alimentar, desde a lógica dos amazônidas.**

TEMA: Hidrelétricas ameaçam a vida na Amazônia		SYNODUS EPISCOPORUM
Responsáveis:	Judite da Rocha, Iury Paulino Bezerra	PROT.
Contatos:	<u>juditeman@gmail.com Iurygeo@gmail.com</u>	09 OTT. 2019
		ARCHIVIO: UD - 10

Reconhecendo, conforme IL nº 14, que “a vida na Amazônia está ameaçada pela destruição e exploração ambiental” e que, ao longo da história, a construção das barragens na Amazônia representa essa mesma face da destruição da vida, causando nas populações atingidas adoecimentos, depressão, suicídios; violando direitos de ter terra, casa, trabalho e alimentação; gerando conflitos e destruição do meio ambiente. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem atuação na região Amazônica, juntamente com muitas organizações, na defesa dos direitos, da vida e do meio ambiente. Neste relato, apresentamos alguns elementos, pois quando olhamos a partir da realidade dos atingidos por barragens, afirmamos, em primeiro lugar, a necessidade de afastar de uma vez por todas a ideia de que as hidrelétricas são “energia limpa e renovável”, como se esses projetos pudessem ser alternativos às fontes fósseis de energia, tão prejudiciais ao clima. Podemos trazer aqui o trágico exemplo de Balbina (Amazonas), construída nos anos 80, que alagou 2.360 km² de floresta e emite 11 vezes mais gases de efeito estufa do que uma termoeletrica da mesma potência (250 MW). Ambas as práticas são resultado deste modelo de destruição e ganancia das grandes corporações. Até hoje, há centenas de pessoas atingidas por essa hidrelétrica que não tiveram nenhum direito reconhecido e vivem em casas construídas provisoriamente. Também lembramos que esses projetos nunca são desenhados pensando no direito da população de ter acesso à energia elétrica. O objetivo é atender a uma demanda das grandes empresas: seja o setor que lucra com a construção civil, com a tecnologia das turbinas ou – principalmente – com a venda da energia como Commodities. Nas últimas duas décadas, a Amazônia brasileira voltou a ser cenário da construção de grandes hidrelétricas, a exemplo do que aconteceu na época da ditadura militar.

A região é a última fronteira da expansão do setor elétrico, pois ali se concentra praticamente todo o potencial hidroelétrico ainda a ser explorado. Rios imensos, veias de um complexo e rico ecossistema, lugares de culturas milenares, têm sua riqueza reduzida a Mega-watts. As barragens de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, Belo Monte no Pará, Teles Pires e São Manuel no Mato Grosso, Estreito em Tocantins, Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes no Amapá, repetem o mesmo modo autoritário de construção de suas predecessoras Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Samuel (RO). Todas elas são exemplos de destruição ambiental e violação aos direitos humanos. Depois de seis anos sem nenhum leilão de grandes hidrelétricas na região, o Presidente da República Jair Bolsonaro, decidiu retomar esses projetos. São as hidrelétricas de Castanheira (140 MW), Tabajara (350 MW) e

Bem Querer (650 MW), planejadas para os estados de Mato Grosso, Rondônia e Roraima respectivamente. Se saírem do papel, essas barragens atingirão povos indígenas e florestas preservadas. Como o padrão de construção de hidrelétricas na Amazônia vem sendo de violação de direitos, tememos pelo agravamento ainda maior desse quadro se o processo for conduzido por um governo que prega a morte em seus discursos e ações. Além disso, as empresas do setor elétrico pressionam pelo retorno ao modelo de grandes reservatórios. Bem Querer (Roraima), por exemplo, deve ter um lago de 519 km², um pouco maior que o de Belo Monte (516 km²). O exemplo de quão criminosa é a construção de uma barragem é a hidrelétrica de Belo Monte, que atingiu em torno de 50 mil pessoas e matou o rio Xingu, no Pará. Após décadas de resistência, a hidrelétrica foi construída e está em operação, deixando um rastro de violações de direitos humanos, reconhecidas pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, que esteve em missão duas vezes na região. Hidrelétrica secou 100 km de rio na região da Volta Grande do Xingu, um lugar de biodiversidade única, território de povos indígenas e comunidades tradicionais, sem que as consequências possam ser previstas. Enquanto isso, Altamira município atingido vive uma das mais duras contradições, tornando-se a cidade mais violenta do Brasil. A extrema banalização da violência fez da cidade palco do segundo maior massacre ocorrido no sistema prisional brasileiro desde o Carandiru/SP, em 1992, com 62 mortos. A pobreza e a falta de perspectiva são visíveis nos reassentamentos urbanos dessa barragem, onde chega a faltar comida na mesa das famílias.

Considerando que as hidrelétricas também “atraem” outros grandes projetos, que encontram na disposição de energia a facilidade para se instalarem, sobretudo de mineração, ampliando os impactos ambientais e sócio culturais. As barragens de mineração são tão maléficas quanto as hidrelétricas, como evidenciam os crimes socioambientais em Mariana e Brumadinho. Esses projetos representam a morte da floresta e dos seus povos, sobretudo das mulheres atingidas, que tem sido cada vez mais ameaçada e mortas. Como por exemplo os casos de Nilce de Souza Magalhães, que era liderança do MAB que lutava em defesa dos direitos e do meio ambiente, denunciava a violência praticada na construção da hidrelétrica de Jirau (RO), foi assassinada em janeiro de 2016, em circunstâncias ainda não plenamente esclarecidas. Neste ano de 2019, choramos também a perda de outra mulher da Amazônia - Dilma Ferreira Silva, atingida pela barragem de Tucuruí (PA), brutalmente assassinada em sua própria casa no dia 22 de março, dia mundial da água, a mando de fazendeiros que querem usar a região para explorar madeira, criar gado e outras atividades ilícitas.

Recomendamos:

O Movimento dos atingidos por Barragens – MAB, presente neste Sínodo, vem somar-se as muitas vozes e iniciativas em defesa da Amazônia e da vida. Neste encontro, solicitamos Apoio do Sínodo, para:

- Amazônia, energia e mulheres, não podem ser tratadas como mercadoria em favorecimento do desenvolvimento do capital.
- Ações junto às autoridades brasileiras, para que sejam revistos os projetos das obras de barragens tanto para produção de energia quanto para a mineração, que destroem a vida o ambiente e só favorecem das grandes empresas, o sistema financeiro e a concentração de renda nas mãos de poucos.
- Uma campanha de apoio junto a sociedade para aprovação da Política Nacional de tratamento aos direitos da população atingida (em tramitação). E de medidas, com os recursos necessários, para a implantação de projetos de recuperação e desenvolvimento para as comunidades atingidas.
- Incentivo as iniciativas solidárias de produção de energias, preservação das águas e dos rios, que levem em conta as necessidades das populações locais, que incentivem a solidariedade e os devidos cuidados com o meio ambiente.
- Medidas de proteção aos defensores de Direitos Humanos da Amazônia, em especial as mulheres que tem sido as principais vítimas.

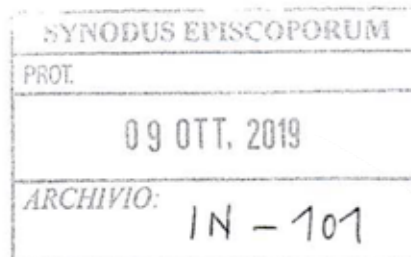


Fontes:

- Brum, Eliane. A notícia é esta: O Xingu vai morrer. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/12/opinion/1568300730_780955.html
- Exame. Bolsonaro retoma plano de erguer grandes hidrelétricas na Amazônia. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-retoma-plano-de-erguer-grandes-hidreletricas-na-amazonia/>
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Tucuruí, a saga de um povo (documentário). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NSm8J3CUsOU>
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). 12 Motivos para barrar a instalação da Belo Sun no rio Xingu. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/12-motivos-para-barrar-instalacao-belo-sun-no-rio-xingu;>
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Belo Monte faz de Altamira o município mais violento do Brasil. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/belo-monte-faz-altamira-munic-pio-mais-violento-do-brasil;>
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). CNDH volta a Altamira para verificar direitos humanos após operação de Belo Monte. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/cndh-volta-altamira-para-verificar-direitos-humanos-ap-s-operacao-belo-monte;>
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Dilma Ferreira Silva, liderança do MAB, é assassinada no Pará. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/dilma-ferreira-silva-liderando-mab-assassinada-em-assentamento-no-par;>
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Tapajós: vencemos uma batalha, mas a guerra está começando. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/tapaj-s-vencemos-uma-batalha-mas-guerra-est-s-come-ando;>
- NationalGeographic Brasil. Novas hidrelétricas na Amazônia ignoram normas e causam estragos ambientais. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/07/novas-hidreletricas-na-amazonia-ignoram-normas-e-causam-estragos-ambientais;>

álise sobre a construção das hidrelétricas na Amazônia e os conflitos que estas geram.

Tema: Ecumenismo



Estimados irmaos e irmas!

Estamos diante de uma grande graça de Deus para todos nós que o *Sinodo*.

O numero 136 do documento *laboris* nos interpela ao dialogo inter religioso e o ecumemico que se realaiza entre pessoas que compartilham a fé em Jesus Cristo como Filho de Deus e Salvador e, a partir das sagradas escrituras, procuram oferecer um testemunho comum e o dialogo inter religisos se realiza entre as pessoas de boa vontade em defesa da vida e das causas comuns: promoào humana e defesa dos dos direitos. Quando procuramos dialogar com os grupos religiosos diferentes descobrimos que ha algo que mais nos uni do que que nos desune.

Entretanto, no meio da floresta amazònica e cidades hà outros grupos presentes ao lado dos mais pobres, realizadndo uma obra de evangelizaçào e de educacao: sào mutyio atraiente para os povos.

O Concilio Vaticano II “ Exorta os fieis catolicos que reconhecendo os sinais dos tempos, solicitamente participem no trabalho ecumemico” (UB) pouco temos feito nessa caminhada eclesial. E verdade que nos depararamos com movimentos fechados dentro de nossa Igreja e fora da Igreja. Devemos caminhar com mais coragem e dialogo por que a sociedade exige de nos testemunho, profetismo dialogo.

O ecumenismo pode favorecer oportunidades para Igreja Catolica na Amazonia: destaco duas maneiras;

- 1- Maior aproximação com outros igrejas : a defesa da vida na Amazonia ameaçada pela destruicao e exploração ambiental, pela violação sistematica dos direitos humanos elemetares participando das defesa das reservas e dos algos juntos com outras igrejas e instituicoes.
- 2- Reforçar em nossas conferencias episcopais uma maior aproximação com o conselho nacional das igrejas cristas.
- 3- Favorecer um ambro dialogo com os pentecostais que desejam uma respeitosa aproximação de escuta e dialogo com a igreja catolica.

As nossas estruturas paroquiais pouco funcionam para darmos uma resposta precisa para os tempos atuais. Não teremos outro caminho no mundo de hoje se for por meio do diálogo fraterno e aproximação. Também, as nossas dioceses e prelazia possuem grandes extensões que muitas vezes nos enganos e pensamos que somos presença. É aconselhável que se pense num plano de divisão de algumas dioceses e prelazia para melhor atender o povo de Deus.

Dom Fernando Barbosa dos Santos, CM
Bispo de Tefe



TEMA: DIÁLOGO E INTERCULTURALIDADE caminho indispensável e atitude profética (IL 94, 106, 108, 122)		SYNODUS EPISCOPORUM
Responsável:	Maria Petronila Neto,	09 OTT. 2019
Contatos:	petrocpetro@gmail.com;	ARCHIVIO:
		UD - 07

“Quando acabou de falar, disse a Simão:

‘Avança para águas mais profundas,
e lançai vossas redes para a pesca’” (Lc, 5,4).

Reconhecemos (VER)

Os encontros de escuta que precederam a esta Assembleia Sinodal apontaram a necessidade do diálogo intercultural e interreligioso na região da Amazônia, permeada por uma diversidade sociocultural e religiosa riquíssima.

O Documento *Instrumentum Laboris* acolheu este apelo pelo Diálogo afirmando que existe um “amplo e necessário campo de diálogo entre as espiritualidades (...)” (IL, 39) na região amazônica. Anteriormente, o Documento Preparatório do Sínodo já havia apontado que a Igreja é chamada a “crescer em sua espiritualidade escutando a sabedoria de seus povos”. E antes disso, a Encíclica *Laudato Si'* fez um chamado a dialogar com as matrizes culturais de outros povos na busca de uma Ecologia Integral (LS, 63).

A extraordinária diversidade cultural, entendida em seu sentido mais amplo, expressada nos cerca de 400 povos indígenas da região amazônica constitui um apelo a adentrar em “águas mais profundas”, em um diálogo ousado e humilde. A vivência da dimensão sagrada e simbólica da vida e do mundo, presente de formas diversas nos diferentes povos e experimentada não de forma separada da experiência humana mas intimamente ligada, nos coloca diante do desafio da interculturalidade e o diálogo profundo, aberto e horizontal.

Consideramos (JULGAR)

O verdadeiro Diálogo Intercultural não pode ser compreendido em um sentido meramente instrumental para conseguirmos um objetivo previamente formulado em termos de evangelização ou inculturação. O Diálogo é uma forma humilde de servir e possui em si mesmo um valor.

O reconhecimento do outro, em sua plenitude, é condição prévia ao Diálogo fecundo. Sem isso, não há diálogo. O Diálogo intercultural parte do reconhecimento do outro, de sua vivência e expressão espiritual como uma expressão única e insubstituível do Mistério. O Diálogo faz sentido se ambos interlocutores estão enraizados com sua fé específica e são, ao mesmo tempo, capazes de respeitar as convicções alheias (Plano Pastoral CIMI).

Jesus abraçou profeticamente o diálogo com os samaritanos em sua época, até o ponto de escolher a figura de um samaritano anônimo como aquele que encarnou, de fato, a Boa Nova do Amor e da Misericórdia (Lc 10, 25-37). Esta convicção nos permite compreender a missão e o diálogo intercultural a partir da dimensão da Reciprocidade. Isto é, avançar de um conceito de missão como movimento unidirecional a uma missão de reciprocidade, onde empreendemos com o outro um caminho comum para abraçar, mais além dos limites de nossa experiência, a imensidão do Sagrado.

Propomos (AGIR)

Sugerimos:

[IL, 30]. No texto do IL, o diálogo intercultural aparece como uma mediação para a inculturação. Na verdade, o diálogo intercultural antecede e transcende a inculturação, que é apenas uma das faces possíveis da interculturalidade. Sugerimos não tratar no texto a questão da inculturalidade com esse sentido instrumental.

[IL, Capítulo II, 115 - 123]. Precisamos definir de forma clara os desafios da inculturação, de um lado, e os desafios da interculturalidade, de outro, de forma diferenciada. O Capítulo II da Parte III do Instrumentum Laboris aborda, sobretudo, os desafios da inculturação da fé cristã: tradução da mensagem do Evangelho; evitar a homogenização; superar o clericalismo; ou sugestões relacionadas com a catequese e a homilética. Entendemos, entretanto, que precisam ser definidos também desafios específicos da interculturalidade, tais como:

- a) Incluir nos processos formativos dos agentes de pastoral (sacerdotes, religiosos/as e leigos/as) a dimensão do diálogo intercultural e interreligioso;
- b) Incluir nos processos formativos dos institutos e centros missionários a dimensão da reciprocidade como elemento substancial na missão junto aos povos indígenas;
- c) Reconhecer o caráter único e insubstituível da experiência e riqueza espiritual dos diversos povos indígenas;
- d) Compreender a missão como um espaço de interação e intercomunicação, marcado pelo respeito às formas e expressões dos diversos povos.

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
09 OTT. 2019
ARCHIVIO:
UD - 06

TEMA: DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS**contra a ameaça do genocídio e etnocídio de seus povos (IL 118, 143, 144)****Responsável: Pe. Raimundo Vanthuy Neto - Diocese de Roraima**

Santo padre o senhor nos lembrava em porto maldonado que “Provavelmente, nunca os povos originários amazônicos estiveram tão ameaçados nos seus territórios como o estão agora. Quero partilhar com os senhores e as senhoras o questao da demarcação e proteção dos territórios indígenas... que se encontram no IL 118, 143, 144

Reconhecemos (VER)

Que depois de ouvir mais de 170 povos indígenas, em sintonia com suas palavras Papa Francisco e explicitadas no *Instrumentum Laboris* (IL 14, 15, 16, 45, 46, 57-62), conhecemos melhor as realidades destes povos na Amazônia e reconhecemos as ameaças de vida e destruição que pairam sobre eles e seus territórios. Estas ameaças, muitas vezes, se tornaram realidade de destruição e morte: genocídio e etnocídio.

Reconhecemos a causa indígena como uma tarefa pastoral, ecológica, jurídica e política.

Consideramos (JULGAR)

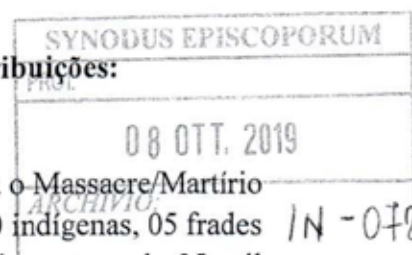
Que a terra é fonte de vida e direito inalienável dos povos indígenas e ao mesmo está na raiz dos conflitos que levam a genocídios e etnocídios, como também de assassinatos e criminalização de suas lideranças. A demarcação e proteção dessas terras é obrigação dos Estados Nacionais e dos seus governos. Diante disso não podemos negligenciar as contundentes palavras de São João Paulo II em Manaus: “*Confio aos Poderes Públicos e outros responsáveis os votos... que a vocês, cujos antepassados foram os primeiros habitantes desta terra, tendo sobre ela um particular jus ao longo de gerações, seja reconhecido o direito de habitá-la na paz e na serenidade, sem o temor do pesadelo – de serem desalojados em benefício de outrem, mas seguros de um espaço vital que será base não somente para a sua sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como grupo humano, como verdadeiro povo...*” (Manaus 1980) Na realidade, porém, grande parte dos territórios indígenas está sem nenhuma proteção. Outra parte já demarcada, está invadida por garimpeiros, madeireiras, fazendeiros, companhias petroleiras, mineradoras... O Papa Francisco nos lembra que “a defesa da terra não tem outra finalidade senão a defesa da vida” (Fr.PM). Na encíclica “*Laudato Si*”, o senhor/ o papa assume a causa dos povos indígenas pela sua terra e a luta por seus territórios (cf. LS 179), como início de um olhar e estilo de vida diferentes, o início de uma “corajosa revolução cultural” (LS 114) para toda a humanidade (cf. LS 111).

A defesa das terra indígenas é para nós, um imperativo ético e uma consequência da fidelidade ao Evangelho

Propomos (AGIR)

- “uma opção sincera em prol da defesa da vida, defesa da terra e defesa das culturas” (Fr.PM). Naquele caminho indicado por São João Paulo II “*A Igreja, tem estado e continuará a estar sempre a seu lado, para defender a dignidade de seres humanos, para defender o direito a ter uma vida própria e tranqüila, no respeito aos valores das suas tradições, costumes e culturas....*” (Cuiabá 1991)
- Estamos dispostos a lutar pelos direitos e pela vida das comunidades indígenas, pela demarcação dos seus territórios, preservação dos rios e das florestas, que são espaços sagrados. Propomos uma atenção especial aos indígenas que vivem nas cidades.
- Procuramos atender a demanda de uma evangelização a partir da diversidade cultural dos povos, em sintonia com a sua cosmovisão, para tal nos comprometemos estudar e valorizar as Teologias Índias.
- Sentimos a urgência de uma catequese e liturgias inculturadas na realidade dos povos indígenas,
- Sugerimos uma formação diferenciada para as vocações indígenas e para os agentes pastorais não indígenas que vão viver e trabalhar com eles.
- Trilhando o caminho assegurado por São João Paulo II em cuiabá, queremos reafirmar aos Povos Indígenas: “a certeza de que a Igreja está e continuará a estar a seu lado. Ela, que tem a missão de levar a todos os cantos da terra a palavra salvadora do Evangelho, será sempre para todos a servidora do Deus da vida, do Deus que quer para cada um uma vida plena nesta terra...” (Cuiabá 1991)

Diocese de Grajaú - Dom Rubival Cabral Britto: Contribuições:



Fui enviado por Vossa Santidade a Diocese de Grajaú, onde aconteceu o Massacre/Martírio em Alto Alegre, em 13 de março de 1901, foram ceifados mais de 200 indígenas, 05 frades capuchinhos, 07 religiosas Capuchinhas de Madre Rubato. Ali residem cerca de 35 mil indígenas, organizados em cinco povos: Guajajaras, Canelas, Kranies, Crepukranier, Timbira Krepu'Kranier. Há quinze anos a Pastoral Indigenista foi constituída. 'No processo de escuta inúmeras vezes ouvimos: *queremos ser católicos, não venham apenas nos visitar. Queremos vocês aqui conosco, nos ajudem...*' Mediante as diversas escutas realizadas nas rodas de conversas, na leitura do Instrumento Laboris, torna-se urgente dar uma resposta aos clamores de nossos irmãos.

IL nº 143, 144, 146: afirma que a Igreja profética tem a missão de anunciar o Evangelho e comprometer-se com a defesa dos direitos dos povos indígenas especialmente os mais vulneráveis e de uma presença qualitativa e expressiva das pastorais, especialmente a Pastoral Indigenista, com um olhar mais atento, humanizado e misericordioso;

IL nº109: Fala de uma Igreja Profética com rosto Amazônico que tem uma clara opção pelos (e com os) pobres, e pelo cuidado da casa comum;

IL nº 114; 128; 129: Fala de uma Igreja Missionária, inculturada, superando uma "pastoral de visita" para uma "pastoral de presença". A partir da pastoral de presença, torna-se uma Igreja que permanece, comprometida com a vida, investindo na formação do protagonismo, especialmente das mulheres e das juventudes.

A antiga desobriga foi uma resposta para um determinado contexto da Igreja. Hoje necessitamos organizar, acompanhar a formação das comunidades eclesiais missionárias, como resposta ao apelo do mundo urbano que nos desafia quer nas cidades, quer nas aldeias urbanas e rural. A nossa Missão Evangelizadora exige compromisso com a defesa dos direitos dos Povos Indígenas, do território, da floresta, do bem viver na defesa da vida, cuidando da espiritualidade integral.

IL nº 107: "Precisamos que os povos indígenas plasmem culturalmente as Igrejas locais amazônicas". Para isso "os novos caminhos de evangelização devem ser construídos em diálogo com estas sabedorias ancestrais em que se manifestam as sementes do Verbo, caminhos que respondem ao *kairós* que impele o povo de Deus a acolher seu Reino nessas bio-socio-diversidades."

a) Portanto, torna-se urgente organizar, reorganizar onde já existe a Pastoral Indigenista, em cada Diocese, para que seja instrumento de formação, acompanhamento, capacitação das lideranças indígenas. Fazer o caminho da passagem de uma Pastoral Indigenista para uma Pastoral Indígena protagonistas de sua identidade própria com rosto amazônico;

b) É impossível no atual cenário, sermos uma presença permanente neste contexto amazônico, se não repensarmos a ministerialidade da Igreja. Portanto, necessitamos investir, promover a formação do protagonismo dos leigos; acreditar nas vocações indígenas, retomar e valorizar o Diaconato Permanente. Valorizar o protagonismo profético da VRC feminina; discernir e definir a missão dos Viri Probati; reconhecer e conferir dignidade ao valioso papel da mulher na missão da Igreja.

O nosso futuro missionário na Amazônia depende de nossa abertura aos sinais dos tempos.

A defesa da vida dos povos originários

Referente ao Capítulo I, Números 11-14, da I Parte do Instrumentum Laboris

Por Dom Vital Corbellini, Bispo de Marabá - PA

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
07 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN-034

Convocado pelo Papa Francisco, é importante o Sínodo para a Amazônia no qual debate novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral e também porque traz um tema de uma região essencial do mundo para toda a Igreja e para o Reino de Deus. É um Kairós para todos nós, oportunidade de graça de Deus para evangelizar as pessoas seja do campo e da cidade e para sermos evangelizados. A vida na Amazônia é rica na biodiversidade, mas é também ameaçada pela destruição e exploração ambientais. Devemos denunciar as situações de pecado, as estruturas de morte, a violência e fomentar o diálogo inter-religioso e ecumênico (Dap. 95, IL 11) Neste sentido gostaria de aprofundar a importância da defesa da vida dos povos originários porque eles estão entre aqueles mais ameaçados nas suas vidas, nos seus territórios, nas suas florestas, e também em sua religião.

Reconhecemos no passado, a defesa da vida dos povos originários foi bem assumida nas relações que os missionários tiveram até com o martírio porque se defrontaram frente aos invasores, aos colonizadores sejam eles portugueses, sejam espanhóis. Era também dada uma evangelização eficaz junto nas quais destacamos as figuras de São José de Anchieta, Bartolomeu de Las Casas, Bispo, os três mártires Rio grandenses São Roque Gonzales, São Afonso Rodrigues, São Juan del Castilhos, entre outros evangelizadores que souberam anunciar Jesus Cristo, a redenção do Senhor. Muitos missionários e missionárias deram as suas vidas pela causa indígena. Percebemos ainda hoje o trabalho de muitos evangelizadores no sentido de defesa da vida dos povos originários. Colhem-se frutos bons porque percebemos muitos indígenas vivendo bem os compromissos cristãos, os mandamentos da lei de Deus e os sacramentos, a vida cristã, a ecologia integral, própria da vida deles, passando do bem viver para o bem fazer. Dizemos que a vida dos povos indígenas está sendo mais contemplada, como o Papa Francisco tem se demonstrado em suas declarações e pede de nós, pastores do povo de Deus a atenção aos povos indígenas, porque esses devem ajudar os bispos a buscar caminhos para uma evangelização coerente, de vida em Jesus Cristo. No entanto, nós constatamos que uma parte desses povos indígenas está com as Igrejas evangélicas, nas quais a sua presença nas aldeias indígenas é muito forte e onde muitos caciques são pastores tendo diversas igrejas. Isso dizemos de nossa parte, no Sul do Pará, onde a presença evangélica é bem expressiva no meio deles. Nós temos o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) que está fazendo um bom trabalho junto aos povos originários, mas precisamos marcar uma maior presença. Fizemos já algumas visitas, marcamos presença junto a esses povos, pelos sacramentos, pelo Círio de Nazaré, Círio Missionário, e compromissos sociais, como a Pastoral da Criança. Mas precisaríamos uma maior atuação porque os indígenas querem algo mais de nossa parte. Percebe-se alguns suicídios entre os indígenas. O que se pode fazer? Acreditamos que sejam necessárias políticas públicas onde as autoridades ajudem os povos originários, a viver

melhor, com a saúde, as suas terras não sejam invadidas, as suas florestas não sejam derrubadas, os seus rios não sejam contaminados pelo minério pelas grandes empresas da região e também possam acreditar na alegria do evangelho de Cristo Jesus. Cristo aponta para a Amazônia, dizia São Paulo VI.

Muitos são os desafios que levem a pensar em soluções concretas para a Igreja atuar bem conforme o Evangelho de Cristo Jesus. O Espírito Santo nos ilumine nesta caminhada para termos propostas condizentes, buscando sempre o dialogo com as pessoas, os povos originários, valorizando as ações boas realizadas na evangelização e hoje se encarnem no mundo amazônico. Fica o desafio de como anunciar de novo o Kerygma para nós e para esses povos sabendo que a Igreja católica ainda está com eles, mas devemos intensificar a nossa presença, para que assim a adesão ao Senhor, à Palavra de Deus continuem em seus corações em vista do amor a Deus, ao próximo como a si mesmo. É preciso sim lutar pela vida dos povos originários, pelo respeito às suas culturas, florestas, mas também dar-lhes o sustento pela Palavra de Deus e pela eucaristia onde os seus costumes e crenças tem sentido, valor, e assim valorizam-se as suas vidas em unidade com a Igreja e com Senhor Jesus Cristo, Nosso Salvador.





**MITRA DIOCESANA
DE BREJO**

*"Com pastor dá a vida pelas suas
ovelhas". (Jo 10,11)*

CNPJ nº 05.626.932/0001-68
Praça Benedito Leite, 166, Centro
CEP: 65.520-000, Brejo - MA - Brasil
Fone: (98) 3472-1151
diocesadebrejo@hotmail.com



TEMA: Comunidades Quilombolas: Herança viva da resistência das populações Afroamericanas na Amazônia (IL :30,38,41-42)	
Responsável:	Dom José Valdeci Santos Mendes
Contatos:	dvaldecimendes@gmail.com ;

Histórico das Comunidades Quilombolas na Região Amazônica

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
07 OTT. 2019
ARCHIVIO:
IN - 032

RECONHECENDO QUE:

A existência de comunidades quilombolas é própria da situação histórica latino-americana, como resistência à escravidão dos negros trazidos forçosamente do continente africano (cf. SD 246). Estas comunidades também são denominadas "palenques" na América hispânica ou "maroon's societies" na Guiana Francesa e Suriname. Sua presença na região Amazônica se deve a realidade primeira da escravidão ocorrida entre os séculos XVI e XIX na América Latina. Na Amazônia brasileira, a partir do século XVIII, mesmo que tardiamente, se intensificou, sobretudo a partir da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esta empresa fortaleceu a ocupação da região a partir da utilização da mão de obra escrava.

Quando a escravidão foi abolida em lei nos diferentes países latinos americanos as comunidades permaneceram como espaço de manutenção da vida e como resistência dos afros descendentes, visto que a sociedade mais ampla era fortemente marcada pelo preconceito e discriminação. A prática da escravidão, e suas justificativas, geraram na população negra uma realidade de racismo, empobrecimento e exclusão social, além de feridas profundas quanto à valorização da sua tradição cultural.

Essas comunidades são hoje núcleos agrícolas extrativistas com uma forma de vida independente em relação as demais populações. Mantêm a sua cultura e tradições, mesmo diante das ameaças ou influências externas. A partir da conquista do direito ao reconhecimento do território coletivo de quilombolas na Constituição Federal de 1988 em consonância com outras leis tais como a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT), cresceu a sua organização e luta permitindo o aumento do número de comunidades que tiveram seu território reconhecido e titulado, mesmo sendo um pequeno percentual em vista da demanda.

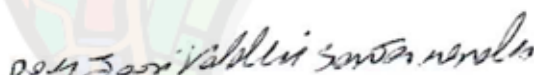
CONSIDERANDO QUE:

sensibilidade na compreensão das diferentes manifestações dos povos amazônicos e que os afro descendentes enriquecem com seus modos de vida. É comprovado que este povo, uma vez recuperada a liberdade, retomou suas religiões originárias, mas em muitas situações acolheu de coração aberto e espírito sincero a proposta cristã.

A luta das comunidades quilombolas na defesa dos seus territórios e da identidade cultural é legítima necessária e benéfica para toda a humanidade. Como Igreja, devemos apoiar a resistência dos quilombolas em consideração a nossa tradição de defesa da vida fundamentada no evangelho de Jesus Cristo (Jo 10,10).

RECOMENDAMOS:

1. A Igreja continuar apoiando as organizações e as lutas das comunidades quilombolas em defesa dos seus territórios (cf. DAp 533), visto que nos últimos anos tem sofrido ameaças e agressões devido ao avanço dos projetos do grande capital nacional e internacional, para a integração da região em nova etapa do capitalismo.
2. O respeito pelas manifestações religiosas próprias dos afros descendentes empenho pelo diálogo inter-religioso, evitando toda forma de racismo e preconceito (cf. Dap 532)
3. A Evangelização inculturada e dialogante viabilizadas especialmente pela catequese e liturgia condizentes com a cultura quilombola (Manaus 1997, 40, CNBB 105)
4. Colocar a estrutura pastoral da Igreja à serviço das comunidades quilombolas e compreendidas com outras denominações compreendendo seu jeito próprio de viver a fé cristã.
5. Contribuir para que a população negra presente na Amazônia supere a realidade de pobreza e exclusão social, assumindo-se como protagonista da sua história e cultura.


+ Dom José Valdeci Santos Mendes
Bispo Diocesano de Brejo

TEMA: Sinodalidade (<i>Instrumentum Laboris</i>: 5, 92, 147)	
Responsáveis:	Dom Neri José Tondello
Contato:	nerijosetondello@hotmail.com

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
07 OTT. 2019
ARCHIVIO:
IN - 029

Reconhecemos (VER)

O “Sínodo para a Amazônia”, para nós Bispos deve-se tornar um lugar de conversão, de conversão pastoral, ecológica e de “conversão à sinodalidade eclesial” (IL 5).

Eu queria falar sobre a nossa conversão à sinodalidade, que é uma irmã do diálogo. Em ambas as esferas “trata-se de um acordo para viver juntos, de um pacto social e cultural” (EG 239). A sinodalidade, o Papa Francisco qualificou em seu discurso, por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, dia 17 de outubro de 2015, como uma “dimensão constitutiva da Igreja” (EC 6) como é constitutiva seu “estado permanente de missão” (EC 1,3). A sinodalidade é “um dos legados mais preciosos da última sessão conciliar. [...] O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio” (EC 6).

Na Constituição Apostólica *Episcopalis Communio*, o Papa Francisco considera o Sínodo como “um instrumento privilegiado de escuta do povo de Deus”. Em seguida, o Santo Padre pede, para nós, os padres sinodais, “do Espírito Santo, o dom da escuta: escuta de Deus, até ouvir com Ele o grito do Povo” (EC 6). E no grito do povo se faz ouvir o grito da Terra e dos territórios da Amazônia, hoje, por muita parte, ameaçados, disputados, devastados, saqueados e em chamas por interesses do lucro individual. Mediante a escuta recíproca entre Sínodo, povo de Deus e natureza, “a Igreja se transforma em uma Igreja em saída, tanto geográfica como estrutural” (IL 92), uma Igreja que aponta para novos caminhos, uma Igreja missionária, discípula de Jesus e sinodal com o povo de Deus. Os novos caminhos convidam para um novo estilo de vida na “sobriedade feliz” (LS 224). Embora o Sínodo se configure como um organismo episcopal, mas, na realidade, “é um instrumento apto a dar voz a todo o povo de Deus” (EC 6).

Consideramos (JULGAR)

Na preparação desse Sínodo, procuramos ouvir a voz desse povo de Deus através de fóruns temáticos em toda a Pan-Amazônia, através de Assembleias Territoriais em nossas dioceses, vicariatos ou prelazias e através de pequenas rodas de conversa. Temos acesso às sínteses dessas escutas, cujas propostas estão substancialmente presentes no *Instrumentum Laboris* (IL). São os moradores batizados de cada região que, segundo o Papa, devem plasmar o rosto de sua Igreja local que se expressa em sua prática sacramental, estrutura ministerial e reflexão teológica: “É bom que agora sejais vós próprios a autodefinir-vos e a mostrar-nos a vossa identidade. [...] “Quis vir visitar-vos e escutar-vos”, disse o Papa no encontro de Porto Maldonado, “para [...] solidarizarmo-nos com os vossos desafios” (Francisco, Porto Maldonado, 19.01.2018). “Aceitemos”, pede o Papa, “com alegria o dom específico do outro ou da outra, obra de Deus criador” (LS 155).

Nós padres sinodais temos agora a difícil tarefa de praticar a sinodalidade e transformar essas escutas documentadas em propostas concretas. Temos o dever, segundo o mapa desenhado nas escutas pelo povo de Deus, de traçar novos caminhos, caminhos pós-coloniais, e moldar o rosto de uma Igreja que corresponda pastoralmente à diversidade cultural e às distâncias geográficas da Amazônia.

O Sínodo começou com as primeiras escutas, em Porto Maldonado. Depois dessas três semanas, que caminhamos juntos, aqui, em Roma, vai continuar, “com a finalidade de dar início em todas as Igrejas particulares à recepção das conclusões sinodais [...]. A esse respeito, vale recordar que as culturas são muito diferentes entre si e cada princípio geral [...] se quiser ser observado e aplicado, precisa ser inculturado” (EC 7,3). “O processo sinodal não apenas tem seu ponto de partida, mas também o seu ponto de chegada no povo de Deus” (ibid.). A escuta continua. Também depois do Sínodo “precisamos nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir” (EG 171; cf. EC 5).

Propomos (AGIR)

Ao avaliar as Sínteses das escutas do povo de Deus é bom se lembrar que o conjunto do povo de Deus não pode enganar-se na fé: O *sensus fidei* impede uma rígida separação entre Igreja mestra (*docens*) e Igreja discípula (*discens*). “Também o Rebanho possui a sua intuição para discernir as novas estradas que o Senhor revela à Igreja” (DS), na qual todos os batizados são alunos e mestres.

As questões que devem ser tratadas no sínodo devem ser definidas por todos: presbíteros, diáconos, fiéis leigos, religiosos e religiosas, organismos de participação eclesial (EC 7), porque é “a totalidade do povo de Deus que evangeliza” (EG 17c).

“A expressão da verdade pode ser multiforme” (EG 41). O Sínodo e o Papa não devem emitir ordens rígidas para sua aplicação. Exige-se um discernimento territorial e “uma salutar ‘descentralização’” na aplicação das conclusões da Assembleia Sinodal (EC 7; cf. EG 16).

Os povos da Amazônia esperam “a passagem de uma ‘pastoral de visita’ para uma ‘pastoral de presença’, a fim de voltar a configurar a Igreja local em todas as suas expressões: ministérios, liturgia, sacramentos, teologia e serviços sociais” (IL 128), com ministros autóctones em diálogo com as culturas e religiões dos povos. Uma Igreja batismal, Igreja colegial, diferente de uma Igreja clerical. “Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e sua dinâmica missionária” (EG 32).

“Para os discípulos de Jesus, [...] a única autoridade é a autoridade do serviço, o único poder é o poder da cruz” (DS). E essa autoridade do serviço se realiza nos três níveis de uma “Igreja toda sinodal” (DS): nas Igrejas particulares, nas Conferências Episcopais e na Igreja universal, ou dito de modo mais simples: nas comunidades e paróquias, nas dioceses e no Vaticano.

O sínodo não deve se contentar em tratar este ou aquele sintoma da situação eclesial. Devemos mudar a nossa mentalidade. Precisamos ir às causas. Precisamos um olhar e um agir diferente, mais evangélico e pentecostal: “A cosmovisão dos povos indígenas amazônicos inclui o apelo a libertar-se de uma visão fragmentária da realidade, que não é capaz de entender as múltiplas conexões, inter-relações e interdependências (LS 111).

“Dadas as características próprias do território amazônico, sugerimos criar uma estrutura laical transitória que assessorie os bispos na realização das propostas sinodais.

A sinodalidade como **método** de caminhar juntos, é ao mesmo tempo uma **mensagem**: trabalhar juntos na unidade do Espírito Santo, e uma **meta** de um projeto de vida para os contemporâneos e para o futuro de toda a humanidade **na** casa comum e com cuidado **da** casa comum.

SINODO
(Viri Probati n.129.A.2)

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
07 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N - 030

Papa Francisco,

a respeito do n. 129. A.2 do *Instrumentum laboris*, que oferece um elemento muito importante para o futuro da Igreja da Amazônia, faço as seguintes observações:

– O número de comunidades a ser atendidas e suas distancias geográficas, impedem que os nossos sacerdotes fiquem permanentemente com seu povo (minha diocese com 830.000 habitantes tem só 45 padres para atender 1.110 vilas e povoados). Por esta razão, eles não estão em condições de viver aquilo pelo qual foram constituídos - "Tirados dentre os homens e constituídos a favor dos homens" (*Presbyterorum ordinis*, 3; cf Hb 5, 1) –, uma vez que encontram as pessoas apenas algumas vezes por ano para celebrar a missa, pouquíssimas para confessar, e logo, em seguida, correm para uma outra comunidade, não podendo, assim oferecer a permanência necessária para um verdadeiro cuidado pastoral, que, ao em vez requer presença, proximidade com os fiéis, acompanhamento, tecelagem de relações eclesiais, para que a Igreja seja realmente a comunhão das pessoas.

– Por causa disso essas comunidades permanecem sem a Eucaristia e a penitência, indispensáveis para crescer como Igreja,¹ e sem a assistência espiritual ordinária, especialmente dos casais, para que possam viver com responsabilidade o seu matrimônio e a educação dos filhos.

- Existem também os fatores agravantes da forte aceleração do secularismo e da indiferença religiosa e da violenta invasão das Igrejas Pentecostais diante da qual a piedade popular não aguenta e cuja capilaridade se tornou mais real entre o nosso povo que a capilaridade católica. Na minha cidade de Castanhal com 230.000 habitantes tem mais de 750 Igrejas Pentecostais e apenas 50 igrejas católicas e em cada um dos 1.110 povoados se instalaram diversas Igrejas pentecostais, com o pastor constantemente presente *in situ* e reconhecido como tal, reconhecimento este do qual não gozam os nossos Ministros da palavra.

- Diante desta realidade, não desanimamos. Cremos que o maior desafio está na qualidade da formação dos nossos padres, diáconos permanentes e dos nossos leigos que tantas vezes correm o risco de se clericalizar. Apostamos na Iniciação à vida cristã e na formação de pequenas comunidades missionárias, investimos nas vocações sacerdotais e nos Diáconos Permanentes, no protagonismo dos leigos e nos diversos ministérios, contudo nosso povo se de um lado valoriza os

¹ "Porventura o cálice da bênção que abençoamos, não é a comunhão com o Sangue de Cristo? E o pão que partimos, não é a comunhão do Corpo de Cristo? Uma vez que há apenas um pão, nós, apesar de sermos muitos, somos um só corpo: de fato, todos participamos do único pão" (1Cor 10, 16-17). Cf. Agostinho: "Se sois o corpo e os membros de Cristo, o vosso mistério é colocado na mesa do Senhor, recebeis o vosso mistério" (*Sermo* 272: PL 38, 1247).

diáconos permanentes, do outro não reconhece aos nossos ministros da Palavra a mesma investidura e autoridade moral atribuída aos pastores pentecostais.

Então, se nós Igreja Católica não tivermos ministros ordenados não clericalizados e mais presentes em nossas comunidades para presidir a eucaristia e o sacramento da penitência, para animar e promover todos os outros ministérios e pastorais, ainda que seja para estar presentes e não para competir com os evangélicos, poderemos amargar uma debandada ainda maior dos nossos católicos, pois os pentecostais estão se multiplicando assustadoramente e arrasando sem piedade.

- Dos 418 Diáconos Permanentes presentes em toda a Pan-Amazônia, 110 são da minha diocese, todos ordenados depois de um longo e positivo processo de formação e discernimento, que continua todo mês com a formação permanente. Alguns, entre eles, os considero já aptos para uma eventual ordenação sacerdotal. Portanto, concordo com aquilo que é proposto neste número 129, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias para a ordenação dos *virī probatī*.

- No entanto, uma vez que, neste sentido não temos experiência de referência, considero oportuno que com humildade nos dirigíamos para as Igrejas Irmãs de tradição Apostólica, que têm, a esse respeito uma tradição ininterrupta e positiva, a fim de tirar proveito de sua experiência pastoral em relação ao discernimento vocacional dos sacerdotes uxorados, das suas esposas e ao apoio de formação que oferecem a eles.

Dom Carlo Verzeletti
Bispo de Castanhal - PA
Brasil

SYNODUS EPISCOPORUM

PROT.

12 OTT. 2019

ARCHIVIO: UD - 27

**ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
(FERREIRA CAVALCANTE)****RECONHECENDO QUE:**

“Em conformidade com as consultas realizadas em nossas regiões amazônicas, as comunidades consideraram que a vida na Amazônia está ameaçada sobretudo” também pela a exploração sexual infanto-juvenil, a gravidez precoce e o casamento infantil, aparece nos três partes do Instrumento Laboris.

O cenário de violência e de exploração sexual, da naturalização, tão marcante na região da Amazônia, concentra-se tanto em âmbito urbano, quanto rural.

Os grandes projetos de desenvolvimento econômico, também incentivadores de processos migratórios criam espaços nos quais crianças e adolescentes da região são iludidas, enganadas e aliciadas para a exploração sexual. Segundo matéria da Folha de São Paulo, 7/ 10/2019, o numero de estupro no Brasil esta em alta, em 2018, foram 62 mil crianças violentadas sexualmente, sendo que o maior índice esta na região da Amazônia. Entre meninas e adolescentes da Amazônia vem da própria família.

A uma interligação das redes criminosas que roubam a infância, abuso, exploração sexual, droga, alcoolismo, tráfico de crianças para adoção ilegal e retirada de órgãos.

Outra grave problemática é a gravidez na adolescência, e o casamento infantil, muitas famílias entregam as filhas para os agressores-abusadores, como forma de transferir suas responsabilidades e cuidados para estes adultos.

CONSIDERANDO QUE:

Jesus vai além dos gestos e palavras ao identificar-se com todos aqueles que esperam a libertação: tive fome, tive sede, era estrangeiro, estive preso, estava nu (cf. Mt 25,31-46). Ele quer ser reconhecido naquele que sofre como um irmão pelo qual deu a vida (1Cor 8,11; Rm 14,15).

- a) A relação cristão e criança: Mt, 18,4; Lc 18,17
- b) “Quem recebe a uma criança, recebe a mim”: Mt 18,5; Mc 9,37; Lc 9,48
- c) Dignidade da criança: Mt 18,10; Mc 10,16 (Benção, abraços, imposição de mãos)
- d) Escândalo: Mt 18,5-7; Lc 17,1-2.

PROPOMOS QUE

1. Que possamos compreender e enfrente pastoralmente os desafios da desigualdade sócio econômica, a exploração sexual infanto-juvenil e a gravidez precoce;
2. Que possamos motivar o pacto global para empresas das nações unidas, buscando que os países membros e parceiros se comprometam a combater o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil e a gravidez precoce.
3. Enfrentar o Estado quando deixa de exercer seu papel impedindo que a vida de crianças, adolescentes, jovens e mulheres sejam negociadas como mercadoria.
4. Que tenhamos criatividade e cuidado pastoral diante deste crime hediondo somando forças a outros segmentos da sociedade civil, em parceria com outros mecanismos internacionais e do governo em suas diversas instâncias.
5. Realizar um trabalho continuo de prevenção, atendimento e encaminhamento as vítimas e de incidência política.
6. Que assumamos o trabalho de prevenção junto às comunidades ribeirinha, urbanos e de periferias e populações indígenas.
7. Investimento com os grupos que já desenvolvem um trabalho de prevenção e estão ligados as conferencias episcopais e da Vida Religiosa na formação de lideranças e prevenção junto a sociedade.
8. Fortalecimento das iniciativas e redes de proteção de enfrentamento ao abuso e exploração sexual.

José Amarildo Luciano da Silva, CSsR

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA: NOVOS CAMINHOS PARA
PARA UMA ECOLOGIA INTEGRAL

A EVANGELIZAÇÃO E O FORUM	
PROT.	
08 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN - 070

Santo Padre Papa Francisco

A Igreja que está na Amazônia tem uma bonita história de doação, dinamismo, profetismo.

Arrisco a dizer que todas as cidades da Amazônia, pelo menos da Amazônia brasileira, começaram ao redor das missões católicas. Foi a Igreja quem levou primeiro, junto com o Evangelho, as primeiras escolas, os primeiros hospitais, etc. A Igreja formou comunidades.

Devemos muito aos missionários estrangeiros, homens e mulheres consagrados de outros continentes que deram a vida na nossa região. Alguns foram martirizados e se tornaram exemplos para o povo, como o Beato Pedro Donders, missionário holandês que morreu com os leprosos do Suriname e cuja santidade é inquestionável. Aproveitamos e pedimos que seja canonizado para o bem daquela porção do povo de Deus. O bispo do Suriname está entre nós e pode reiterar esse pedido.

O que os missionários estrangeiros fizeram pela nossa região foi muito válido, pois nos legaram uma herança, um testemunho, uma memória. Não podemos esquecê-los.

Eles se preocuparam com a formação de missionários autóctones. E aqui estamos nós, muitos frutos do esforço de tantos que trabalharam para formar as igrejas locais, com comunidades organizadas e com sacerdotes filhos da região.

Temos na Amazônia centros de formação sacerdotal e de formação de lideranças leigas e religiosas. Ou seja, temos uma caminhada, uma história bonita, história de uma Igreja sinodal. Basta lembrar a colegialidade dos bispos da Amazônia brasileira, do encontro de Santarém, em 192, motivados pela palavra profética de São Paulo VI que disse, naquele tempo: “Cristo aponta para a Amazônia”.

Em 2007 a Igreja do Brasil promoveu uma Campanha da Fraternidade sobre a Amazônia. Naquele ano nós buscamos senão encontrar novos caminhos para a evangelização, pelo menos reparar as estradas, reabrir as veredas existentes e anunciar de novo o Evangelho. Logramos resultados, vocações autóctones e a chegada de novos missionários que igrejas irmãs e congregações religiosos enviaram para a Amazônia.

Na linha social, a Campanha da Fraternidade, apoiada pela Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB – denunciou o que agora estamos denunciando de novo: queimadas, exploração do povo, etc.

Já antes tivemos uma Campanha da Fraternidade para os indígenas e outra para a questão da água. Aliás, se fôssemos enumerar, as CFs da Igreja do Brasil são todas proféticas e muitas delas têm se voltado para a problemática amazônica.

Agora temos uma Assembleia especial convocada por vossa santidade. Este evento eclesial acende luzes, renova esperanças e anima a nossa missão.

Ontem à noite li muitas mensagens de lideranças comunitárias que insistiam para que vos fizesse saber que estão em comunhão com vossa santidade, que apoiam este sínodo, e que esperam de nossa parte uma disposição para caminhar com eles/elas.

As comunidades da Amazônia não estão paradas. Elas caminham, celebram, e se alegram quando veem um padre ou bispo, ou quando escutam vossa santidade através dos meios de comunicação. Estas comunidades esperam que lhes asseguremos a nossa companhia, a nossa amizade e respeito, como fez Jesus junto aos discípulos de Emaús.

Diante dos muitos apelos que já foram feitos, como aquele dos discípulos de Emaús: “fica conosco”, sugiro que repensemos um novo modelo de formação sacerdotal que seja sério, porém, menos demorado, mais missionário-bíblico-teológico e pastoral, e talvez menos filosófico.

Muito obrigado



Petitio loquendi – P. Sidnei Marco Dornelas, CS

MIGRAÇÃO E MOBILIDADE HUMANA NA PANAMAZONIA

IL 31-32; 63-69; 105-114; 129f; 135

Reverendíssimos Padres Sinodais,

Como missionário scalabriniano, com satisfação, mas também com preocupação, percebi como o Instrumentum Laboris (IL) soube recolher as contribuições que apontam para os grandes desafios da realidade das migrações no território da Panamazônia. Reconhece a importância das migrações para o seu povoamento, com suas contradições e conflitos, e mostra principalmente como a migração continua ainda hoje trazendo graves impactos: a urbanização desordenada resultando em precárias condições de vida; o abandono em que se encontram as camadas mais pobres da população em suas periferias; a realidade dos indígenas desaldeados nas cidades; a perda de referenciais culturais e tradicionais, principalmente entre os jovens. Denuncia as conseqüências de agrupamentos urbanos formados na esteira da implantação de grandes projetos, com seus impactos nos índices de violência e de deterioração da saúde pública, para não relembrar os graves danos ambientais. O IL também menciona a diversificação dos desafios da mobilidade humana no contexto das fronteiras, da “chaga” do tráfico humano, da expansão dos garimpos, da invasão das terras indígenas.

Porém, reconhecendo a importância que se procura dar à questão da mobilidade humana nessa macrorregião, gostaria de avançar um passo a mais. Considerando a necessidade de encontrar caminhos novos de evangelização para o território da Panamazônia em sua imensa diversidade, é preciso admitir que a Panamazônia atualmente já se tornou, no contexto da globalização, um espaço de fluxos, um território atravessado por fluxos globalizados. Também nesse sentido, a grande verdade é que “tudo está interligado”. Por isso, nos últimos dez anos o território da Panamazônia testemunhou mais de uma vez situações de “crise humanitária”, provocadas pela passagem inesperada de grandes grupos de migrantes, provenientes de outras regiões, vindos de fora da Amazônia. Foram milhares de haitianos entre 2010 e 2012, que atravessaram Tabatinga e Brasília, e venezuelanos que desde 2017 atravessam em massa a cidade fronteiriça de Pacaraima, para ficar apenas em dois exemplos brasileiros. Essas cidades fronteiriças constituem lugares de passagem em rotas migratórias que perpassam todo o território panamazônico. Também são lugares cruciais de passagem, concentração e fixação, cidades como Manaus, Cuiabá, Boa Vista, entre outras. Nesses lugares, e nas exigências que se criaram para a acolhida e apoio dos migrantes em trânsito ou que aí se instalavam, foi e é fundamental a atuação das pastorais e entidades de inspiração católica. A presença desses migrantes, para além dos eventos de emergência que desde então vieram a público, deve condicionar doravante toda a ação pastoral das Igrejas Locais.

Essa realidade emergente constitui para nós uma nova frente missionária, uma autêntica periferia existencial, nas margens do capitalismo globalizado, da qual faz parte o território da Panamazônia. É um grande desafio pastoral e missionário. Nesse sentido, creio que, na busca de “uma Igreja profética na Amazônia” (IL parte III), deveríamos aprofundar nosso entendimento e aplicação do princípio da cooperação missionária, enquanto cooperação inteleclesial, em vista da pastoral da mobilidade humana. Ou seja, intensificar as

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
07 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN-023

relações e encontrar novas modalidades de colaboração entre as Igrejas locais, as Conferências Episcopais, institutos missionários e pastorais, entidades de cooperação fraterna, Congregações religiosas, entre outros. De alguma maneira, concretamente, isso já vem acontecendo. A criação e rápido desenvolvimento da REPAM é um exemplo disso, com seu eixo sobre as “fronteiras”, assim como a realização desse Sínodo extraordinário. Os encontros de Igrejas de fronteira têm pautado também temas da mobilidade humana, e consequentemente, assumido o apoio a refugiados e migrantes em situação de emergência, de maneira exemplar. Porém, apresentar o tema da “cooperação intereclesial” nesse campo novo da missão, explicitar essas questões, debater sobre elas, e quem sabe formalizar orientações concretas, podem nos ajudar a ir além do que (muitas vezes de maneira improvisada) se tem feito no campo das migrações. Trata-se de buscar novas vivências da fé e da prática da caridade na vida comunitária, mesmo em meio às inseguranças dos encontros proporcionados pela provisoriedade e pelos imprevistos da mobilidade humana atual. E mesmo avançar no caminho de outras formas de concretizar a sinodalidade e a catolicidade nesse território, em comunhão com a Igreja no mundo todo, nossa Casa Comum.

Enfim, mais do que nunca a Igreja missionária na Amazônia é chamada a aprender a trabalhar em rede, atenta à fluidez dos fluxos contemporâneos, sabendo conectar o local com o global, o território da Panamazônia com os anseios de toda humanidade, principalmente dos mais pobres, entre os quais se incluem também os migrantes. Um desafio tanto maior que somos chamados a situar e conectar essas preocupações no sentido da “ecologia integral”: o acompanhamento dos migrantes, com a preservação do meio ambiente, o respeito dos territórios dos povos tradicionais e a construção de uma sociedade mais justa. Tudo isso, sabendo que a Panamazônia e o restante da humanidade não podem mais ficar indiferentes um para com o outro.

Que o Senhor continue nos iluminando na busca desses novos caminhos!

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
12 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N-127

INTRODUÇÃO

Santo Papa Francisco e Irmãos.

Diocese que represento: Diamantino – Mato Grosso – Brasil.

Se encontra na divisa das seguintes águas: Bacia Platina e Bacia Amazonica.

O Rio Paraguai, passando pelo Pantanal, forma a Bacia Platina, desaguando no Estuário do Prata.

As nascentes dos rios Preto, Arinus e Jurueme formam o Tapajós, importante afluente do Amazonas.

Quero ligar as fontes e nascentes de água com a vida física e espiritual, fazendo uma ligação com a catequese de iniciação à vida cristã, formando crianças e jovens, discípulos missionários, defensores da natureza, para uma natureza integral, conforme o Capítulo I do Instrumentum Laboris e a Laudato Si.

“

Ó Deus, Senhor do Universo, que dispões de mim segundo a tua vontade e tens o poder sobre o destino da humanidade, que me destes a missão de ser a fonte da vida, permite que eu fale e reflita com o homem sobre a minha missão. Meu irmão homem!

Eu sou a fonte para todas as formas de vida. Sem mim não há vida. Eu tenho diversos nomes: água, vapor, nuvem, chuva, orvalho, sereno, geada, gelo, granizo e geleiras. Eu percorro o mundo em forma de rios, cubro grande parte do planeta com lagos, mares e oceanos. Eu tenho a missão e o poder de manter a vida. Eu sou ansiosamente procurada pelos homens e animais para saciarem sua sede. Da minha pureza depende a saúde dos homens e animais. Eu asseguro a prosperidade fazendo a terra produzir alimentos e todos os bens necessários ao homem. Quando eu falto, pela seca, o homem se angustia e se sente ameaçado pela pobreza.

E Deus disse: "Se seguires as minhas leis e guardares os meus preceitos, eu te darei a chuva nos tempos certos. A terra dará seus produtos e as árvores se carregarão de frutos" (Lev. 26,3-4). Eu te purifico e restauro pelo banho e te dou o prêmio do descanso das tuas fadigas. Sou sinal de saúde e cura. Pelas águas da piscina de Silóé (Jo. 9,7) e do tanque de Betesda (Jo. 5,2) Jesus purificou de doenças. Sou promessa de "água viva" (Apoc. 21,6) e símbolo da felicidade humana (Is. 49,10). O profeta comparou a palavra de Deus com a chuva que fecunda a terra (Is. 55, 10). No ecossistema das minhas águas todas as formas de vida encontram seu alimento. Pelas águas dos rios, lagos, mares e oceanos singram barcos e navios transportando riquezas e homens fazendo viagens de negócios, turismo e lazer. Eu tenho força para produzir energia elétrica para o conforto do homem, iluminando as noites, facilitando seu trabalho, impulsionando máquinas, climatizando ambientes e conservando alimentos.

Estou presente nas indústrias como material de limpeza e como matéria prima na fabricação de alimentos e bebidas. Eu sou procurada para o lazer, nas praias, nas beiras de rios e cachoeiras. Sempre fui objeto de encanto e admiração com as águas em movimento; com as cachoeiras escachoantes, o furor das ondas do mar e a majestade com que passo pelas matas. Culturas antigas e recentes se formaram nas margens dos rios e dos mares. Estou nas alturas do céu como nuvens para irrigar e fecundar a terra com as chuvas. Sou sinal de purificação espiritual em todas as culturas.

plantas, para o homem e os animais. Passando pelas cidades, parte do meu curso é levado para grandes reservatórios, para ser distribuída pelas casas para a higiene e consumo humano. Água e vida são inseparáveis. O homem pode passar semanas sem comer. Mas sem a água, logo vem a falência. Em cinco dias uma criança morre. Em dez dias um adulto pode morrer. A saúde depende da água. A maioria das doenças provém de águas contaminadas. A humanidade evoluiu nas ciências e na tecnologia mas decaiu no respeito pela fonte de vida: a água.

O problema é a poluição. As fontes não são respeitadas: As margens dos rios ficam desprotegidas. Erosão, assoreamentos e agrotóxicos completam o quadro. Nas cidades, com as águas das chuvas tenho que carregar enormes quantidades de lixo além dos esgotos que são jogados nos rios. Urge reparar o prejuízo. É constante o atentado contra a vida. O futuro é preocupante. Há regiões com falta d'água. Em outras regiões o esbanjamento. Meu pedido é por mudanças de mentalidade. Deus, Senhor do Universo, ilumina as mentes humanas para que males maiores não aconteçam!

”

CONCLUSÃO:

O estado de Mato Grosso e o estado do Amazonas possuem os maiores desafios no campo da Ecologia.

Proponho introduzir na catequese de iniciação à vida cristã um capítulo que fale da Mãe Natureza, da água e dos animais – Água: fonte de vida. Isso possibilitará aos jovens e crianças o conhecimento para serem os protagonistas e mensageiros de novos caminhos para uma Ecologia Integral.

Obrigado.

+ Dom Vital Chitolina, SCJ
Bispo de Diamantino

**DIOCESE DE PINHEIRO****CNPJ 06.201.917/0001-30**Email: diocesepinheiro@bol.com.br

Fones: (98) 3381-1278/(98) 3381-1268

Av. Presidente Eurico Dutra, 386 A – Centro
CEP 65.200-000 Pinheiro – Maranhão – Brasil

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
12 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN-122

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA – 2019

Desde que foi eleito, o Papa Francisco tem manifestado o desejo de ouvir os bispos da Amazônia para com eles pensar a continuação da evangelização nestas paragens. No seu discurso na Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro 2013, manifestou aos bispos brasileiros a clara necessidade de uma Igreja com “rosto amazônico”, inclusive com um clero indígena.

Quero iniciar justamente com esse preambulo, pois ele diz muito do que é o pensamento do Santo Padre no que diz respeito às questões pastorais e salutareis desta amada Igreja católica, o que exige uma constante saída em busca dos irmãos caídos à beira do caminho, espalhados pelo mundo todo, os quais mostram o rosto de Cristo presente nos sofredores. Uma igreja que se deixa renovar pelo Espírito Santo e que está presente no mundo como luz a indicar a direção. Esse sempre foi o olhar dos grandes homens, daqueles que se deixam guiar pelo Espírito, capazes de pensar além do seu tempo, de ver os problemas presentes e buscar à luz de Deus, solução para os mesmos, dentre eles, destaco: os Indígenas e o anúncio do Evangelho; os ribeirinhos e a necessidade de uma vida digna; a biodiversidade e a exploração das grandes empresas; o desmatamento e a destruição do ecossistema; a água e sua comercialização; a derrubada de árvores e o aquecimento global; a Amazônia como pulmão do mundo, necessário para a vida do planeta; o cuidado com a casa comum, à luz da *Gaudium et Spes*, etc.



DIOCESE DE PINHEIRO
CNPJ 06.201.917/0001-30
Email: diocesepinheiro@bol.com.br
Fones: (98) 3381-1278/(98) 3381-1268
Av. Presidente Eurico Dutra, 386 A – Centro
CEP 65.200-000 Pinheiro – Maranhão – Brasil

2

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA – 2019

Alguns questionamentos são muito pertinentes para uma reflexão à luz da Palavra de Deus, de modo que possamos distinguir o que é vontade do Senhor e o que é ação humana que destrói esta bonita criação.

A grande preocupação do Papa e da Igreja de uma maneira geral, é com uma Igreja missionária na Amazônia enquanto área ambiental que precisa ser preservada, desbravada e cuidada. Para tanto, faz-se mister pedir auxílio à sabedoria divina, para que tudo aconteça da melhor forma possível, sem perder a autonomia profética que sempre teve.

Diante de tudo isto, propomos:

1. Uma Igreja missionária e despojada, livre das amarras poeirentas que tantas vezes impedem de ir ao encontro dos irmãos mais necessitados, onde está o próprio Cristo;
2. Uma Igreja que investe em ministros leigos comprometidos com o Reino, a partir de uma formação teológica consistente, voltada para a missão;
3. Uma Igreja que reconhece, incentiva e substancia mulheres, maioria em nossas igrejas e comunidades, as quais assumem, em todos os cantos deste chão, um protagonismo digno de louvor;
4. Uma Igreja que está aberta às necessidades de cada lugar, em especial a Amazônia, que possui uma extensão territorial imensa e que não dispõe de padres, religiosos (as) para fazer o trabalho de anúncio do evangelho. Neste sentido, vale a pena, instituir leigos bem preparados, para exercer o Ministério extraordinário da Eucaristia, da Palavra e da Catequese;

5. Criação ou articulação de uma liturgia própria, capaz de falar a língua dos nativos, ou oferecer condições de ter o Senhor anunciado em sua própria língua.
6. Uma Igreja, onde os Ministros Ordenados, sacerdotes, se dediquem em tempo integral aos trabalhos próprios da Igreja, ou seja, exerçam seus ministérios e não outras funções secundárias.

Que o Espírito Santo nos ilumine cada dia mais e nos ajude a pensar novos caminhos para a evangelização e uma ecologia integral. Que sejamos aqui, a presença de Deus a manifestar seu amor aos mais necessitados. Viva a Amazônia, viva a Igreja do Brasil.



SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
15 OTT. 2019
ARCHIVIO: IN - 151

Dom Erwin Kräutler C.PP.S.
Bispo-Prelado emérito do Xingu,
Coordenador da REPAM-Brasil
Secretário da Comissão Episcopal para a Amazônia da CNBB.

Santo Padre Francisco,
os povos do Xingu o abraçam carinhosamente.
Irmãs e irmãos.

Jesus, na véspera de sua morte não deu um bom conselho quando tomou o pão e o cálice com vinho dizendo: "Isto é meu corpo", "Este é o cálice do meu sangue..." e acrescentou: "Fazei isto em memória de mim" (Lc 22,19; 1 Cor 11,24).

E qual é a realidade de milhares e milhares de fiéis na Amazônia, qual a situação de mais de 70% de nossas comunidades?

O Padre vem uma ou duas vezes ao ano, celebra a Santa Missa e se despede pois já há uma outra comunidade à sua espera. Viaja de barco rio acima e rio abaixo, viaja de jipe traçado nas quatro rodas para enfrentar estradas lamacentas. Sua paróquia abrange uma centena de comunidades num raio de centenas de quilômetros.

Pergunto, se o senhor cardeal ou bispo que defende com unhas e dentes que só um homem celibatário tenha acesso à ordem do presbiterato para presidir a Eucaristia e ministrar os sacramentos pode imaginar uma comunidade católica em que não há celebração da Eucaristia nem na Páscoa, nem no Pentecostes, nem no Natal, em que a Semana Santa é uma semana como qualquer outra? Pode imaginar que uma comunidade constrói uma capela sem altar porque só tem celebração da Palavra e para isso não precisa de altar? Basta um ambão como nas Igrejas protestantes! Pode imaginar que 95% dos católicos morrem sem a Unção dos Enfermos, sem o Viático?

No entanto o pastor evangélico que mora na comunidade lá está e lê a Palavra de Deus para confortar a família quando morre um ente querido. O padre católico vai saber da morte de um membro da comunidade na próxima visita, sabe lá quando, talvez no outro ano!

Ouçam, por favor, o que contam Madalena, Francisco e Maria de Fátima: “Nós nascemos numa família católica ribeirinha. Fomos batizados e vivemos a nossa fé. Mas o padre nunca mais apareceu. Tínhamos sede da Palavra e da Santa Missa. Nunca mais! Protestantes nos convidaram para um culto. Aceitamos o convite. Hoje somos evangélicos, mas no coração continuamos católicos. Se pudéssemos pedir algo ao Papa, pediríamos um padre para a nossa comunidade para estar conosco, viver em nosso meio, celebrar a Santa Missa, batizar os nossos filhos e nos explicar a Sagrada Escritura”.

O catequista Antônio veio contar que toda a sua comunidade passou para uma Igreja evangélica. A razão foi que um membro muito querido, líder da comunidade por muitos anos, morreu e não havia nenhum padre para estar junto à comunidade e a família enlutada. Mas o pastor evangélico estava e confortou a família e a comunidade com a leitura da Palavra de Deus e uma bela homilia. No fim convidou a todos para entrar na sua Igreja, já que tinham sido abandonados pela Igreja Católica. “Todos debandaram! Só eu e minha família ficamos!” disse Antônio entre soluços.

É alarmante o que nos revela o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No primeiro censo de 1872 os católicos no Brasil representavam 99,7%, em 1970 92%, em 2000 ainda 73,6% e no último censo chegou à cifra de 64,6%. (No Rio de Janeiro os católicos já são apenas 45,6%). A previsão é que até 2030, os católicos cairão para bem abaixo dos 50% no Brasil.

Pelo amor de Deus! Será que temos que esperar um outro sínodo para darmos uma resposta às nossas comunidades? Será que é necessário um Concílio Vaticano Terceiro para que essas comunidades e famílias possam participar da Eucaristia, memória do mistério pascal, mistério da cruz e ressurreição, mistério da redenção e reconciliação, que inicia a Nova Aliança (cf. Rm 3,24ss).

Lamento muito, mas quem está exigindo que não se deve tomar nenhuma decisão nessa direção, está muito longe da Amazônia e não conhece os anseios de nosso povo. “Tende em vós os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus” (Fil 2,5) que, vendo as multidões abandonadas, “teve compaixão porque eram como ovelhas sem pastor” (Mc 6,34).

Bernardo Johannes Bahlmann

Santo Padre, Papa Francisco,

Irmãos e Irmãs, paz e bem!

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
15 OTT. 2019
ARCHIVIO: 1N - 154

Nesta apresentação estou me referindo aos números 45, 49, 56, 84 e 91 do Instrumentum Laboris que trata da Ecologia Integral e da questão da saúde integral.

Em Julho de 2013 durante a Jornada Mundial da Juventude em Rio de Janeiro Papa Francisco visitou o Hospital São Francisco no Bairro da Tijuca para inaugurar um centro terapêutico para dependentes químicos. Este hospital está fazendo parte de uma rede de 70 hospitais e projetos sociais da Fraternidade São Francisco na Providência Deus, Fraternidade fundada mais de 30 anos atrás em Jaci, Estado de São Paulo, pelo Frei Francisco Belotti, FnPD. Hoje a fraternidade tem mais de 70 frades que estão à frente destas obras no Brasil. Na visita à Capela do Hospital Papa Francisco perguntou ao Frei Francisco: “Você já está na Amazônia?”. A resposta do Frei era: “Não”. Então o Papa fez um apelo dizendo: “Então vocês devem ir”. A partir deste momento começou uma aventura que até hoje não parou mais. Os Frades Franciscanos na Providência de Deus assumiram dois hospitais e uma missão indígena na Diocese de Óbidos.

Um belo dia quando Frei Francisco estava fazendo uma visita em Óbidos, sentamos juntos no final da tarde na veranda da casa dos Frades e olhando para o rio Amazonas onde está o ponto mais estreito de apenas dois quilômetros. Partilhamos a preocupação com o povo no Baixo Amazonas que muitas vezes não procura mais assistência médica por falta de médicos, de atendimento satisfatório, por falta de recursos financeiros e mais outras motivações. Se o povo não consegue ir até o hospital, então o hospital vai até as pessoas. Vamos inverter a situação. Assim surgiu o sonho do Barco Hospital Papa Francisco na tentativa de reverter a situação da saúde, pois a saúde está doente.

O nosso sonho se tornou uma realidade a partir do momento em que aconteceu o financiamento deste projeto através de uma multa aplicada a duas empresas em São Paulo que provocaram um desastre ecológico onde várias pessoas morreram. O juiz na época disse que este projeto é para salvar vidas. Hoje o Barco Hospital é uma realidade concreta que deste mês de agosto de 2019 está atendendo milhares de pacientes. É o único Barco Hospital com centro cirúrgico. Na semana retrasada atendeu os pacientes de Faro na região do rio Nhamundá onde nasceu a primeira criança no Barco Hospital. Esta criança recebeu o nome de Adriano Francisco em sua homenagem Papa Francisco. Em total já foram atendidos mais de 5.000 pacientes e até o final deste ano teremos ainda umas cinco expedições. As expedições estão acontecendo ao longo do rio Amazonas no Estado do Pará, num trecho superior a 1.000 quilômetros, atendendo as cidades e as comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Neste projeto estão diretamente envolvidos frades e religiosas de duas congregações, que dão suporte profissional na área de saúde, mas também através da sua oração e consagração um suporte espiritual. Papa Francisco na sua carta por ocasião da inauguração do Barco Hospital escreve que este projeto já é uma resposta concreta do Sínodo para Amazônia para anunciar o Reino de Deus e curar os doentes. A Igreja se apresenta agora como um “hospital sobre as águas” para levar o conforto de espiritual de Jesus Cristo (cfr. Carta Papa Francisco 10.08.2019)

Num destes dias o Barco Hospital saiu do porto de Óbidos para atender a população de Santarém. Fui até as docas para me despedir da tripulação e da equipe. Olhando o Barco Hospital descendo o rio Amazonas, me lembrei das palavras de Frei Francisco: “Este é um projeto para sanar as feridas do ser humano”. Naquela hora nasceu um outro pensamento: “Precisamos um projeto para sanar as feridas da criação”.

Santo Padre, precisamos avançar mais um pouco com um projeto concreto que cuida da Criação, um projeto alternativo que expressa a conversão ecológica. Projetos de sustentabilidade sobretudo para os pequenos agricultores. Já temos muitos projetos existentes na Amazônia, muitas Igrejas locais já desenvolvem projetos extraordinários, porém, não são suficientes ainda para a demanda que temos. Poderemos avançar mais um pouco com um projeto que visa o reflorestamento com uma economia sustentável para os pequenos agricultores e extrativistas. Não tem necessidade nenhuma em destruir a floresta, mas de conservá-la. Projetos que ajudam a criar uma outra alternativa diante da economia que visa somente a soja e o gado. Inclusive, este modelo econômico visa os grandes projetos da Amazônia que se encontram na nossa Diocese como a ponte sobre o rio Amazonas, a construção de uma estrada de Óbidos a Paramaribo cortando as florestas e as terras indígenas ao longo de 900 quilômetros. Infelizmente estes projetos não tem sustentabilidade nenhuma e não servem para o povo de modo geral.

Portanto, desenvolvimento econômico pode ser conciliado com preservação ambiental. Basta uma mudança de consciência para passarmos do modelo de desenvolvimento predatório para o modelo socioambiental. Isso envolve uma mudança de mentalidade e de comportamento que pode ser atingido através de uma educação mais ecológica na Igreja e na Sociedade. Precisamos uma articulação maior entre nós e com organizações competentes para elaborar estratégias viáveis.

As propostas seriam:

1. Um maior trabalho no campo da Educação na Igreja e na Sociedade.
2. Elaborar um projeto sustentável de reflorestamento e cuidado com a Floresta Amazônica para com as Igrejas locais que quiserem avançar nesta proposta e envolvendo organizações competentes para uma maior articulação, elaboração e execução deste projeto.

OTEMA: Evangelização e Pastoral na cidade IL 77 ss	
Responsáveis:	Dom Giovane, Dom Francisco e Pe. Benedito Ferraro
Contatos:	<u>giodemelo@terra.com.br</u> ; <u>limajornalismo@hotmail.com</u> ; <u>bferraro@terra.com.br</u>

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
15 OTT. 2019
ARCHIVIO: IN-152

O tema Evangelização nas cidades, sugerido no instrumentum laboris na Parte III, no capítulo V n. 130 134 é um tema transversal a quase todos temas.

Reconhecendo que,

- Na esfera das ciências humanas, o fenômeno da urbanização desde o século XVIII na Amazônia brasileira em suas 808 cidades tem provocado impacto de grande magnitude no seio de nossas culturas. “A urbanização não inclui apenas o deslocamento espacial e o crescimento das cidades, mas também a transmissão de um estilo de vida configurado pela metrópole: Este modelo se estende ao mundo dito rural, modificando hábitos, costumes e formas de viver. (n. IL 72).
- A cidade é o lugar dos contrastes econômicos, sociais, políticos nos mais diversos níveis (Aparecida 512). É o lugar do conflito, lugar manifesto e latente de relação de dominação e exploração elevando uma parcela significativa do ser humano o à condição de pobres e miseráveis. É lugar laboratório da violência institucionalizada, lugar efêmero, do vazio existencial, da velocidade e do individualismo exacerbado.
- Considerando que na cidade, o indígena é um migrante, um ser humano sem terra e o sobrevivente de uma batalha histórica pela demarcação de sua terra, com sua identidade cultural em crise. (n. 132).

Considerando que:

- Mas a cidade é o lugar da missão, da santificação. O apocalipse de São João nos diz, “Eu vi a cidade Santa, a nova Jerusalém, ela vinha de Deus[...] a morada de Deus está entre os seres humanos (Ap 21,2-4). O papa S Joao Paulo II nos diz que o lugar privilegiados para a evangelização é a cidade

Recomendamos que se deve:

- Promover uma pastoral específica que leva a complexidade da cidade com a partir dos indígenas que vivem na cidade, na qual eles mesmos sejam protagonistas.
- Fomentar a integração dos indígenas nas diferentes atividades pastorais da paróquia, com acompanhamento e formação, valorizando cada vez mais sua contribuição.
- Projetar e efetivar uma estratégia de trabalho pastoral comum nas cidades.
- Repensar as estruturas eclesiais, superando as formas culturais desatualizadas que adquirimos.
- Criar uma cultura ecológica que se ajuste aos modos de vida na cidade na Amazônia
- Conscientizar acerca da importância vital da inserção da cidade no território e da valorização da floresta e de sus habitantes.
- Promover as mudanças necessárias nas estruturas sociais e econômicas, a fim de que o desenvolvimento da cidade não represente uma ameaça.

Pe. Odirley Sousa Maia - Administrador da Diocese de Santarém-Brasil.

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA - PROPOSTA

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
15 OTT. 2019
ARCHIVIO: IN - 158

Caríssimo Papa Francisco, caríssimos irmãos e irmãs. Constatamos, **à luz da realidade concreta não só dos povos amazônicos**, mas também da **realidade mundial atual**, que *“toda a criação, até o presente, está gemendo (...), e não somente ela, mas também nós”*. Este grito da terra e dos seus habitantes clama não só pela revelação dos filhos de Deus, mas também brada diante do espasmo de morte que tende a destruir o próprio homem e toda a obra por Deus criada.

Relembrando alguns acenos indiretos do **Concílio Vaticano II** acerca da **questão ecológica**, gostaria de destacar que *“os fiéis devem conhecer a natureza íntima e o valor de todas as criaturas, e a sua ordenação para a glória de Deus, ajudando-se uns aos outros, mesmo através das atividades propriamente temporais, a levar uma vida mais santa, para que assim o mundo seja penetrado do espírito de Cristo e, na justiça, na caridade e na paz, atinja mais eficazmente o seu fim”* (*Lumen gentium*, n. 36). Recordo também a tarefa do Povo de Deus de *“discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, em que participa juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus”* (*Gaudium et spes*, n. 11). Sendo assim, saliento que a nossa vocação cristã impele-nos para o **cuidado e à preservação da casa comum**, para a edificação de um mundo renovado em Cristo e, especialmente, para zelar pelo bem de todas as criaturas (cfr. *GS*, n. 64, 69, 70), agindo individual e comunitariamente, local e globalmente.

Recordo, neste sentido, que **São Paulo VI** afirmou um princípio muito importante acerca da **solidariedade universal para com a obra criada no amor de Deus**, ou seja: *“Herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos, e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós aumentar o círculo da família humana. A solidariedade universal é para nós não só um fato e um benefício, mas também um dever”* (*Populorum Progressio*, n. 17).

São João Paulo II, ademais, evidenciou que a exploração da terra e do planeta em que vivemos trazem *“consigo a ameaça para o ambiente natural do homem, alienam-no nas suas relações com a natureza e apartam-no da mesma natureza. E o homem parece muitas vezes não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles somente que servem para os fins de um uso ou consumo imediatos. Quando, ao contrário, era vontade do Criador que o homem comunicasse com a natureza como “senhor” e “guarda” inteligente e nobre, e não como um “desfrutador” e “destrutor” sem respeito algum”* (*Redemptor hominis*,

n. 15. *Pastores gregis*, n. 70). Na Exortação Apostólica *Chistifideles Laici*, sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, São João Paulo II, afirma que o Concílio Vaticano II ao responder à pergunta “quem são os fiéis leigos”, abriu-se a uma visão positiva afirmando a plena pertença dos fieis leigos à Igreja e ao seu ministério e a índole peculiar da sua vocação. Assim, a *Chistifideles Laici*, citando a LG n. 31, descreve os leigos como: «*todos os cristãos que não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Batismo, constituídos em povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, exercem pela parte que lhes toca, na Igreja e no mundo, a missão de todo povo cristão*» (*Chistifideles Laici*, n. 119).

O papa emérito Bento XVI, por sua vez, explicita que o “*tema do desenvolvimento aparece, hoje, estreitamente associado também com os deveres que nascem do relacionamento do homem com o ambiente natural. Este foi dado por Deus a todos, constituindo o seu uso uma responsabilidade que temos para com os pobres, as gerações futuras e a humanidade inteira*” (*Caritas in veritate*, n. 48).

Atualmente, Vossa Santidade o **Papa Francisco** tem chamado a nossa atenção para a **ecologia integral** que deve integrar a relação de justiça inerente ao ecossistema em que vivemos, sensibilizando-nos, assim, para auscultar e escutar afetiva e efetivamente, à luz da fé em Cristo e da doutrina da Igreja, tanto o **grito da terra** como o dos **pobres** (*Laudato Si'*, *Evangelii gaudium*, n. 215 - 216).

Gostaria de salientar ainda que também os documentos do **Episcopado Latino-americano** têm continuamente explicitado a mesma **preocupação em relação à casa comum**. Isto se verifica, nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano: **Medellín**, **Puebla**, **Santo Domingo** e em **Aparecida** que indicam a **ecologia e a proteção da natureza** como um dos novos “**areópagos**” para a hodierna evangelização e para o testemunho cristão consoante o “**bom viver**” (cfr. “*Instrumentum laboris*”, n. 12).

O **cânone 204 § 1** do Código de Direito Canônico de 1983, baseado na LG n. 31, apresenta o **fundamento jurídico e batismal de todos os fiéis cristãos**, participantes, a seu modo, do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, com a missão de atuar no mundo: «*chamados a exercer, segundo a condição própria de cada um, a missão que Deus confiou para a Igreja cumprir no mundo*».

Neste mesmo contexto, o cânone 225 § 2 fala da **vocação específica do leigo** como **signal de Cristo na realidade temporal num espírito evangélico**, tendo o *dever especial, cada um segundo a própria condição, de animar e aperfeiçoar com o espírito evangélico a ordem das realidades temporais, e assim dar testemunho de Cristo, especialmente na gestão dessas realidades e no exercício das atividades seculares*».

Assim sendo:

- com base nessa contínua e progressiva tomada de consciência eclesial acerca da preservação e do cuidado com a nossa casa comum;

- em atenção à ecologia integral, que suscita o dever humano de preservar e racionalmente cuidar de toda a criação, assim como consta na “*Laudato Si*” (n. 49), retomada, pois, no “*Instrumentum laboris*” (n. 46),

- considerando o grave dever de não destruir o planeta mas, ao contrário, de zelar pela nossa casa comum, **propomos a inserção de um novo cânone no Código de Direito Canônico relativo ao dever dos fiéis de Cristo para com o meio ambiente, ou seja, um cânone ecológico**. Ele poderia ser incluído no Livro II do CIC, dentre as obrigações/direitos dos fiéis (Título I), evidenciando, então, o **dever de preservar e de cuidar da casa comum** por meio de específicas iniciativas eclesiais que, subsidiariamente, seriam, posteriormente, delineadas pelas conferências episcopais e pelos bispos diocesanos, em sintonia com a realidade concreta do povo de Deus em cada país ou região. Afinal de contas, ética, justiça, direito, pastoral... **“tudo está interligado”**.

O PAPEL PROFÉTICO DA IGREJA E A PROMOÇÃO HUMANA INTEGRAL

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	1
15 OCT 2010	
ARCHIVIO:	IN - 150

O Instrumentum Laboris, na III Parte, capítulo VIII nos diz que “Ser igreja na região Pan-Amazônica de maneira realista significa arriscar a própria vida, abrindo um caminho de cruz e martírio”. Talvez seja por isso, que muitos não querem trabalhar nessas regiões, mesmo assim, diz o documento “o mundo amazônico pede à igreja que seja sua aliada” no anúncio e na denúncia exercendo assim a sua histórica vocação profética. É preciso colocar em prática o pedido sempre atual de Dom Helder Câmara: “*Não deixe cair a profecia!*”.

Para Dom Pedro Casaldáliga “*profeta é aquele que grita com os olhos!*”. Não dá mais para a Igreja falar de pobres e de pobreza, mas esquecer do povo crucificado. Não dá mais para adjetivar a Opção pelos Pobres, diminuindo o seu alcance evangélico, e com isso não defender os pobres. Não dá para abrir mão de nossos/as mártires.

Uma Igreja profética não deve cometer jamais os pecados sociais da *indiferença* e da *omissão*. Podemos errar enquanto Igreja de várias maneiras pois somos humanos, nunca por sermos omissos e indiferentes à dor dos povos. É preciso lembrar sempre que quem defende a vida por causa do seguimento à Jesus de Nazaré está sendo assassinado/a, e o número só aumenta. A Igreja precisa retomar o seu lugar e voltar a denunciar tais crimes, pois gritam os pobres, grita a Terra!

O *Instrumentum Laboris*, um documento mártir; pois morrerá, para que a semente germine e dê uma árvore frutífera nos adverte: “*a Igreja tem a missão de evangelizar, comprometer-se a promover o cumprimento dos direitos e a salvação integral da pessoa humana*”.

Para uma Igreja ser de fato profética, ela deve **ameaçar** o poder instituído, que só visa o lucro e não a vida em abundância para todos/as; ela deve **denunciar** as mazelas e violências cometidas por pessoas que se dizem cristãs; que usam a Igreja em benefício próprio; que levam o Povo Santo de Deus a se dividir por conta das *fake news* e a pecar; ela deve **anunciar** o Reino de Deus a partir dos Evangelhos, a partir do *aggiornamento* proposto por São João XXIII, a partir das intuições do Concílio Ecumênico Vaticano II; assim teremos uma Igreja samaritana, missionária, para-com-dos Pobres.

A Igreja deve ser a advogada e a protetora de todos/as que defendem a Vida e assumem todas as consequências por isso, inclusive a perseguição e a morte! Neste ponto, lembro-me de uma frase dita pelo mártir Gabriel Maire, em

1989, poucos dias antes de ser assassinado e que nos recorda o que é ser uma Igreja comprometida com o povo: *“Prefiro morrer pela vida, do que viver pela morte!”*.

Um novo Pacto das Catacumbas da Igreja Servidora e Pobre deve ser escrito ao final do Sínodo. Todavia, possamos ao menos, atualizar o que já foi escrito nas Catacumbas de Domitila ao final do Vaticano II, porém, acrescentando um novo número, por exemplo: *A nova mulher e o novo homem devem favorecer a nova consciência ecológica. Não haverá saída para nós, para a natureza, para a Terra, se não mudarmos nossas atitudes e hábitos.*

É urgente defendermos o Planeta Terra e todos os seres vivos. Não haverá uma nova Arca de Noé. A mudança tem que começar agora! Ou salvamos todos/as, ou pereceremos todos/as. O futuro do nosso planeta depende das nossas ações de hoje...

Para ilustrar o que digo, indico no YouTube um slides intitulado Carta escrita em 2070.

É um relato futurista que emociona e nos faz questionar sobre as escolhas que estamos fazendo para o planeta. Na carta, um senhor idoso conta sobre como o planeta Terra está nesta data avançada e sobre quais impactos isto acarretou para a humanidade.

O principal problema foi a falta de água potável e de um ar puro – o que fez com que a água fosse um bem precioso e os territórios que ainda continham nascentes fossem vigiados pelo exército dia e noite.

Além disso, a péssima qualidade do ar ocasionava apenas chuvas ácidas nas raras precipitações ocorridas, e ainda obrigava os cidadãos a pagarem ao governo para viverem dentro de “bolsões” de ar.

No final, o homem faz uma autocrítica e responde ao filho uma pergunta difícil: “porque a água acabou”. Vejam o vídeo e reflitam sobre as escolhas que fazemos.

Chegou o tempo, chegou a hora de realizarmos as mudanças que estão sendo propostas pelo Papa Francisco, sem medo de avançarmos para águas mais profundas.

Que a profecia nos inspire a fazer um Sínodo *aggionarmento*.
Que possamos selar um Pacto pela Ecologia Integral,
principalmente pela defesa da Vida.

Que Nossa Senhora de Guadalupe, Nossa Senhora da
Conceição Aparecida, São Romero da América, Santa Dulce,
o anjo da Bahia, intercedam por nós junto a Jesus de Nazaré, e
que Jesus fortaleça nossos pés, para as pedras que virão,
fortaleça nossas mãos, para cuidar de quem está no chão, que
fortaleça nossos lábios, para divulgar o Reino de Deus com
respeito e diálogo, indo sem medo ao encontro do que é
diferente. A diferença é o que fortalece a Igreja. Amém. Axé.
Awiri. Aleluia!



TEMA: Serviço missionário itinerante (Diacônia da itinerância)

Nº do *Instrumentum laboris*: 129, d) 1 e 2.

RELATORA: Ir. Arizete MIRANDA DINELLY, C.S.A.

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
15 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	UD - 47

Querido Papa Francisco,

Irmãs e irmãos,

As realidades da Panamazônia, com sua imensa extensão territorial, sua riqueza cultural e biodiversidade, por um lado, são um desafio que exige novas formas de estar presente na região para cuidar e defender essa vida ameaçada e proclamar o Evangelho; Por outro lado, a sabedoria das tradições antigas dos povos originários nos ensina a viver em harmonia e a entender que tudo está interconectado. Ambas as coisas apontam para a necessidade de se fortalecer o **serviço eclesial itinerante e em rede**, que se não garante aquela estabilidade e presença permanente da Igreja em todas as comunidades, tão pouco se confunde com as tradicionais e sempre rápidas visitas de “desobriga”, que duram pouquíssimo tempo, pois que aqui falamos de itinerâncias que buscam conviver mais tempo com as comunidades ribeirinhas e indígenas mais distantes, esquecidas pelo poder público e não alcançadas de modo eficaz por nossas estruturas paroquiais.

Experiências assim já se realizam em diversos lugares, especialmente nas fronteiras panamazônicas, através das **equipes missionárias itinerantes**, formadas por religiosos e religiosas, sacerdotes e leigos que juntos vivenciam o desafio e a riqueza da intercongregacionalidade e da interinstitucionalidade. Louvamos a Deus pelas congregações e ordens religiosas que, junto com outras entidades já apostam neste modelo de serviço missionário, abrindo mão de suas próprias obras, para somar nessa **rede**. Mas, precisamos avançar mais, se buscamos novos caminhos para a presença da Igreja na Amazônia e a renovação da própria vida consagrada.

De fato, a Palavra de Deus nos diz que Jesus andou pelas cidades e vilas anunciando o Reino de Deus; os discípulos foram com Ele (cf. Lc 8,1s). Ele os enviou dois a dois, à frente dEle, por todas as cidades e aldeias (cf. Lc 10,1s). Ele aconselhou seus discípulos a levarem “bagagem leve”, nada de ouro ou prata; que eles ficassem nas casas das pessoas e comessem o que lhes dessem; que seu serviço missionário fosse gratuito (cf. Mt 10,5s). Jesus acompanhou seus discípulos e não deixou que se instalassem em sua zona de conforto: “Jesus obrigou seus discípulos a entrar no barco e atravessar para a outra margem” (cf. Mt 14,22; Mc 6,45). Ele os encorajou a alcançar as mais distantes e separadas “ovelhas perdidas”, as favoritas do Pai (cf. Mt 18, 12-13). O próprio Jesus fez a experiência de sair e atravessar para o outro lado, junto com os outros, onde Deus já está presente e nos possibilita sempre fazer a experiência da “conversão”: atravessando o outro lado do lago, uma mulher sírio-fenícia ajudou Jesus a entender que o Reino do Pai é universal, para todos os povos da terra (cf. Mc 7,24-30).

O grande exegeta, cardeal Carlo Maria Martini, afirmou que “Jesus fez visível o amor de Deus através da sua vida e de suas palavras... Jesus viveu de forma muito simples para estar perto de todos. Também escolheu a vida itinerante a fim de estar disponível para todos os homens e não levantar nenhum muro em torno a si mesmo... Ele não somente se sentiu bem em sua casa, mas ia de aldeia em aldeia, de cidade em cidade”¹.

Santo Padre, esse modo de vida itinerante em missão configura intimamente a própria Igreja, como *Igreja em saída*, como o senhor mesmo nos ensina: “A intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão «reveste essencialmente a forma de comunhão missionária». Fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo” (*Evangelii gaudium*, 23).

Diante de tudo isso, propomos:

- a) Que a igreja na Panamazônia, por meio de suas instituições como REPAM (rede eclesial panamenha) CLAR (Conferência Latino-Americana de Religiosos), em comunhão com as igrejas locais, instituições leigas, congregações e outras organizações, fomente a criação e o apoio às já existentes *equipes missionárias itinerantes* em seus territórios, especialmente nas regiões transfronteiriças, favorecendo a sua articulação em *rede*.
- b) Que as instâncias eclesiais facilitem processos permanentes de *formação para a missão itinerante*, em nossas comunidades eclesiais, seminários e casas de formação, desde a perspectiva bíblica, teológica, espiritual, sociopolítica, antropológica, psicológica, pedagógica etc., ajudando a formar e qualificar as atuais, mas também preparando as novas futuras *equipes missionárias itinerantes na Panamazônia*.

Amazônia “celeiro dos pobres”

PROJETO NOVO MOISÉS

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
14 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	UD - 43

NOVO

A Amazônia é um grande dom de Deus entregue à humanidade, e todo dom de Deus é harmonioso e vital para o bem da humanidade que devemos conservar, pois é um Deus ciumento e, aí de nós, se o destruímos. Eis porque a Igreja deve incluir em sua missão evangelizadora a conservação deste dom, com fé esperança e caridade.

Na parte segunda do *Instrumentum Laboris*, encontramos toda preocupação da Igreja em relação a todos os problemas existentes hoje na Amazônia. Quem, como eu, conheceu a Amazônia de 60 anos atrás, sabe que naqueles anos era realmente um paraíso verde entrecortado por rios cuja água bebíamos nas viagens que fazíamos. Tapete verde com poucos espaços livres ocupados por aldeias de indígenas, livres, prósperas e felizes.

Hoje do leste ao oeste, do norte ao sul, encontramos uma situação bem diferente: imensas extensões de florestas destruídas pelas grandes rodovias que permitiram numerosas invasões de gente que destruiu a floresta para fazer pastos e monocultura. Pois hoje 20 % das florestas estão destruídos e 80 % são ocupados por pastos e o restante por monocultura e outros interesses quais garimpo-petróleo-gás-madeira e outro! A Igreja sempre atenta para salvaguardar o bem comum estudou a fundo esta nova era amazônica, criando nos anos 70 uma Comissão Especial da CNBB para Pastoral da Amazônia, sendo primeiro presidente Dom Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo de Belém do Pará.

Logo nos anos 70, esta Comissão frente à realização da grande Rodovia Transamazônica, reunia em Manaus e Santarém os regionais Norte 1 e Norte 2 para tomar providências urgentes. Resultado destes encontros foi a elaboração do “Documento” Linhas prioritárias de Pastoral para a Amazônia e a criação de Organismos novos da CNBB quais: CPT-CIMI e CO.MI.NA. Foi nestes anos, que, como assessor da CNBB para Amazônia, visitando e falando com muitos missionários e bispos, descobri a grande riqueza dela: **a água!**

O nosso querido Papa Francisco na *Laudato si*, defendendo a casa comum chega a definir a Amazônia pulmão do mundo. Esta afirmação é uma grande verdade, pois a Amazônia pulmão ou não pulmão é ÓRGÃO VITAL para salvação de todo Ecossistema. Também é verdade que o oxigênio emitido pela nossa floresta não chega a ser um terço do oxigênio produzido, pois o oxigênio vem, sobretudo, das águas do oceano, todavia, se a água da Amazônia desaparecer, por causa da deflorestação, também os oceanos não vão mais existir e todos nós pereceremos!

Na verdade, a água da Amazônia chega a ser 26 % da água doce do mundo e até nosso tempo não tínhamos percebido a grande riqueza por ela constituída.

O Projeto Novo Moisés, que vocês poderão encontrar descrito:

- a) nos nossos cadernos,
- b) no L'Osservatore Romano,
- c) em Vatican News. Va (**Padre Giovanni Mometti-Projeto Novo Moisés**),

quer aproveitar das benéficas águas vazantes e de várzea para realizar um módulo “VIBRA JOÃO XXIII”, construindo tanques de um hectare nos quais se deixa livre uma área para plantio de arroz (três colheitas por ano), e, colocando 10 mil alevinos de peixes regionais produzidos num centro de reprodução, colocado no município de Igarapé-Açu-PA, chegando sua capacidade a produzir de 4 a 10 milhões de alevinos mês e animais domésticos para produção de plâncton alimento principal para os peixes.

É bom notar logo que em um ano chega-se a produzir mais de 40 toneladas de alimento.

Enquanto em um hectare de terra feito pasto que pode manter uma só cabeça de gado por ano podemos só produzir no máximo 300 quilos de carne, portanto, os criadores de gado têm a estupidez de derrubar centenas de milhares de hectares de florestas para um resultado tão efêmero. Concluindo, vamos produzir 40 toneladas de alimento ou 300 quilos de carne?

Assim sendo nosso PROJETO NOVO MOISÉS é um projeto sustentável, pois responde aos três requisitos fundamentais:

1. Aspecto ecológico: Preservação do ambiente sem abater uma só árvore produzimos toneladas de alimento para os pobres
2. Dá retorno ao investimento como nenhum outro Projeto conhecido até agora.
3. Social: Resolve o problema dos pobres e nos mais de 100 milhões de hectares de terra do estado poderíamos assentar inúmeras famílias sem conflitos e sem mortes, como acontece nas ocupações de fazendas.

Estes assentamentos nós os realizariamos com a construção de eco-vilas.

Um *nota bene* bem importante é que o Projeto Novo Moisés pode ser realizado em nações da África e da Ásia que tenham água e nós poderíamos treinar os jovens da Diocese interessadas em sua realização.

É importante anotar logo que um Projeto desta envergadura não pode ser realizado por um velho missionário e a pobre ONG fundada por ele, chamada VIBRA JOÃO XXIII. Precisamos de uma sinergia nacional e internacional que deveria contar com o apoio das Nações Unidas sempre interessadas na produção de alimentos que poderiam sugerir o pagamento de uma pequena taxa (50 centavos por cada habitante da nação), contribuindo assim para manter a floresta verde e as águas não mais poluídas, ao mesmo tempo produzindo alimento para os pobres que estão morrendo de fome.

A sinergia se poderia realizar com a colaboração Igreja-Governo e instituições internacionais com *ONU, Misericórdia, Adveniat e Conferências Episcopais*. É de ressaltar que a primeira ajuda recebida para o Projeto Novo Moisés foi dada pela CEI que em 1993 nos ajudou a realizar o primeiro Centro de reprodução Artificial de Peixes.

A dever de crônica, informamos que atualmente mais de 5 mil famílias de ribeirinhos que devido à pesca de arrastão e das águas poluídas, não podendo mais ter peixe, em lugar de fugir para a cidade, arregaçaram as mangas e com picareta e pau construíram pequenos tanques para criar de 500 a 200 mil peixes, conseguindo de 1 a 4 toneladas de alimentos. Isso se chama MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DOS PEIXES



Tema: IL, Introdução; IL, 129,c

Nome: Moema Maria Marques de Miranda, Auditora

SYNODUS EPISCOPORUM
PROI.
14 OTT. 2019
ARCHIVIO: VD-42

Querido Papa Francisco, este Sínodo vital para toda a Igreja, acontece em tempos únicos e urgentes. Nunca antes, uma espécie criada teve poder suficiente para colocar em perigo, a biosfera. Na metade do século passado, quando do lançamento das bombas de Hiroshima e Nagasaki, o filósofo Günther Anders disse que assistíamos a uma "mutação ontológica: a espécie humana deixava de ser mortal e passava a ser mortífera" e alertava para trágica possibilidade de um "apocalipse sem redenção". Agora, passadas quase duas décadas do século XXI o consenso dos cientistas, expressa nos relatórios do IPCC, encontra-se com a sabedoria dos povos originários que temem a "caída do céu" pela ação arrogante e prepotente dos "homens da mercadoria"! A Igreja Católica, especialmente pela compreensão profunda que o Papa Francisco tem dos riscos e das causas do que chama uma "complexa crise socioambiental" (LS,39), vem ocupando importantíssimo papel como força de resistência ao modelo, cuja "economia mata"! Mais ainda, a espiritualidade cristã nos permite manter firme a esperança e anunciar possibilidades reais de mudanças de rumo, a partir da conversão ecológica. Desafiamos os que dizem que não há alternativas ao modo de vida dominante e querem nos convencer de que o futuro já está definido! A conversão ecológica, profunda e séria, permite vida plena, em feliz sobriedade e aliança com a comunidade da vida, neste maravilhoso planeta que Deus criou por amor. Também por amor enviou o Filho, que ao se encarnar dignificou a matéria e indicou o Caminho e a Verdade, para que haja "vida e vida em abundância" (Jo 10,10).

Neste momento tão urgente, não proclamamos e não fazemos uma "teologia alarmista", como dizem de nós aqueles que desejam manter um padrão de produção predatório, de acumulação ilimitada e de desperdício irresponsável. Modelo que privilegia uma pequeníssima elite. Proclamam e difundem intencional e mesmo diabolicamente inverdades e mentiras para ajudar a manter fechados os olhos e os corações, cheios de medos infundados e preconceituosos. "Mais tarde, tarde demais!" – como sempre repete o Card. Cláudio Hummes.

Sob a liderança e inspiração do Papa Francisco temos tido, como Igreja e como comunidades, a coragem das mulheres que permaneceram firmes aos pés da Cruz. Elas, que seguiram Jesus desde a Galileia e subiram com ele a Jerusalém “ficaram [aos pés da Cruz] e olharam de longe” aquele momento desesperadoramente urgente em que o Messias estava no alto da cruz. Os companheiros de Jesus, ali não estavam. Mas elas, que ao longo do caminho “seguiram (acolitam) e serviam (diaconia)” (Mc 15,40) Jesus e seus companheiros, permaneceram. Não o deixaram só! E por este grande amor, que lhes deu coragem e força, foram, na manhã seguinte as primeiras testemunhas da Ressurreição. Viram com seus olhos e seus corações cheios de alegria e susto, Jesus, o Jardineiro, o que cuida de toda a Criação, de humanos e não humanos. O Alfa e o Ômega. Por este amor que dá coragem e força, foram enviadas por Ele a anunciar aos apóstolos, a boa nova. O Novo, como nos lembrou Dom Cláudio Hummes na abertura deste Sínodo! “Jesus ressuscitou e os espera na Galileia” (Mc 16,7). Sem esta coragem do amor, que nos deu força para ficar de pé, a Verdade do Novo não teria testemunhas. Esta coragem, que vem do amor, é o que ainda hoje mantém tantas mulheres firmes no serviço à Igrejas e às suas comunidades.

É por este amor que há dois mil anos estamos aqui, “seguindo e servindo”. Porque fomos chamadas e enviadas pelo mesmo Jesus.

As mulheres na Amazônia também animam a luta por um mundo de justiça e paz. Lideram, na base, muitos dos movimentos em defesa do território, em defesa dos direitos dos povos, contra a devastação dos rios e florestas, contra os modelos de extração predatórios. Somos também as que escutam a poesia e a ternura dos rios, das matas e das florestas. As que cantamos o canto novo, as que acolhemos e acompanhamos doentes, frágeis e deprimidos.

Propomos o diaconato para as mulheres em re-conhecimento ao que já fazemos na e pela Igreja, na animação das comunidades, no cuidado das paróquias, no anúncio da palavra e na luta por direitos dos povos, pelo cuidado da Casa Comum.

Querido Papa Francisco, com alegria ouvimos quando Sua Santidade nos disse: “ainda há tempo, não deixem que nos roubem a esperança. O tempo é agora”. Em relação ao diaconato das mulheres, seguimos esta mesma dinâmica. Lembro, para finalizar, as poéticas palavras de Dom Pedro

Casaldáliga, que na fragilidade de seus 91 anos, nos acompanha em oração.
“Saber esperar/Sabendo ao mesmo tempo forçar/A hora daquela urgência/Que
não nos permite esperar”!



TEMA: Urbanidade e Comunidades Indígenas (cf. II Parte do IL)	
Responsáveis:	Marcivana Sateré Mawé
Contatos:	marcivana_am@hotmail.com
Reconhecemos (VER)	

SYNODUS EPISCOPORUM
 PROT.
 14 OTT. 2019
 ARCHIVIO: UD-37

Santo Padre,

A milênios nossos ancestrais surgiram do seio da Mãe Terra no Santuário Sagrado que é a Amazonia para nós. Nossas mulheres, ao mesmo tempo que queimavam seus utensílios de cerâmicas ajudavam na fertilização da terra, que nos deu Vida em Abundância, alimentando-nos espiritualmente e fisicamente por gerações.

Nossos povoados, hoje chamados cidades foi o primeiro território que nos foi tirado durante o período de colonização, extinguindo povos, destruindo culturas e nos confinando a invisibilidade política e social, e sobre isso, toda Europa tem sua parcela de responsabilidade.

Ao longo dos anos, mais povos tem sido forçados ao deslocamento para as grandes cidades, primeiro, por conta dos programas de desenvolvimento predatório adotados pelos governos, que veem a Amazonia sempre numa perspectiva de exploração dos nossos Elementos Sagrados, atualmente as violências contra os povos indígenas se intensificaram de forma constante e assustadora, apoiados por um discurso de governo antindígena. Na ilegalidade avançam os ataques de grandes fazendeiros, dos garimpos clandestinos, madeireiros e tantas outras ameaças as nossas vidas e cultura; segundo, a centralização de serviços públicos e privados nas grandes cidades: 100% do atendimento da saúde na alta complexidade e 80% do atendimento na médio complexidade, o Ensino Médio e superior estão na cidade, economicamente, Manaus tem participação de mais de 80% do PIB do Estado do Amazonas.

Na mesma proporção que a cidade gera riqueza aumenta as desigualdades sociais, porque “ao mesmo tempo que oferece aos seus habitantes infinitas possibilidades, interpõe também numerosas dificuldades ao pleno desenvolvimento de muitos” (Instrumento Laboris). Para nós indígenas que estamos vivendo na cidade, a invisibilidade nos obriga a novos costumes impostos pelo sistema, nos tira legalmente o **Direito a nossa Identidade Cultural**. Nós indígenas somos como o Rio Amazonas, que nasce na Cordilheira dos Andes, passa pelo Peru, Amazonas, Pará e desagua no Oceano Atlântico e não deixa de ser água durante seu percurso. Nossa

identidade cultural ultrapassa os limites das nossas reservas. A invisibilidade nos tira o **Direito ao acesso das políticas públicas diferenciadas** na educação e saúde, onde corremos o risco de perder nossas linguas maternas e as praticas tradicionais da nossa medicina e a valorização dos nossos pajés e parteiras; Nos tira o **Direito a Terra**, a falta regularização fundiária de nossas comunidades tem levado a conflitos violentos com mortes e criminalização de nossas lideranças no campo e na cidade, onde a terra se tornou propriedade privada de grandes empresarios. Nossas comunidades indígenas em área de ocupação acolhem cada vez mais migrantes Haitianos e Venezuelanos, o que deveria ser uma obrigação do Estado.

Consideramos (JULGAR)

Que a Igreja faz a opção pelos mais pobres, excluídos e marginalizados e que a conquista e formação dos Direitos Indígenas e de Proteção do Meio Ambiente foram um marco importante de luta dos nossos povos.

Propomos (AGIR)

Que a Igreja na sua dimensão Evangelizadora caminhe lado a lado, com os indígenas e suas organizações, apoiando o seu protagonismo contra os retrocessos dos Direitos conquistados a duras penas por nossas lideranças;



TEMA: Corrupção – <i>Intrumentum Laboris</i> 80-82; Fundo Econômico (I.L.129)		SYNODUS EPISCOPORUM	
Responsável:	Revdo. LIMA DA SILVA, Zenildo	PROT.	
Contato:	<u>pe.zenildo@gmail.com</u>	12 OTT, 2019	
		ARCHIVIO:	UD-33

Reconhecendo que:

- Conforme o *Intrumentum Laboris* nº 80, 81 e 82, na Amazônia a corrupção atinge seriamente seus povos e territórios; não somente burlando a lei mas estabelecendo um marco legal que justifica práticas nefastas. Assim afirmaram os bispos do Amazonas e Roraima (CNBB Norte 1) reunidos em recente Assembleia (2019): *Temos consciência do momento histórico que estamos vivendo, as ameaças e as perdas que pairam sobre conquistas e direitos sociais adquiridos a custo de muita luta e martírio, principalmente aquelas que atentam contra a vida dos povos indígenas, da terra, da floresta, dos lagos e rios. (...) Nos causa indignação, quando as mesmas se revestem de manipulado amparo legal, retrocessos que ganham força pela voracidade de modelos econômicos predatórios amparados pelos poderes públicos que deveriam regular a ordem social, mas agem contra a mesma: manobras do Executivo, conivência do Legislativo, permissividade do Judiciário! O que está sendo usurpado em pouco tempo, poderá levar décadas para se refazer.*

- O mesmo *Intrumentum Laboris* nos números já citados nos adverte que este flagelo afeta as autoridades políticas, judiciais, legislativas, sociais, eclesiais e religiosas que recebem benefícios para permitir atividades que provocam danos socioambientais; mesmo os povos amazônicos não são alheios à corrupção e se transformam em suas próprias vítimas.

- Torna-se vergonhoso quando nossa credibilidade enquanto Igreja é comprometida quando “abençoa” com nossa presença e conivência, quando não com nosso silêncio, estruturas de exploração que esmagam os pequenos.

- Também sobre nós paira o fascínio do dinheiro e dos bens. Os poucos recursos dos quais nossas pobres Igrejas dispõem e mesmo nas pequenas comunidades estão sujeitos ao uso indevido. Pecado maior é usurpar o que é dos pobres. Merece uma revisão de como investimos nossos recursos. Se não formos capazes de sermos fiéis no pouco, como nos será confiada o muito (cf Mt 25,21)?

Considerando que:

- Desde o Primeiro Testamento Deus se revela como um Deus que nos convida a parar de fazer o mal, a aprender a fazer o bem, a buscar o direito, a socorrer o oprimido, fazer justiça ao órfão e defender a causa da viúva (cfr. Is 1,16-17). O próprio Jesus nos pede que sejamos bons administradores dos dons recebidos (cfr. Mt 25, 14-30); o ensinamento de Paulo “que a raiz de todos os males é o apego ao dinheiro” (1Tm 6, 10) e de que devemos viver honestamente (cfr. Rm 13, 13).

- A Corrupção se torna expressão de uma iniquidade, de estruturas de pecado como afirmava o magistério social de São João Paulo II: “*estruturas de pecado concretizadas num conjunto dos fatores negativos, em mecanismos econômicos, financeiros e sociais que agem em sentido contrário a uma verdadeira consciência do bem comum universal*” (*Sollicitudo rei Socialis* n. 36).

- Nas palavras do Papa Francisco (em vista a Nápoles 2015): “*A corrupção fede. Uma sociedade corrupta fede. Um cristão que deixa a corrupção entrar dentro de si, não é cristão, mas fede.*”!

Recomendamos:

Acrescentando ao que o *Instrumentum Laboris* 83 apresenta, que a Igreja:

- a) Promova a cultura da honestidade, do respeito pelo o outro e pelo bem comum, em todas as instâncias de formação: Iniciação à Vida Cristã, Seminários, Vida Consagrada, Laicato;**
- b) Possa formar e acompanhar os Leigos e as Leigas para serem presença diferenciada na sociedade, especialmente na política;**
- c) Faça um profundo discernimento como se gera e como se investe o dinheiro;**
- d) Avalie sempre com muita atenção a procedência do dinheiro vindo de doações e aonde estamos fazendo nossos investimentos financeiros;**
- e) Inclua o estudo da Doutrina Social da Igreja (DSI) em todas as formas de formação, especialmente quem for chamado a desenvolver a atividade de liderança e que venha a ocupar serviços no campo administrativo e econômico;**
- f) Fortaleça onde já existe e crie aonde não existe, os Conselhos Econômicos das Comunidades, Paróquias, Dioceses e Prelazias;**
- g) Através das Conferências Episcopais de cada país, ofereça um serviço de assessoria qualificada para uma correta, honesta e transparente administração dos bens e recursos eclesiais;**
- h) Incentive a participação dos leigos e das leigas nos conselhos de direitos e que crie uma Pastoral específica para este serviço de cidadania ativa, de combate à corrupção, que é o controle social das contas públicas. Lembrando a orientação do Papa Francisco na *Laudato Si'* n. 179: “Dado que o direito por vezes se mostra insuficiente devido à corrupção, requer-se uma decisão política sob pressão da população. A sociedade, através de organismos não governamentais e associações intermédias, deve forçar os governos a desenvolver normativas, procedimentos e controles mais rigorosos” para combater a corrupção no campo dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como em todas as outras organizações da sociedade civil;**
- I) QUE SEJA CRIADO UM FUNDO FINANCEIRO EM CADA PAÍS E UM FUNDO FINANCEIRO INTERNACIONAL PARA APOIAR A MISSÃO NA AMAZÔNIA, ESPECIALMENTE PARA AS DESPESAS COM TRANSPORTE (TERRESTRE E FLUVIAL), PARA OS PROCESSOS FORMATIVOS DE MISSIONÁRIOS E MISSIONÁRIAS LEIGOS E LEIGAS, VIDA CONSAGRADA E MINISTÉRIOS (como estão sendo pleiteados nesta Assembleia Sinodal), PROMOVENDO ASSIM UM VERDADEIRO ESPÍRITO DE COMUNHÃO ECLESIAL. (Cf. *Instrumentum Laboris* 129, f.4)**

Novos caminhos para missão na Amazônia

Santo padre reconhecemos a diocese de Ji Paraná é formada de pequenas comunidades eclesiais de base missionárias. A organização pastoral tem com base o diretório, as diretrizes e o plano de pastoral diocesano. Somos 24 paróquias, 1146 comunidades, uma escola de teologia para leigos e uma escola de fé e política, além do projeto padre Ezequiel Ramin. Contamos com três casas de recuperação de dependentes químicos e dois seminários. Temo 3617 ministérios leigos distribuídos entre ministro da palavra, da eucaristia, do batismo, das exéquias e do matrimônio. Sendo que oitenta por cento destes ministérios são exercidos por mulheres. Como também a coordenação diocesana é exercida por uma mulher cristã leiga.

Reconhecendo que este sínodo especial é chamado à conversão pastoral e pensar novos caminhos; recorro que o documento de Aparecida propõe a missionariedade como chave para a conversão, lembrando que ela não se reduz a uma dimensão, mas é a natureza da Igreja tem sua origem no “amor fontal de Deus” (AG, 2). O dinamismo missionário que brota do amor de Deus, se irradia, expande, transborda e se difunde em todo universo. “A missão é o voltar-se de Deus para o mundo”. Somos inseridos, pelo batismo, nessa dinâmica de amor pelo encontro com Jesus que dá um novo horizonte à vida (Cf. DAp, 12).

A Pan-Amazônia recebeu cooperação missionária de diferentes Igrejas locais e de congregações religiosas que ao longo da história contribuíram com o processo de evangelização, marcada por luzes e sombras, acertos e erros do passado como já foi bem lembrado por vossa santidade no discurso inaugural.

No discernimento de novos caminhos é indispensável superar o complexo colonial de superioridade de algumas culturas sobre as outras, ditas inferiores. Neste processo faz-se necessário novos paradigmas missionários que atuem com proximidade, encontro, escuta, serviço, diálogo, fraternidade, respeito com as culturas, com os povos e com as etnias, ou seja, uma missão inculturada, que valorize as tradições, uma missão “*ad gentes*” com modalidade “*inter-gentes*”.

Neste mês de outubro estamos celebrando junto com o sínodo a “feliz coincidência” com o mês missionário extraordinário que celebra o centenário da carta apostólica *Maximum Illud* de seu predecessor Bento XV que já exortava aos missionários “evitar nacionalismos e a ânsia de expandir a zona de influência da própria pátria”(cf. n.43-48, Ed. CNBB).

Os novos paradigmas missionários pedem de todos: escuta, diálogo e testemunho. Sua santidade, agradecemos o destaque que tem dado a dimensão existencial da missão: “Eu sou uma missão de Deus nesta terra, e para isso estou neste mundo”(EG, n. 273). A vida se torna uma missão. Ser discípulo missionário está além de cumprir tarefas ou fazer coisas. Está na ordem do ser. É existencial, identidade, essência e não se reduz a algumas horas do dia: “A missão no coração do povo não é uma parte da minha vida, ou ornamento que posso pôr de lado; não é um apêndice ou um momento entre tantos outros da minha vida. É algo que não posso arrancar do meu coração”(EG, 273).

A missão não se reduz a uma dimensão da vida ou da pastoral, ela é maior do que qualquer metodologia, pastoral, movimento ou atividade. Precisamos ainda superar a concepção de missão como dimensão, ela revela a própria essência de Deus que tem uma Igreja vocacionada a ser testemunha de Cristo na história. “A missão chama a Igreja para servir ao propósito de Deus no mundo. A Igreja não possui uma missão, mas a missão possui uma Igreja”(BEVANS, 2016, p. 34).

A missão é um dar e receber. Os missionários em terras Amazônicas recebem do povo fiel valores e sementes do Evangelho já presentes nas pessoas e nas culturas antes da sua chegada. O Espírito de Deus os antecipa na missão. A missão não começa com a nossa chegada. Somos cooperadores da única missão de Deus.

Considerando que a missão é sempre tarefa eclesial, de cunho comunitário e não é propriedade particular, restrita a alguém ou a um grupo, é importante considerar o caminho da sindodalidade na evangelização da Amazônia. “Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e sua dinâmica missionária”(EG,32). Diante dos seus desafios, a Igreja na Amazônia necessita ser presença constante e solidária nos ambientes urbanos, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores e aqueles que vivem da agricultura, bem como de migrantes; nas periferias existenciais e geográficas, e outros através de comunidades eclesiais missionárias com ministros que, a partir do seguimento a Jesus Cristo missionário, o verbo encarnado que entregou sua vida por amor, deem testemunho de diálogo, serviço, profetismo e comunhão como Igreja católica.

A missão assim compreendida não é algo optativo, uma atividade da Igreja entre outras, mas a sua própria natureza. **A Igreja é missão!** “A ação missionária é o paradigma de toda a obra da Igreja” (EG,15).

Jesus, o missionário do Pai, encarnando-se, “assumiu nossas enfermidades e carregou as nossas doenças” (Mt 8,17b). “Ao ver as multidões, Jesus encheu-se de compaixão por elas, porque estavam cansadas e abatidas, como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9,35-36). Ele é o modelo para a vida missionária nas várias realidades vivenciadas por nós. Assim como Jesus, o bom samaritano, (cf. Lc 10,25-37), o discípulo missionário precisa considerar e contemplar *os caídos*, aproximar-se e cuidar deles. **No horizonte maior da Pan-Amazônia, o missionário cuida da casa comum e une esforços para que a natureza (as matas, a flora e a fauna, os rios, os minerais...) não seja subjugada e destruída por grupos econômicos e políticos cujo interesse principal é o lucro.**

Aquele que se fez pobre para nos enriquecer com sua pobreza (cf. 2Cor 8,9), por meio do seu Espírito, impulsiona os discípulos missionários de hoje a irem ao encontro de todos, especialmente dos pobres e excluídos da sociedade. Eles são destinatários privilegiados do Evangelho e também sujeitos e interlocutores da missão, isto é, a medida que são evangelizados igualmente se tornam evangelizadores.

Com eles, Jesus se identifica e se solidariza (cf. Mt 25,31ss). Escutá-los é caminho certo que faz os discípulos missionários aprenderem com eles e serem enriquecidos por eles, pois é aí que Deus revela o seu mistério de modo muito especial. Os insignificantes de hoje, os excluídos e os que não contam são constituídos por Deus para serem sinais de sua graça e do seu amor (cf. 1Cor 1,27-31).

O Espírito Santo, protagonista do dinamismo missionário (cf. Jo 20,21), faz a comunidade compreender que, como colaboradora de Deus, não deve cuidar apenas de si mesma. Ela aprende do Espírito a ser despojada e descentrada, voltando-se para a unidade com outras comunidades e povos, numa atitude de diálogo. O Espírito sabe articular o plural e as diferenças numa unidade maior, sem hegemonias. Ele permite, também, transformar uma comunidade de manutenção numa comunidade missionária que procura comunicar-se com os outros, especialmente os pobres, os sofredores. **Esse dinamismo nos desinstala e exige de nós uma permanente conversão missionária pessoal, pastoral e estrutural (DAP, 360,370).** Desta forma, “o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao mistério pascal” (GS, 22).

A missionariedade, natureza da Igreja, como vimos é transversal em todas áreas da teologia e da pastoral. Que este sínodo não perca de vista este horizonte de despertar em medida maior a transformação missionária da vida e da pastoral. Que sejamos uma da Igreja em saída, formadora de pequenas comunidades missionárias, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia.

Pe. José Celestino dos Santos

Administrar Diocesano - Diocese de Ji Paraná

Nota: O texto foi inspirado a partir do Iluminar do Programa Missionário Nacional da Igreja do Brasil



Temática: POVOS INDÍGENAS E MOBILIDADE HUMANA NA PAN-AMAZÔNIA

Proponente: Dom Mário Antonio DA SILVA – Bispo de Roraima - Brasil

Referência: Parte II. Capítulo I – 45, 46; 53; 56

Parte II. Capítulo III – 63; 64; 65; 69 do Instrumentum Laboris;

Parte II. Capítulo IV – 70 – 74, do Instrumentum Laboris

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
12 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN - 128

Reconhecendo que:

- 1) O processo de colonização, ocasionou e continua ocasionando sempre a invasão e o roubo dos territórios e os consequentes deslocamentos forçados de povos indígenas (IL 45, 46, 53, 63, 64, 65 e LS 129 e 146). Os povos indígenas são obrigados a inserir-se nos entornos urbanos em situações difíceis, sem a garantia de seus direitos fundamentais, ou instalam-se em locais improvisados na expectativa da retomada de seus territórios. Esta realidade acontece dentro dos países da Pan-Amazônia, mas também existe já uma mobilidade significativa de caráter transfronteiriço (como é o caso dos Warao, E'ñepá e outros muitos);
- 2) A maior parte das fronteiras entre Estados nacionais foi estabelecida dividindo territórios que eram e continuam sendo de circulação tradicional de povos indígenas. A livre circulação destes povos deve ser compreendida dentro de suas dinâmicas tradicionais e deve ser respeitada e protegida pelos Estados envolvidos;
- 3) Uma situação diferente às anteriores refere-se à livre mobilidade de indivíduos e famílias indígenas em direção a centros urbanos para realização de estudos, tratamentos de saúde ou inserção no mercado de trabalho. Este movimento deve ser compreendido dentro do direito dos indígenas a circular livremente pelo território e acessar às políticas públicas que considerem adequadas aos seus interesses.

Considerando:

- 1) O avanço do modelo econômico predatório na Amazônia (mineração, agronegócio, grandes infraestruturas associadas aos empreendimentos

econômicos, ...) pressiona por um esvaziamento do interior para maior controle territorial por parte do poder econômico. Este esvaziamento do interior acontece pela expropriação e despejo das comunidades de seus territórios ou pela inviabilidade da vida no interior pela ausência de políticas públicas fundamentais, adequadas e específicas, no campo da educação, a saúde ou o apoio à economia familiar e comunitária. Com isso, observamos um inchaço das cidades, sem garantias de políticas públicas básicas. Não podemos abordar a questão urbana sem a compreensão do processo de expulsão do interior, que tem sua raiz no modelo econômico predatório;

- 2) Não existe ainda a garantia da implementação dos direitos territoriais dos povos indígenas, mesmo reconhecidos nas legislações nacionais e instrumentos internacionais, devido particularmente à demora ou paralisação na demarcação e proteção dos territórios;
- 3) Os povos indígenas são sujeitos de direitos coletivos específicos, independentemente do lugar onde se encontrem em cada momento, principalmente quando são obrigados a deslocarem-se contra sua vontade de seus territórios tradicionais;
- 4) A mobilidade de grupos indígenas tem uma especificidade própria que deve ser compreendida pelos agentes de pastoral e os agentes estatais que com eles atuam. Esta especificidade deve pautar as políticas públicas de acolhida, documentação, educação, saúde, reconhecimento de suas formas próprias de organização social e tomada de decisões, garantindo sempre a efetivação dos direitos contemplados nos instrumentos internacionais de direitos humanos;

Sugerimos:

- 1) Trabalho pastoral de conjunto, com envolvimento dos agentes de pastoral indigenista, pastorais sociais e congregações religiosas, pautada por uma atuação de acolhida, diálogo e defesa dos direitos dos povos indígenas em situação de mobilidade;

- 2) Garantir sempre o protagonismo dos povos indígenas em situação de mobilidade na busca de soluções ou medidas de acolhida e proteção, reconhecendo suas formas de organização social e de tomada de decisões;
- 3) Incidir para que os Estados garantam os direitos territoriais dos povos indígenas através da demarcação e a proteção, evitando o avanço de projetos econômicos sobre os territórios e garantindo sempre o direito à consulta prévia, livre e informada. Com isso, evitar-se-á a mobilidade forçada de grupos indígenas por desapropriação e despejo de seus territórios tradicionais;
- 4) Incidir para que os Estados atuem com os povos indígenas em situação de mobilidade conforme o marco específico de direitos coletivos destes povos, reconhecido nas legislações nacionais e nos instrumentos internacionais de direito, como a Convenção 169 da OIT;
- 5) Favorecer uma pastoral de conjunto entre as Dioceses que se encontram em territórios transfronteiriços que dividiram espaços de circulação tradicional de povos indígenas, criando equipes pastorais conjuntas junto às comunidades e organizações indígenas de um e outro lado das fronteiras;
- 6) Promover uma Pastoral Indigenista sólida no contexto urbano, que atenda as especificidades dos diversos grupos existentes nos espaços urbanos e os diversos itinerários que vivenciaram. Uma Pastoral que promova: a organização social dos indígenas em contexto urbano para defender a garantia de seus direitos e de políticas públicas específicas e diferenciadas; a formação e fortalecimento destes grupos a partir de suas bases nos locais onde habitam; a interação com as comunidades, povos e organizações indígenas que defendem a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas.

TRÁFICO DE PESSOAS (BERTOLDO)

PROT.
12 OTT. 2019
ARCHIVIO: UD-28

RECONHECENDO QUE: Enfrentar o tráfico de pessoas no contexto amazônico é um grande desafio. Primeiro, trata-se de um crime hediondo, silenciado, invisibilizado. Seu enfrentamento reclama uma visão integral e sistêmica dos direitos humanos. O tráfico de pessoas na Amazônia tem raízes profundas e está relacionado ao mercado de trabalho e na mercantilização do corpo, principalmente das mulheres.

O instrumentum Laboris traz com muita firmeza a preocupação essa realidade do tráfico de pessoas, vinda das escutas, podemos enumerar: *Parte I. Cap. I, 15.* A vida na Amazônia está ameaçada: g) pelo narcotráfico; h) pelos consequentes problemas sociais: alcoolismo, violência contra a mulher, trabalho sexual, tráfico de pessoas. *Cap. II, 23. Parte II. Cap. III. 67.* Consequências da migração: resultando todos os tipos de abuso, exploração, em muitos lugares os jovens são vítimas do tráfico de drogas e do tráfico de pessoas. *Cap. IV 73.* Desafios urbanos: aumento do abuso, exploração sexual prostituição e tráfico de pessoas., sobretudo das mulheres. *Parte III. Cap. IV, e 5.* É necessária uma maior ênfase à defesa e recuperação dos que são vítimas das redes do narcotráfico e do tráfico de pessoas. E por fim no capítulo *Cap. VIII. 146, e,* contribuir no combate a violência física, doméstica e psicológica, o feminicídio, o aborto, a exploração sexual e o tráfico de pessoas.

CONSIDERANDO QUE: O Papa Francisco atribui enorme importância ao drama de milhões de pessoas, homens, mulheres e crianças, que são objeto de tráfico e escravizadas. Estas pessoas contam-se por todo o lado no mundo atual entre as mais desumanizadas e descartadas. O tráfico de pessoas, afirma Francisco, é um “flagelo atroz”, uma “chaga aberrante” e uma “ferida no corpo da humanidade contemporânea”. Orientações Pastorais – Prefácio pág. 01

O Antigo Testamento cita casos como um pai que vendeu sua filha como escrava (Ex 21,7; Ne 5,5); uma viúva que vendeu seus filhos para pagar a dívida de seu marido falecido (2Rs 4,1), e homens que se vendiam como escravos (Lv 25,39,47; Dt 15,12-17). Em uma época em que o tráfico de pessoas e o trabalho escravo eram considerados legais, os profetas enfrentaram resistência em denunciá-los. Mas, tal prática não passou despercebida por ele. (Jr 31,33; Ez 36,26-27).

No Novo Testamento, a mensagem do Reino é essencialmente uma mensagem de libertação. As pessoas que perderam sua liberdade e foram reduzidas à escravidão estão contadas entre as primeiras que esperam a libertação (Mt 5,1-12; Mc 10,21-25; Lc 6,20). Jesus resgata a sua dignidade. Foi assim com as mulheres (Jo 4,27; Lc 7,36-50; Jo 8,11; Mc 5,25-34; Jo 8,1-11; Mt 28,9-10), as crianças (Lc 18,16-17), os enfermos (Mt 8,1-4; Lc 17,11-19), os escravos (Lc 7,1-10).

PROPOMOS QUE:

1. Que possamos realizar, através do Dicastério para a migrações e refugiados, reuniões com os grandes financiadores de empresas para que respeitem as normas internacionais que vedam o tráfico de pessoas;
2. Como Igreja sugerir aos países que não ratificaram a convenção para a repressão de pessoas e do lenocínio e seus protocolos, as devidas providências para a sua ratificação;
3. Assumir um trabalho mais efetivo na prevenção as violências contra as mulheres, especialmente ao abuso, exploração sexual e o tráfico de pessoas;
4. Assumir e implantar as Comissões em defesa da vida. Tais como: Comissão Pastoral Especial para o enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
5. Seja incluído nos planos das dioceses e prelazias a prioridade do trabalho de prevenção a estes crimes;
6. Priorizar o trabalho nas fronteiras, disponibilizando recursos para os grupos que são ligados as conferencias Episcopais e da Vida Religiosa, que trabalham na prevenção ao tráfico de pessoas;
7. Investimento na formação de lideranças, multiplicadoras das diversas áreas do conhecimento.
8. Fortalecer as iniciativas já existentes Comissão Justiça e Paz, Caritas.
9. Fortalecer as Rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nos países da Panamazonia (Rede Um Grito Pela Vida, Rede Kawsay, e Red Internacional Talita Kun e integrar, e REDE CLAMOR como Conferencias episcopais.

INTERVENÇÃO NO SÍNODO PARA A AMAZÔNIA

Santo Padre,
Senhores Cardeais,
Caríssimos(as) irmãos e irmãs,

Dom João Muniz Alves, OFM

Bispo prelado do Xingu

14 OTT. 2019

ARCHIVIO: IN - 141

Nossa gratidão ao Papa Francisco que convocou este Sínodo especial para a Amazônia.

Fui nomeado bispo para a **Prelazia do Xingu** em 2016. É a maior circunscrição eclesiástica do Brasil, com uma área superior a **368 mil km²**, e população em torno de 800 mil habitantes. Temos 15 paróquias, 786 comunidades, 29 sacerdotes e 42 religiosas. A paróquia mais distante por terra está a 1.110 km; por via fluvial está a 18h.

O rio Xingu é um dos maiores afluentes do rio Amazonas. Desde o século XVII, essa área recebeu missionários franciscanos e Jesuítas. A partir de 1930, a Congregação dos Missionários do Sangue de Cristo assumiu a Prelazia. Seus bispos merecem ser mencionados pelo carisma e dedicação: Dom Clemente Geiger, CPPS (1948-1971), Dom Eurico Kräutler, CPPS (1971-1981) e Dom Erwin Kräutler, CPPS (1981-2016). Com minha nomeação, a área volta ser dirigida por um franciscano.

A Prelazia do Xingu contribuiu em vários setores da sociedade: pastoral, educação, saúde, tipografia, oficina mecânica, cinema, serraria, usina de beneficiamento de arroz, carpintaria, engenho de açúcar, método moderno de fabricação de farinha de mandioca, ensino escolar e técnico, atendendo a população jovem da zona rural e instruindo os colonos na orientação para melhor conservação e aproveitamento de produtos agrícolas.

Ainda hoje, Dom Erwin Kräutler (no Xingu) e Dom Pedro Casaldáliga (em São Félix do Araguaia) são as vozes fortes e proféticas em defesa dos indígenas e dos direitos humanos dos povos da região. São 9 etnias indígenas divididas em 85 aldeias.

Boa parte da floresta ainda está de pé graças às terras indígenas, territórios quilombolas que abrigam comunidades dos afrodescendentes; Reservas Extrativistas, que abrigam ribeirinhos; e, PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) que abrigam lavradores migrantes.

Em 2005, foi assassinada nossa Irmã Dorothy, com seis tiros à queima-roupa. Havia, e ainda há, forte migração de trabalhadores, sobretudo nordestinos expulsos de suas terras. O destino de muitos era Anapu/PA, a pequena cidade à beira Transamazônica. Eram acolhidos pela Irmã Dorothy, que lhes dizia que o lugar que havia sido destinado pelo governo ficava a 40km de distância. Muitos aceitaram como tábua de salvação. Seria um assentamento diferente, sem a devastação altíssima naquele tempo.

O assentamento foi batizado com o sugestivo nome de Projeto de Desenvolvimento Sustentável *Esperança*, e se desenvolvia a passos largos. Irmã Dorothy levou sementes de cacau (nativo da região) e promoveu o consórcio com outras espécies, como açaí, castanha, banana... Para resumir, ajudou a região a se tornar uma das maiores produtoras de cacau do Brasil. Produziu melhoria econômica não vista em nenhum outro assentamento na Amazônia.

Isso atraiu a ganância da elite econômica da região – *grileiros*, madeireiros e fazendeiros. Aquele exemplo de projeto de desenvolvimento era pequeno, mas muito “perigoso” aos olhos dessa elite. Se a ideia se espalha, o poder político-econômico mudaria na Amazônia. E, assim, a juraram de morte e consumaram o ato.

Hoje sofremos o impacto da Hidrelétrica Belo Monte que promoveu um ecocídio na Volta Grande do Xingu e deixou como legado ao Município de Altamira se tornar o mais violento do Brasil, com o acirramento dos conflitos agrários, tráfico de drogas, desmatamento, criminalização e demonização de lideranças...

Somos pouquíssimos sacerdotes e religiosos. Mas não desistiremos. Ainda ecoa em nós as palavras de Irmã Dorothy sobre os lavradores migrantes que chegam à Amazônia em busca de vida digna: “Não vou fugir, nem abandonar a luta desses agricultores, que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor, numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar.”

Obrigado.

S.E.R. LIMA DUARTE

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
14 OTT. 2019
ARCHIVIO: IN - 142

ELOCUÇÃO SÍNODO PARA PAN-AMAZÔNIA

Santo Padre, a satisfação é grande vê-lo de perto exercendo sua missão petrina, senhor que veio ‘do fim do mundo’ trazer para o coração da Igreja a práxis cristã que se vive na América Latina. Mantenha-se firme Papa Francisco, mesmo apanhando em casa e levando surra na rua, resista!

É bom está em Roma onde leigos iniciaram esta Igreja (Suetônio, cristão expulsos em 41), Pedro e Paulo deram-lhe apostolicidade e foram martirizados; terra de tantos outros mártires papas e leigos como Justino, aquele do “Logos espermatikós”, referência para qualquer evangelização. Terra de Hermas, do Pastor, atormentado por não conseguir evangelizar os seus e que nos deixou a imagem da Igreja como uma torre em construção onde cada tijolo tem sua importância. Terra também onde letrados como Hipólito e Novaciano criaram muitas dificuldades ao sucessor de Pedro, também por não serem eleitos papas. Roma, de São Clemente que criou a colegialidade do serviço na Igreja pelo Reino; terra de papa rotulado de laxista como Cornélio que teve coragem de enfrentar os rigoristas; mas também, aquela Igreja na região dos romanos que preside a todas as outras na caridade, como disse Santo Inácio de Antioquia.

Santidade, em se tratando de ministérios sabemos que somente os Apóstolos foram escolhidos, capacitados e enviados por Jesus, os presbíteros vem da tradição dos anciãos do povo judeu e os diáconos fazem parte da sensibilidade e solicitude da Igreja para servir aos pobres, embora evangelizando eles também como Estêvão e Filipe. São Lucas nos Atos usa o mesmo termo para falar dos sete diáconos e das diaconisas, importantes mulheres no tempo da “domus ecclesiae”. São Paulo na carta aos Romanos (16,1) usa o mesmo termo, diakonos, para Febe diaconisa de Sencreia. Também em 1 Tm 3,8-11: os diáconos sejam pessoas dignas (...) e do mesmo modo as mulheres sejam dignas... Referindo-se ao diaconato das mulheres (também na opinião: João Crisóstomo, Clemente de Alexandria, Teodoreto de Ciro, Teodoro de Mopsuéstia; sec. XII, Abelardo que cita de Orígenes a Cláudio de Turim – sec. IX; com discordância é claro – Ambrosiastro e outros poucos).

No Concílio de Nicéia (325) os bispos decidiram que “Os diáconos devem permanecer dentro de suas atribuições. Não devem administrar a Eucaristia a presbíteros, nem tomá-la antes deles, nem sentar-se entre os presbíteros”. (Can.

18). Na Tradição Apostólica (n. 8), Hipólito diz que “Na ordenação do diácono só o bispo imponha as mãos, porque não é ordenado ao presbiterado, mas ao serviço do bispo para fazer o que o bispo indicar”. A Constituição Apostólica (8,28) afirma que “as diaconisas na Igreja Antiga se ocupavam da instrução das mulheres, vigiavam a porta das mulheres, durante a liturgia, e dedicavam-se às obras de caridade”. O Sínodo Trullan, Constantinopla em 692, decretou que as mulheres pra serem ordenadas diáconos deveriam ter ao menos 40 anos. Concílio de Orange, 441, nega ordenação. O papa Gregório II escreveu cartas a mulheres diáconos; em Ravena, o arcebispo Sérgio (753), consagrou sua esposa, Eufémia, diaconisa; Leão III de volta a Roma (799), foi saudado por mulheres diaconisas; o Concílio de Roma em 826, proibiu casamentos ilegais com mulheres diáconos e papa Leão VII (937-939) manteve proibição. Em 1018, papa Bento VIII concedeu ao Cardeal do Porto, o direito de ordenar inclusive homens ou mulheres diáconos, a quem outros papas em 1025 e 1049 concederam o mesmo direito. As diaconisas existiram na diocese de Lucca, Itália, até o bispo Ottone (1139-1146).

Existem vários manuscritos que conservam ritos de ordenação dos diáconos masculinos e femininos, com termos femininos usados e invocados para mulheres diáconos. As figuras bíblicas femininas eram invocadas: “Deus, Eterno, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, Criador do homem e da mulher, que encheu do seu espírito Miriam e Débora, Ana e Hulda, que não desdenhou que seu único Filho nascesse de uma mulher...”. As ordenações aconteciam no santuário, na presença de outros diáconos, só o bispo impunha as mãos e dizia a epiclese invocando o Espírito Santo: “(...) Vós concedeis não só aos homens, mas também as mulheres, a graça e a vinda do Espírito Santo. Nós vos rogamos, Senhor, que olheis para esta serva e a dediqueis à função do vosso diaconato, derramando sobre ela a rica e abundante dádiva do vosso Espírito Santo”. Colocava uma espécie de estola (*orarium*) no pescoço da mulher diácono; entregava-lhe o cálice e ela comungava por si mesma e, acima de tudo, chamava-lhe diácono.

O Concílio Vaticano II ao restaurar o diaconato, diz que: “Em grau inferior da hierarquia estão os diáconos, aos quais foram impostas as mãos ‘não em ordem ao sacerdócio mais ao ministério’. Pois que, fortalecidos coma graça sacramental, servem o povo de Deus em união com o bispo e o seu presbitério, no ministério da liturgia, da palavra e da caridade”. (LG 29)

O grande Cardeal de Milão, Carlo Martini, certa vez afirmou: “Na história da Igreja existiram as diaconisas, por isso podemos pensar nesta possibilidade”. São João Paulo II em 1994 (*Ordinatio Sacerdotalis* 4), declarou que “...em virtude do

nosso ministério de confirmar os irmãos, que a Igreja não tem absolutamente a faculdade de conferir a ordenação sacerdotal às mulheres, e que esta sentença deve ser mantida definitivamente”, não diz porém que as mulheres não podem ser ordenadas diáconas; papa Bento XVI em Motu Proprio assevera: “Aqueles que são admitidos na ordem do episcopado ou do presbiterado recebem missão e a faculdade de agir na pessoa de Cristo Cabeça (in persona Christi Capitis), os diáconos, ao invés, estão habilitados a servir (in persona Christi Servitoris) o povo de Deus na diaconia da liturgia, da palavra e da caridade” (Can. 1009 §3).

Considerando que a Igreja tem como fonte primordial da revelação a Tradição: se existiram diáconas no período apostólico e nos primeiros séculos e séculos sucessivos, se existiu um rito de ordenação de mulheres ao diaconato, se o Vaticano II restaurou o diaconato permanente esquecido há séculos para homens casados e também celibatários, se em 1994 São João Paulo II diz que mulheres não podem ser ordenadas sacerdotes e se cala sobre serem ordenadas diáconas, se papa emérito Bento XVI diz que os diáconos estão habilitados a servir in persona Christi Servitoris e não in Christi Capitis, e se este Sínodo dos Bispos para Pan-Amazônia em busca de novos caminhos para a Igreja, olhando a necessidade do povo de Deus e valorizando o que as mulheres já realizam em favor do Reino, pedir-lhe que reconheça o trabalho de mulheres da Pan-Amazônia no que tange a condução de comunidades, pastorais, ministérios e movimentos, assim como no labor da Palavra, da caridade e da liturgia como diáconas para servir em nome da Igreja recebendo a ordem para o serviço diaconal; não se poderia cum Petrus, considerando Const. Apost. *Episcopalis Communio* no Art. 18, §2 – que permite o Romano Pontífice conceder à Assembleia do Sínodo potestade deliberativa - restaurar o ministério das diáconas na Igreja? Muito obrigado, Sua Santidade, ao senhor que tem nas mãos as chaves de Pedro.

TEMA: PRESENÇA – <i>Instrumentum Laboris</i> – PARTE III -CAP. IV -Nº 128		SYNODUS EPISCOPORUM
Proponente:	Dom Adolfo Zon Pereira	PROT.
	Bispo da Diocese do Alto Solimões - Brasil	14 OTT. 2019
		ARCHIVIO: JN - 145

Reconhecendo:

- A experiência da escuta que este processo sinodal desencadeou, de certo modo já é presente na atividade pastoral da Igreja. Nós pastores do povo de Deus há muito carregamos a inquietação destes clamores dos povos, da terra e das águas, que chegam aos nossos ouvidos. Guardamos tudo em nossos corações com angústias, mas também com esperanças.
- O Documento Preparatório a este Sínodo recuperou a presença histórica da Igreja na Amazônia, sua contribuição e aprendizado. Também o *Instrumentum Laboris* reconhece a originalidade e criatividade desta presença (IL n. 30), não obstante as assumidas contradições.
- Trouxemos em nossas bagagens para esta Assembleia Sinodal os ecos de um reconhecimento e de uma súplica: O reconhecimento que quando a Igreja está presente os povos se sentem fortalecidos em suas lutas; a súplica de não abandoná-los, não ficar distantes. Não podemos retornar sem estes clamores assumidos de modo mais comprometido ainda que nos custe reconfigurar nossas estruturas eclesiais.
- Os atores da evangelização como anúncio de boa nova e defesa da vida são as comunidades eclesiais. Muitas delas distantes e desamparadas sentem-se enfraquecidas sem a possibilidade de alimentar-se da Palavra e dos Sacramentos. O avanço de outras experiências religiosas com acentuados traços neopentecostais fragiliza um modelo evangelizador que faz interagir fé e vida. A presença tão cara ao nosso povo é a própria presença de Jesus que passou por este mundo fazendo o bem. Nosso povo tem direito a Jesus.

Considerando que:

- A **presença** também pode ser interpretada como categoria teológica a partir da ação de Deus que caminha com seu povo fazendo história com ele e mais ainda pelo mistério da Encarnação como opção definitiva de Deus de fazer-se presente.
- A **Liturgia** é memorial e atualização desta presença. Na liturgia, principalmente na Eucaristia, os batizados experimentam a amizade de Deus: “*Senhor, vós que sempre quisestes ficar muito perto de nós, vivendo conosco no Cristo, falando conosco por ele*” (Oração Eucarística V – Congresso Eucarístico de Manaus). Na atual conjuntura ministerial nosso povo tem ficado privado desta memória.
- “Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28,20). A afirmação de Jesus é uma garantia, mas também um mandato. Este processo encarnatório prossegue na comunidade eclesial, corpo do Ressuscitado. “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia” afirmaram os bispos da Amazônia brasileira em 1997. O **dinamismo missionário** que deriva desta consciência se realiza como atuação eclesial que proporciona

a todos os homens e mulheres, a todos os povos e culturas, a participação na vida abundante que Jesus oferece com sua vinda (cf. Jo10,10).

- “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 01). Esta **consciência da identidade e missão da Igreja** retomada no Concílio Vaticano II orientou o agir encarnatório da Igreja na Amazônia nestes últimos 50 anos e nos convida a um novo **“aggiornamento”** de modo que sejam supridas as lacunas que nos impedem de estar com as comunidades, estar nas comunidades ou ainda, que as comunidades sejam plenamente eclesiais com o dom do Espírito, a memória do Filho pela Palavra e pelos Sacramentos, o exercício do amor do Pai atendidos por uma ministerialidade diversificada.

Recomendamos:

- Neste sentido acentuamos que a indicação apresentada no n. 128 de passar de uma “pastoral de visita” para uma “pastoral de presença” tenha desdobramentos bem concretos a partir de alguns elementos já acentuados no *Instrumentum Laboris*, mas que devem ser articulados de modo mais orgânico:
 - No que diz respeito às **extensões territoriais**, estas poderiam ser significativamente reduzidas com uma maior presença missionária da vida religiosa na panamazonia: “apoiar a inserção e a itinerância dos consagrados e consagradas ao lado dos mais desfavorecidos e excluídos... e propor aos religiosos e às religiosas que deem sua disponibilidade para compartilhar a vida local com coração, cabeça e mãos...” como é citado no I.L. 129 d.2 e d.3.
 - No tocante a **ministerialidade**, além de promover as vocações autóctones de homens e mulheres, se poderia atualizar a Carta Apostólica Ministeria quaedam do papa São Paulo VI, como resposta às necessidades de atenção pastoral-sacramental, acrescentando os ministérios do **catequista**, da **liderança ou pastoreio das comunidades**... como nos lembraram os Bispos da Amazônia reunidos em Manaus em 1997. Destacar-se-ia aqui a atuação das mulheres, colunas na vida comunitária eclesial.
- Por último gostaria reforçar a importância de uma ação pastoral conjunta, elaborada sinodalmente por todas as circunscrições da panamazonia, para enfrentar os problemas comuns, como a exploração do território, a delinquência, o narcotráfico, o tráfico de pessoas, a prostituição, etc... e para viabilizar esta ação pastoral conjunta pedimos a criação de um fundo econômico como se diz no I.L. nº 129 f.1 e f.2.

Sínodo Pan Amazônico

Santo Padre

Prezados irmãos e irmãs

Mesmo considerando todas as especificidades da Região Amazônica, com o seu bioma, cultura, povos, limitações, desafios específicos, não podemos ignorar que os desafios que envolvem a realidade dos ministérios ordenados são desafios de toda a Igreja. Hoje temos presbíteros aquém do necessário em várias partes do mundo. Rápida dedução do número de presbíteros na Europa. Então, o nosso diálogo de hoje, ainda que específico para a realidade amazônica, tem interesse e alcance universais.

O problema nosso não é o celibato que, sim, impede alguns de se tornarem padres, mas sim o como temos vivido a vocação pessoal, a incoerência, a infidelidade, os escândalos, a falta de santidade que impede que o chamado de Deus encontre terra fértil nos corações das pessoas com as quais convivemos. Ouvindo o clamor de nosso amado Papa Francisco, temos procurado adquirir o “cheiro das ovelhas”, mas infelizmente, nem sempre levamos às ovelhas o “perfume de Cristo” (2Cor 2, 15). Com muita facilidade somos anunciadores de nós mesmos, com comportamentos que afastam as pessoas de Jesus. Temos um “Santo Padre” em Roma, mas nem sempre padres e bispos santos em nossas Igrejas.

Nos “novos caminhos” está o Sempre Novo Jesus. Não precisamos reinventar a roda. Ao propor a flexibilização do celibato, movidos pelas melhores intenções, estamos propondo o caminho aparentemente mais fácil. Queremos mudar as regras porque nos sentimos incapazes de mudar a nós mesmos. O principal instrumento de despertar vocacional é a santidade. Tenho certeza que conseguindo eu uma vida santa, verei uma avalanche de vocações sacerdotais na igreja particular a mim confiada. Os jovens estão perdidos, procurando valores nos quais se apoiar, sedentos de bons exemplos, sedentos de santidade. Temos a obrigação de oferecer esses valores a eles. Refiro-me à santidade da simplicidade, da abertura ao diálogo, do respeito às diferenças, do inquebrantável anúncio da esperança, da capacidade de se compadecer da dor dos que sofrem, da inegociável decisão de amar; a santidade comprometida com as transformações sociais sem perder referência ao transcendente. Será que Jesus perdeu o poder de atração? Ou nós estamos sendo obstáculo?

Temos também a má distribuição territorial dos presbíteros. Formamos presbíteros, diocesanos e religiosos, sem espírito missionário. Muitos buscam comodidade, conforto, boa vida, vida longe das periferias, vantagens financeiras, buscam a “boa paróquia”, buscam ascender na hierarquia católica. São presbíteros que não entenderam o que é ser *discípulo missionário de Jesus*. Esse tipo de presbíteros seria melhor não os ter.

Temos que definir novos caminhos para a formação dos presbíteros. Desde o trabalho para o despertar vocacional, passando pelos seminários e avançando na formação permanente; temos a obrigação evangélica de insistir no espírito missionário, na opção fundamental de DOAR-SE. A Amazônia brasileira, no século passado, foi evangelizada por missionários europeus, norte-americanos, que deixaram seu mundo e doaram a vida em nossas terras. Hoje temos dificuldade que presbíteros do Sul do Brasil façam missão no Norte, argumentando não ter capacidade de adaptar-se aos desafios. Santo Padre, irmãos, irmãs, onde foi que nos perdemos!

Que o espírito nos ilumine hoje e sempre.

Dom Wellington de Queiroz Vieira
Bispo Diocesano de Cristalândia -TO
Brasil

REF: INSTRUMENTUM LABORIS N. 129

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
08 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	1N - 040

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
08 OTT. 2019
ARCHIVIO: IN - 039

Sínodo para a Amazônia
Amazônia: Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral

TEMA DA INTERVENÇÃO: **Pentecostalismo (IL 137 - 138)**
Dom Benedito Araújo – Guajará Mirim - Rondônia – Brasil

Santo Padre,

Agradeço sua atenção em priorizar à Amazônia no seu pontificado!

Neste momento de graça nos sentimos afagados pelo seu pastoreio de pai que escuta os “gritos e cantos de dor e de júbilo” do povo da Amazônia.

Eu fui enviado pelo Santo Padre o Papa Bento XVI para Diocese de Guajará Mirim – Rondônia – Brasil; nossa jurisdição territorial diocesana é de 91.282 Km².

Temos somente 14 padres para o atendimento de 450 comunidades. A Paróquia mais distante da sede da Diocese, estar a 1.300km, onde aconteceu o Massacre de Corumbiara.

Sua Eminência o Cardeal Claudio Humes, conheceu um pedacinho desta região, quando fraternalmente passou vários dias conosco.

Nesta realidade, o império do desrespeito é constante, ameaça e ceifa à vida dos povos, em especial dos indígenas e ribeirinhos, devasta a floresta a vida dos biomas e biodiversidades; “é um rastro de lapidação, inclusive de morte por toda a região[...] coloca em perigo milhões de pessoas, em especial do habitat dos camponeses e indígenas (DAP.473).

Existe um respeito enorme dos povos nativos pelo trabalho da Igreja, que de forma inserida, sempre os acolheu e os defendeu na firme opção preferencial pelos pobres, evangelizando e promovendo a saúde, educação e comunicação. Mais o débito da Igreja para com esses povos continua um desafio tremendo.

É assustador o crescimento do pentecostalismo, guiado por sinais de uma alienante cultura bíblica-espiritual, calcada numa teologia da prosperidade, onde o medo se sobrepõe à esperança, a “satanização” à graça e o econômico ao espiritual.

No trabalho pedagógico neoopentecostal, as lideranças são preparadas, confirmadas, oficializadas, enviadas, e estão em todos os rincões do nosso território. Facilmente nosso povo, sobretudo nossas lideranças são atraídas pelos interesses dominantes, sejam econômicos, religiosos e fanáticos, sem pensar nas consequências do presente e do futuro.

Santo Padre sou testemunha da beleza e do esforço das nossas lideranças católicas na sustentação espiritual das comunidades, sobretudo garantindo a celebração da Palavra, mas ao mesmo tempo, constato o sofrimento por não poderem contar com a graça da celebração eucarística e a presença mais amorosa e cuidadosa da Igreja.

Reconheço a ausência de ministros e ministras católicos ordenados, junto às diversas comunidades, para acompanhar, consolar, conhecer a realidade das comunidades como meio para a promoção de uma Igreja mais samaritana e profética.

O processo formativo dos ministros ordenados é cada vez mais complexo; e dos ministros não ordenados, muitas vezes é marcado pela falta de recursos humanos e financeiros; há de se considerar ainda a desvalorização de fiéis com formação teológica que poderiam colaborar ainda mais no seio da Igreja.

É urgente a necessidade de transmitir a fé às novas gerações; dinamizando o processo de iniciação à vida cristã; mais também promovendo a diversidade ministerial em vista de um efetivo encontro com a pessoa de Jesus de Nazaré e o seu Evangelho.

Que Maria, Rainha dos apóstolos, entre nós cultuada como Senhora do Seringueiro nos proteja no seguimento do seu filho.

Sua benção! Obrigado.



Extractivismo depredador**ILn.45s**

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	
07 OTT. 2019	
ARCHIVIO:	IN - 018

Reconociendo que:

- La mayoría de los gobiernos latinoamericanos -desvalorizando prácticas tradicionales, rentables y sustentables de extracción que se hacen en armonía con la naturaleza, tales como la producción del cacao, la castaña, el coco, el açaí y tantos otros productos agroflorestales-, invirtieron en el extractivismo depredador como ilusoria oportunidad de desarrollo y solución a los problemas y desafíos económicos y a demandas de políticas locales;
- La Panamazonía, importante frontera de resistencia a ese extractivismo, está progresivamente amenazada por el avance del arco de deforestación y la expansión del extractivismo minero;
- El extractivismo minero en la Panamazonía representa una amenaza a causa de dos vectores distintos, fuertemente impactantes> (a) la minería a gran escala, con la instalación de mega proyectos mineros y sus imponentes infraestructuras para garantizar los flujos de la exportación (ferrocarriles, transporte fluvial, carreteras); (b) la pequeña minería legal e ilegal, que contamina tierra y agua, provocando conflictos y violencia en la disputa por los territorios.;
- Los dos modelos son apoyados y facilitados por los gobiernos nacionales y locales, en el supuesto equivocado que son actividades que aportan recursos para políticas públicas, mediante los impuestos, y de proporcionan empleos en la Panamazonía;
- En este momento, debido a la erosión de la legislación de protección socioambiental, una nueva expansión de la minería amenaza los ríos de la Amazonía y las Tierras Indígenas

Considerando que:

- El legado que el Creador dejó a la humanidad es el cuidado y la protección de toda la creación, en una perspectiva de convivencia armoniosa, integración y garantía de vida plena y digna de las generaciones futuras;
- La palabra de Dios frecuentemente asocia la extracción minera y los metales preciosos a la opresión del poder económico y político de los imperios de la época, con explotación de un número incalculable de esclavos. El sueño del rey Nabucodonosor recoge en el símbolo de una estatua la secuencia histórica de diversos imperios: *"La cabeza de aquella estatua era de oro fino; su pecho y sus brazos, de plata; su vientre y sus muslos, de bronce; sus piernas, de hierro; sus pies, en parte de hierro y en parte de barro cocido"* (Dn 2,32-33). Pero todo proyecto que arranca la vida de los pueblos y los bienes comunes de la tierra, para concentrar el poder en manos de pocos, está destinado a desmoronarse y despedazarse;
- "Los asuntos ambientales no se pueden tratar de forma aislada, fragmentada y accesoria (...). Por lo tanto, asumir seriamente el Evangelio implica asumir la

responsabilidad de cuidar la creación, considerando que los seres humanos hacen parte integral de ella” (Carta Pastoral CELAM, párrafo 2);

- La minería, actividad por definición no “renovable” no permite una “segunda cosecha”, no es compatible con la diversificación económica, generando, donde se instala “minerodependencia”, destinando regiones enteras a la destrucción y el abandono;
- El extractivismo depredador financia principalmente a grandes inversores en los mercados financieros de las multinacionales mineras, lo que beneficia relativamente poco a las economías nacionales.
- Son urgentes y posibles medidas para la transición de un modelo de minería depredadora a una minería sensata y, finalmente, apenas aquella indispensable.
- Algunos estados nacionales en América Latina, como El Salvador y Costa Rica, en defensa de sus biomas particularmente frágiles, han prohibido la minería en todo su territorio nacional; la Panamazonía es también uno de estos territorios de delicado equilibrio de sustentabilidad, que ahora se ve especialmente amenazado por la expansión de la frontera minera;
- La Convención 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), ratificada por casi todos los países de la Panamazonía, prevé el Consentimiento Previo, Libre e Informado de los pueblos originarios en caso de eventual de proyectos planeados desde fuera; los movimientos populares de varios países del mundo reivindican el “Derecho a Decir No a la Minería” y la importancia de garantizar “Áreas libres de minería”;

Recomendamos:

- a) seguir escuchando la voz y las intuiciones de los pueblos indígenas, afrodescendientes, ribereños, pescadores y de todas las comunidades tradicionales, defendiendo y promoviendo sus modelos de convivencia con los territorios;
- b) asumir y consolidar una Campaña de Desinversión en Minería, como camino estratégico para concientizar al pueblo de Dios sobre las violaciones del modelo extractivista y la insustentabilidad de los ritmos y dimensiones del saqueo que opera;
- c) profundizar la reflexión y la práctica de transiciones hacia el post-extractivismo, desmontando los mitos del extractivismo, informando y formando los cristianos-as sobre las alternativas posibles;
- d) vigilar para que nuestras iglesias locales y nuestras instituciones no se dejen engañar por los intereses de las empresas o estados a servicio del modelo extractivista, no se manipulen los principios de fe y los criterios de la Doctrina Social de la Iglesia, sino se tenga siempre presente el bien común para los más débiles, abandonados y maltratados de la sociedad, entre los cuales está nuestra “oprimida y devastada” Madre Tierra;
- e) apoyar las comunidades en su pleno derecho al Consentimiento previo, libre e informado (OIT 169), así como en su Derecho a decir no a la minería;

- f) oponerse, em particular, a todos los planes de minería em Tierras Indígenas, aún menos em la Amazonía;
- g) consolidar la posición de la Santa Sede en las Naciones Unidas, en apoyo al Tratado Vinculante sobre Empresas y Derechos Humanos, única forma -en nuestra visión- para monitorear, regular y exigir, de manera independiente y eficaz, el compromiso de las corporaciones internacionales para el respeto de los derechos humanos, económicos, sociales y ambientales;
- h) apoyar institucionalmente la creación y aplicación de leyes nacionales e internacionales que reconozcan y defiendan los Derechos de la Naturaleza;
- i) asumir la protección de líderes y comunidades amenazadas por su defensa de los territorios y de la casa común, en red con los movimientos y entidades que ya actúan en este campo, promoviendo o participando de campañas de sensibilización y de capacitación de las comunidades para la autodefensa.

07.10.19



INTERVENÇÃO NO SÍNODO PARA AMAZÔNIA

SYNODUS EPISCOPORUM	
PROT.	08 OTT. 2019
ARCHIVIO:	IN - 076

Prezado Papa Francisco e irmãos e irmãs presentes.

Eu quero aqui falar sobre o N. 38 do Instrumentum Laboris onde se considera aos povos da Amazônia como os principais interlocutores e protagonistas do diálogo. Na introdução do IL se diz que a Amazônia irrompe como sujeito e que agora constitui um interlocutor privilegiado.

Na Constituição Brasileira de 1988 nos artigos 231 e 232 foram consagrados os direitos dos povos originários do Brasil, dentre eles destaco o direito a autodeterminação.

Essa autodeterminação vem sendo frequentemente violentada pelas estratégias criadas por aqueles que só concebem a Amazônia como simples mercadoria. Com oferta de dinheiro e algumas vantagens vêm só dividindo os povos e os próprios parentes; como foi o caso da implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte que dividiu os povos da Região e os fragmentou. Isso acabou gerando o que a Procuradora Federal da República, Thais Santi Cardoso da Silva, e os outros Procuradores chamaram de etnocídio, na Ação Civil Pública de 07 de dezembro de 2015; explicando que o genocídio mata o físico, mas, o etnocídio mata o espírito. Substituem-se modos de vida sem sentido; e os povos de recente contato, acabam se inserindo em dinâmicas sociais que não conseguem entender.

Os jovens indígenas estão procurando também novos caminhos. Como antigamente seus antepassados souberam introduzir as técnicas dos brancos para utiliza-los na defesa dos seus territórios e melhora de qualidade vida; os jovens estão entendendo que precisam agora se empoderar dos conhecimentos da educação escolar ocidental, não para deixar a própria, mas com instrumento efetivo de resistência.

As culturas indígenas têm aprendido muito neste tempo de contato e continuam a aprender. Estão a caminho de abandono da tutela, dentro do mundo ocidental (Lembrando que dentro das suas cosmologias somos nós que devemos ser tutelados). Como exemplo tem a atual Deputada Federal Dra. Joênia Wapixana, mulher indígena, que no Congresso faz ampla defesa dos direitos dos povos originários.

O que acontece a nível civil institucional deve acontecer também em nível eclesial. Devemos ajudar às comunidades indígenas a aprofundar o conhecimento da nossa fé, do Evangelho para eles levar enfrente também seu processo de resistência que acontece num processo de apropriação, inovação e controle. Como acontece na religiosidade popular e como aconteceu em 1531, quando o índio Juan Diego, foi reconhecido pela Senhora do Céu como seu interlocutor, digno de levar a verdade para o Bispo Frei Juan de Zumarraga e para sua conversão.

O Nican Mopohua é uma obra de inculturação que nasceu do projeto Franciscano da Escola de Tlatelolco onde os primeiros indígenas se apropriaram e inovaram a mensagem do Evangelho.

Meu desejo é que depois deste Sínodo Especial, o pós-sínodo nos leve a dialogar com os povos indígenas como dignos interlocutores com capacidade de autodeterminação e de diálogo no que se refere às propostas que daqui surgirão.

P. Pedro Saul Ruiz Alvarez, s.x.

08-10-19 Roma, Itália.

TEMA: DEFESA DA VIDA, TERRA E DOS DIREITOS INDÍGENAS		
E disse o Senhor: Tenho visto atentamente a aflição do meu povo, que está no Egito, e tenho ouvido o seu clamor por causa dos seus opressores, porque conheci as suas dores. Êxodo 3:7		COPORUM
Responsável:	Irmã Laura Vicuña Pereira Manso	07 OTT. 2019
Contatos:		ARCHIVO.
A defesa da terra não tem outra finalidade senão a defesa da vida.		Pedimos aos Estados UD - 01

A defesa da terra não tem outra finalidade senão a defesa da vida... Pedimos aos Estados que se implementem políticas de saúde interculturais, que tenham em conta a realidade e a cosmovisão dos povos, formando profissionais da sua própria etnia que saibam enfrentar a doença a partir da sua visão do cosmos.

[Papa Francisco, Discurso aos povos da Amazônia, Puerto Maldonado, 19/01/2018 (Fr.PM)].

Reconhecemos (VER)

A vida na Amazônia está ameaçada pela destruição e exploração ambiental, pela violação sistemática dos direitos humanos elementares da população amazônica. De modo especial a violação dos direitos dos povos originários, como o direito ao território, à autodeterminação, à demarcação dos territórios e à consulta e ao consentimento prévios. Segundo as comunidades participantes nesta escuta sinodal, a ameaça à vida deriva de interesses econômicos e políticos dos setores dominantes da sociedade atual, de maneira especial de empresas extrativistas, muitas vezes em conivência, ou com a permissividade dos governos locais, nacionais e das autoridades tradicionais (dos próprios indígenas). Como afirma o Papa Francisco, quem persegue tais interesses pareceria estar desligado, ou ser indiferente aos clamores dos pobres e da terra (cf. LS, 49 e 91). (IL 14)

Concretamente, o clamor amazônico nos fala de lutas contra aqueles que querem destruir a vida concebida integralmente. Estes últimos são guiados por um modelo econômico vinculado à produção, à comercialização e ao consumo, onde se prioriza a maximização do lucro sobre as necessidades humanas e ambientais. Ou seja, são lutas contra aqueles que não respeitam os direitos humanos e ambientais na Amazônia. (IL 51).

Reconhecemos a negação da vida, da terra e dos direitos dos povos indígenas na Amazonia, por isso, a igreja é interperlada ao serviço da defesa da vida, como afirmaram os Bispos em Aparecida “nosso serviço pastoral”, constitui um serviço “à vida plena dos povos indígenas [a qual] exige que anunciemos a Jesus Cristo e a Boa Nova do Reino de Deus, denunciemos as situações de pecado, as estruturas de morte, a violência e as injustiças internas e externas, e fomentemos o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico” (Dap., 95). Procuremos discernir este anúncio e esta denúncia à luz de Jesus Cristo, o Vivente (cf. Ap 1, 18), plenitude da revelação (cf. DV, 2). (IL 11).

Consideramos (JULGAR)

A vida na Amazônia está ameaçada sobretudo: (a) pela criminalização e assassinato de líderes e defensores do território; (b) pela apropriação e privatização de bens da natureza, como a própria água; (c) por concessões madeireiras legais e pela entrada de madeireiras ilegais; (d) pela caça e pesca predatórias, principalmente nos rios; (e) por megaprojetos: hidrelétricas, concessões florestais, desmatamento para produzir monoculturas, estradas e ferrovias, projetos mineiros e petroleiros; (f) pela contaminação ocasionada por todas as indústrias extrativistas que causam problemas e enfermidades, principalmente para as crianças e os jovens; (g) pelo narcotráfico; (h) pelos consequentes problemas sociais associados a tais ameaças, como o alcoolismo, a violência contra a mulher, o trabalho

sexual, o tráfico de pessoas, a perda de sua cultura originária e de sua identidade (idioma, práticas espirituais e costumes) e todas as condições de pobreza às quais estão condenados os povos da Amazônia (cf. Fr.PM). (IL 15).

Defender a vida, a terra e os direitos, requer de nós uma consciencia da ecologia integral, considerando que “o bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral. Exige também os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade. Entre tais grupos, destaca-se de forma especial a família enquanto célula basilar da sociedade. Por fim, o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum”. (LS 157)

A defesa da vida, da terra e do direito dos povos indígenas, que são historicamente ameaçados é, para nós, um princípio evangelico, na defesa da dignidade humana.

Propomos (AGIR)

Sugerimos:

A Igreja não pode deixar de se preocupar pela salvação integral da pessoa humana, o que comporta favorecer a cultura dos povos indígenas, falar de suas exigências vitais, acompanhar os movimentos e reunir as forças para lutar pelos seus direitos. (IL 143)

Ser Igreja na Amazônia de maneira realista significa levantar profeticamente o problema do poder, porque nesta região o povo não tem possibilidade de fazer valer seus direitos face às grandes corporações econômicas e instituições políticas. (IL 145)

Como Igreja, exigimos, que os Estados cumpram suas obrigações constitucionais, reforçadas no direito internacional, relacionadas ao direito fundamental à vida, a terra e as políticas publicas;

A igreja como comunidade solidária a nível mundial, assuma a denúncia contra modelos extrativistas que prejudicam o território e violam os direitos das comunidades.

A igreja se comprometa a ser voz dos pobres e denuncie os projetos que afetam o meio ambiente e a violação de direitos, bem como, o modelo econômico de desenvolvimento predador e ecocida, que mata e saqueia, destrói e dissipa, expulsa e descarta, pensado e imposto a partir de fora e ao serviço de poderosos interesses externos.

A igreja seja aliados dos movimentos sociais de base, para anunciar profeticamente uma agenda de promoção de direitos e implementação de políticas públicas, assim como, fomentar a formação, defesa e exigibilidade dos direitos humanos dos povos da Amazônia, das outras populações e da natureza.

A igreja crie redes de colaboração e de articulação nos espaços de incidência regional, internacional e global, nos quais a Igreja participe organicamente, a fim de que os próprios povos possam manifestar suas denúncias contra a violação de seus direitos humanos.

PR. MOAB CÉSAR CARVALHO COSTA – IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL

SYNODUS EPISCOPORUM
07 OTT. 2019
AMOR: HÍVIO: DF - 01

SAÚDO VOSSA SANTIDADE, O PAPA FRANCISCO, E EM SEU NOME TODOS OS IRMÃOS E IRMÃS PRESENTES NESTE SÍNODO.

QUE A PAZ DO NOSSO SENHOR JESUS CRISTO PROMOVA A UNIDADE E O AMOR.

TRAGO UMA SAUDAÇÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL, EM ESPECIAL, DAS LOCALIZADAS NA REGIÃO DA AMAZÔNIA ORIENTAL.

TRAGO UMA SAUDAÇÃO DA REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS PENTECOSTAIS – RELEP, FORMADA POR PESQUISADORES PENTECOSTAIS E CATÓLICOS DE 15 PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.

NO DECURSO DA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO, **AS QUESTÕES TEOLÓGICAS** PROMOVERAM O DISTANCIAMENTO ENTRE PESSOAS E INSTITUIÇÕES QUE O REPRESENTAM.

NO ENTANTO, **ACIMA DESSAS QUESTÕES** EXISTEM CAUSAS QUE DEVEM UNIR TODA A CRISTANDADE, **NÃO APENAS ELA**, MAS, **TODA A HUMANIDADE**, INDEPENDENTE DE SUAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS E DE SUAS PERSPECTIVAS CULTURAIS.

A **CASA COMUM** DE TODA A HUMANIDADE, **A TERRA**, É UMA DELAS. PRESERVAR SUA FLORA, SUA FAUNA, SEUS RIOS, PROMOVER O EQUILÍBRIO AMBIENTAL, NUM PERSPECTIVA DA **ECOLOGIA INTEGRAL** (UMA VEZ QUE TUDO ESTÁ INTERLIGADO), É UM **"CONDITIO SINE QUA NON"** PARA O FUTURO DA HUMANIDADE. E A **PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA**, A DEFESA DOS POVOS ORIGINÁRIOS QUE NELA HABITAM, BEM COMO DAS COMUNIDADES LÁ ESTABELECIDAS, **SÃO ESSENCIAIS NESTE MOMENTO**. FELICITAMOS A SANTA SÉ POR ESTA INICIATIVA, POR LEVANTAR ESTA BANDEIRA.

O ÍMPETO DESTRUIDOR DO CAPITALISMO DE CONSUMO E DA **CULTURA DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E DO DESCARTÁVEL**, OS AVANÇOS DESTRUIDORES DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS, A **INDUSTRIALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL** E DA PRODUÇÃO DE ENERGIA NA **AMAZÔNIA**, COLOCAM EM RISCO O FUTURO DA HUMANIDADE. É **PRECISO UNIR FORÇAS EM SUA DEFESA**.

EM ALGUMAS REGIÕES NO BRASIL, **CATÓLICOS E PENTECOSTAIS** UNIRAM FORÇAS PARA DISPUTAR **PLEITOS POLÍTICOS**, COMO ACONTECEU NA CIDADE DE BOM JESUS DAS SELVA, NO ESTADO DO MARANHÃO.

QUANTO MAIS AGORA, NUMA CAUSA COMUM, **A DEFESA DO PLANETA**, VEJO A POSSIBILIDADE DE UMA UNIÃO MAIOR, MAIS EXCELENTE. E NESSE SENTIDO, TORNAR-SE NECESSÁRIO O DIALÓGO, NÃO APENAS NO NÍVEL QUE AQUI ACONTECE, MAS AO RÉ DO CHÃO.

ENCERRO MINHA FALA FAZENDO UMA SUGESTÃO: APENAS NA CONVENÇÃO DAS IGREJAS ASSEMBLEIAS DE DEUS QUE PERTENÇO, EXISTEM MAIS DE 2.000 PASTORES, **A MAIORIA** NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA. **PROVOQUEM** O DIÁLOGO, **VISEM** NOSSAS IGREJAS, **FALEM** COM NOSSOS PASTORES, **TOMEM UM CAFÉ JUNTOS**, E TENHO CERTEZA, QUE POR ESTA CAUSA, **A CASA COMUM**, MUITOS IRÃO UNIR FORÇAS.

E COMO DIZ O SALMISTA, QUÃO BOM E QUÃO AGRADÁVEL É QUE OS IRMÃOS VIVAM EM UNIÃO.

MUITO OBRIGADO!

Solenidade de Nossa Senhora Aparecida

Dom Sergio Eduardo Castriani – bispo de Manaus

Meus irmãos e minhas irmãs

Meus caros irmãos bispos

Santidade

SYNODUS EPISCOPORUM
PROT.
11 OTT. 2019
ARCHIVIO:

É para mim um imenso privilégio, ter esta minha reflexão lida na Aula Sinodal. Hoje 12 de outubro é o dia de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil. Imagem pequenina, achada miraculosamente nas águas do rio Parnaíba, por pescadores que deviam oferecer a melhor de seus peixes a um viajante, o governador da Província de São Paulo. Mais tarde vários milagres aconteceram, e aquela imagem pequenina enegrecida pela ação das águas se tornou o símbolo do amor maternal da mãe de Jesus pelo povo brasileiro.

O lugar se tornou meta de romarias e muito cedo se tornou a casa da mãe, onde se vai apenas para passear, mas também e sobretudo nos momentos de dor e sofrimento que são tantos nesta vida. A grande multidão vai agradecer as graças recebidas. Ao redor da pequena imagem, ergue-se um templo ornamentado com mosaicos que lembram a teologia da criação e da história.

Em Aparecida, nos sentimos em casa, a vontade para exprimir os nossos sentimentos em relação a vida, e a presença da mãe de Jesus é evidente. Nos alegramos com as maravilhas que Deus realiza na vida das pessoas, tomamos consciência dos nossos pecados e da necessidade de conversão, pedimos as bênçãos de Maria para nós, para as pessoas que amamos e para o Brasil.

Quantas vezes nos rezamos pela Amazônia, pela Igreja que aí está e pelos povos que aí vivem? Uma Igreja que nas escutas em preparação do Sínodo se mostrou de rosto feminino, porque coordenada nas suas bases por mulheres. O culto dominical sinal da presença de uma comunidade cristã é celebrado na maioria das comunidades por mulheres, que fizeram a transição de uma vivência da fé puramente devocional, para a celebração do mistério pascal. Cada domingo milhares de comunidades se reúnem lideradas por catequistas,

ministras da palavra e da comunhão eucarística para ao redor da proclamação da Palavra, louvar o Senhor pelo mistério da nossa salvação. Depois são sobretudo elas que assumem as consequências deste anúncio para a vida comunitária organizando e pondo em pratica programas de desenvolvimento sustentável. Uma Igreja assim lembra-nos a presença de Maria na história da evangelização.

Não foi por acaso que a Conferência de Aparecida colocou a Amazônia como uma das grandes preocupações pastorais dos bispos do continente latino americano. Em Aparecida cercou-nos a religiosidade do povo, que tem uma relação muito próxima com os seus santos e com a mãe de Jesus. Esta relação que quando chega a Jesus nos transforma em discípulos missionários. Temos uma mãe e Aparecida é prova disto. Temos para quem correr nos momentos em que a crueldade quer nos aniquilar. Uma mãe que vela seus filhos.

Somos marianos e isto faz a diferença. Rezamos o rosário, a oração dos pobres que não necessitam livros, nem roupas especiais, nem rituais, mas simplesmente rezar a oração que Jesus nos ensinou e saudar Maria com a primeira saudação na qual seu filho é reconhecido como Senhor. Os puxadores de terço foram essenciais na manutenção de uma Amazônia católica.

Que a mãe de Jesus, frágil como as mulheres amazônicas, mas uma fragilidade aparente que se transforma em força gigantesca quando se trata de defender a vida, nos proteja da tentação de fazer da Amazônia uma terra de ganho e lucro, transformando o dom em mercadoria. Que a Igreja com suas mulheres reconhecidas na sua ministerialidade seja sempre uma mãe que cura e que liberta. Mae Aparecida, rogai por nós.



DIRETÓRIO DAS INTERVENÇÕES BRASILEIRAS NO SÍNODO DA AMAZÔNIA

Nº	Bispos	Cidades
1	Dom Adolfo Zon Pereira	AM - Alto Solimões
2	Dom Adriano Ciocca Vasino	MT - São Felix do Araguaia
3	Dom Alberto Tavera	PA - Belém
4	Dom Antônio de Assis Ribeiro	PA - Belém
5	Dom Armando Gutiérrez	MA - Bacabal
6	Dom Benedito Araújo	RO - Guajará Mirim
7	Dom Bernardo Bahlmann	PA - Óbidos
8	Dom Canísio Klaus	MT - Sinop
9	Dom Carlo Verzelletti	PA - Castanhal
10	Dom Derek Byrne	MT - Primavera do Leste
11	Dom Dominique You	PA - Conceição do Araguaia
12	Dom Edimilson Tadeu Canavarros	AM - Manaus (aux)
13	Dom Elio Rama	MA - Pinheiro
14	Dom Erwin Kräutler	PA - Xingu (em.)
15	Dom Fernando Barbosa dos Santos	AM - Tefé
16	Dom Flávio Giovenale	AC - Cruzeiro do Sul
17	Dom Francisco Lima Soares, Dom Giovane e Pe. Benedito Ferraro	MA - Carolina
18	Dom Francisco Merkel	AM - Humaitá
19	Dom Giovane Pereira de Melo, Dom Francisco Lima Soares e Pe. Benedito Ferraro	TO - Tocantinópolis
20	Dom Irineu Roman	PA - Belém
21	Dom João Kot	MA - Zé Doca
22	Dom João Muniz Alves	PA - Altamira Xingu
23	Dom Joaquin Pertiñez	AC - Rio Branco
24	Dom José Albuquerque de Araújo	AM - Manaus
25	Dom José Altevair da Silva	PA - Cametá
26	Dom José Belisário da Silva	MA - São Luís
27	Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira	AM - Itacoatiara
28	Dom José Maria Chaves dos Reis	PA - Abaetetuba
29	Dom José Valdeci dos Santos Mendes	MA - Brejo
30	Dom Mário Antonio da Silva	RR - Roraima
31	Dom Neri José Tondello	MT - Juína
32	Dom Pedro Brito Guimarães	TO - Palmas
33	Dom Pedro Conti	AP - Macapá

34	Dom Philip Dickmans	TO - Miracema
35	Dom Protógenes Luft	MT - Barra do Garça
36	Dom Rubival Cabral Britto	MA - Grajaú
37	Dom Sebastião Bandeira Coelho	MA - Coroatá
38	Dom Sebastião Lima Duarte	MA - Caxias
39	Dom Teodoro Mendes Tavares	PA - Ponta de Pedras
40	Dom Vilson Basso	MA - Imperatriz
41	Dom Vital Chitolina	MT - Diamantino
42	Dom Vital Corbellini	PA - Marabá
43	Dom Wellington de Queiroz Vieira	TO - Cristalândia
44	Dom Wilmar Santin	PA - Prel. Itaituba
45	Dom Sergio Eduardo Castriani	AM - Manaus
46	Dom Zenildo da Silva	AM - Borba
Leigos		Cidades
1	Carlos Alfonso Nobre	SP- São José dos Campos- São Paulo
2	Diac. Francisco Pontes Filho	AM - Manaus
3	Dorismeire Almeida de Vasconcelos	PA - Altamira- Médio Xingu
5	Eduardo Viveiros e Márcia Maria de Oliveira	RR- Boa Vista
6	Felício Pontes Jr.	PA - Belém do Pará
7	Judite da Rocha e Yuri Paulino Bezerra	Palmas- TO
8	Marcivana Sateré Mawé	AM- Manaus
9	Maria Petronilla Neto	RO - Porto Velho
10	Moema Marquez de Miranda	RJ- Rio de Janeiro
11	Tapi Yawalapity	PA - Alto Xingu
Frei e Padres		Cidades
1	Frei Valmir Ramos	Itália
2	Pe. Corrado Dalmônego	RR - Boa Vista
3	Pe. Damiano	TO - São Félix do Araguaia
4	Pe. Dário Bossi	DF - Brasília
5	Pe. Giovanni Mometti	AM - Manaus
6	Pe. Guillermo Cadrona Grisales	AM - Manaus
7	Pe. José Amarildo da Silva	AM - Manaus
8	Pe. José Boeing	PA - Santarém
9	Pe. José Celestino dos Santos	RO - Ji Paraná
10	Pe. Odirley Sousa Maya	PA - Santarém
11	Pe. Gilberto Orsolin	RS- Santa Maria

12	Pe. Pedro Saul Ruiz Alvarez	PA- Belém
13	Pe. Raimundo Da Silva	PA- Bragança
14	Pe. Raimundo Vanthuy Neto	AM - Manaus
15	Pe. Sidnei Dornelas	Argentina
16	Pe. Zenildo Lima da Silva	AM - Manaus
Irmãs/Irmão		Cidades
1	Ir. Arizete Miranda Dinelly	AM- Manaus
2	Ir. Carmelita Conceição	AM - Manaus
3	Ir. Francinete Noronha	AM- Manaus
4	Ir. Laura Pereira Manso	RO- Porto Velho
5	Ir. Maria Irene Lopes dos Santos	DF - Brasília
6	Ir. Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante	PA- Belém
7	Ir. Mariluce dos Santos Mesquita	AM-São Gabriel da Cachoeira
8	Ir. Roselei Bertoldo	AM- Manaus
9	Ir. João Gutemberg Mariano	AM - Manaus
Pastor		Cidade
1	Pr. Moab César Carvalho Costa	PA- Belém





Comissão Episcopal
Especial para a Amazônia